

Pólis, Urbs e Cidades no Mediterrâneo Antigo

Volume **XI** - Número II - 2019

ISSN 1982-8713



NEARCO

Revista Eletrônica de
Antiguidade e Medievalo



REITOR

Ruy Garcia Marques

VICE-REITOR

Maria Georgina Muniz Washington

EXTENSÃO E CULTURA – SR3

Elaine Ferreira Torres

IFCH - INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora

Dirce Eleonora Rodrigues Solis

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Chefe

Géssica Guimaraes Gaio

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH/UERJ)

Maria Regina Candido

NEA - NÚCLEO DE ESTUDOS DA ANTIGUIDADE

COORDENADORA GERAL

Maria Regina Candido

EDITORES

Prof^ª. Dr^ª. Maria Regina Candido

Prof. Doutorando Junio Cesar Rodrigues Lima

Prof. Doutorando Felipe Nascimento de Araujo

RESPONSÁVEIS POR ESTA EDIÇÃO

Prof. Dr. Alair Figueiredo Duarte

Prof. Dr. José Roberto de Paiva Gomes

DIAGRAMADORES

Prof. Doutorando Junio Cesar Rodrigues Lima

Prof. Doutorando Felipe Nascimento de Araujo

REVISOR DE PERIÓDICO

Prof. Me. Renan M. Birro

COORDENAÇÃO GERAL

Maria Regina Candido

CONSELHO EDITORIAL

- Prof. Dr. Alair Figueiredo Duarte – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- Prof. Dr. André Leonardo Chevitarese - Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Prof.ª Dr.ª Carmen Soares – Universidade de Coimbra
- Prof. Dr. Daniel Ogden - Exeter University London
- Prof. Dr. Devid Valério Gaia - Universidade Federal de Pelotas
- Prof. Dr. Fabio Faversoni - Universidade Federal de Ouro Preto
- Prof. Dr. Fábio Joly - Universidade Federal de Ouro Preto
- Prof.ª D.ª Liliane Coelho - Centro Universitário Campos de Andrade
- Prof.ª Dr.ª Margaret M. Bakos - Pontifícia Universidade Católica – RS
- Prof.ª Dr.ª Maria Cecilia Colombani - Universidad Moron - Universidad Mar Del Plata
- Prof.ª Dr.ª Maria do Carmo Parente Santos - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- Prof. Dr.ª Maria do Céu Fialho – Universidade de Coimbra

CONSELHO CONSULTIVO

- Prof. Dr. Claudio Umpierre Carlan - Universidade Federal de Alfenas
- Prof.ª Dr.ª Carmen Leal Soares – Universidade de Coimbra
- Prof.ª Doutoranda Giselle Marques Câmara - Pontifícia Univ. Católica do Rio de Janeiro
- Prof. Dr. Fábio Vergara - Universidade Federal de Pelotas
- Prof. Dr. José Roberto de Paiva Gomes – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- Prof. Dr. Julio César Gralha – Univ. Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes
- Prof.ª Dr.ª Kátia Maria Paim Pozzer - Universidade Luterana do Brasil - Canoas
- Prof.ª Me. Miriam L. Imperzielle Luna da Silva – Univ. do Estado do Rio de Janeiro
- Prof. Dr. Moacir Elias Santos - Centro Universitário Campos de Andrade
- Prof.ª Dr.ª Renata Senna Garraffoni - Universidade Federal do Paraná
- Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari - Universidade Estadual de Campinas

A obra integra o Projeto de Publicação Antiguidade, sob direção da Prof.ª Dr.ª
Maria Regina Candido.

**CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS / CCS/A**

N354 Nearco: Revista Eletrônica de Antiguidade. - Vol.
XI, n.2 (2019) – Rio de Janeiro:UERJ/NEA, 2019
- v.20 : il. Semestral. ISSN 1982-8713
História Antiga - Periódicos. I. Universidade do Estado
do Rio de Janeiro. Núcleo de Estudos da
Antiguidade. PPGH/UERJ
CDU 931(05)

Capa: Junio Cesar Rodrigues Lima
Imagem: Vitória de Samotrácia
Editoração Eletrônica: Felipe Nascimento de Araújo e Junio Cesar Rodrigues Lima
NEA - Núcleo de Estudos da Antiguidade
Rua São Francisco Xavier, 524, Pav. João Lyra Filho, 9º andar, sala 9030A, UERJ,
Campus Maracanã – Rio de Janeiro, RJ – E-mail: revistanearco@gmail.com
Site: www.nea.uerj.br Tel. (21) 2334-0227

SUMÁRIO

Editorial

REVISTA ELETRÔNICA NEARCO: UMA DÉCADA DEDICADA AOS ESTUDOS SOBRE SOCIEDADES ANTIGAS

Alair Figueiredo Duarte, 7-8

Artigos

PIREU: A “CIDADE-PORTO” DA ATENAS CLÁSSICA

Alair Figueiredo Duarte, 9-31

COMO OS ROMANOS ANTIGOS VIAM OS CHINESES?

André da Silva Bueno, 32-48

AS TRANSFORMAÇÕES DA ACRÓPOLE DE ATENAS, A MONUMENTALIDADE EMBLEMÁTICA DO PARTENON E DAS SUAS ESCULTURAS

Celina F. Lage e Guilherme Ev, 49-68

STYMPHALOS, A CITY IN ANCIENT ARCADIA

Hector Williams, 69-76

A ILHA DE LESBOS, OS MITOS DE FUNDAÇÃO E A EMERGÊNCIA DAS POLEIS DE FRONTEIRA

José Roberto de Paiva Gomes, 77-94

“A POLÍTICA” DE ARISTÓTELES E O PLANO URBANÍSTICO DE HERODES: UMA ANÁLISE DESCRITIVA E COMPARATIVA DA URBANIZAÇÃO DE CESAREIA MARÍTIMA

Junio Cesar Rodrigues Lima, 95-118

**A EXCEPCIONALIDADE DA CAPITAL DO IMPÉRIO CENTRO DO MUNDO
DURANTE O ALTO IMPÉRIO**

Marcelo de Mello Ribeiro, 119-136

APONTAMENTOS INICIAIS SOBRE A COLONIZAÇÃO

Monica Selvatici, 137-146

**A XXVI DINASTIA E AS SUAS RELAÇÕES COM O EGEU: O EGITO SAÍTA
COMO UMA POTÊNCIA MEDITERRÂNEA NOS SÉCULOS VII – VI A.C.**

Ronaldo Gurgel Pereira, 147-174

**CAMINHOS HISTÓRICOS PARA O DOMÍNIO HELENÍSTICO SOBRE
JERUSALÉM**

Vitor Luiz Silva de Almeida e Juliana Batista Miranda Cavalcanti Tavares, 175-195

**FILIFE DE ANFAXITIDE, AS CIDADES DA MACEDÔNIA ANTIGA E AS
INCERTEZAS SOBRE O MODELO POLIADE**

Vojislav Sarakinski, 196-217

Editorial

Revista Eletrônica NEARCO: uma década dedicada aos estudos sobre sociedades Antigas

Os estudos históricos voltados às sociedades Antigas têm adquirido cada vez mais protagonismo junto aos diversos campos nos quais a História possa se desdobrar. Percebemos que o crescimento desse protagonismo se encontra diretamente imbricado a uma preocupação contemporânea da comunidade acadêmica em encontrar elementos que possam oferecer respostas a problemas atuais, refletir sobre o autoconhecimento diante de um mundo fragmentos formando uma grande rede. É com imenso prazer que envio as congratulações sobre os 10 anos da Revista Eletrônica NEARCO, com novo layout e novo site, sempre em busca de construir conhecimentos e democratizar os saberes produzidos na academia.

A *Revista Eletrônica NEARCO* foi criada em 2008 pelos professores doutores em História Antiga, a saber: Maria Regina Candido e José Roberto de Paiva Gomes. Ao longa dessa década, pesquisadores de diversas universidades e de diferentes continentes nos brindaram com análises críticas sobre pesquisas históricas contribuindo para repensar o passado através de problemas do tempo presente. Dentre as universidades que através de seus pesquisadores publicaram na Revista Eletrônica NEARCO e contribuíram para democratização do saber ao longo desses dez anos, podemos citar: Universidad de Morón / Argentina, PEJH/UNB, UMESP, Museu Nacional/UFRJ, UFF, UNIBENNETT, UFRJ , UERJ, Université de Paris X, UNICAMPI, UNIRIO, University of Oxford, Exeter University, Universidad de Havana, Cuba, UFRRJ, - FURB, USP, Universidad Nacional de Córdoba, Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal de Ouro Preto, Universidade do Estado de Minas Gerais, Universidade Católica do Salvador, UNIFESP, Univ. Complutense de Madrid, Universidad de Buenos Aires, Faculdades Itecne, Curitiba.

Reunimos essas instituições e outras não mencionadas para enviar o nosso agradecimento diante da contribuição acadêmica visando atender a busca da excelência intelectual e científica na área de História Antiga. A demonstração de que o conhecimento se constrói a partir de leitura profícua de pesquisas consolidadas, revisão dos consensos e dissensos que dão as pesquisas históricas um movimento dinâmico de aperfeiçoamento teórico, metodológico e de conteúdo.

A todos os colaboradores da *Revista Eletrônica NEARCO* agradecemos a leitura e a colaboração nesses dez anos de convivência e convidamos aos leitores e pesquisadores para interagir com os artigos de temas livres, dossiê e entrevistas que ainda estão por vir.

Desejamos a todos uma boa leitura!!!!

Prof. Dr. Alair Figueiredo Duarte
NEA-UERJ/ LSC-MB/NEMHAAT-UFF
Vice-coordenador NEA-UERJ

PIREU: A “CIDADE-PORTO” DA ATENAS CLÁSSICA

PIRAEUS: THE “CITY-HARBOR” OF CLASSICAL ATHENS

Alair Figueiredo Duarte¹

¹ É doutor em História Comparada e atua como professor no curso de Especialização em História Antiga e Medieval da UERJ, é especialista em Guerra e Poder na Antiguidade e atualmente desenvolve pesquisa versando sobre estudos marítimos sobre a sociedade helênica.

Correspondência para: Alair Figueiredo Duarte (epibatai@outlook.com.br)

Recebido em: agosto de 2019; Aceito em: dezembro de 2019

RESUMO

O porto do Pireu em Atenas foi na era Clássica um importante elemento de poder para a política marítima ateniense no século V a.C. Foi através dele que Atenas exerceu hegemonia sobre o Mar Egeu durante a Koyna Délico Ática, a região também tornou-se território de identidade para cidadãos sem recurso que viviam de jornada trabalhada em Atenas, assim como para toda atividade mercantil ateniense. A proeminência do Porto do Pireu ganhou tanta notoriedade que chegou a ocupar lugar de destaque e protagonismo econômico em Atenas, que embora estivesse subordinado a região central da polis, rivalizava com a Ágora a ocupação dos espaços urbanos como se fosse uma “Cidade-Porto”.

Palavras chaves: Porto do Pireu, Atenas Clássica, Thetes, Cidade, Porto.

ABSTRACT

The harbor of Piraeus in Athens was in the Classical era an important element of power for Athenian maritime policy in the fifth century BC. It was through it that Athens exercised hegemony over the Aegean Sea during the Attic Koyna, the region also became the territory of identity for undocumented citizens who lived on a working day in Athens, as well as for all Athenian mercantile activity. The prominence of Piraeus Port gained such notoriety that it came to occupy a prominent place and economic protagonism in Athens, which although I was subordinate to the central region of the polis, rivaled with the Agora the occupation of urban spaces as if it were a “City-Harbor”.

Keywords: Piraeus Harbor, Classical Athens, Thetes, City, Harbor.

O Porto do Pireu, localizado em Atenas tratava-se de uma região importante para a polis e seus cidadãos tinham total consciência dessa importância para a defesa e desenvolvimento da sua comunidade. Suas muralhas não somente protegiam a região como também lhe atribuíam maior imponência. A colina Munichia, vista como defesa natural, se adicionava as defesas artificialmente erigidas. Aristóteles na Constituição de Atenas (XX: 2), destaca que a primeira tentativa de fortificar a *zona portuária do Pireu* se iniciou em 511 a.C. quando Hippias, um dos filhos de Pisístrato, tentou circundar o porto construindo uma muralha, mas os trabalhos de faixas defensivas na região somente foram intensificados no período em que Temístocles foi *archonte*.

Toda a arquitetura e construções edificadas na região do Pireu projetou-se sobre o modo pelo qual os cidadãos passaram a perceber a cidade. Tendo Atenas adentrado ao circuito comercial da Hélade desde a era soloniana, gradativamente foi inserindo ao seu cotidiano e a base da sua economia, o fator mercantil. Desse modo, no século V a.C., buscou-se manter muitos postos de trabalhos voltados às finalidades marítimas, visando efetuar trocas e complementar os elementos deficitários da sua produção interna. Na *zona portuária do Pireu* era possível encontrar remadores, carpinteiros, construtores de velas, oleiros e demais trabalhadores buscando receber algum *misthoi* (pagamento) pela jornada trabalhada. Os cidadãos que viviam da rotina portuária, conferiam identidade ao lugar e Atenas, de modo geral, passou a perceber o Pireu como lugar de labuta. Os cidadãos atenienses do segmento *thetes* perceberam que o ambiente do porto não era útil apenas para conquistar a sua subsistência, recebendo pela jornada trabalhada, a *zona portuária* lhes rendia importância e notoriedade política, por isso, acabaram por fazer do Pireu uma “nova Cidade-Estado”, na qual não apenas a *Ágora* – praça central de comércio -, localizada no centro urbano se contratava a região rural da polis.

Foi através das construções na região urbana da polis dos atenienses, sobretudo, na *zona portuária*, que cidadãos *thetes* deixaram transparecer seus imaginários de cidadania. A construção do porto do Pireu, intensificou as atividades

mercantis e a polis deixou evidente o interesse em assumir a condição de *polis marítima*. Ou seja, Atenas tornou-se a Cidade-Estado dotada de uma política voltada ao exercício do *poder marítimo*¹, com o devido respaldo do seu *poder naval*.

Para atender os interesses de sua nova *política marítima*, as ruas do porto do Pireu não poderiam crescer de maneira aleatória e desordenada, elas deveriam ser capazes de realizar o escoamento das cargas portuárias e dos seus carregamentos, atendendo ao fluxo de reparos e atracagem das embarcações que chegavam na zona portuária de Atenas.

A *zona portuária do Pireu* projetava as aspirações de poder da polis, estendendo segurança aos cidadãos que habitavam demais zonas políades, segundo as suas aspirações e necessidades: aos habitantes da área urbana (*asty*), o porto simbolizava e oferecia defesa, pois a projeção do *poder marítimo ateniense* dissuadia inimigos, impedindo de se aproximarem livremente da zona administrativa da polis, lugar onde se localizavam os edifícios governamentais. Ao cidadão *thete*, que vivia da jornada trabalhada, o Porto do Pireu representava a oportunidade de conquistar a subsistência e para os ricos comerciantes oligarcas atenienses, o porto do Pireu simbolizava o aumento das suas posses. Portanto, o Pireu com seus estaleiros, ruas e edificações, projetava os *imaginários* de poder e segurança, até mesmo aos

¹ Termo polissêmico na atualidade, contudo, um dos primeiros a buscar uma definição para o conceito foi Alfred Tayer Mahan que entre 1879 e 1914 escreveu dezenas de livros sobre História e Estratégia navais, sendo que o *“The Influence of Sea. Power upon History 1660-1783”* de 1890 foi o mais significativo. Nele Mahan passou a discutir os seis elementos que afetavam esse Poder Marítimo que seriam a posição geográfica, a conformação física, a extensão territorial, o tamanho da população, o caráter nacional e o tipo de política governamental. As guerras ocorridas no mar entre 1660 e 1783 serviram para confirmar suas proposições em todo o decorrer do livro. Outras obras de Mahan se seguiram: *“The Influence of Sea Power upon the French Revolution and Empire”* de 1892 e *“Naval Strategy compared and contrasted with the principles and practice of military operations on land”* de 1911. Nessas obras o autor norte-americano procurou demonstrar mais uma vez a pertinência de suas conclusões. Outros livros de Mahan tiveram importância, podendo ser mencionados: *“Retrospect and Prospect”* de 1902 e *“Naval Administration and Warfare”* de 1908. Sua concepção está assentada em conceitos muito bem definidos no seu primeiro livro de 1890. Definiu que o Poder Marítimo seria integrado por dois elementos de natureza distinta, *os interesses marítimos* e o *Poder Naval*. Os primeiros congregavam valores econômicos e sociais e, o segundo, valores políticos e militares. (ALMEIDA, F. E. Alves de. 2008:5-6)

estrangeiros que estavam de passagem por aquela *zona portuária*. É por esse motivo que a *política marítima ateniense* obteve eficácia durante todo o século V a.C.

Temístocles, o comandante da frota grega que se sagrou vitoriosa na Batalha de Salamina, em 480 a.C.; foi o idealizador da *política marítima ateniense* e teve o privilégio de receber um lugar na região para abrigar seu túmulo, obtendo inclusive, um culto específico. Em conformidade com o pesquisador T. R. B. Dicks (1968: 147), no século IV a.C. quando a *política marítima ateniense* havia entrado em declínio, o memorial dedicado a Temístocles como herói, tomou significação especial aos comerciantes mesmo sem que a proeminente figura citada, houvesse emergido desse setor.

Documentações que datam o século V a.C., dentre elas, Tucídides destaca que o comércio não era o objetivo principal de Temístocles ao defender a modernização da *zona portuária do Pireu*, eis suas afirmações: “o Pireu era mais útil do que a cidade alta, e ele (Temístocles) frequentemente advertia aos atenienses que, se alguma vez eles fossem duramente pressionados em terra, deveriam descer para o Pireu e resistir com sua frota ” (TUCIDIDES, I: 93). A preocupação de Temístocles, como tivemos a oportunidade de apreender através dos escritos de Tucídides, era de natureza bélico estratégica em fornecer uma alternativa de defesa à polis. O projeto de fazer do Pireu uma nova Cidade-Estado teve êxito e ganhou força junto as lideranças políticas que o sucederam, dentre eles Péricles. Na condição de líder político e militar, Péricles teria se inspirado em uma estratégia adotada por Temístocles em ocasião dos conflitos *greco-persicos*, se apropriando da potencialidade marítima ateniense contra as polis adversárias².

² Por ocasião da Segunda Guerra Greco-Pérsica, Temístocles na Batalha de Salamina, fez uma linha de defesa com os duzentos *trieres* atenienses, apoiado por demais embarcações aliadas e obteve êxito contra seus inimigos persas. Desse modo, colocou a defesa da polis estruturada sob pilares marítimos. Semelhante estratégia, teria sido adotada por Péricles ao início da Guerra do Peloponeso, contra os espartanos. Péricles teria incentivado a população rural a se proteger atrás das muralhas enquanto abastecia a polis, através dos navios atenienses. O diferencial entre as duas estratégias é o fato de que enquanto Temístocles realizou uma linha de defesa, visando uma batalha decisiva, Péricles teria idealizado um conflito de longa duração, tendo por finalidade quebrar a economia espartana realizando

Durante a Guerra do Peloponeso, Péricles teria incentivado a população nucleada na zona rural, *chora*, migrar para a *asty*. Ao abastecer a polis através de seus navios e sua *zona portuária*, Péricles, visava um conflito de longa duração, capaz de exaurir os recursos econômicos de Esparta, sua adversária no conflito. A manutenção do comércio marítimo e abastecimento da polis era o maior trunfo dos atenienses contra seus adversários, mesmo antes da Guerra do Peloponeso. Abastecer e desabastecer com rapidez as embarcações que atracassem no Pireu era fundamental e por isso as ruas que conduziam ao porto, não poderiam se configurar de vielas estreitas.

O arquiteto que aceitasse o desafio de reformular as vias urbanas do Pireu, teria um árduo trabalho a desempenhar. Hippodamus de Mileto, na primeira metade do século V a.C., não apenas aceitou o desafio quando foi comissionado por Péricles, mas também foi capaz de materializar no terreno, um plano de ruas regulares. Esse projeto entrou em simetria às muralhas que circundavam a sua *zona portuária* – chamada de *circuito de Temístocles* -, tornando o Pireu, uma verdadeira fortaleza e centro comercial, destacando-se da *Asty* e da *Acrópole* ateniense (DICKS, 1968: 145).

Embora o Porto do Pireu tenha se tornado o centro da *política marítima ateniense* e se configurando como *lugar de memória* e participação social dos cidadãos oriundo do segmento censitário *thetes*; inicialmente, o local foi idealizado como *zona de exclusão dos debates políticos*, pois teria a finalidade de manter seus frequentadores distante das decisões políticas da *Ágora Central* em Atenas (REDEN, 1995: 21).

A região em que se localizava o complexo portuário do Pireu, tratava-se de uma rocha calcária peninsular, de aproximadamente três quilômetros e meio, inserido no Golfo Sarônico, a aproximadamente 7 km de distância da *Ágora Central* da polis (GARLAND, 1987: 7-8). O distanciamento entre o porto e a *Ágora Central*, permitiu que

um bloqueio naval que fosse eficaz em lhe negar o uso da plataforma marítima para fins bélicos e comerciais.

Atenas mantivesse tradições de origem aristocráticas, as quais privilegiavam interesses fundiários; mas em contrapartida, teve de se adaptar a uma nova ordem comercial predominante ao final do século V a.C.

Na figura a seguir, podemos visualizar uma planta baixa do Porto do Pireu e identificar como suas ruas foram planejadas. Nos traçados da arquitetura, entra em evidência a localização dos edifícios: teatro, fortificações, estaleiros, templos, praças e apreender as razões pelas quais foi eficaz em projetar Atenas politicamente, vejamos:

O
ancoradouro

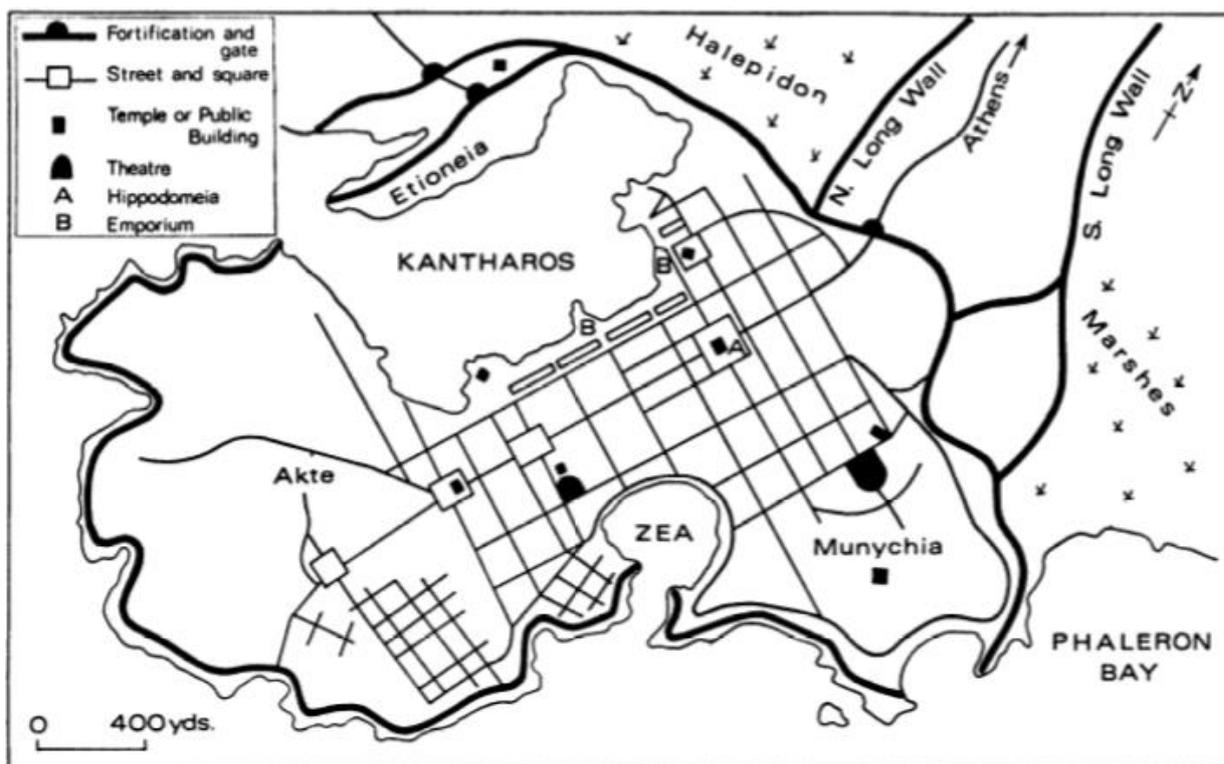


Figura I: Complexo Portuário do Pireu - Planta baixa – (C.f. DICKS, 1986: 143).

Na figura (I) podemos notar a linha mais espessa que destacam as longas muralhas do Pireu. A localização dos templos e seus três ancoradouros, deixando em

evidência a *Hippodemia* (ágora do Pireu) ao centro; os ancoradouros de Kântharos, Zea e Munchya, assim como os traços uniformes verticais e horizontais das vias.

Foi através do porto do Pireu que Atenas manteve hegemonia sobre o Mar Egeu e para isso, a polis dividiu as zonas sob sua influência, por meio de cinco distritos navais estabelecidos no âmbito da *Koyna Délico Ática*³, a saber: Distrito Trácio, Helesponto, Cário, Cós e Ilhas Cíclades, formando um cinturão que denominamos de *linha de defesa marítima* (DUARTE, 2017, p. 192). Através dessas *zonas marítimas*, Atenas patrulhava militarmente o Mar Egeu e mantinha ativo o comércio da região (GARLAND, 1987: 82-83).

As embarcações mercantes atenienses singravam as águas do Mar Egeu lotadas de *pithói*⁴, transportando: azeite, vinho e grãos que eram escoltados por naus da classe *trieres*, prontas para a guerra. Os distritos navais atenienses serviam como demarcadores das *fronteiras marítimas atenienses* abarcando sua territorialidade no mar. Tais territorialidades, encontravam-se divididas por *espaços geográficos* cujo a relação *espaço/território* pode vir a confundir incautos. A concepção de *espaços*, nos quais estão inseridos toda a sua geografia; trata-se de uma “zona morta” para seu observador. Esse espaçamento não abriga representações ou signos, sendo, portanto, anterior a concepção de *território*.

Segundo Haesbaert (1997:42), o conceito de *território* se constitui de elementos simbólicos, determinados e constituídos através de práticas sociais inseridas na relação binária: *espaço/poder* (HAESBAERT, 1999:39). A concepção de

³ Em razão das alianças gregas se utilizarem do princípio de pertencimento em prol de uma origem comum, *koynonia*, em 477 a.C. foi criada uma confederação de póleis, a qual reuniria povos de origem *iônica* – descendentes do herói Íon - sob a liderança de Atenas e teria como centro dessa aliança a Ilha de Delos. A escolha desse local, deve-se ao fato de que a ilha ficava situada na região central do Mar Egeu, que em tempos remotos era conhecido como Mar Iônico / Mar Jônico. A finalidade da aliança era garantir a segurança da Hélade contra as invasões dos persas. Os membros desta coalizão de póleis pagavam tributos a Atenas em navios ou dinheiro. A coalizão abrangia questões comerciais e principalmente interesses militares, se configurando como uma *symmachia*, aliança, pois era providenciado o envio de: contingente, víveres, navios, armas ou recursos pecuniários em prol do interesse comum da *koyna*. Daí preferirmos utilizar o termo *Koyna Délica* em lugar de Liga de Delos.

⁴ Vasos de cerâmica próprios para transporte comercial. Os Pithói detinham base cônica para serem acomodados nas embarcações sem que quebrassem com os possíveis choques.

espaço, antecede a de *território*, pois trata-se de uma “zona morta”, sem significações ou sentido simbólico para alguém, existe anteriormente a qualquer fator antropológico (RAFFESTIN, 1993:143).

Sob nossa análise, a concepção de *território* compreende um conjunto de simbologias, dividindo-se por zonas de fronteiras cujo ritos e ritualidades ratificam seu uso e as identidades que se encontram estreitamente relacionada a ele. Ou seja, o *território* é definido segundo as práticas e ações da *civilidade* operacionalizada nos espaços. *Território* não permanece e nunca permanecerá estática ou imutável, portanto, para se manter em atividade, necessita que seus ritos mantenedores, sejam constantemente renovados.

Ratificando nossas inferências conceituais acerca de *território*, podemos citar Marcel Detienne na obra *Comparar o Incomparável*, na qual de modo muito pertinente o pesquisador aponta que um *território* para se manter, necessita de ritos de renovação, pois são eles – os ritos - os responsáveis para reorganizar *territórios* que se encontram em processos de mudança. Nessa especificidade, o *território* primeiro se configura antropologicamente para somente depois, se ratificar politicamente (DETIENNE, 2004: 49). Através dessa abordagem torna-se possível identificar a tensão existente que configuram as delimitações das fronteiras. Nenhum personagem isolado se mantém como símbolo e mantenedor de algum território, pois o estabelecimento dos *territórios* não está condicionado, à ação isolada de um herói ou deus, que vindo de fora, se torna seu fundador (*arquejeta*). Há sociedades que seus *territórios* não foram fundados por estrangeiros, seus deuses e heróis habitam o local desde tempos imemoriais (DETIENNE, 2004: 49). Portanto, em relação a *zona marítima do Pireu*, seu *território*, as *civilidades* e rituais praticados no local, Temístocles não seria o seu *arquejeta*. O *espaço geográfico marítimo do Pireu* formou-se através da memória marítima ateniense, a qual Tucídides no livro I de sua narrativa sobre a Guerra do

Peloponoso, busca ratificar o perfil *talassocrático*⁵ rememorando uma potencial herança marítima minoica.

A relação identitária dos cidadãos atenienses teria se forjado através das práticas sociais, dos ritos e dos cultos religiosos que se alinharam de modo identitário com a *thalassa* (o mar), e se realizavam com frequência no ambiente do porto. Temístocles teria sido um reformulador dos *espaços* na polis dos atenienses e não um fundador de territórios entre seus concidadãos. O *espaço territorial marítimo* no Pireu se solidificou diante dos ritos e ritualidades ali eram realizadas e fornecendo novos sentidos para determinados grupos.

Através da atuação das pessoas e dos grupos sociais atenienses, foram estabelecidos novos *lugares de memória*, os quais permitiu a renovação e reconfiguração do *território* poliade. A *zona portuária do Pireu*, tornou-se fundamental para narrar a história da polis dos atenienses e sua relação com o mar. As narrativas míticas que remontam a formação dessa comunidade, encontram-se tomada de embates e negociações de seus atores sociais. Deixa evidenciado o sentimento ateniense de se reunir em prol de um signo unificador. O embate mítico entre Poseidon e Athená, nos traz a evidência dos anseios atenienses em optar se identificar por tradições fundiárias ou marítimas.

O porto, por se configurar como uma zona de fronteira, divide espaços distintos: o *espaço territorial terrestre* e o *espaço territorial marítimo* e acaba se caracterizando como o lugar de chegada e partida, ratificando sua função enquanto *zona de reunião e memória*. Monumentos situados em lugares de reunião tais como: *acrópole, ágora, cemitério e porto* se configuram como *lugares de memória*, exatamente por permitirem comportar reuniões cívicas, dentre elas, as capazes de rememorar os feitos dos ancestrais.

O ato de se reunir em prol do porto, por parte dos atenienses teve maior notoriedade a partir de 483 a.C., quando a polis adotou uma *política marítima*. Nessa

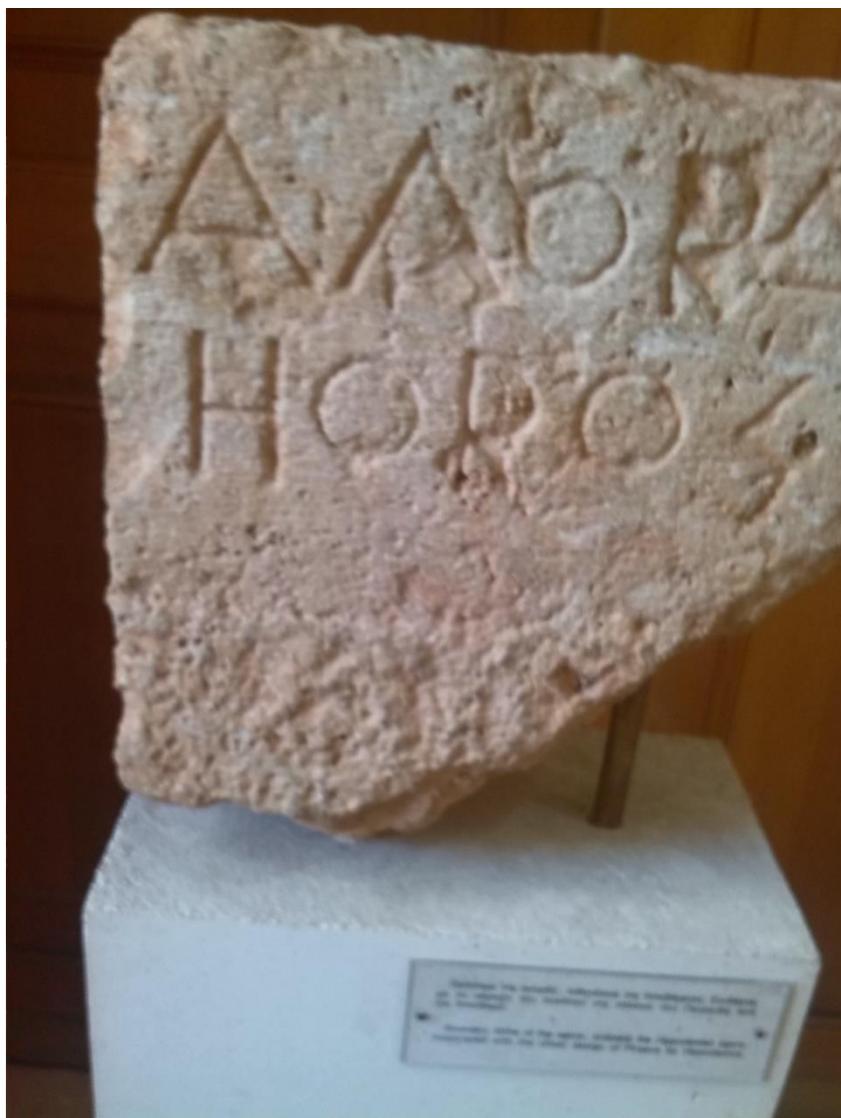
⁵ Poder Militar e comercial sobre o mar.

ocasião, Temístocles conseguiu persuadir proeminentes cidadãos a investirem na construção de duzentos *trieres* com os recursos da prata extraída em Laurion, gradativamente as projeções sobre os lugares que privilegiariam a preservação da memória de Atenas, foi se modificando.

Como nos aponta Bronislaw Baczko, os sujeitos materializam as projeções dos seus *imaginários sociais*⁶ no espaço. Pessoas acabam atribuindo lugares privilegiados ao poder segundo suas experiências, origem e *civilidade*. Até mesmo os modelos arquitetônicos estão incluídos nessas escolhas, pois a formação geométrica e estética dos prédios, recaem sobre as construções locais tanto quanto sobre os corredores públicos, com suas ruas e avenidas (BACZKO, 1985: 313). O *Pireu* com suas ruas projetadas para serem largas, detinha uma praça central de comércio chamada, *Hipodemia*. Seus estaleiros e ancoradouros, atendiam perfeitamente aos problemas do período refletindo o *imaginário social marítimo dos atenienses* no século V a.C, e por isso, foi capaz de permitir a gradual mudança à Cidade-Estado de Atenas.

Evidências arqueológicas apresentam a diversidade de edifícios localizados na topografia da região do Pireu (GARLAND, 1987: 7). Por entre as construções era possível encontrar muitos *hóros*, marcos demarcadores que estabeleciam os espaços destinados a esses edifícios. Nos *hóros*, é possível encontrar informações sobre a construção ou terreno demarcado, assim como as funções da edificação. A seguir, podemos visualizar um *hóros* demarcador de espaço da *Hipodemia* no Pireu:

⁶ Dispositivo simbólico que influencia as práticas coletivas; atua em toda a vida coletiva, em especial a política. Os imaginários sociais não podem ser controlados de maneira intencional, ao circular entre determinado grupo comunitário: percebe, divide e elabora seus próprios objetivos (Cf. BACZKO, 1985: 302 - 309).



**Figura II: *Horos da Hipodemia* – Museo Arqueológico do Pireu – Atenas, 08/02/2015
Fotografia: Alair Duarte**

Dentre as funções dos *hóros*, constavam: demarcar as zonas de fronteiras internas e definir os espaços reservados a serem pontos centrais de reunião (GARLAND, 1987: 140). A *Hippodemia* era considerada o “coração” do Pireu, se configurando como zona de reunião. Como nos afirma Robert Garland, a *hippodemia* seria para o porto do Pireu, a sua *Hippodem*, também conhecida como “*Ágora dos homens do demos*” (GARLAND, 1987: 141).

A *hippodemia* durante o século V a.C. ganhou projeção e tomou a concepção de foco para a vida urbana no Pireu. Inclusive, inseria cultos de diversas divindades, dentre elas Héstia, protetora do lar⁷.

O culto a Héstia⁸ demarca um elemento de relação e intermediação entre o centro governamental políade e seus locais periféricos como se fossem simbióticos. Práticas de culto familiares foram adaptadas nos espaços públicos e a *Ágora Central* de Atenas absorveu o culto a Héstia, a partir do culto de proteção ao lar. O culto a Héstia era praticado no espaço privado do *oikós* e foi levado para dentro do *Pritaneu* (GARLAND, 1987: 141).

Jean-Pierre Vernant demonstra a relação entre a deusa Héstia, seu culto no *oikós* e o exercício do comando, interligando ordem e proteção. Nesse processo, o pesquisador destaca a relação entre Héstia e *Zeus Celeste*; conhecido por ser o detentor judicioso do poder supremo, o fundador da ordem e fiador da justiça, senhor do casamento, pai e antepassado; o patrono da cidade. Os atributos divinos de *Zeus Celeste*, legitima sua autoridade quando suas qualidades de regências se aproximam de Héstia (VERNANT, 2009: 34).

Em estreita convivência com Héstia, *Zeus Celeste* obtém o controle sobre a lareira privada da casa - centro fixo que constitui o *onphalo* (umbigo) do lar, a raiz da morada familiar. Assim como ocorre no culto familiar, a lareira comum da cidade torna-se seio da aglomeração pública, manifestando *Hestía Koiné*, onde a deusa vela por todos os magistrados, *prítanes* (VERNANT, 2009: 34).

⁷ Primeira filha de Cronos e Réia, irmã de Zeus e Hera. Zeus, ao se tornar soberano no Olimpo, lhe concede honras como ser cultuada em todas as casas dos mortais e templo de todos os deuses. Enquanto outras divindades vagueiam pelo mundo, Héstia permanece imóvel no Olimpo. Na mesma proporção que o lugar central das residências mortais era o centro divino do lar, no qual essa divindade deveria ser cultuada. Héstia, no Olimpo, era o centro religioso da mansão divina. (GRIMAL, P. *Dic. De Mit.*, 2000: 226)

⁸ Héstia é a deusa e personificação do lar. Filha de Crono e Réia, é irmã de Zeus e Hera. Embora cortejada por Apolo e Poseidon, ela conseguiu, da parte de Zeus, guardar eternamente sua virgindade. Zeus lhe concedeu honrar excepcionais: todos deviam lhe prestar culto, em todas as casas dos mortais e no templo de todos os deuses. Enquanto outras divindades vagueiam pelo mundo, Héstia permanece imóvel no Olimpo. (Cf. GRIMAL, Pierre. *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. RJ: Bertrand Brasil, 2000, pág. 227).

A prática de manter aceso o fogo sagrado no edifício público do *Pritaneu* tornou-se uma tradição desde os tempos de Theseo (PLUTARCO, *Theseo.*: 24). O herói teria cultivado a ação de conservar a chama sagrada da polis. O objetivo da manutenção da chama sagrada era alimentar o vigor político dos hóspedes públicos e dos funcionários públicos.

Simbolicamente a manutenção do fogo sagrado nos edifícios públicos que se encontravam ao redor das praças de comércio e espaços de debate, soava como demonstração de que tanto a *Ágora*, quanto a *Hipodemia*, representavam o centro gravitacional de poder e cidadania do corpo comunitário, prática análoga ao que acontecia nos lares atenienses. Héstita através de um fogo sagrado, figurava como centro religioso ao se manter acesa no templo de todos os deuses, figurando como centro de poder da mansão divina.

Ao redor e em prol da *Ágora*, localizada na região central de Atenas, assim como da *Hipodemia*, localizada no *demos do Pireu*, circulava o cotidiano da polis. Nesses lugares, figuravam atividades mercantis que envolviam relações quantitativas em relação as trocas de mercadorias, assim como as qualitativas, em relação as pessoas com quem se comercializava. A *Hippodemia*, - “*Ágora dos homens do Demos*” – por estar junto ao porto, dava acesso a estrangeiros de todo o tipo. Uns buscavam hospedagem, outros trabalhos como remador ou, outros ofícios ligados a atividades marítimas e comércio. Essas relações definiriam por critério qualitativo, aqueles que teriam *civilidade* adequada para acessar a *Ágora Central*. Nesse *lugar de memória* e reunião da polis, o acesso era permitido somente aqueles que já foram tomados pelos costumes (*etos*) de *civilidade* dos cidadãos atenienses. Portanto, na *Ágora Central da polis*, seria acessível somente aqueles que possuíam prestígio para adentrar o seio da polis em conformidade com os ritos de *xenia*⁹, permitindo maior interação a partir dos ritos da hospitalidade.

⁹ Ritual de hospitalidade entre os helenos, no qual havia uma regulamentação das práticas entre cidadãos e estrangeiros.

Através da relação de hospitalidade os interesses iriam se inserir nos preceitos *chrematístio* ou *oikonomikós*¹⁰. Estrangeiros acessariam primeiramente a *Ágora Central*, para posteriormente adentrar ao *oikós* de seu *proxeno* (anfitrião) e poder ser integrado ao cotidiano políade como um *metéco* (estrangeiro com residência permanente).

A Cidade-Estado de Atenas, possuía *zonas de fronteiras internas* que delimitavam muito bem suas *territorialidades*. Os estrangeiros que quisessem se integrar ao corpo comunitário ateniense por qualquer motivo que fosse, deveriam estar imbuídos dos *imaginários sociais* de *civilidade ateniense*. O tipo de arquitetura na qual residia seu anfitrião, permitia ao estrangeiro identificar em qual nicho social ateniense estaria inserido e, através disso, mesurar o grau do seu prestígio e honradez entre seus pares no corpo cívico do qual se originava.

Nas casas e hospedarias situadas no ambiente do *Porto do Pireu*, era possível encontrar pessoas de todos os nichos sociais: residentes *metécos*, grandes mercadores, cidadãos iminentes e de poucos recursos. Alguns cidadãos proeminentes como Demóstenes e Kálias, possuíam residências tanto no Pireu quanto na *asty* ateniense (GARLAND, 1987: 142-143). Os casarões suntuosos denunciavam o *status* social do seu proprietário e residentes, por outro lado, distanciando-se da *Hippodemia*, era possível notar a interferência desordenada na paisagem, em cujo cidadãos sem recursos erguiam construções sem planejamento algum. A ação tratava-se de um processo interno de migração não planejada para a região do porto e traduzia a busca dos cidadãos atenienses oriundos das camadas sociais mais baixas por provisões que lhes permitissem manter o sustento familiar.

¹⁰ *Oikonomia*, na qual a troca e o comércio são extensão do lar (*Oikós*) visando destacar o valor do prestígio e não a praticidade em que se insere a quantidade. Para exemplificar a relação *oikonomica*, destacamos que no *imaginário social* ateniense do século V a.C., não teria preço ao atleta que vencesse uma prova olímpica, negociar sua premiação. Já o sentido mercantil, *chrematístia*, visa o valor prático de mercado. A relação comercial *chemastitia* permite práticas morais condenáveis no *imaginário social* de determinados grupos, como exemplo: a usura. Em comédias do século V a.C. como as *Nuvens*, de Aristófanes. No Drama *Estrepesíades*, coloca seu filho Phidípedes em uma escola de sofística, visando se livrar de credores e agiotas por meio de discursos sofísticos, triunfando sobre causas justas. (F.c.. ARSTÓFANES. *Nuv.* 95).

A *zona portuária do Pireu* se configurava como lugar de trocas comerciais e muitos cidadãos atenienses do segmento *thete*, migraram para a zona portuária estabelecendo residência. No entanto, as pessoas de baixo recursos ao se fixarem nas imediações e periferia da *zona portuária*, não mantinham fidelidade à organização urbana projetada nas proximidades da *Hipodemia*. Devido ao acúmulo demográfico que se formava, todo o projeto de ruas largas e planas, idealizado por ocasião do planejamento urbano do Pireu, não obteve o efeito desejado. Muitas residências foram construídas sem homogeneidade estética e sem uniformidade arquitetônica (GARLAND, 1987: 143).

Embora a *zona portuária* tenha sido projetada para obter ruas mais largas, na medida que ia se afastando do entorno portuário, as habitações de cidadãos com recursos e dos poucos abastados mesclavam-se. Havia uma multiplicidade de ambientes no que tangencia o estilo das construções. Havia casas de cidadãos com poucos recursos que se espremia por entre propriedades de cidadãos que prosperaram com o comércio, tais como donos de oficinas, olarias e hospedarias (GARLAND, 1987: 143). Por isso não se pode afirmar que tudo era grandiosidade e pompa, alguns prédios residenciais se aglomeravam e formavam *synoikiai*¹¹, configurando construções irregulares que davam ao observador, a ideia de desordem urbana e social (GARLAND, 1987: 143).

Charles W. Hedrick Jr. nos menciona que as construções arquitetônicas helênicas, sobretudo, as atenienses, carregavam muito mais que uma conformação estética; elas envolviam o sentimento de identidade social do seu proprietário. O pesquisador esclarece que para erigir os edifícios, em seus assentamentos, os espaços eram reservados segundo a *memória e imaginário social* do grupo que ali ficaria nucleado (HENDRICK, 1996: 387).

¹¹ O termo *synoikiai* tem por significação: morar junto; em se tratando das famílias de cidadãos *thetes* que residiam próximo a *zona portuária do Pireu*, nos referimos a edificações que detinham os cômodos com paredes anexadas, mas que não configuravam como sendo a mesma residência. Portanto, as portas de acesso ficavam próximas e davam a um observador a ideia equivocada de que se tratava de uma mesma residência e que as famílias residiam juntas.

Para Charles W. Hedrick Jr há duas razões pelas quais, helenos se utilizavam de lugares e edifícios buscando preservar a memória do seu grupo social: uma é *condição participativa* e a outra, a *condição espetacular*. No primeiro caso, as construções e seus respectivos lugares, deveriam proporcionar um contexto estável para as atividades que ali seriam realizadas. Tais lugares deveriam canalizar a manutenção da rotina e dos comportamentos realizados no local, permitindo perpetuar as tradições através de hábitos pré-consciente (*Ibidem*).

Ao criar lugares estáveis associados a determinadas atividades, os atenienses fomentavam delinear sua identidade institucional e perpetuavam os procedimentos sociais e políticos. No segundo caso, a *condição espetacular* dava a esses lugares e a estruturas dessas construções, a peculiaridade de apresentarem-se como objetos de contemplação, encorajando a apreensão do seu dever cívico e participação social (HENDRICK, 1996: 387). Logo, os monumentos, os estaleiros e os templos localizados na *zona portuária do Pireu* - assim como as residências - figuravam como lembretes e confirmações das práticas comunitárias que se realizavam no espaço público, tanto quanto ocorria nos eventos e cultos particulares. Por outro lado, a simplicidade das residências dos menos abastados, refletia o caráter de sua identificação social, sendo percebida pelos grupos sociais abastados como massa. O conjunto arquitetônico das suas residências não destoava de modo espetacular como ocorria com os cidadãos proeminentes, que buscavam destacar sua origem ou fortuna. O fato de estarem nucleados em distanciamento adequado da *Hippodemia* ou prédios públicos, também ressalta a sua condição de não ambição em ocupar magistraturas ou cargos de comando, portanto, os prédios.

Os edifícios públicos, templos, cemitérios e portos, tornavam-se referenciais para ocupação dos espaços. Um remador buscava se estabelecer próximo aos atracadouros, e um carpinteiro próximo aos estaleiros, já um orador próximo a *Hippodemia* ou *Ágora* e, um tragediógrafo ou financiador de espetáculos, próximo ao teatro. Ao redor dos edifícios e espaços públicos, não seria difícil encontrar moradias

simples, de cidadãos sem recursos que buscava algum tipo de trabalho. Por outro lado, pessoas proeminentes também buscavam se estabelecer próximo dos prédios em que exerciam suas atividades cívicas, tais como *chorégia*, *trierarchia*, *strategia* e *prítania*.

Na *zona portuária do Pireu*, toda essa diversidade de construções - edifícios públicos e privados - fossem suntuosos ou mais humildes, mesclavam-se em meio a dinâmica de trabalhos rotineiros comum ao porto. Havia hospedagens, prostíbulos, oficinas de pintura em cerâmica, olarias, carpintarias e estaleiros. A vida girava em prol do comércio - atividade malvista aos olhos da aristocracia fundiária – no entanto, toda essa atividade foi tornando-se cada vez mais comum durante o século V a.C.

Segundo Maria Regina Candido, as atividades do comércio na polis dos atenienses teria se iniciado, no período em que Pisístratos fora tirano e investido no desenvolvimento das zonas urbanas em Atenas. O tirano teria buscado enfraquecer a aristocracia fundiária incentivando as atividades comerciais (CANDIDO, 2004: 35). Essas atividades comerciais permitiram o enriquecimento de uma oligarquia mercantil.

A emergência dos oligarcas, chamados novos ricos, viria logo após Atenas tornar-se uma hegemonia marítima no Mar Egeu, deixando a base agrária da sua economia, para atividades mercantis (CANDIDO, 2004: 38). No dia-a-dia do porto, há figuras de pessoas simples: açougueiros, sapateiros e salsicheiros que na condição de pequenos comerciantes; serviam de intermediários aos grandes mercadores na *Hipodemia* (CANDIDO, 2004: 40). Platão afirma que era possível fornecer alimento ao corpo se tiver fome, bebidas se tiver sede, vestes e cobertores se tiver frio, assim como tudo o que fosse necessário seria fornecido pelos comerciantes varejistas e por atacado, assim como produtos manufaturado, poderia ser confeccionado pelos artífices (PLATÃO. *Górgias*, 517d; *apud* CANDIDO, 2004: 41).

A heterogeneidade de pessoas e atividades de comércio executado na *zona portuária do Pireu* representava o cotidiano vivido pelos cidadãos *thetes* e retratava o compartilhamento da convivência na *zona portuária*. A região portuária era ocupada

por cidadãos atenienses, escravos, mercadores, metécos e estrangeiros; gerando um ambiente de *multiculturalismo*¹².

A propósito do *multiculturalismo*, o pesquisador Edgar Montiel aponta que o fenômeno expõe as sociedades e segmentos sociais a novos símbolos, estabelecendo vínculos identificatórios de grupos comunitários, os quais paulatinamente sofrem mudanças segundo seu nível de conexão. Assim, perfis mudam, muda-se também os seus referentes tradicionais e visões originárias se reorganizam. As identidades tendem a diluírem-se permitindo emergir novas formas de identificação: políglotas multiétnicas, todas migrantes e carregadas com elementos de diversas culturas (MONTIEL, 2003: 20). Vemos que as palavras de Edgar Montiel descrevem o cenário social que circundava a *zona portuária do Pireu*, no qual diversas embarcações estrangeiras atracavam em seus ancoradouros, permitindo uma dinâmica de contato entre *civilidades* diversas, as quais proporcionavam constante transformação.

Muito embora costuma-se apontar os traços etnocêntrico dos atenienses como um referencial a atos genuínos da *civilidade helênica*, tais como: beber o vinho diluído na água à moda ateniense, cultuar os deuses gregos e falar grego; podemos apreender que o problema não era a alteridade da *civilidade estrangeira*, pois os atenienses tinham suas identidades bem definidas pela sua ancestralidade iônica e o culto aos seus ancestrais. A problemática residia na maneira e no grau de influência que o contato

¹² O *multiculturalismo* tem sido bastante debatido nos ciclos acadêmicos e tem se relacionado com fenômenos da *Sociedade Moderna Tardia*, como exemplo a *globalização*. Tal fenômeno envolve questões econômicas, tecnologia e meios de comunicações que deixam o mundo conectado por redes interdependentes que chegam a ultrapassar as fronteiras governamentais e culturais. Os reflexos desse fenômeno geram o sentimento de não pertencer a um lugar específico, as identidades tornam-se difusas em lugares de proliferação de cultura como portos, por exemplo. Contudo, em se tratando da Antiguidade a hibridização, não teria dado certo, pois identidades se mantinham mesmo em locais de circulação de culturas heterogêneas (ZORZI, 2013: 30-31). Embora o conceito de *multiculturalismo* não tenha sido mencionado na Antiguidade, buscamos através de um *campo de experimentação comparado* estabelecer um diálogo entre as temporalidades que envolvem desafios da atualidade e relações que tangenciam o cultural e o social na Antiguidade. O tema do *multiculturalismo* alcançou um relevante interesse em prol do seu debate nas últimas décadas do século XX, no qual foi consolidado pelos estudos comparados envolvendo os ramos da antropologia com a cultura e sociologia aplicada, também conhecida como sociologia intercultural. Em muitos países desenvolveram-se políticas que visavam atender o pluralismo e a reconhecer as identidades culturais múltiplas, incentivando o respeito pelo *ethos cultural* (SIDEKUM, 2003: 9).

com as *civilidades* distintas poderia afetar as tradições atenienses e degradar o culto aos seus deuses e seus ancestrais.

O convívio com cultos estrangeiros poderia modificar a relação entre os grupos sociais atenienses e possibilitar novas representações. Em virtude dessas possibilidades, as *zonas de fronteiras interna* na polis dos atenienses acabou se dividindo no século V a.C. O porto do Pireu e sua *Hippodemia* tornou-se área de atuação heterogênea de cidadãos *thetes*, escravos, mercadores e estrangeiros; enquanto a *Ágora central da polis* buscava manter o ordenamento poliáde, pois em seu redor estavam situados prédios de controle administrativo, tais como o *Pritaneu*. O espaço de comércio e debate na *Ágora* não deveria ser acessível a qualquer estrangeiro que aportasse na cidade.

Ao emergir uma nova ordem comercial na polis dos atenienses, o porto do Pireu deveria tolerar a permanência de estrangeiros e “filtrar” aqueles que detinham o devido prestígio para circular entre seus cidadãos na *Ágora*. Diante da nova ordenação urbana, os *imaginários sociais* dos seus cidadãos, permitiu que os lugares se tornassem próprios e com identidade comum a determinados segmentos sociais que formavam a comunidade poliáde. Nos confins, *eschatya*, permaneceria o diferente e o exótico; na *acrópole*, sacerdotes e funcionários que contabilizavam o tesouro depositado nos santuários; na *asty*, lugar que se encontrava a *Ágora* e edifícios administrativos como o *Pritaneu*, deveria circular: mercadores de prestígio e cidadãos proeminentes que buscavam esses locais para tratar de questões políticas do interesse comunitário; na *chora*: os agricultores; enquanto que no *porto*: escravos, estrangeiros, *metecos*, oradores, mercadores de toda espécie e em grande número, cidadãos de poucos recursos em busca de adquirir subsistência trabalhando por jornada.

Os cidadãos *thetes* que migravam para o porto do Pireu à busca de subsistência, não se viam representados em sua totalidade com os *imaginários da aristocracia ateniense* e por esse expediente, não se preocupavam em afastar a prática de ritos e culto de divindades estrangeiras. Seu interesse tinha por fim único,

conquistar o *misthos* diário e manter sua participação nas assembleias e nos ritos cívicos atenienses, tanto quanto nos festivais teatrais.

Cidadãos de poucos recursos, não se negariam em negociar mercadorias pelo seu valor de mercado, sem levar em consideração sua significação ou prestígio simbólico. Portanto, a *zona portuária do Pireu* sublimava as identidades sociais, aproximando os homens através das atividades econômicas e mercantis. No Pireu, as oligarquias emergiam socialmente e cidadãos *thetes* apoiavam-nas, na medida que geravam os recursos necessários para manterem sua subsistência e sua participação nas assembleias. Através dessa relação, o Porto do *Pireu* acabou dividindo atenção política dos cidadãos com a *Ágora*.

Os que circulavam no ambiente portuário se habituavam com a dinâmica circulação de pessoas no espaço urbano. Se diversificavam dos camponeses que migravam da *chora* para o espaço da *asty* visando participar das assembleias ou mesmo, para se refugiarem das invasões inimigas. Os habitantes da *chora* ao adentrarem a *asty*, viam-se surpresos com a intensidade do tráfego de pessoas.

Nos primórdios da Guerra do Peloponeso Péricles convenceu seus concidadãos à necessidade de se refugiarem atrás das muralhas, visando um conflito de longa duração contra os espartanos. É possível que muitos tenham ficado perplexos com a aglomeração desordenada de pessoas. O quadro descrito por Tucídides, nos permite visualizar uma imagem dessa natureza, vejamos: “*Muitos se instalaram também nos torreões das muralhas da cidade e onde quer que pudessem achar um lugar, pois a cidade não dispunha de espaço apropriado para todos eles reunidos. Mais tarde foram distribuídos em lotes e ocuparam áreas entre as Longas Muralhas e a maior parte do Pireu* (TUCIDIDES, II: 17). Vemos que esse cenário, não causaria o mesmo espanto a um habitante ou frequentador da *zona portuária* que cotidianamente percorria ruas lotada pelo comércio, trabalhando próximo aos escravos e estrangeiros. Nas vias que entrecortavam no porto do Pireu, era comum se deparar com carroças trazendo ou levando mercadorias dos navios atracados. Essas embarcações traziam expressiva

quantidade de estrangeiros que permaneciam à busca de uma hospedaria, taberna para se alimentar, ou templo para prestar reverência aos deuses estrangeiros.

Por fim, a partir do debate exposto, podemos concluir que a *zona portuária do Pireu* contribuiu para a transformação da comunidade ateniense, inserindo entre seus cidadãos, o imaginário de uma cidade marítima e urbana. Tal perspectiva demonstrou-se contrastante com a tradição fundiária – muito embora ser proprietário de um lote de terra ainda figurasse como modelo almejado pelos cidadãos que viviam da jornada trabalhada. Os cidadãos atenienses, agricultores oriundos da *chora*, que buscassem adquirir sua subsistência; para efetuar a troca da sua produção na *Ágora* ou no *Porto*, acabavam em maior ou menor grau dependentes dos mercadores e comerciantes especializados

DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves. *O Poder Marítimo segundo a concepção de Sir Herbert William Richmond (1871-1946): uma análise comparada com Alfred Thayer Mahan*. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão.

ANDRADE, Marta Mega. *A dimensão religiosa das práticas funerárias: o “caso” de Atenas*. In: THEML, Neyde; LESSA, Fábio de Souza e BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha; et alii. (Revista Phoenix, LHIA-UFRJ, ano XIV) Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2008.

ARISTÓPHANES *Les Cavaliers – Les Nuées*. Texte établi par Victor Coulon et traduit par Hilaire Van Daele. Ciquième Édition revue et corrigée. Paris: Boulevard Raspail, 1952.
_____ *Aves*. Tradução de Maria de Fátima Sousa Silva. Lisboa: Edições 70, 1989.

ARISTÓTELES. *A Constituição de Atenas*. Tradução: Francisco Murari Pires. São Paulo: Editora HUCITEC, 1995.

BACZKO, Bronislaw. *A imaginação social*, In: LEACH, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

CANDIDO, Maria Regina. *A Feitiçaria na Atenas Clássica*. Rio de Janeiro: Letra Capital (FAPERJ), 2004.

DETIENNE, Marcel. *Comparar o Incomparável*. Tradução de Ivo Stomiolo. SP: Editora Idéias e Letras, 2004.

DICKS, T. R. B. *Piraeus: The Port of Athens* Author. *The Town Planning Review*, Vol. 39, No. 2 (Jul., 1968), pp. 140-148 Published by: Liverpool University Press Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/40102613>. Accessed: 21/02/2014 10:40.

DUARTE, Alair F. *Participação Política e Social dos Thetes na polis ateniense do século V a.C.* Tese (Doutorado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Rio de Janeiro, 2017.

_____. *Mercenarismo na Atenas Clássica*. Rio de Janeiro: Editora NEA UERJ, 2013.

GARLAND, ROBERT. *The Piraeus: from the fifth to the first century B.C.* London: Duckworth, 1987.

GRIMAL, Pierre. *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. Trad. De Victor Jouboille (4ª Ed.) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

HAESBAERT, Rogério. *Identidades Territoriais*. In: CORREA, Roberto Lobato e *Des-Territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste*. Rio de Janeiro EDUFF, 1997.

HANDRICK, Charles. *Demokratia: a conversation on democracies, Ancient and Modern*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1996.

MONTIEL, Edgar. *A nova ordem simbólica: a diversidade cultural na era da globalização*. In: SIDEKUN, Antônio (Org.). *Alteridade e Multiculturalismo*. Ijuí: Ed. Unijui, 2003.

PLUTARCO. *Vidas Paralelas: Theseo, Rômulo, Licurgo, Numa, Sólon, Púbicula, Temístocles, Camilo Péricles, Fábio Máximo*. São Paulo: 1ª Vol. Editora PAUMAPE S.A, 1991.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. França. São Paulo: Ática, 1993.

REDEN, Sitta Von. *The Piraeus - a world apart*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. In behalf of The Classical Association Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/643070> Accessed: 06/02/2015.

SIDEKUN, Antônio (Org.). *Alteridade e Multiculturalismo*. Ijuí: Ed. Unijui, 2003.

THUCYDIDES. *History of the Peloponnesian War*. Translated by Rex Warner, with an Introduction and Notes by Moses I. Finley. New York: Penguin Grup, 1972.

VERNANT, Jean Pierre. *As origens do pensamento grego*. São Paulo: 7ª. ed. Tradução de Ísis Borges B. da Fonseca. Bertrand, 1992.

_____. *O Homem Grego*. Trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

_____. *Mito e Religião na Grécia Antiga*. Tradução Joana Angélica D'Avila Melo. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. *Problèmes de La Guerre em Grèce ancienne*. Paris: Ed. École dês Hautes Études em Sciences Sociales, 1999.

ZORZI, José Augusto. *Estudos Culturais e Multiculturalismo: uma perspectiva das relações entre campos de estudos em Stuart Hall*. Porto Alegre: (Circulação Interna) UFRS, 2012.

COMO OS ROMANOS ANTIGOS VIAM OS CHINESES?

HOW THE ANCIENT ROMANS SAW THE CHINESE?

André da Silva Bueno¹

¹ Doutorado em filosofia pela Universidade Gama Filho (UGF). Professor adjunto do curso de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e professor do programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH/UERJ)

Correspondência para: André da Silva Bueno (orientalismo@gmail.com)

Recebido em: agosto de 2019; Aceito em: outubro de 2019

RESUMO

Observamos hoje, no campo dos estudos clássicos, um novo interesse pelas relações Extremo Oriente – Ocidente na antiguidade. Obviamente, esse campo é vasto, embora tenha sido pouco explorado, e apenas de maneira esporádica. Índia e China representam duas civilizações desafiadoras, com modelos históricos próprios, e por isso, o estudo de seus períodos históricos mais antigos exige certo grau de especialização. Por outro lado, é possível rastrear, na documentação Greco-romana, citações sobre essas culturas que nos permitem reconstituir o imaginário existente sobre elas no mundo Mediterrâneo. Em nosso ensaio, buscaremos recolher e analisar os fragmentos existentes sobre os chineses na documentação clássica Greco-romana, no período dos séculos I ao III d.C., quando existia um eixo euro-asiático formado pela Rota da Seda, unindo os quatro grandes impérios da época – Roma, Pérsia, Kushan e China – em uma extensa rede comercial e cultural, responsável pela formação de um diálogo rico e fértil. A imaginação romana sobre os chineses nos revela que o mundo antigo era muito mais amplo e aberto do que costumamos acreditar, caracterizando uma interação entre essas sociedades que muitos especialistas em estudos clássicos não costumam prestar a devida atenção.

Palavras-Chave: China; Roma Antiga; História Oriental.

ABSTRACT

Today, in the field of classical studies, we observe a new interest in the Far East - West relations in antiquity. Obviously, this field is vast, although it has been little explored, and only sporadically. India and China represent two challenging civilizations, with their own historical models, and that is why the study of their oldest historical periods requires a certain degree of specialization. On the other hand, it is possible to trace, in

the Greco-Roman documents, quotes about these cultures which allow us to reconstruct the imaginary existing about them in the Mediterranean world. In our essay, we will seek to collect and analyze the fragments existing about the Chinese in classical Greco-Roman documentation, in the period from the 1st to the 3rd century AD, when there was an Eurasian axis formed by the Silk Road, uniting the four great empires of the time - Rome, Parthia, Kushan and China - in an extensive commercial and cultural network, responsible for the formation of a rich dialogue is fertile. The Roman imagination about the Chinese reveals to us that the ancient world was much wider and more open than we used to believe, characterizing an interaction between these societies that many specialists in classical studies do not usually pay due attention to.

Keywords: China; Ancient Rome; Far-east History.

HISTORIOGRAFIA

A história dos estudos das relações entre Roma e China não é nova, de fato. Hirth¹³ escreveu o primeiro livro sobre o tema, fazendo uma ampla recolha de fragmentos que apontavam as relações entre as duas civilizações na antiguidade. Muitos fragmentos chineses, falando sobre o mundo romano, são apresentados. Em sentido semelhante, George Coedès, em 1910, fez uma antologia (ainda não superada) de textos gregos e latinos referentes ao Extremo Oriente.¹⁴ Quatro décadas depois, estava em voga uma teoria que afirmava que o colapso do império romano se daria em função da interrupção da Rota da Seda. A tese foi defendida por ilustres arqueólogos, como Mortimer Wheeler.¹⁵ O assunto foi retomado por autores como Teggart¹⁶, que relacionou os eventos políticos do império romano e do império chinês em sincronia.

¹³ HIRTH, Friedereich. *China and the Roman Orient: Researches into their Ancient and Medieval Relations as Represented in Old Chinese Records*. Hong Kong, 1885.

¹⁴ COEDÈS, George. *Textes d'auters grecs et latins relatifs a L'Extreme Orient*. New York: Ares Publishers, 1977 (First Edition, 1910)

¹⁵ WHEELER, Mortimer. *The Rome beyond the imperial frontiers*. London: Penguin, 1955, p. 203-214.

¹⁶ TEGGART, Frederick. *Rome and China*. Berkeley, University California Press, 1969, p. v-xii; p. 225-241 [First edition, 1939]

Ferguson¹⁷, igualmente, aborda o tema, discutindo o conjunto das relações entre as duas civilizações. A carência de evidências arqueológicas mais sólidas, assim como de um modelo teórico adequado, fez com que essa tese não fosse desenvolvida na época. Sem embargo, a ideia nunca foi abandonada, e o desenvolvimento da arqueologia asiática contribuiria bastante nesse sentido.

Em 1971, Thorley¹⁸ deu prosseguimento a esse campo de pesquisa, publicando um artigo mais amplo, no qual discutia a questão das relações Roma – China. Na sequência, Janvier¹⁹ realizou um importante trabalho sobre a conceituação dos chineses no mundo romano. Enquanto isso, Mazahery²⁰ publicara um memorável estudo sobre a integração do mundo antigo pela Rota da Seda, e Jean Robert-Noel²¹, no mesmo sentido, analisa as relações culturais entre Roma e China, com base na visão romana.

Em 2002, Bueno²² publica seu estudo, ampliando a questão para o que pode ser chamado de um *Sistema Mundial* na antiguidade. No mesmo ano, Warrick Ball²³ apresenta seu estudo, tratando da visão romana sobre o Oriente. Ball é um grande especialista em arqueologia asiática, com um conhecimento profundo sobre o tema. Logo depois, Gary Young²⁴ lança seu livro sobre as rotas comerciais ligando o mundo romano e o Oriente, desde o Mediterrâneo até áreas mais longínquas; e, dando prosseguimento, Raoul McLaughlin²⁵ apresenta os resultados de sua tese de

¹⁷ FERGUSON, John “China and Rome”, in *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt im Spiegel der neueren Forschung* II 9.2, 1978, p.581-603.

¹⁸ THORLEY, John “The silk trade between China and the Roman Empire at his height, circa A.D. 90-130” in *Greece & Rome*. Cambridge, 1971.

¹⁹ JANVIER, Yves “Rome et l’Orient lointain: le problemes des seres” in *Ktema*, 9, Strasbourg, 1984.

²⁰ MAZAHERY, Aly *La Route de Soie*. Paris: Papyrus, 1983.

²¹ NOEL, Jean Robert, *De Rome à la Chine*. Paris: Belles Lettres, 1993.

²² BUENO, André. A. *Rotas do Mundo Antigo*. Rio de Janeiro: Projeto Orientalismo, 2002.

²³ BALL, Warrick. *Rome in the East: the transformations of Empire*. London, Routledge, 2002.

²⁴ YOUNG, Gary. *Rome’s Eastern Trade*. London: Routledge, 2001.

²⁵ MCLAUGHLIN, Raoul. *Rome and the distant East*. London: Continuum, 2010.

doutorado, traçando o panorama mais completo e atualizado sobre as relações comerciais e culturais entre o mundo mediterrânico dominado pelos romanos e o Oriente.

Uma característica desses estudos é que todos, basicamente, repetem as mesmas informações literárias das fontes Greco-romanas, com poucas variações: todavia, elas são enriquecidas pelas descobertas arqueológicas em curso, o que torna cada vez mais vivo o quadro das relações entre romanos e asiáticos. Outro ponto importante em todos os autores aqui citados é que se tratam de especialistas em História e/ou Arqueologia, afastando qualquer risco de lidarmos com propostas exóticas ou fantásticas. Estamos em um plano seguro, sustentado por uma argumentação sólida e baseado em fontes estabelecidas.

Um novo tipo de literatura histórica, que discute as relações possíveis entre Roma e China, surgiu recentemente, tomando por base o caminho comparativo, em busca de modelos de diálogo intercultural e da formulação de estruturas históricas mais amplas. O trabalho de Mutschler e Mittag²⁶ traça um amplo quadro comparativo entre as duas civilizações; no mesmo sentido, a coletânea organizada por Walter Scheidel²⁷ busca estabelecer os pontos comuns entre ambos os modelos imperiais. Scheidel²⁸, em trabalho mais recente, investe na análise das relações de Estado e Poder em China e Roma, dando continuidade a esse campo de pesquisa nos estudos clássicos.

Vemos, portanto, um interesse renovado na questão das relações entre Roma e China, para o qual temos fontes confiáveis e seguras. Nesse nosso pequeno ensaio,

²⁶ MITTAG, Achten & MUTSCHLER, Fritz-Heiner *Conceiving the Empire: China and Rome Compared*. Oxford, Oxford University Press, 2008.

²⁷ SCHEIDEL, Walter (org.) *Rome and China: Comparative Perspectives on Ancient World Empires*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

²⁸ SCHEIDEL, Walter (org.) *State Power in Ancient China and Rome*. Oxford, Oxford University Press, 2014.

visamos uma pequena contribuição nesse sentido, apresentando os aspectos do imaginário romano sobre os chineses, baseado em fragmentos literários.

OS CHINESES NO IMPÉRIO ROMANO

No século III d.C., o cronista Solinus dizia o seguinte sobre os chineses:

Quando voltamos do Oceano Sythico e do Mar Cáspio, vamos em direção ao Oceano Oriental. A partir do início da costa, encontramos neves profundas, longos desertos, além de povos e lugares cruéis, canibais e as mais terríveis bestas selvagens, que tornam metade do caminho praticamente intransitável. Quem conseguir chegar ao fim desse caminho, encontrará uma montanha que domina o mar, que os bárbaros chamam de “Tabis”. Passando por ela, continuamos a atravessar imensos desertos. Após chegar na costa frente a região nordeste, depois de atravessarmos imensas regiões desabitadas, o primeiro povo de que ouvimos falar são os “Seres”; eles aspergem água sobre as folhas de certas árvores, que ao ficarem úmidas, produzem uma substância que se transformará em novelos parecidos com algodão. Esta é a chamada seda, como conhecemos e usamos, que desperta a paixão pelo luxo das mulheres, e com a qual mesmo nossos homens se vestem agora, deixando seus corpos à mostra. Os “Seres” são gente civilizada e pacífica, mas que evita o contato com outros povos, recusando o comércio com outras nações. Todas as vezes que eles atravessam seu rio e saem de seu país para fazer negócios, eles não usam seu idioma, nem conversam; fazem uma estimativa com o olhar, e lançam seu preço. Preferem, aliás, vender suas mercadorias, mas não gostam de comprar as nossas.²⁹

É difícil saber se eram mercadores chineses, de fato. A barreira da língua, bem como o aspecto físico diferente, nos fornecem evidências interessantes. De fato, os romanos da época tinham impressões curiosas sobre os “seres” (como denominavam os habitantes da “Serica” ou “Sinae”, a “Terra da Seda”, a China). Na mesma época, Bardasano, em sua etnografia religiosa no “Livro das Leis dos Países”, comenta positivamente sobre a civilização chinesa:

²⁹ Polyhistory, LI. In Solinus. *Polyhistoire*. Apud George Coedès, *Textes d'auters grecs et latins relatifs a L'Extreme Orient*. New York: Ares Publishers, 1977, p.84.

ISSN 1982-8713

Os Seres (chineses) têm leis que proibem de matar, ou de cometer atos impuros, ou de adorar ídolos; e em toda a Serica não existem ídolos, não existem prostitutas, e ninguém mata, ou é morto: apesar disso, como os outros homens, eles nascem em todas as horas e em todos os dias. Assim, Marte feroz, sempre que está no auge, não domina a liberdade dos Seres, nem obriga um homem a derramar o sangue de seu próximo com uma arma de ferro; nem Vênus, quando junto a Marte, obrigar qualquer homem entre os Seres de cobiçar a mulher do seu próximo, nem qualquer outra mulher. Ricos e pobres, doentes e saudáveis, e governantes e súditos, no entanto, estão lá: porque essas questões estão nas mãos dos governantes.³⁰

Em um trecho semelhante, Orígenes defendia que os chineses não eram ateus, mas que estariam inclinados a conhecer Deus, embora ainda vivessem na ignorância sobre o divino:

Para esta questão, nossa resposta é que, se os citas, as tribos nômades da Líbia, os Seres - que de acordo com Celso não tem nenhum deus - e que outras nações do mundo ainda mais bárbaras, e mesmo os persas, que não suportam a visão de templos, altares e imagens; não se segue que soframos o mesmo que eles, ou que os fundamentos sobre os quais eles se opõem a idolatria são os mesmos que os nossos. Devemos indagar sobre os princípios pelos quais se fundam sua oposição aos templos e imagens, a fim de que possamos aprovar aqueles que se opõem com princípios sólidos, e condenar aqueles cujos princípios são falsos. [...] Os citas, os nômades líbios, os Seres sem Deus, e os persas, concordam nisso com os cristãos e judeus, mas eles são movidos por princípios muito diferentes.³¹

Esses pequenos trechos, sucintos, nos fornecem uma imagem positiva sobre os chineses; mas como ela teria sido construída? Os chineses já apareciam na literatura romana havia dois séculos. Alguns conhecimentos se revelam bastante específicos, tais como a extensão do império chinês, ou que eles eram os produtores de seda. Por essa razão, é possível que os romanos tenham consolidado, ao longo desse tempo, uma visão favorável dos chineses, como uma civilização complexa e desenvolvida. Todavia,

³⁰ *Book of Law of Countries*, p.41. In Bardaisan. *The book of the law of the countries*. Trans. Hans Drijvers. Auflage: Assen, 1965

³¹ *Contra Celsus*, VII: 63-64. In Origen. *Contra Celsus*. Apud George Coedès *Textes d'auters grecs et latins relatifs a L'Extreme Orient*. New York: Ares Publishers, 1977, p.82-83.

essa simpatia não surgiu de imediato. Como veremos, o caminho para que os chineses chegassem até os romanos foi longo e impreciso.

OS CAMINHOS PARA O IMPÉRIO ROMANO

Parece-nos que é milenar a questão de que os chineses vendem seus produtos para o restante do mundo. No período aqui definido, os séculos I ao III d.C., um conjunto significativo de referências aos chineses, e suas mercadorias, foi feita pela literatura grega e latina sob o domínio do império romano. Nada impede que a presença desses produtos chineses fosse anterior ao período aqui escolhido, mas definimos esse contexto para operar de modo mais seguro.

O elemento central do comércio entre Roma e China era a seda. Com o estabelecimento da Rota da Seda pela dinastia Han, no século I a.C., o fluxo de mercadorias em direção ao Ocidente aumentou consideravelmente. A seda era o principal e mais lucrativo produto de exportação chinês. Além de atraente, seu método de fabricação era desconhecido, o que aumentava seu fascínio. A seda era largamente empregada pela elite romana como um demonstrativo de poder e prestígio, um diferenciador social. Por essa razão, seu consumo no mundo romano era grande, embora fosse bastante custosa.

Plínio Velho nos legou um importante fragmento, reclamando de como os romanos gastavam dinheiro com a seda chinesa: “Todo ano a Índia, China e a Arábia levam de nosso império, numa estimativa direta de nossas importações, cerca de cem milhões de sestércios”.³²

Tudo para sustentar uma elite preocupada apenas com a ostentação social, que desprezava o valor da austeridade moral e econômica: “É necessário que peregrinemos até o fim do mundo para que nossas damas possam envolver sua beleza

³² *Natural History*, XII, 84. In Pliny Elder. *The Natural History*. Trans. John Bostock. London: Taylor and Francis, 1885.

com transparentes véus de seda, e os homens gastar suas posses na aquisição do tecido”.³³

Plínio, para nossa surpresa, conhecia os rudimentos da produção da seda, embora pensasse que as lagartas produtoras dos fios agissem como aranhas:

A larva ['bombyx'] torna-se então uma lagarta, após o qual ele assume o estado em que ele é conhecido como 'bombylis', então esse chamado “necydalus”, e depois disso, em seis meses, ela se torna um verme-da-seda. Estes insetos tecem tramas semelhantes as da aranha, e o material que é usado para fazer as peças de vestuário mais caras e de luxo das mulheres, conhecidos como 'bombycina'. Pamphile, uma mulher de Cos, filha de Platea, foi a primeira pessoa que descobriu a arte de desvendar essas teias e tecer um tecido do mesmo; Na verdade, ela deveria ser privada da glória de ter descoberto a arte de fazer vestimentas que, enquanto cobrem uma mulher, ao mesmo tempo revelam seus encantos nus.³⁴

Por fim, ele reclamava, ainda, que os chineses não gostavam de comprar, mas apenas, de vender – mostrando que a questão dos chineses serem comerciantes fechados, como citou Solinus décadas depois, já era bastante antiga.³⁵

O restante do que sabemos foi dito por nossos comerciantes. Eles deixam suas mercadorias nas costas de seu rio, recolhem o os produtos de troca e avaliam seus interesses para troca. Não buscam quaisquer tipos de luxo, e por isso são detestados por nós, tendo em vista que só podemos imaginar o que realmente almejam, ou desejam, já que negociam segundo apenas o seu interesse.³⁶

A preocupação com Plínio era a evasão de rendas do império romano. Apesar de existir uma estrutura burocrática para fiscalizar o recolhimento de impostos, era difícil controlar o quanto se gastava, de fato, com a importação de artigos de luxo.

³³ Ibid *Natural History*, VI, 53-54 (or, VI, 6:20-21); see also XII, 17 and XIV, 22.

³⁴ Ibid *Natural History*, XI, 26.

³⁵ De fato, a comparação com o texto de Plínio nos mostra que Solinus, provavelmente, copiou a *História Natural*. Devemos nos lembrar, porém, que isso não impedia os chineses de estarem circulando pelo império romano. A prática da cópia textual era bastante comum na época.

³⁶ Ibid *Natural History*, VI, 88 (or, VI, 6:24).

Thorley³⁷ afirmou que tal dificuldade provavelmente tornava deficitária a relação entre os romanos e os comerciantes. Paul Veyne³⁸, porém, criticou essa visão pessimista, afirmando que Plínio poderia negligenciar informações, já que estava envolvido com a política de austeridade iniciada pelo imperador Tibério. Os estudos mais recentes são cautelosos em relação a esse debate, embora uma grande quantidade de moedas romanas, achadas na Índia e na China, mostre que os romanos gastavam muito com o comércio estrangeiro.³⁹

De qualquer maneira, a questão é que, junto com a seda, vinha o imaginário sobre seus fabricantes: quem eram os chineses? Quem eram os artesãos que encantavam as damas da sociedade romana, e faziam seus maridos gastarem fortunas com produtos importados? A habilidade dos chineses fez com que eles fossem imaginados como uma nação poderosa e desenvolvida, compondo de modo significativo os conhecimentos romanos sobre o mundo antigo.

QUEM ERAM OS “SERES”?

Floro, com base em um fragmento da *Res Gestae*,⁴⁰ afirmou que os Chineses – os “sinaes” ou “seres” – enviaram emissários para prestar homenagens a Augusto:

Agora que todos os povos do oeste e do sul foram subjugados, e também os povos do norte [...] os citas e os sármatas enviaram embaixadores para procurar nossa amizade. Os indianos e os seres também o fizeram, trazendo elefantes, pérolas e pedras preciosas como presentes, mostrando que haviam feito longa jornada – em torno de quatro anos – e prestaram o

³⁷ Ibid THORLEY, 1971, p. 76-77.

³⁸ VEYNE, Paul. “Rome devant la pretendue fuite de l’or: mercantilisme ou politique disciplinaire?” In *Analles*, 2, 1979, pp. 211-244.

³⁹ TCHERNIA, André. “Moussons et monnaies: les voies du commerce entre le monde greco-romain et l’Inde” in *Analles*, 5, 1995, pp.1007-1009. Ver também Raoul McLaughlin, 2010, p.141-178.

⁴⁰ *Res Gestae*, 31-33. In AUGUSTUS. *Velleius Paterculus and Res Gestae Divi Augusti*. Trans. Frederick Shipley. London, Loeb, 1924

maior tributo possível, e de fato, sua pele mostra que vivem debaixo de outro céu.⁴¹

Os fabricantes de seda eram gente poderosa, mas também, perigosa. Bem antes de Floro, Horácio nos falava dos chineses como um povo corajoso e disciplinado, mas temerário: “Corajoso, disciplinado, que vivia em companhia dos partos, indianos, báltrios, citas, dos povos do Tanus e do Danúbio, todos tendo respeito por Augusto. [...] Cujas flechas são bastante perigosas”.⁴² O poeta Marcial compartilhava a visão de que os chineses poderiam representar uma ameaça, mas invocava o poder do César romano para impor a ordem: “Ó nobreza dos partos e príncipes dos seres, trácios, sármatas, guetos e bretões, eu posso vos mostrar um verdadeiro César: vinde!”⁴³

No entanto, os romanos alternavam seu temor com admiração pelos chineses. Pomponius Mela, antecipando Bardasano e Orígenes, afirmava que: “Os seres são um povo pleno de justiça, mais conhecido pelo comércio que conduzem com zelo, trazendo suas mercadorias de lugares remotos”.⁴⁴ Ovídio cita, também, a admiração pela beleza artística dos tecidos chineses: “Os seres são um povo habilidoso, capaz de produzir tecidos tão finos como fios de cabelo”.⁴⁵

A questão principal, porém, continuava na evasão de rendas do império romano. Sêneca reclamou abertamente contra o uso indiscriminado da seda, que considerava imoral e dispendioso:

Eu posso ver as roupas de seda, os materiais que não escondem o corpo, nem mesmo a própria decência, e nem poderiam ser chamado de roupas [...] para que a mulher adúltera possa ficar visível através

⁴¹ *Epitomae*, II, 34. In Florus, *Epitome of Roman History*. Trans. Edward Foster. London: Putnam, 1929.

⁴² *Odes*, I, 12, 53-57; III, 29, 27-28 e IV, 15, 21-24. & *Odes*, I, 29,9 apud BUENO, *Rotas do Mundo Antigo*, 2002.

⁴³ *Epigramas*, XII, 8, 8-10. Apud André Bueno, *Rotas do Mundo Antigo*, 2002.

⁴⁴ *Chorographia*, III, 60. In Pomponius Mela. *Pomponius Mela's Description of the World*. Trans. Frank Romer. Michigan, University of Michigan Press, 1998.

⁴⁵ *Amores*, I, 14, 5-6. Apud BUENO, *Rotas do Mundo Antigo*, 2002.

de seu fino vestido fino, de modo que seu marido não conheça mais do que qualquer estranho ou estrangeiro o corpo de sua esposa.⁴⁶

Tácito seguiu na mesma linha, clamando uma intervenção imperial contra o dispêndio excessivo da elite romana.⁴⁷ No entanto, de nada serviram tais reclamações. O interesse pelos “seres” continuava grande, o que motivou os cartógrafos da época a buscarem onde ficava a China.

ONDE FICAVA A CHINA?

Devemos ter em mente que a noção de geografia nesse período era regida por claros interesses políticos. Como analisa Norma Mendes:

Os dois espaços fundamentais que estruturavam o universo mental dos romanos são a Urbs et Orbis Terrarum. A Urbs é o centro do mundo, a cidade da vida social, do prazer, dos templos, da riqueza, da cultura e do poder. O Orbis Terrarum é representado gradualmente no momento da conquista por ocasião das cerimônias de triunfo. Ao longo do desfile eram apresentados os mapas com a lista das cidades, os nomes das montanhas e rios conquistados, projetando-se, conforme o conhecimento cartográfico da época, a forma e a distância das regiões submetidas. Após a cerimônia estes mapas eram pintados nos muros dos templos de acordo com o ritmo das conquistas. Evidentemente, por razões políticas e administrativas estes mapas tinham como objetivo visualizar a posse do mundo. Com o estabelecimento solene do Principado, em 27 a.C., consolidou-se a missão divina de conquista, dominação, pacificação e organização de todo o mundo pelos romanos sob o governo do Princeps. Tal concepção ecumênica foi veiculada pela *Res Gestae Divi Augusti*, cujo caráter figurativo pode ter sido o principal objetivo da elaboração de um mapa universal do mundo romano.⁴⁸

⁴⁶ *Excerpta Controversiae*, II, 7. In Seneca *Declamations, Volume I: Controversiae, Books 1-6*. Trans. Michael Winterbottom. Harvard: Harvard University Press, 1974.

⁴⁷ *Annals*, II, 33. e *Annals*, III, 53. In Tacitus. *The Work of Tacitus*. Trans. Alfred Church & William Brodribb. London: MacMillan, 1877.

⁴⁸ Norma Mendes. “As relações entre o princeps e o populus romanorum através do transcrito público”. *Helade 2* (1), 2001, pp. 39-49.

Por essa razão, os primeiros mapas romanos não eram precisos, quando precisavam identificar onde ficava o Extremo Oriente. Cartógrafos profissionais, como Estrabão⁴⁹ e Agripa⁵⁰ tiveram dificuldade em localizar onde ficava a China. Já Lucano⁵¹ e Horácio⁵² mostraram uma ignorância absoluta, situando os chineses espalhados pela Ásia ou mesmo, na África. Pausanias nos dá um exemplo claro, de como se poderia conjugar uma descrição sensível da criação da seda, com o desconhecimento geográfico.⁵³ Pompônio Mela, porém, já conseguira identificar os chineses pouco acima da localização exata da Índia, numa época em que a China dominava vastas porções dessa área. Era um reflexo direto da expansão chinesa através da Rota da Seda, que levou a dinastia Han até as fronteiras com a Índia Kushan. O trabalho de Ptolomeu, porém, eclipsou grande parte de seus antecessores. Ele conseguiu apontar a China com razoável precisão, além de identificar possíveis rotas para a mesma.⁵⁴

A evolução desses conhecimentos nos mostra que as informações estavam chegando ao mundo romano, fosse por meio de seus próprios agentes, fosse por meio da presença chinesa. Talvez por isso, a citação de Solinus, feita algum tempo depois, não seja impossível. É possível que os chineses estivessem chegando até Roma, do mesmo modo que os chineses afirmavam que os romanos enviaram embaixadas até o seu país. Novamente, não podemos saber o quanto essas afirmações são totalmente

⁴⁹ *Geographia*, XV, 1, 4; XV, 1, 37. In Strabo, *Geography*. Trans. John Sitlington. London: Putnam's sons, 1917.

⁵⁰ NICOLET, Claude 'Representation of Space: Agrippa's Geographical Work', in *Space, geography, and politics in the early Roman Empire*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1991, pp. 95-122.

⁵¹ *Pharsalia*, I, 19-20; X, 141-143; X, 292-293. In Lucano. *Pharsalia*. Apud George Coedès *Textes d'auteurs grecs et latins relatifs a L'Extreme Orient*. New York: Ares Publishers, 1977.

⁵² *Epodes*, VIII, 15. In Horace. *Horace, Odes and epodes*. Boston: B.H. Sanborn & Co., 1919.

⁵³ *Description of Greece*, VI, 26, 6-9. In Pausanias, *Pausanias Description of Greece with an English Translation*. Trans. William Jones. Harvard: Harvard University Press, 1918.

⁵⁴ *Ptolemy's Geographia*, I, 11; I, 13-14 and VI, 16. In Ptolemy, *Géographie*. Apud George Coedès, *Textes d'auteurs grecs et latins relatifs a L'Extreme Orient*. New York: Ares Publishers, 1977.

verdadeiras. A questão, porém, é que a imagem dos chineses parecia importante o suficiente para que os romanos construíssem, sobre ela, uma noção de respeito.

O ADVENTO CRISTÃO

Voltamos agora ao início de nossos fragmentos textuais. Tanto Solinus como Bardasano e Orígenes viviam em uma época em que Roma parecia dar seus primeiros sinais de cansaço. Solinus invocava o antigo discurso de austeridade de Plínio Velho, enquanto Bardasano e Orígenes compartilhavam um novo modo de olhar o mundo: a doutrina cristã. Todavia, uma mudança marcara a transformação desses discursos: os estrangeiros, antes ameaçadores, agora eram tomados como exemplos de civilização. Para fazer o contraste da decadência dos costumes romanos, esses escritores invocavam imagens de outras civilizações para ilustrar um modo de vida ideal. Os cristãos iam além: um modo de vida, completamente novo, estava sendo construído. Na *Carta a Diogneto*, um retrato dos cristãos é construído:

Os cristãos, de fato, não se distinguem dos outros homens, nem por sua terra, nem por língua ou costumes. Com efeito, não moram em cidades próprias, nem falam língua estranha, nem têm algum modo especial de viver. Sua doutrina não foi inventada por eles, graças ao talento e especulação de homens curiosos, nem professam, como outros, algum ensinamento humano. Pelo contrário, vivendo em cidades gregas e bárbaras, conforme a sorte de cada um, e adaptando-se aos costumes do lugar quanto à roupa, ao alimento e ao resto, testemunham um modo de vida social admirável e, sem dúvida, paradoxal. (*Carta a Diogneto* 5, 2-4)⁵⁵

Esse mundo sem fronteiras culturais era a pretensão dos cristãos. Escritores como Bardasano⁵⁶ e depois, Cesário⁵⁷, acreditavam que as sociedades ordeiras e

⁵⁵ In *Padres Apologistas*. São Paulo: Paulus, 2016.

⁵⁶ BUENO, André “Etnografia religiosa no Livro das Leis dos Países” in *Nearco*, 2, 2015, p.15-25.

⁵⁷ *Dialogues*, II, 109. In Cesarius, *Dialogues*. Apud George Coedès, *Textes d'auters grecs et latins relatifs a L'Extreme Orient*. New York: Ares Publishers, 1977.

civilizadas, tais como a dos chineses, eram um lugar adequado para a expansão da doutrina cristã, e mostravam a piedade de Deus para com os povos que não o conheciam. O século III d.C., portanto, se encerrava com uma visão positiva da longínqua China, embora as preocupações romanas, em breve, deixariam de ser o contato com as nações longínquas para se transformarem na questão da própria sobrevivência do império.

CONCLUSÃO

Na construção das imagens sobre os chineses, os romanos não fizeram mais do que transpor, sobre eles, suas idealizações. Os chineses, porém, estavam distantes; eram poderosos, mas ariscos; não pareciam ameaçadores, mas eram desenvolvidos, e talvez, ‘não fossem bárbaros’.⁵⁸ Era possível pensar o mundo chinês com mais segurança e simpatia do que a Pártia, por exemplo. Não podemos afirmar com segurança de os contatos institucionais entre Romanos e Chineses foram absolutamente verídicos, mas a China não fora nunca considerada uma inimiga. Talvez os chineses fossem entendidos como um espelho distante, os “romanos do Oriente”, tal como os chineses chamavam respeitosamente os romanos de “Grande Qin”, em homenagem a dinastia anterior que havia governado a China. De qualquer modo, a terra dos “seres” era um lugar especial, um país admirável e mágico, de onde provinha a seda, e um povo favorecido pela natureza:

Existem nações que desfrutam de uma grande longevidade. Referimos-nos, por exemplo, aos Seres, que vivem trezentos anos. Alguns atribuem sua longevidade ao ar, outros ao sol, outros enfim, a sua alimentação. Dizem mesmo que o país inteiro não bebe nada mais do que água pura.⁵⁹

⁵⁸ Para entender a ideia de bárbaros, ver: GOUVEIA, Márcio “Roma et Barbaries: a evolução do conceito de barbárie na antiga Roma”. In: *PhaoS*, N.12, 2012, pp. 5-27.

⁵⁹ *Macrobioi*, 5. In Lucian. *Makrobioi*. Apud George Coedès *Textes d’auteurs grecs et latins relatifs a L’Extreme Orient*. New York: Ares Publishers, 1977.

Séculos depois, esse imaginário continuaria a inspirar os viajantes em direção ao Oriente, seguindo os passos da duradoura Rota da Seda.

BIBLIOGRAFIA

AUGUSTUS *Res Gestae*, 31-33. In *Velleius Paterculus and Res Gestae Divi Augusti*. Trans. Frederick Shipley. London, Loeb, 1924.

BALL, Warrick. *Rome in the East: the transformations of Empire*. London, Routledge, 2002.

BARDAISAN, *Book of Law of Countries*, p.41. In Bardaisan. *The book of the law of the countries*. Trans. Hans Drijvers. Auflage: Assen, 1965.

BUENO, André “Etnografia religiosa no Livro das Leis dos Países” in *Nearco*, 2, 2015, p.15-25.

BUENO, André. A. *Rotas do Mundo Antigo*. Rio de Janeiro: Projeto Orientalismo, 2002.
CESARIUS *Dialogues*, II, 109. COEDÈS, Georges *Textes d’auteurs grecs et latins relatifs a L’Extreme Orient*. New York: Ares Publishers, 1977.

COEDÈS, George. *Textes d’auteurs grecs et latins relatifs a L’Extreme Orient*. New York: Ares Publishers, 1977 (First Edition, 1910).

DIOGNETO, *Padres Apologistas*. São Paulo: Paulus, 2016.

FERGUSON, John “China and Rome”, in *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt im Spiegel der neueren Forschung* II 9.2, 1978, p.581-603.

FLORUS. *Epitomae*, II, 34. In *Epitome of Roman History*. Trans. Edward Foster. London: Putnam, 1929.

GOUVEIA, Márcio “Roma et Barbaries: a evolução do conceito de barbárie na antiga Roma”. In: *PhaoS*, N.12, 2012, pp. 5-27.

HIRTH, Friedereich. *China and the Roman Orient: Researches into their Ancient and Medieval Relations as Represented in Old Chinese Records*. Hong Kong, 1885.

ISSN 1982-8713

HORACE *Epodes*, VIII, 15. In *Horace, Odes and epodes*. Boston: B.H. Sanborn & Co., 1919.

HORÁCIO. *Odes*, I,12, 53-57; III, 29, 27-28 e IV, 15, 21-24. & *Odes*, I, 29,9 apud BUENO, *Rotas do Mundo Antigo*, 2002.

JANVIER, Yves “Rome et l’Orient lointain: le problemes des seres” in *Ktema*, 9, Strasbourg, 1984.

LUCANO, *Pharsalia*, I, 19-20; X, 141-143; X, 292-293. Apud COEDÈS, George *Textes d’outers grecs et latins relatifs a L’Extreme Orient*. New York: Ares Publishers, 1977.

LUCIAN *Macrobioi*, 5. COEDÈS, Georges *Textes d’outers grecs et latins relatifs a L’Extreme Orient*. New York: Ares Publishers, 1977.

MARCIAL *Epigramas*, XII, 8, 8-10. Apud André Bueno, *Rotas do Mundo Antigo*, 2002.

MAZAHERY, Aly *La Route de Soie*. Paris: Papyrus, 1983.

MCLAUGHLIN, Raoul. *Rome and the distant East*. London: Continuum, 2010.

MENDES, Norma. “As relações entre o princeps e o populus romanorum através do transcrito público”. *Helade 2* (1), 2001, pp. 39-49.

MITTAG, Achten & MUTSCHLER, Fritz-Heiner *Conceiving the Empire: China and Rome Compared*. Oxford, Oxford University Press, 2008.

NICOLET, Claude 'Representation of Space: Agrippa's Geographical Work', in *Space, geography, and politics in the early Roman Empire*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1991, pp. 95-122.

NOEL, Jean Robert, *De Rome à la Chine*. Paris: Belles Lettres, 1993.

ORIGEN, *Contra Celsus*, VII: 63-64. Apud COEDÈS, George. *Textes d’outers grecs et latins relatifs a L’Extreme Orient*. New York: Ares Publishers, 1977, p.82-83.

OVÍDIO *Amores*, I, 14, 5-6. Apud BUENO, *Rotas do Mundo Antigo*, 2002.

PAUSANIAS *Description of Greece*, VI, 26, 6-9. In *Pausanias Description of Greece with an English Translation*. Trans. William Jones. Harvard: Harvard University Press, 1918.

PLINY *Natural History*, XII, 84. In Pliny Elder. *The Natural History*. Trans. John Bostock. London: Taylor and Francis, 1885.

POMPONIUS MELA. *Chorographia*, III, 60. In *Pomponius Mela's Description of the World*. Trans. Frank Romer. Michigan, University of Michigan Press, 1998.

PTOLEMY'S *Geographia*, I, 11; I, 13-14 and VI, 16. Apud COEDÈS, Georges *Textes d'auteurs grecs et latins relatifs a L'Extreme Orient*. New York: Ares Publishers, 1977.

SCHEIDEL, Walter (org.) *Rome and China: Comparative Perspectives on Ancient World Empires*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

SCHEIDEL, Walter (org.) *State Power in Ancient China and Rome*. Oxford, Oxford University Press, 2014.

SENECA *Excerpta Controversiae*, II, 7. In *Declamations, Volume I: Controversiae, Books 1-6*. Trans. Michael Winterbottom. Harvard: Harvard University Press, 1974.

SOLINUS, *Polyhistory*, LI. Apud COEDÈS, George. *Textes d'auteurs grecs et latins relatifs a L'Extreme Orient*. New York: Ares Publishers, 1977 (First Edition, 1910).

STRABO, *Geographia*, XV, 1, 4; XV, 1, 37. In *Strabo, Geography*. Trans. John Sitlington. London: Putnam's sons, 1917.

TACITUS *Annals*, II, 33. e *Annals*, III, 53. In *The Work of Tacitus*. Trans. Alfred Church & William Brodribb. London: MacMillam, 1877.

TCHERNIA, André. "Moussons et monnaies: les voies du commerce entre le monde greco-romain et l'Inde" in *Analles*, 5, 1995, pp.1007-1009.

TEGGART, Frederick. *Rome and China*. Berkeley, University California Press, 1969, p. v-xii; p. 225-241 [First edition, 1939]

THORLEY, John "The silk trade between China and the Roman Empire at his height, circa A.D. 90-130" in *Greece & Rome*. Cambridge, 1971.

VEYNE, Paul. "Rome devant la pretendue fuie de l'or: mercantilisme ou politique disciplinaire?" In *Analles*, 2, 1979, pp. 211-244.

WHEELER, Mortimer. *The Rome beyond the imperial frontiers*. London: Penguin, 1955, p. 203-214.

YOUNG, Gary. *Rome's Eastern Trade*. London: Routledge, 2001.

AS TRANSFORMAÇÕES DA ACRÓPOLE DE ATENAS, A MONUMENTALIDADE EMBLEMÁTICA DO PARTENON E DAS SUAS ESCULTURAS

*THE TRANSFORMATIONS OF THE ACROPOLIS OF ATHENS, THE EMBLEMATIC
MONUMENTALITY OF PARTENON AND ITS SCULPTURES*

Celina Figueiredo Lage¹ e Guilherme da Silveira Ev²

¹ Celina Figueiredo Lage é professor de Graduação e de Pós Graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

² Guilherme da Silveira Ev é graduando em filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Correspondência para: Celina Lage (celinalage@gmail.com).
Recebido em: agosto de 2019; Aceito em: novembro de 2019

RESUMO

Situado no alto da Acrópole de Atenas, o Partenon é hoje considerado um dos mais importantes monumentos da antiguidade clássica a sobreviver até nossa atualidade. Mais do que um mero testemunho histórico da cidade de Atenas daquele período, o templo é também visto como um símbolo da noção de patrimônio cultural. O presente artigo pretende, a partir de uma recapitulação dos eventos que marcaram a história do Partenon e suas esculturas, demonstrar como ele foi sujeito a vários usos e transformações ao longo do tempo e como sua monumentalidade se tornou emblemática.

Palavras-Chave: Acrópole; Atenas; Partenon.

ABSTRACT

Perched high on the Acropolis of Athens, the Parthenon is today considered one of the most important monuments of classical antiquity to survive until our times. More than a mere historical testimony of the city of Athens from that period, the temple is also seen as a symbol of the notion of cultural heritage. This article intends, from a recap of the events that marked the history of the Parthenon and its sculptures, to demonstrate how it has been subject to various uses and transformations over time and how its monumentality has become emblematic.

Keywords: Acropolis; Athens; Parthenon.

O PARTENON E SUAS TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS

Antes da construção do Partenon, os atenienses haviam começado a construir um outro templo sobre a rocha da Acrópole, o qual porém seria destruído antes mesmo de ser completado durante a invasão dos persas em 480 a.C. Tal invasão se deu por represália aos atenienses, uma vez que dez anos antes estes haviam ajudado as colônias gregas no oriente próximo a se rebelarem contra o império persa que, contra-atacando, acabou perdendo batalha contra os gregos em Maratona, mesmo possuindo flagrante superioridade numérica em seu exército. Humilhados com a derrota, as forças persas retomaram sua busca por vingança dez anos mais tarde, porém encontram a cidade de Atenas vazia; seus habitantes haviam fugido temporariamente, abandonando casas, terras e plantações. O exército persa devastou então toda a cidade e seus templos, porém posteriormente perderia mais uma batalha contra os atenienses, desta vez por mar, em Salamina.

A constante ameaça de invasões provindas do oriente fez com que várias cidades gregas se articulassem na fundação da chamada Liga de Delos, que tinha como objetivo a criação de um fundo comum para a manutenção de uma frota marítima que pudesse conter futuros ataques. Os atenienses foram então encarregados da construção e manutenção de navios, enquanto as demais cidades participavam enviando recursos ao tesouro comum da liga. Com uma segunda grande vitória dos gregos em Plateias em 479 a.C., a possibilidade de uma invasão persa se tornou cada vez mais remota, e os atenienses, persuadidos por Péricles, passaram a usar o dinheiro arrecadado pela Liga de Delos para reconstruir sua cidade, sendo o carro chefe de tal projeto justamente a construção do Partenon, um templo de grande proporção projetado para o culto à deusa Atena. Os arquitetos encarregados de sua construção foram Iktinos e Calícrates, enquanto a Fídias, amigo de Péricles, foi incumbida a tarefa de supervisionar o projeto e de confeccionar a estátua de Atena e as demais esculturas. Iniciou-se assim o longo processo de construção do Partenon, que

terminaria em 432 a.C. com a finalização dos frontões⁶⁰.

Além de ser um monumento dedicado à deusa Atena, o templo também desempenhava um importante papel na vida da cidade. Todos os anos os atenienses festejavam o nascimento miraculoso de Atena, concebida a partir da cabeça de Zeus, nas chamadas Panateneias. Em tal data toda a cidade saía em procissão até a Acrópole. Eles levavam consigo o *péplos*, um manto votivo bordado durante nove meses por jovens mulheres atenienses eleitas para a função, a ser apresentado diante de uma antiga estátua da deusa feita de madeira, além de oferendas e inúmeros animais para serem sacrificados em sua homenagem. De quatro em quatro anos eram celebradas as Grande Panateneias, que envolviam também concursos de ginástica e música. Tudo indica que após a sua construção o Partenon tornou-se o ponto de chegada desta procissão, a qual foi ricamente retratada ao longo do seu friso⁶¹.

Além do seu aspecto religioso, o Partenon pode ser visto também como um monumento de triunfo dos gregos sobre os persas. Basta olharmos para as métopas do templo, para notarmos a recorrência de temas bélicos e agonísticos nas esculturas que as adornavam: na face leste do templo, as métopas retratavam a luta dos deuses contra os titãs; na oeste, a luta dos atenienses contra as amazonas; no lado Norte, as cenas representavam a guerra de Tróia, e nas métopas voltadas para o sul, a centauromaquia. O *ágon* ou “disputa” já foi inúmeras vezes apontado como um elemento central da democracia grega, mas as cenas de luta que foram esculpidas nas métopas do Partenon representariam não apenas uma disputa, mas também um “outro” contra o qual foi necessário combater para que o atual estado de coisas se estabelecesse. Acima das métopas Leste e Oeste estavam os dois pedimentos do templo; o primeiro retratava o nascimento de Atena da cabeça de Zeus, sendo assistido por vários deuses, enquanto o segundo a disputa entre Atena e Poseidon pelo

⁶⁰ Ibidem, p. 35-36.

⁶¹ Esta é a interpretação mais corrente acerca do friso do Partenon, mas há quem proponha também outras. Sobre a questão ver Jenkins, Ian, *The Parthenon Frieze*, The British Museum Press, Londres, Inglaterra, 1994. p. 24-34.

território ático, enquanto alguns heróis locais contemplam as dádivas dadas pelos dois; a oliveira de Atena e a fonte de águas cristalinas de Poseidon. O riquíssimo jogo de imagens visível na parte externa do templo provavelmente estavam em uma comunhão íntima de sentido com as imagens presentes no interior deste, e especialmente com a estátua de Atena, repleta de símbolos que apontam para inúmeros mitos e narrativas. A estátua não sobreviveu até nós, mas sabemos pelos relatos conhecidos, que em sua égide, presente de Zeus, estava representada a cabeça da Medusa; em seu escudo havia cenas de batalha, a amazonomaquia na parte externa e na parte de dentro a guerra contra os gigantes; na lança da deusa enroscava-se uma serpente; seu elmo era decorado com a imagem de uma esfinge e dois grifos; no pedestal sobre o qual se erguia a estátua havia um relevo narrando o nascimento de Pandora; e ela segurava uma imagem da deusa Nike com sua mão direita⁶².

Após sua construção, o Partenon sofreu uma série interminável de alterações em seu projeto original, através dos vários usos e situações adversas aos quais foi submetido. Já no século III d.C., enquanto Atenas estava sob domínio dos bárbaros e hérulos, o templo teria sido vítima de um incêndio, que destruíra completamente seu teto, sendo este substituído por um outro, de madeira⁶³. No século VI, ele foi transformado em uma igreja bizantina dedicada a Santa Sofia, o que implicou em várias mudanças estruturais no prédio. Segundo Kornilia:

A transformação do edifício em uma igreja cristã, e de fato em uma Basílica, aconteceu da seguinte forma: os dois espaços formalmente independentes da adega interior eram conectados por três portas que se abriam na parede divisória. O antigo templo principal, sendo de três corredores, servia como templo da basílica cristã, enquanto a antiga asa à direita servia como seu *narthex* (zona de entrada). A porta à esquerda foi eliminada para que se colocasse em seu lugar o santuário cristão, em conformidade com as orientações das igrejas

⁶² Vannoy, Charles Amzi, *Studies on the Athena Parthenos of Pheidias*, PhD tesis, State University of Iowa, 1914. <http://ir.uiowa.edu/etd/3905>; Cartwright, Mark. *Athena Parthenos by Pheidias*, Ancient History Encyclopedia. Last modified January 25, 2015. <http://www.ancient.eu/article/785/>.

⁶³ Chatziaslani, Kornilia, *Morosini in Athens*. Archaeology of the City of Athens, disponível online em http://www.eie.gr/archaeologia/En/chapter_more_8.aspx.

cristsãs, enquanto a porta à direita existente do templo foi retida como entrada principal. Nessa Igreja, o imperador Basileu II veio orar em 1018 após sua vitória em cima dos búlgaros.⁶⁴

O Partenon continuaria funcionando como uma basílica bizantina até 1205, ano no qual Bonifácio II de Monferrato invade Atenas e saqueia a cidade e seus templos, para depois transformá-los em igrejas católicas. O Partenon se converte então em “Igreja Latina de Nossa Senhora”, e tem várias de suas estátuas destruídas pelos cristãos em atos iconoclastas. Aproximadamente cem anos mais tarde, em guerra contra o império Otomano, o então imperador bizantino Andrónico II contratou a chamada Companhia Catalã como mercenários para ajudá-lo na guerra. Os catalões logo se voltaram contra Andrónico e assumiram o controle do ducato de Atenas até 1388, ano no qual Nério I assume o posto de duque de Atenas. Com a morte deste, o Partenon foi convertido em um mausoléu para abrigar o cadáver do falecido duque⁶⁵. É importante frisar que, durante este tempo, ainda se ignorava qual era a divindade à qual o templo fora dedicado inicialmente, sendo ele chamado genericamente de “Panteão” ou “templo ao deus desconhecido”⁶⁶.

O Partenon foi transformado em uma mesquita durante os séculos XV a XVI. O sultão Mehmet II, chegando em Atenas, teria se encantado com a cidade e seus monumentos, deixando-os intocados até o momento que foi vítima de uma conspiração por parte dos habitantes da cidade, momento em que decidiu puni-los transformando a então Igreja de Nossa Senhora em uma mesquita, que receberia o nome de Ismaidi ou “mesquita do castelo”. Adicionou também ao prédio um minarete, um mirabe e um mimbar.⁶⁷

Apesar das inúmeras modificações feitas pelos bizantinos e otomanos, da

⁶⁴ Ibidem.

⁶⁵ Op.cit. García-Aragón, Alejandro e Spyrou, Andreas.

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ Ibidem.

destruição de algumas estátuas pelos cristãos e do incêndio no século III, tudo indica que a estrutura do Partenon permanecia ainda sólida e suas colunas inteiras, como podemos observar a partir de algumas gravuras feitas pelos venezianos no século XVII⁶⁸. Tudo isso mudaria justamente a partir deste mesmo século, com a guerra entre a “Liga Santa” (composta, com o apoio do Papa, por Veneza, Austria e Polônia) e os otomanos na Grécia. Determinados a barrar o avanço otomano pelo ocidente, os venezianos, sob a liderança de Morosini, contrataram um exército de cerca de 10 mil mercenários, a serem administrados pelo conde Otto Willhelm von Konigsmark. No início do ano de 1685, eles se reuniram na ilha de Lido e seguiram para a Grécia a bordo das embarcações venezianas. Em pouco tempo, conseguiram derrotá-los em todo o Peloponeso e conquistar a região. Indecisos sobre se passariam o inverno no Peloponeso ou se se engajariam em ainda outra expedição militar durante o verão, decidiram marchar para Atenas, que ainda estava sob domínio turco. Os atenienses, porém, entraram em contato com os venezianos solicitando-os a não ataquem, e prometendo pagar uma soma de dinheiro anualmente caso eles desistissem da campanha. Esta proposta foi acatada em um primeiro momento mas, posteriormente, um novo conselho de guerra decidiu continuar com a expedição, encorajado inclusive por uma nova delegação de mensageiros dos atenienses que, tendo mudado de ideia, asseguraram os venezianos de que as condições dos turcos em Atenas eram precárias e que estes estavam aterrorizados com a possibilidade de um ataque por parte da Liga. Morosini, von Konigsmark e seu exército se dirigiram então para Atenas, dividindo-se em dois grupos para causar menos alarde e surpreender os inimigos. O plano deu certo, e os otomanos, quando viram o exército inteiro da Liga aproximando-se da cidade, entraram em pânico e subiram imediatamente para Acrópole onde ficava a sua fortaleza. Segundo o embaixador britânico em Atenas na época, havia em torno de quatrocentos homens no alto da rocha⁶⁹.

⁶⁸ As gravuras podem ser vistas em op.cit. Chatziaslani, Kornilia.

⁶⁹ Ibid.

Dentre as táticas de cerco empregadas pelos venezianos, uma delas foi o uso de artilharia pesada, mais especificamente, 15 canhões e 5 morteiros⁷⁰. Após vários ataques sem resultado, no dia 22 de setembro, um desertor foge da fortaleza e avisa os venezianos que os turcos estavam todos reunidos dentro do templo (o Partenon), uma vez que pensavam que os cristãos jamais fossem atirar contra ele, e que também haviam levado para lá uma grande quantidade de pólvora. Os soldados imediatamente começaram a atirar seus projéteis na direção do Partenon, mas nenhum conseguia penetrar o edifício, uma vez que este era feito de mármore e portanto bem fortificado. O desastre, porém, fora apenas adiado por alguns dias, uma vez que, como narrado por Chatziaslani,

A noite de 26 de setembro (próximo ao 27), durante a lua cheia, uma bomba – alguns afirmam que foi acesa por um tenente de Lunenburg – conseguiu passar por uma abertura no telhado e incendiar uma grande quantidade de pólvora que era armazenada no interior do templo. A explosão subsequente dividiu o templo em dois, arruinando uma estrutura preciosa das artes clássicas. As venezianas, de acordo com as fontes, explodiram em cacos. Alguns gritaram “vida longa à república”, enquanto outros “vida longa a Konigsmark.”⁷¹

A Acrópole ardeu em chamas durante dois dias, e todos os seus monumentos foram danificados. Ao explodir, o carregamento de pólvora, que provavelmente estava sendo armazenado dentro do Partenon, causou grande destruição ao templo. Nas suas ruínas foi construída posteriormente uma mesquita no século XVIII.

A “ESPOLIAÇÃO” DAS ESCULTURAS DO PARTENON

Esperaríamos que, chegados ao século XVIII, no qual as ideias e as descobertas

⁷⁰ Ibid.

⁷¹ Ibid.

do Renascimento já estavam bem estabelecidas nos meios intelectuais europeus, o Partenon, deixando de ser o “templo ao deus desconhecido” para se tornar novamente “o grande templo de mármore de Palas, a admirável obra de Fídias”⁷², encontraria agora o respeito e a admiração que merece. É aí que entra em cena o “pior espoliador”⁷³ do templo de Atena; o escocês Thomas Bruce, 7.º Conde de Elgin e 11.º Conde de Kincardine.

Elgin foi apontado embaixador extraordinário em Constantinopla em 1799, permanecendo no cargo até 1803. Para compreendermos melhor suas ações enquanto embaixador, devemos antes tratar brevemente do forte clima de competitividade, especialmente entre França e Inglaterra, que se instaurou a partir do século XVIII, no que diz respeito à aquisição de antiguidades e ao fortalecimento de seus respectivos museus nacionais. Com as conquistas de Napoleão e a expansão do império francês, inúmeras antiguidades, grande parte delas provindas do Egito e do Oriente Médio, foram gradualmente transportadas para a França no intuito de compor o acervo do Louvre e outros museus nacionais. Ficava cada vez mais claro que tal processo não constituía apenas um apreço renovado pelas obras do passado, mas era também emblemático do poderio econômico e militar do vasto império francês. Os ingleses não deixaram de constatar que a aquisição de antiguidades havia se tornado um poderoso instrumento de demonstração de poder e de propaganda política, e rapidamente se empenharam em ampliar o acervo do Museu Britânico. Tal museu contava, na segunda metade do século XVIII, apenas com obras provenientes de algumas coleções privadas, e o nível de envolvimento do estado para a sua aquisição era ainda discreto em comparação ao que viria a ser no início do século seguinte⁷⁴. Hooek caracteriza a aquisição de antiguidades pela Inglaterra deste período como um processo “híbrido”,

⁷² Palavras escritas por Ciriaco de Pizzicoli em sua viagem à Grécia, que se deu nos anos de 1436 e 1444. Em op.cit. García-Aragón, Alejandro e Spyrou, Andreas.

⁷³ Lord Byron, *The Curse of Minerva*, disponível online em <http://mykeep.com/lordbyron/curseofminerva.html>.

⁷⁴ Hooek, Holger, *The British State and the Anglo-French Wars Over Antiquities, 1798-1858*, *The Historical Journal*, 50, I (2007), pp. 49-72.

ou uma espécie de “parceria público-privado”. De acordo com Hoock:

Enquanto a rivalidade nacional despertou as ambições do governo britânico, empreendimentos arqueológicos na Grécia, Egito, Ásia Menor, Mesopotâmia e no centro do Norte africano, eram intrinsecamente ligadas aos interesses militares e diplomáticos acerca de influência e poder. Através do século XIX, a iniciativa de viajantes privados, arqueólogos e diplomatas individuais continuou a ser importante para o sucesso do empreendimento arqueológico britânico. Contudo, os britânicos também utilizaram seu poderio militar e influência diplomática para investigar, escavar e remover artefatos antigos que de outra forma alcançariam Paris, Munique ou Berlim.⁷⁵

Com incentivo e financiamento do estado, tornava-se cada vez mais plausível o transporte para a Grande Bretanha de obras que, se dependessem do recurso de arqueólogos, comerciantes ou diplomatas desamparados, jamais chegariam a tocar o seu solo. A tendência, portanto, de remoção e transporte de antiguidades de outros países, inaugurada na Inglaterra principalmente por colecionadores privados no século XVIII, assiste a um movimento progressivo de interesse e auxílio estatal no século XIX, até chegar ao ponto em que estamos hoje, i.e., no gigantesco acervo multicultural de museus nacionais que se autodenominam “universais”, como por exemplo o Museu do Louvre, Museu do Vaticano e Museu Britânico.

Elgin, que chega em Atenas na virada do século XIX, está plenamente imerso nesta corrida por antiguidades. Assim como muitos outros homens de estado da sua época, Elgin também nutria um grande interesse por arte clássica, e ademais fora instruído pelo arquiteto encarregado de construir sua nova casa na Escócia, Thomas Harrison, a estudar a arquitetura dos antigos prédios enquanto estivesse em Constantinopla⁷⁶. As intenções por trás do interesse de Elgin de fato são confusas: por um lado, ele expressa seu interesse em “desempenhar um serviço essencial para as

⁷⁵ Ibid. p. 53.

⁷⁶ Bangs, Jessie, *The History of the Elgin Marbles: Past, Present and Future*. Disponível em <https://www.nicholls.edu/art-dhc/2004essay2.html>.

artes na Inglaterra”, com a adição de que “Bonaparte jamais obteve algo deste tipo, apesar de todos os seus roubos na Itália”⁷⁷; ao mesmo tempo, porém, comenta que gostaria muito de adquirir ornamentos para sua mansão escocesa uma vez que “o efeito seria admirável” e que “há outros lugares na casa que o necessitam [i.e., de ornamentos]”⁷⁸. As afirmações de Elgin não dificultam muito o trabalho de quem deseja denunciar seus atos e defender a restituição das obras aos gregos; na primeira, ele mesmo compara a extração das obras do Partenon aos “roubos” de Napoleão na Itália, na segunda, anuncia o uso particular que planejava para algumas das obras.

Há suspeitas de que para conseguir retirar as obras, Elgin tenha subornado as autoridades locais⁷⁹. Apesar de a extração dos mármores do Partenon ter sido uma iniciativa pessoal de Elgin, e de ele próprio ter arcado com os custos da operação, foi a sua posição de embaixador britânico que teria hipoteticamente possibilitado a ele a obtenção de um suposto *firmán* (uma permissão) do sultão otomano para, primeiro, tirar moldes das obras e, depois, para extraí-las. A autenticidade desse documento é altamente debatida, principalmente em função de sua redação. O documento que está em posse do museu britânico é uma suposta tradução que fora feita para o italiano (cujo original teria se perdido), onde estaria expressa a permissão para que fossem retirados “alguns pedaços de pedra” e “blocos de pedra com inscrições ou figuras”⁸⁰. Ora, os itens constantes na tradução do *firmán* soam significativamente mais singelos do que a monumentalidade daqueles retirados por Elgin do templo. De qualquer forma, a posse de tal documento teria provido grandes liberdades a Elgin. Além disso, apesar de se tratar de uma iniciativa privada por parte de Elgin, o estado britânico lhe ofereceu inúmeros navios para o transporte das esculturas, que somadas pesavam

⁷⁷ Op.cit. Hoock, Holger.

⁷⁸ Op.cit. García-Aragón, Alejandro e Spyrou, Andreas.

⁷⁹ KORKA, Heleni. The reunification of the Parthenon sculptures in the light of the new international practice regarding the return of cultural property. (doutorado em História e Arqueologia). Atenas, 2009, National Kapodistrian University of Athens, 420 págs. (KORKA, 2009, p.234).

⁸⁰ Cf. Williams, Dyfri, *Lord Elgin's firman*, Journal of the History of Collections vol 21 no I (2009), pp. 49-76.

cerca de 200 toneladas.

Elgin teria contratado uma equipe de aproximadamente 300 pessoas para fazer a extração das obras, e encontrou muita dificuldade nesta tarefa, devido à hesitação dos trabalhadores locais em executá-la. Os que viveram em Atenas durante esta época pouco ou nada sabiam acerca da antiguidade clássica, de suas personagens ou história, mas viam em seus monumentos testemunhas de um tempo mítico e de um povo lendário, “os Helenos”, os quais acreditavam ter sido de uma linhagem ancestral diferente da deles. Por isso, muitos atribuíam a tais monumentos propriedades sobrenaturais; alguns pedaços de mármore eram usados como amuletos, ou colocados sobre as portas das casas, e ninguém ousava interferir nos antigos templos por medo dos espíritos que, acreditavam eles, ainda rondavam as antigas colunas de mármore. Segundo Hamilaki:

As pessoas estavam reagindo, indignadas com a destruição de artefatos, não por conta de qualquer senso de proteção das heranças, mas por conta que eles temiam que a destruição poderia provocar os espíritos sobrenaturais que habitavam o monumento, que poderiam vir a trazer doenças e outros desastres para a população, como forma de punição e retribuição. Monumentos, e especialmente estátuas, adquiriram identidade de indivíduos, com propriedades humanas e reações emocionais (...). Algumas lendas descrevem esculturas como sendo seres humanos, que eram mutilados e petrificados por feiticeiros; o espírito em seu interior (geralmente referenciado como árabe) é frequentemente escutado ao chorar devido as suas condições.⁸¹

O autor cita ainda que, durante a extração das obras do Partenon, um grupo de trabalhadores contratados por Elgin, enquanto carregavam algumas esculturas da Acrópole ao porto do Pireu, as teriam abandonado no meio do caminho alegando ter ouvido lamentos e protestos vindos do espírito que habitava as estátuas. O próprio Elgin se transformaria posteriormente em uma figura de certas narrativas locais, que

⁸¹ Hamilakis, Yannis, *Stories from exile: Fragments from the cultural biography of the Parthenon (or 'Elgin') marbles*, World Archeology, 31:2, pp. 303-320.

contavam a história do homem inglês que havia perturbado os espíritos dos antigos mármores⁸².

Os habitantes locais não foram os únicos a repreenderem a mutilação templo. O paisagista Giovanni Battista Lusieri, que havia sido contratado por Elgin para fazer desenhos do Partenon e que o havia aconselhado, após a obtenção do *firmán*, a retirar inteiras esculturas do templo em vez de meros fragmentos, parece ter posteriormente se arrependido de seus atos, e teria pedido ao embaixador para permanecer em Atenas após a extração das obras, para que “algumas das barbaridades” que ele havia cometido a serviço de Elgin “possam ser esquecidas”. Também o escultor Canova, a quem Elgin teria solicitado que restaurasse os mármores por ele obtidos, teria respondido que “seria sacrílego de sua parte ou de qualquer outro homem pensar em tocá-las com um cinzel”⁸³.

A mais célebre denúncia, porém, aos atos de Elgin, viria de ninguém menos que seu contemporâneo Lorde Byron, que em um poema intitulado *The Curse of Minerva* (A Maldição de Minerva), escrito em 1811 quando o poeta tinha apenas 23 anos, representa a própria deusa Atena lançando uma maldição sobre Elgin e seus descendentes⁸⁴. Nele, o eu-lírico passeia pela Acrópole ao pôr-do-sol, admirando as ruínas e ao mesmo tempo lamentando-se pelo desaparecimento dos deuses. Desolado, o poeta invoca a deusa Atena, que para a sua surpresa aparece diante dele. Vestindo uma armadura danificada e empunhando uma lança quebrada, a deusa, com lágrimas nos olhos, trava um diálogo com o poeta, no qual denuncia os atos de Elgin, segundo ela pior que os dos godos e otomanos, e lança uma furiosa maldição contra o embaixador britânico. Após muitas intempéries, ele de fato se viu arruinado financeiramente, e foi obrigado a vender as esculturas ao Museu Britânico em 1816, por uma soma irrisória. Em 1817 as esculturas passaram a ser exibidas em uma galeria

⁸² Ibid.

⁸³ Op.cit. García-Aragón, Alejandro e Spyrou, Andreas.

⁸⁴ Lage, Celina F., *A Maldição de Minerva: Lord Byron e as Esculturas do Partenon*.

temporária e posteriormente foi transferida para o Elgin Room (denominado atualmente Room 17) e depois para a Duveen Gallery que foi construída em 1930.

Chama atenção o fato de que o Museu Britânico comprou estas obras em 1816, ciente de que não existia nenhum documento que comprovasse a origem lícita destas aquisições por parte de Elgin. O único documento que acompanhava as obras era uma tradução para o italiano da suposta permissão do sultão, no qual não constava nenhum tipo de assinatura, como comentamos anteriormente. O Parlamento Britânico instituiu um comitê em 1816 para examinar o caso e aconselhar sobre a compra das esculturas de Elgin, reunindo e analisando toda a documentação existente. Por fim, o comitê argumentou a favor da compra, caracterizando-a como um “asilo honorável” a ser oferecido a estes monumentos por um país livre.

É interessante ressaltarmos que a compra das esculturas pelo Museu Britânico foi considerada pela própria comissão parlamentar como um “asilo”, em reconhecimento ao seu alto valor artístico e cultural⁸⁵. Se considerarmos o cenário mundial desta época, e levando em consideração que a Grécia estava dominada pelos otomanos, perceberemos claramente o contexto desta aquisição, que foi caracterizada pelo comitê como uma forma de proteger o monumento da degradação e da destruição causada pela guerra.

Desde a independência da Grécia em 1829, muitos foram os pedidos por parte do governo grego para o repatriamento das esculturas do Partenon. Uma célebre campanha foi levada à frente pela atriz grega Melina Mercuri durante o seu mandato como ministra da Cultura entre 1981 a 1985. Sua atuação trouxe notoriedade mundial à demanda de reunificação das obras, contudo foi apenas em 2009 com a inauguração do novo Museu da Acrópole que a questão voltou a ser discutida com maior intensidade.

A inauguração do museu marcou de forma determinante uma nova etapa na

⁸⁵ (1916). Report from the Select Committee of the House of Commons on the Earl of Elgin's collection of sculptured marbles. London, LDN: J. Murray, W. Bulmer and Co..

campanha para reunificação das obras, uma vez que trata-se de um museu contemporâneo equipado de maneira excelente para receber as obras que se encontram no Museu Britânico. O novo museu possui uma curadoria inovadora a qual pretende reconstituir a narrativa fragmentada do templo dedicado a Atena, sendo ele o objeto principal ao qual foi dedicado com grande destaque todo o terceiro andar do prédio. Se antes havia o argumento de que a Grécia não possuía um local adequado para exibir as esculturas justificando assim sua permanência na Inglaterra, após a inauguração do museu esse argumento caiu por terra. A campanha pela reunificação foi abraçada pela comunidade internacional, demonstrando que essa não é apenas uma demanda da Grécia mas uma demanda que diz respeito a um patrimônio da humanidade, fato este que podemos verificar pela existência de comitês nacionais em diversos países do mundo.

A percepção dos diálogos que o museu estabelece com o seu contexto, nos leva a afirmar que a curadoria do museu se estabelece como uma poética capaz de atribuir novos sentidos e lançar novos olhares sobre a Acrópole, sobre o passado e o presente da cidade de Atenas, respeitando a sua paisagem cultural intertemporal. Ao mesmo tempo, a curadoria propõe a construção de novas narrativas, em vista das esculturas que estariam ausentes, vislumbrando sua reunificação no futuro.

Na atualidade, a Acrópole tornou-se símbolo da civilização ocidental, uma vez que os seus primórdios são identificados justamente na Grécia Antiga. Foi declarada patrimônio mundial em 1987 pela UNESCO, que a reconheceu como um símbolo universal do espírito e da civilização clássica. A UNESCO reconhece que a Acrópole simboliza a própria idéia de “patrimônio mundial” (UNESCO, 2006, p.1), dada a sua importância. Note-se, de passagem, que o próprio símbolo da UNESCO é uma alusão ao Partenon. Por extensão, a sua imagem tornou-se, assim, símbolo do patrimônio cultural.

Na atualidade, podemos afirmar que o Partenon e a Acrópole de Atenas se transformaram em verdadeiros templos do turismo, atraindo a cada ano um número

recorde de visitantes, interessados pela paisagem, história, cultura, arte e pelos valores humanísticos representados pelo monumento. Antes de ir para as ilhas no verão, grande parte dos turistas que visitam a Grécia passam por Atenas com objetivo de visitar a Acrópole e fotografar o Partenon. O templo, assim, tornou-se o símbolo da beleza, da arte clássica, da democracia, da liberdade, dos direitos humanos, do equilíbrio, da harmonia, da justiça, do conhecimento e de muitos outros valores positivos.

Contudo, como podemos observar no decorrer da sua história, não são apenas os valores humanísticos e culturais que estão associados à sua imagem. Se observarmos a conturbada história do Partenon ao longo dos séculos, percebemos que sua existência foi marcada por inúmeras transformações que modificaram seu uso e os seus significados. Sejam as modificações e as agressões feitas em sua estrutura física, seja a mudança dos cultos religiosos de seus diversos conquistadores, seja os diferentes usos do prédio, o fato é que o monumento testemunha uma história de resistência e de barbárie. As inúmeras guerras e ataques violentos a que foi submetido poderiam ser citados como exemplo concreto do que Walter Benjamin identifica como monumento de cultura e ao mesmo tempo monumento de barbárie. Ele discorre na tese 7 em seu ensaio “Teses” Sobre o Conceito de História que:

Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corvéia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura.

Ao refletirmos sobre os aspectos apontados por Benjamin à luz da história do

Partenon, veremos que ele simbolizaria tanto o monumento de cultura que incorpora os valores clássicos humanísticos da Grécia Antiga, tidos como os valores fundadores da civilização ocidental, e ao mesmo tempo representaria o monumento de barbárie, da sede de poder e dos ataques que ainda se mostram visíveis em sua estrutura inúmeras vezes danificada e mutilada. Entendidas dessa forma, as esculturas do Partenon poderiam ser vislumbradas como esse despojo que os dominadores carregam em um cortejo simbólico, o qual teria tomado a forma de uma “exposição de horrores” no Museu Britânico. As obras, além da sua história conturbada, carregam consigo a memória da forma brutal com que foram espoliadas e posteriormente adquiridas pelo Museu Britânico em um contexto de guerra. Ressalta-se que, mesmo a Grande Bretanha ela mesma não tendo invadido a Grécia, ela possuía uma grande rede de influências que se estendia até o Império Otomano, fato este que permitiu a Elgin remover as peças de um país sob ocupação otomana e posteriormente vendê-las ao estado que o financiava.

A história dos vencedores e seus troféus, que seriam os despojos denominados também como bens culturais, como aponta Benjamin, são exibidos comumente como parte da narrativa de museus do tipo “universais”. O’Neill cita o fato de que em 2002 cerca de trinta museus, entre eles os chamados “big five” (cinco grandes), a saber, o Hermitage em São Petesburgo, o Metropolitan Museum em Nova Iorque, o Berlin State Museum em Berlin, o Louvre em Paris e o British Museum em Londres se autodeclararam “instituições universais”⁸⁶, segundo os quais seus discursos pretendem representar todas as culturas do mundo em suas coleções. O’Neill aponta diversas incongruências nesse discurso, sendo uma delas o fato de esses museus não trabalham com valores transnacionais capazes de promover os valores positivos da diferença cultural, em vista da intolerância que assola o mundo atual. O objetivo dessa declaração conjunta foi ratificar uma narrativa curatorial obsoleta que continua a

⁸⁶Mark O’Neill. Enlightenment museums: universal or merely global? *Museum and society*, Nov 2004. 2 (3) 190-202. p. 190.

prevalecer sobre as coleções destes museus, muitas delas adquiridas em contextos de guerra ou colonizações realizadas nos últimos séculos, apoiando a posição defensiva do Museu Britânico frente ao pedido iminente de reunificação das esculturas do Partenon que se fortalecia a cada dia com a construção do novo Museu da Acrópole. Nota-se que a onda de repatriamentos de bens culturais iniciada a partir da década de 1970 é uma tendência definitiva, e que os pedidos de restituição se avolumam cada vez mais, colocando em risco a continuidade da existência desse tipo de museu. Recentemente, em agosto de 2013, a Grécia propôs um processo de mediação através da UNESCO, solicitando que a Grande Bretanha dialogasse sobre a reunificação das esculturas do Partenon, a qual foi recusada posteriormente pelo conselho curador do Museu Britânico. O temor dos museus ditos “universais” é a de que, caso as esculturas do Partenon retornem um dia, a elas se siga um avalanche de pedidos de repatriação que iria esvaziar suas coleções.

Por fim, as mudanças de alinhamento, as alterações estruturais, os prédios inacabados, as diferentes entradas, a participação de diversos arquitetos, pintores, escultores e outros artistas, a presença ou a ausência de vegetação, as adaptações, as restaurações, os diferentes cultos e festas religiosas, as depredações, os incêndios, os saques, as mutilações e o turismo massivo com o passar do séculos imprimiram suas marcas no Partenon, causando muitas transformações. Chegado a este ponto, o edifício, já sem teto e muito danificado, é incapaz de servir de abrigo, fortaleza, mausoléu, castelo, igreja, mesquita ou templo, ele se tornou uma estrutura grave e austera, desmembrada, insistindo em permanecer de pé como a testemunhar a sua história conflituosa e a denunciar os crimes bárbaros que sofreu. Tanto o templo, quanto as esculturas divididas entre diversos museus, em sua monumentalidade constituem símbolos emblemáticos de cultura, de barbárie e de resistência.

Além dos trabalhos de restauração que estão em curso, uma de suas mais recentes transformações pode ser apreciada à noite: a nova iluminação criada por Pierre Bideau, no ano de 2004. A convite do cineasta grego Michális Kakoyánis, Bideau

realizou o sonho de sua vida: iluminou toda a Acrópole com mais de mil espécies de luzes, tendo sido o Partenon iluminado com trezentos e sessenta e quatro tipos diferentes. O efeito alcançado faz com que a acrópole pareça flutuar em meio à cidade e, segundo ele, faz o monumento “respirar na noite”. Foram colocadas luzes sem brilho no interior do Partenon, de cor amarelada, semelhante ao fogo, dando uma vida interna ao prédio. Deu-se forma às colunas com uma luz branca neutra, uma de cor amarelo ouro e outra branca quebrada. O projeto de iluminação ressaltou a tridimensionalidade das construções e também estabeleceu uma analogia com o movimento da luz solar: o lado leste ganhou luz branca ofuscante e o oeste um branco mais quente. A intenção não foi a de alterar a beleza do monumento, mas apenas cobri-lo com uma “luz imperceptível”⁸⁷.

A nova iluminação de Bideau revelou uma visão absolutamente inédita do monumento. Sinais de novos tempos e da situação econômica privilegiada que a Grécia passava naquele momento com a realização dos Jogos Olímpicos modernos em seu solo, antes de sobre ela se abater a crise econômica iniciada em 2010 e as mazelas da política de austeridade, que continuam a afligir sua população até os dias de hoje. Podemos finalmente afirmar que o Partenon, como emblema de cultura e de barbárie, é um “work in progress” (obra em construção), que atravessa os tempos e não cessa de surpreender e de maravilhar com sua complexa monumentalidade, cujos significados se multiplicam incessantemente.

BIBLIOGRAFIA

(1916). Report from the Select Committee of the House of Commons on the Earl of Elgin's collection of sculptured marbles. London,LDN: J. Murray, W. Bulmer and Co.

BANGS, Jessie, *The History of the Elgin Marbles: Past, Present and Future*. Disponível em <https://www.nicholls.edu/art-dhc/2004essay2.html>.

⁸⁷Benveniste, Eliza. O Magos tou fotos. In: *Epsilon*. N. 694, 01-08-2004. Athens. P. 36-7.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENVENISTE, Eliza. O Magos tou fotos. In: *Epsilon*. N. 694, 01-08-2004. Athens. P. 36-7. Delivorrias, Angelos, *The Sculptures of the Parthenon*, in: TOURNIKIOTIS, Panayotis (Ed). *The Parthenon and its impact in modern times*. Athens/New York: Melissa, 1996.

BYRON, Lord. The Curse of Minerva, disponível online em <http://mykeep.com/lordbyron/curseofminerva.html>.

CHATZIASLANI, Kornilia, Morosini in Athens. Archaeology of the City of Athens, disponível online em http://www.eie.gr/archaeologia/En/chapter_more_8.aspx.

DELIVORRIAS, Angelos. “The Sculptures of the Parthenon: Form and Content.” In: *The Parthenon and its Impact in Modern Times*. Atenas: Panayotis Tournikiotis, 1996. Pp. 100–135.

DORMENT, Richard, The Elgin Marbles will never return to Athens – the British Museum is their rightful home, *The Telegraph*, Londres, 30 de junho, 2009. Disponível em <http://www.telegraph.co.uk/journalists/richard-dorment/5699534/The-Elgin-Marbles-will-never-return-to-Athens-the-British-Museum-is-their-rightful-home.html>.

DYFRI, Williams. Lord Elgin's firman, *Journal of the History of Collections* vol 21 no 1 (2009), pp. 49-76.

GARCÍA-ARAGÓN, Alejandro e SPYROU, Andreas, *El Partenón: símbolo desmembrado de la identidad europea*, disponível online em http://www.eens.org/EENS_congresses/2010/Garcia-Aragon_Alejandro.pdf.

HAMILAKIS, Yannis, *Stories from exile: Fragments from the cultural biography of the Parthenon (or 'Elgin') marbles*, *World Archeology*, 31:2, pp. 303-320.

HOOCK, Holger, *The British State and the Anglo-French Wars Over Antiquities, 1798-1858*, *The Historical Journal*, 50, I (2007).

JENKINS, Ian, *The Parthenon Frieze*, The British Museum Press, Londres, Inglaterra, 1994.

KORKA, Heleni. *The reunification of the Parthenon sculptures in the light of the new international practice regarding the return of cultural property*. (doutorado em História

e Arqueologia). Atenas, 2009, National Kapodistrian University of Athens, 420 págs.

LAGE, Celina F. A maldição de Minerva: Lorde Byron e as Esculturas do Partenon. *Artefilosofia* (UFOP), v. 20, p. 59-68, 2016.

O'NEILL, Mark. Enlightenment museums: universal or merely global?, *Museum and society*, Nov 2004. 2 (3) 190-202.

ODDLY, Andrew, The Conservation of Marble Sculptures in the British Museum before 1975, *Studies in Conservation*, Vol. 47, No. 3 (2002).

TOURNIKIOTIS, Panayotis (Ed). *The Parthenon and its impact in modern times*. Athens/New York: Melissa, 1996.

UNESCO. Acropolis, Athens: (Cycle 1) Section II Summary. UNESCO / World Heritage Center, 2006.

VANNOY, Charles Amzi, *Studies on the Athena Parthenos of Pheidias*, PhD tesis, State University of Iowa, 1914. <http://ir.uiowa.edu/etd/3905>; Cartwright, Mark. *Athena Parthenos by Pheidias*, Ancient History Encyclopedia. Last modified January 25, 2015. <http://www.ancient.eu/article/785/>.

WOODFORD, Susan, *El Partenón*, trad. Rafael Lassaleta, Ediciones Akal S.A., Madrid, Espanha, 1990.

STYMPHALOS, A CITY IN ANCIENT ARCADIA

STYMPHALOS, UMA CIDADE NA ARCÁDIA ANTIGA

Hector Williams¹

¹ *Professor e pesquisador da University of British Columbia*

Correspondência para: Hecor Williams (hector.williams@ubc.ca)

Recebido em: setembro de 2019; Aceito em: novembro de 2019

ABSTRACT

This article intends to address introductory topics about the Arcadian city of Stymphalos, by exposing a brief history of the archaeological excavations carried out at the site.

Keywords: Stymphalos; Arcadia; Archaeology.

RESUMO

Este artigo pretende abordar tópicos introdutórios sobre a cidade arcadiana de Stymphalos, através da exposição de uma breve história das escavações arqueológicas realizadas no local.

Palavras-Chave: Stymphalos; Arcadia; Arqueologia.

Some 600 metres up in the mountains of the northeastern Peloponnese are the remains of the small Arcadian city of Stymphalos. Excavations by the Canadian Archaeological Institute at Athens (now the Canadian Institute in Greece) between 1994 and 2005, uncovered many areas of a little known and modest town, which owed the fame it has to Herakles' deed of killing the Stymphalian birds there. The town lies at the northwestern edge of Lake Stymphalos, a shallow body of water that occasionally disappears in dry years. Small-scale excavations by the Greek archaeologist Anastasios Orlandos in the 1920s revealed a few areas of the site but were published only in brief reports. In 1982, the Greek Archaeological Society allowed the Canadian Institute to begin a three-year programme of survey across the site as

part of a joint project that included the nearby medieval monastery of Zaraka. In 1993, the Society turned all rights of excavation over to the Institute, and then, our digging began.

Our teams excavated fourteen different areas of the city within fortification walls that surrounded an area approximately 800 by 800 metres as well as a temple and cemetery site two kilometres north of the city. Topographic and geophysical survey work in the 1980s had established that the city had been laid out on a regular orthogonal grid plan (the so-called Hippodamian system) likely around 375-350 BC after the Spartan defeats at Mantinea and Leuctra. According to the travel writer Pausanias, there was an earlier city in the area but it is not certain where it was located. Our excavations sought to recover as much as possible of the history of a town that appeared only occasionally in historical sources. We chose a number of areas to uncover which, we thought, would give us information about such subjects as religious structures, public buildings, houses, city defences, and cemeteries. We also hoped to establish a pottery chronology for the area and to determine how long the city existed. In all these areas, we had considerable success but, of course, much remains to be learned.

Orlandos had cleared a small area at the western end of the low acropolis that dominates the site on its southern side; foundations of a small late classical temple and an adjacent building have always been visible there but he did not investigate them. This site proved to be the richest of the areas we dug and has recently been published. Although the architecture was modest, the small finds were particularly abundant: for example, the site provided one of the largest collections of bronze jewelry found anywhere in Greece, offerings of the women of the city. Fragments of gold and silver jewelry suggest that there were richer dedications that were long ago plundered. Much to our surprise, we also found over a hundred projectile points from arrows and catapult missiles, many of which came from a destruction level that covered the area. It is likely that Stymphalos was “collateral damage” in the Roman

conquest of the area during the Achaean War (149-146 BC); a counterfeit Roman silver coin of 149 BC found in the lower site seems to confirm this hypothesis. Certainly all the other finds, especially the pottery (long petalled moulded bowls), cluster around the middle of the second century BC. Thereafter this part of the site was largely abandoned apart for small-scale use (first and second century AD lamps), perhaps for religious purposes.

The temple itself was a modest building about 11 m. by 6 m. constructed from the local limestone. A series of orthostates supported mud brick walls which were decorated with red painted plaster and which supported a tile roof. When the building burned and collapsed the remains covered parts of two marble statues, a late archaic kore and a life sized temple child of fourth century BC date. Such korai are rare in the Peloponnese and it is remarkable that it was brought to the temple as much as 150 years after it was made. Temple children are rare too and its presence suggested a goddess connected with child raising. Artemis is the divinity particularly associated with Stymphalos but Pausanias records that her temple (still not found) still existed in the mid second century AD. Orlandos found a fragmentary inscription (now lost) dedicated to Athena Polias near the site; for some time we thought the temple might have been hers but now are more inclined to see it perhaps belonging to Eilythyia. Our colleague, Professor Gerald Schaus, who supervised the excavations in the area and who edited the publication found a graffito preserving some of the letters of her name.

The other architectural features included a simple altar east of the temple and a rectangular building just northeast of it. The latter structure consisted of a porch and a main room but later had annexes added on its north and west sides. It possibly served as a priest's dwelling and as a place to store offerings to the goddess. The west annex had a series of 22 conical loom weights of Hellenistic date on its floor; it may have served to produce cloth for the sanctuary, perhaps to cloth the cult image.

A second major of excavation was the lakeside plain east of the acropolis. Parch marks in the soil and geophysical survey revealed traces of a regular street system with

ISSN 1982-8713

roads six metres wide and blocks over a hundred metres in length. Building foundations were less than half a metre below surface although excavation was often difficult because of the high water level in the soil. We noticed from the electrical resistivity survey that one of the roads had structures built out into it, something that was not likely to have happened when the city was intact so we chose to dig across a street, a block of houses, another street, and part of a second block. Unlike the situation at other orthogonal sites like Olynthos and Halos, however, the remains were complicated: it is clear that there was some Roman period reoccupation of the site after its rough handling in 146 BC. We uncovered the remains of two (or possibly one large) Roman villas that dated to the late first century BC and that were abandoned after an earthquake in the 30s AD. The presence of a well preserved spatha or cavalry sword, a round shield and a dagger, suggested that it might have been the home of a retired Roman veteran, a cavalry officer given an estate in the area during the great Augustan settling of veterans in the northern Peloponnese (especially at Corinth and Patras) after the battle of Actium in 31 BC. Some of the rooms were especially well appointed with plaster walls drafted to look like marble paneling (First Pompeian Style). Pottery smashed in ways typical of earthquake damage suggested the date. We also found the decayed wooden remains of a door fitted with dozens of bronze decorative studs. No human remains or objects of value were found; however, so it is likely the site was cleaned out after the earthquake. Only pottery, including some Arretine wares imported from Italy, and a few small finds remained. No one settled the site again, at least in the southern area that we dug, but Pausanias indicates there was at least a modest human presence at the temple of Artemis. The major activity in the Roman period was the great aqueduct of Hadrian built in the 120s to carry water from the lake down to Corinth, the thriving Roman capital of the province. We located over half a kilometre of underground and arched constructions that carried the water across the lake plain to a great tunnel at the southeastern corner of the valley.

The Roman rebuilding and the constant overrunning of the site by the lake's waters (at least in the last century or so when the level of the lake was artificially raised for a new aqueduct to Corinth) did extensive damage to the earlier Hellenistic remains at the site. We were able; however, to uncover parts of several houses and at least one well, which indicated the city had a solid urban structure with well-built houses (mud brick on rubble stone foundations). It was also clear that there were occasional problems with flooding: a road surface had been paved with broken pieces of pottery to deal with mud and down the centre of another road; a massive drain had been added to supplement the shallow narrow drains on one or both sides of the city's streets.

Another area of importance that we investigated was the city walls, towers and gates. Much of the foundations of the mudbrick circuit is still visible and we filled in missing portions by resistivity survey. Arcadia was famous for its mercenary soldiers and one of most important surviving writers on defences and siegecraft was a 4th c. BC Stymphalian, Aeneas Tacticus. It was not surprising therefore, to find that the relatively simple system of walls reinforced with semicircular and rectangular towers was reinforced by the end of the 4th century BC by three special artillery towers and a courtyard gate similar on a smaller scale to the famous Arcadian Gate at Messene. The circuit nevertheless was quite simple and most of the gates were simple overlaps of the walls, at times supported by a tower; a similar system was found at Mantinea, not far south of Stymphalos. The wall was generally about three metres across with no traces of a ditch in front.

The artillery towers were interesting: two of them replaced earlier and smaller towers in order to provide flanking fire along the western and southern sides of the city. One was hexagonal but the other at the highest point of the city was rectangular with thick mudbrick walls still preserved at lower levels; they may have cushioned the impact of catapults mounted on the tower. Similarly the new southeastern gate was a much more sophisticated entrance than its predecessor. Orlando had not noticed

there were remains of a simpler gate at the site on this corner of the city, perhaps leading out to the road to Phlious, the next polis east of Stymphalos. Two other gates appear on the south side: one near the large quarried area in the centre of the south side of town is a simple opening in the circuit wall while another is at the end of a long ramp leading up from the lakeside to an upper level of the acropolis. It is noteworthy that a long stretch of the city wall on its northern side is completely missing above surface; it is possible that the stones here were robbed out in the 13th century to build the nearby Cistercian monastery of Zaraka half a kilometre to the north. Certainly, there was extensive use of recycled blocks from ancient Stymphalos in the abbey church walls.

Outside the actual city, we made a significant discovery during salvage excavations about two kilometres to its north beside the modern highway leading out of the village. Preparation of a building site revealed foundations as well as Doric architectural elements (column drums, architraves) from a substantial temple. Particularly striking were over twenty marble roof tiles that seem to have gone with the building. Marble tiles are relatively uncommon in Greece and their presence at a modest mountain town suggests an abundance of wealth there in the late classical period. We recovered little stratigraphic evidence at the site, which had been much altered in the sixth century AD, when it became a Christian cemetery. One grave contained a coin of Justinian datable to about AD 535.

It is striking that we have located five areas of early Christian burial from the late fourth-sixth centuries AD in different areas of the site. Inside the large artillery tower on the acropolis, there were simple inhumations as well as finely constructed tile lined graves (one containing a few fragments of human bone but a well-preserved skeleton of a medium sized dog). Several hundred metres to the north along the city's western wall at the other large rectangular artillery tower we found another group of burials. In front of the temple on the acropolis were remains of an infant as well as an adult burial. Moreover, at the eastern end of the acropolis there were several graves in

the shallow soil that covered the rocky area. We have not, however, found architectural remains of, for example, late antique houses or a church to go with the cemeteries, which may have belonged to individual families.

Perhaps the richest area of the site architecturally is the southern side between the city wall and the slopes of the acropolis. It was in this area that Orlandos did most of his excavating; he also published a plan of the structures he uncovered although he gave few details about them. They included a still functioning fountain house, a tholos like structure that might have been a heroon, a possible palaestra, an exedra, and a small temple. He also found a block of stone that had been hollowed out into a rectangle with an opening at the bottom; he called it a bothros for sacrifices but it is more likely to have been a klepsydra, one of few water clocks ever found in Greece. Our own work uncovered the scene building of a late classical/early Hellenistic theatre (previously unsuspected). Rock cut seating on the side of the acropolis immediately to the north had been earlier thought to be for a one sided stadium because the seats ran in a straight line along the slope.

Other areas of the site have also been excavated: on the flat top of the eastern acropolis, for example, we found poorly preserved foundations of late classical/early Hellenistic structures into which had been inserted early Christian graves in the fifth century AD. Of particular interest was the presence of a puppy burial in the foundations of one of the structures; with it was a late 4th c. BC black gloss cantharus.

In terms of human habitation in the area our most unusual discovery was a Middle Palaeolithic handaxe, datable to around 35,000 BC and likely from the Neanderthal culture; it turned up in road fill from the 4th century BC city and likely had been accidentally included in gravel drawn from a stream bank to build the street in the new city. We also found two green stone small axes of Early Helladic date in later contexts on top of the acropolis and on its southern side. The well-watered valley with an abundance of limestone shelters and caves likely made the area attractive to various settlers.

Study and publication of our work continues and it will make a substantial contribution to our knowledge of ancient Arcadia, an area that has not been well served by archaeology. Large amounts of both fine and common ware pottery are currently being studied; we have, for example, a substantial number of moulded bowls of the first half of the 2nd c. BC (including a fragment of a mould). The extensive ranged of coins from the 4th c. BC to early Byzantine times is giving us a good idea of Stymphalos' trade contacts: Sikyon, Phlious and Corinth are particularly well represented but coins from as far afield as Sicily, Carthage and the Middle East perhaps attest to the wide range of Stymphalos' mercenary soldiers in the late classical and Hellenistic periods. It is clear as well from occasional discovery of Mycenaean sherds that a Bronze Age presence lurks somewhere on the site. In addition, of course its modest fame rests on the 6th labour of Herakles, ridding the area of the Stymphalian birds.

BIBLIOGRAPHY

BULLETIN OF THE CANADIAN INSTITUTE IN GREECE (BULLETIN DE L'INSTITUTE CANADIEN EN GREECE). Athens/Ontario/Toronto: [s.n.] n. 25, 2010.

GRUMMOND, Nancy Thomson (ed.). "Orlandos, Anastasios K.". In: *Encyclopedia of the History of Classical Archaeology volume 2*. Westport, CT: Greenwood Press, 1996.

SCHAUS, Gerald P. (ed.) *Stymphalos: The Acropolis Sanctuary, Volume One*. Publications of the Canadian Institute in Greece, no. 7, 2014.

TALBERT, Richard J. A. (ed.). *The Barrington Atlas of the Greek and Roman World*. Princeton University Press, 2000.

YOUNG, Alexis. Selected Motifs on Votive Offering from the Acropolis Sanctuary, Stymphalos: Identifying Female Cult Possibilities. In: RUPP, David W; TOMLINSON, Jonathan (eds.). *From Maple to Olive: Proceedings of a Colloquium to Celebrate the 40th Anniversary of the Canadian Institute in Greece, Athens, 10-11 June 2016*. Publications of the Canadian Institute in Greece, no. 10, 2017.

A ILHA DE LESBOS, OS MITOS DE FUNDAÇÃO E A EMERGÊNCIA DAS POLEIS DE FRONTEIRA

*THE ISLAND OF LESBOS, THE FOUNDATION MYTHS AND THE EMERGENCE OF THE BORDER
POLEIS*

José Roberto de Paiva Gomes¹

¹ Doutor em História Comparada pelo PPGHC/UFRJ. Pesquisador do NEA/UERJ e prof. colaborador do CEHAM/NEA/UERJ

Correspondência para: José Roberto de Paiva Gomes (alceusappho@gmail.com)

Recebido em: agosto de 2019; Aceito em: novembro de 2019

RESUMO

Analisaremos o modelo de polis na ilha de Lesbos entre o período troiano e o período arcaico fixado em torno da confederação de seis póleis e do mito de fundação de origem eólica. Observaremos como os regimes políticos das oligarquias e da tirania, após a expulsão da realeza (*basiléia*) se apropriou dos mitos de fundação para estabelecerem suas políticas e economias. Caracterizaremos as póleis como núcleos colonizadores, lugares de fronteira e definidores de uma identidade grega no noroeste do mar Egeu.

Palavras-Chaves: Ilha de Lesbos, *pólis*, fronteira, noroeste do Egeu, colonização

ABSTRACT

We will analyze the polis model set in Lesbos island between the Trojan period, the Archaic period around the confederation six poleis and the wind source foundation myth, formulated around them. We look at how the political regimes of the oligarchy and tyranny, after the expulsion of royalty (*basileus kings*) appropriating the wind model of foundation myths to establish policies and economies. We characterize the poleis of Lesbos island as settlers nuclei, such as border posts and defining of a Greek identity in the northwest Aegean.

Key-Words: Lesvos Island, Aegean sea, concept of polis, politics and economies

A LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E A OCUPAÇÃO TERRITORIAL DE LESBOS

A ilha de Lesbos está localizada a noroeste do mar Egeu. Atualmente, compõem a região administrativa do norte do mar Egeu, em conjunto com outras ilhas (Chios, Ikaria, Lemnos e Samos). A *pólis* de Metilene pode ser considerada a capital da “dita” confederação. As descobertas mais antigas sobre a ocupação territorial da ilha remontam ao período chamado de troiano I ao III, entre 3.200 a 2.400 b. C. As escavações foram realizadas por Winifred Lamb, em Thermi, nos anos 40 (Mylonas, 1938, 234). As análises arqueológicas apontam que os micênicos estiveram na região por ocasião do saque de Tróia durante o período da Dark Age. E de acordo a vertente mitológica, os argivos liderados por Xanthius se estabeleceram na região. Em seguida, o território foi ocupado pelos aqueus da região de Olenus na Acaia e comandados por Macareus.

Os achados arqueológicos descrevem que as migrações não afetaram a vida dos nativos. As evidências somente apontam que por ocasião do contato com os eólios, provindos da Tessalia, algumas modificações estruturais ocorreram. Ao ocupar a terra, os eólios fundaram colônias e este fato se consolidou como um fator determinante para a nomenclatura da Ásia Menor como eólica ou jônica. De acordo com outra vertente mítica, Aeolian foi o principal *anax-basileus* de Lesbos, filho de Lapithes e neto de Aeolian, reis da Tessália. O neto teria casado com Mithymna, filha do rei local, descendente de Macareus, da linhagem dos aqueus⁸⁸. Os estudos arqueológicos descrevem que a aculturação se estabeleceu e se julgamos os mitos construídos em torno dos casamentos entre realezas, os colonizadores procuraram esposas nativas para poderem se fixar na região.

⁸⁸ De acordo com Malkin (2005), os mitos de fundação ajudaram os helenos a incorporar os povos vizinhos em suas próprias tradições. A função mediadora dessas narrativas serve não apenas como uma imposição da cultura grega, mas como uma arena para diálogos entre integração e re-invenção. Estes processos que estavam em curso, eram como respostas a novos desenvolvimentos que exigirem novas resoluções entre os gregos e os “indígenas”.

Pelas escavações, Lesbos, no período da ocupação eólica, teria seis grandes cidadelas, comandadas por *basileus*. Essas localidades eram Arisbe, Mithymna, Mytilene, Antissa, Eressus e Pyrra. Os reis *basileus*, por volta do século VI, após um período de *staseis* (conflitos civis), foram depostos por oligarquias ou tiranias. A estrutura dos portos empreendida pelas novas formas de governo evidencia a vocação marítima e comercial de Lesbos para apaziguar as disputas territoriais e a busca por novas terras se estendeu até o estreito de Dardanelos.

A POLIS DE MITILENE E A ATIVIDADE RELIGIOSA

Os relatórios de escavação realizados pela UBC desde 1983 em Metilene (Williams, 1998, 135-149) apontam para a emergência de uma pólis clássico-helenística, contendo alguns elementos que caracterizam a urbanização e a sociedade poliade que ocuparam a região.

A acrópole metilena apresenta diferentes ocupações humanas, através do tempo. Existe uma fortificação e um castelo de estilo genovês que remonta a Idade Média ocupando o alto da estrutura. As escavações evidenciam um conjunto de altares, presente dentro do castelo que datam da Grécia clássica. As oferendas votivas com sacrifícios de porcos estão dedicadas à deusa Demeter. Outras inscrições qualificam os cultos de alguns deuses poliades, como Dioniso e as divindades Cybele e Magna Mater. Nas incursões realizadas em 1987 foram encontrados 237 artefatos cerâmicos e uma considerável quantidade de lamparinas, em um total de 210. Sendo 53 objetos de caráter votivo para Demeter e outras contendo a temática *erotic symplegmata*⁸⁹. As figuras de terracota (*hierodouloi*) encontradas também apresentam um caráter votivo associadas com o santuário de Demeter. Uma parte dos artefatos provinha de importações áticas, descrevendo as interações entre as ilhas e a Grécia

⁸⁹ *Erotic symplegmata* simboliza a disputa erótica entre mulheres e homens muito similar ao rapto de Persefone por Hades (Pollitti, 1986, 131).

continental. Por outro lado, algumas peças de caráter doméstico evidenciam uma produção local, destacando as peregrinações internas para a cidade de Metilene como um centro urbano-religioso.

Outro vestígio material encontrado demarcando a ocupação territorial da ilha foi um peristilo romano, as margens de uma estrada datada do período clássico, por Charitonides em 1961. O suporte material descreve a arquitetura de uma “casa-torre”, seguindo o modelo Vitruviano e pertencendo a época Antonina. Caroline e Hector Williams (1988, 143) destacaram que a ocupação da casa perpassa vários períodos da Antiguidade do período arcaico, clássico-helenístico e por fim no período romano.

LESBOS E A COLONIZAÇÃO DA REGIÃO DO CHERSONESO

Lesbos exerceu um significativo papel econômico na fase conhecida como “grande colonização”. Esta fase coincide com a crise aristocrática do VII a. C entre o grupo dos Pentilidas, que se diziam descendentes de Agamenón. A tirania de Pittakos de Metilene entra em embate com outros grupos aristocráticos sob o controle do comércio. Temos como exemplo, o irmão de Safo, Charaxos que tinha relações comerciais com Naukrates no Egito. A incorporação da aristocracia eólia-lesbia aos interesses comerciais destaca a capacidade desde helenos de conquistar novas fontes de riquezas, conservando ainda seus privilégios aristocráticos vinculados a terra, por causa da produção de vinho. Está busca por novas fontes de renda e acúmulo de bens estará presente nos versos de Alceu.

Analisaremos dois casos de colonização efetuada pelos habitantes de Lesbos⁹⁰, a saber: Sigeion e Sestos.

⁹⁰ O domínio marítimo e econômico pode ser comprovado pela colonização de Naukrates pelos metilenos que se aliaram a uma confederação de 12 cidades-estados no mar Egeu.



Mapa mostrando o noroeste do mar Egeu e a região do Troas-Chersonesus onde se localizam as poleis de Sigeion e de Sestos

CASO DE SIGEION

Sigeion foi fundada pelos metilenos por volta do VIII a. C. de acordo com o Herodoto (5.94.1) e o geógrafo Estrabão (13. 1. 38). No VII a. C., os atenienses enviaram o vencedor olímpico Phrynon para conquistar a area. Segundo a tradição, Phrynon e o aristocrata Pittacus lutou um duelo em que o metileno venceu por enganar seu oponente usando uma rede (Estrabão, 13.1.39; Suda, verbete Pittakus). O conflito foi descrito pelo aristocrata e poeta Alceu de Metilene que escreveu vários poemas (Alceu, frs. 428 a e 167 L. P.). Em um deles (306 L. P.), relatou como tinha fugido de batalha, perdeu seu escudo, e suportando a vergonha dos atenienses pendurá-la como um troféu no templo de Athena. Conforme Page (1955, 152-61), a maioria destes poemas foram perdidos, com exceção de algumas linhas, como o único suporte documental sobre o conflito.

Os atenienses apelaram para o tirano Periandro de Corinto para arbitrar entre os dois lados a respeito de quem deveria controlar legitimamente Sigeion (Hdt.

5.94.2). Periandro, em favor de Atenas, aceitou o argumento de que, enquanto os atenienses tinham tomado parte na Guerra de Tróia e ajudou a destruir Tróia. Neste sentido, podemos dizer que os atenienses reivindicaram uma *memória coletiva*⁹¹ entre os participantes do conflito (se remetendo ao caso das 200 naus que partiram para Tróia na *Ilíada*). De acordo com a argumentação defendida, os metilenos eram de origem eólica e não aqueia e por isso só tinha chegado na região em uma data posterior e que, portanto, não tinha o direito de ancestralidade (autoctonia) para ocupar a terra. Duas inscrições em grego ático, datadas de c. 575-550 a. C. indicam que os atenienses ocuparam a região de Sigeion por meio século (Jeffery, 1990, 371-73). Vestígios arqueológicos, de um forte metileno na região de Achilleion entre 7 a 8 km demonstram a resistência em ceder o território e a sua recaptura por parte dos metilenos.

Podemos entender a arquitetura como capaz de criar uma fronteira (Kent, 1990,2; Adrovandi, 2009, 16). A monumentalidade representa uma ordem social de forma concreta. Hodder (1994, 74-78) descreve que a cultura material não reflete a sociedade, mas a manipulação para construí-la. A arquitetura opera para ordenar espaço e tempo. O ambiente material raramente é neutro. Os elementos são culturalmente construídos e transformados em marcos culturais. As criações de fronteiras e de espaços citadinos, como as colônias, estariam associadas com as necessidades de defesa, territórios, abrigo e proteção. Os muros e portões demarcam lugares de transição e de mudança. A divisão e a demarcação são necessárias para classificar e controlar lugares e relações. Os círculos defensivos demarcados pelo estabelecimento de territórios e cidades que contribuem para definir território e espaços urbanos. As colônias são a primeira representação coletiva com um “layout” de centro com um centro urbano (a agora) e quarteirões urbanizados. Para Malkin, a colonização funcionou como um promotor para a atividade política.

⁹¹ De acordo com Halbwichs (1990, 96) caracteriza a memória coletiva como correspondente ao trabalho de um determinado grupo social que realiza quando articula e localiza lembranças em quadro social comum. A memória seria formulada a partir de um ponto de apoio nas diferenças.

Os atenienses, em particular, somente começaram a estabelecer rotas comerciais a partir do VII no Egeu e do Helesponto, não indo muito além da região do Symplegades. De acordo com uma tradição textual, os atenienses estabeleceram cleruquias ou “poléis de fronteira de vocação marítima” para com o Helesponto⁹², por volta do VII, ocupando Sigeion e Elaious (Alcaeus, fr 428 LP; 5,94-5; Strabão, 13.1.38; Diógenes Laertius, 1,74; Elaious Scymn, colônia atica, 707-8). O tirano ateniense recapturou Sigeion, colocando seu filho ilegítimo, Hegesistratus como tirano. Sigeion se tornara importante para os Pisistratidas por ser o local onde Hippias passará o seu exílio e moedas cunhadas na região com o símbolo da coruja e seu nome, reconta o domínio ateniense sob a tirania, na região em 510/9 (Hdt. 5.94.1.)

CASO DE SESTOS

Os gregos se expandiram para o norte do mar Egeu e do leste⁹³. Lesbos funda Sestos na costa leste do estreito de Dardanelos de frente para a região da Troade (Hdt. 9,101; 114-18; Diod. Sic. 11.37.4-5; Plut. Cim. 9,3). Os gregos tinham um grande interesse econômico no mar Negro. Em grande parte isso se relaciona com o comércio de grãos na região do Pontos (Kolwalzig, 2013, 199-200). Assentamentos gregos arcaicos na costa norte do Mar Negro foram iniciados por poléis da Ásia Menor, como Mileto em Olbia, enquanto os Megarianos tinha ido para Bizâncio e Herakleia Pontike no sul.

Sestos, ao que parece formou junto com Lesbos uma parte da rede comercial do império ateniense que desenvolvia um complexo de ligações marítimas para as póleis do Euxino⁹⁴. Lesbos, em 428/7, por exemplo, tinha navios esperando no Helesponto para transportar grãos e outros suprimentos controlados pelos atenienses.

⁹² As primeiras cerâmicas de figuras negras de origem ateniense são encontradas em Berezan, Istria e Apollonia (Keen, 2000).

⁹³ Péricles entre 430 estabelece as primeiras cleruquias no Mar Negro e em Sinope.

⁹⁴ A documentação textual (Tuc. 3.2.) e a epigrafia (IG i3 71.IV.127; 128; 164-70) atestam para a possível presença de gregos para as possíveis do poléis do Bósforo.

As listas de tributo de 425 destacam mais de quarenta cidades do Pontus; Apollonia e Herakleia estão razoavelmente restauradas, e um grupo de cidades no Kimmerian Bosphoros parece plausivelmente indicado. Mais ao sul, os phrouroi ("watchers") que estavam guardadas no Helesponto Kyzikos e Byzantion, e havia o famoso Hellesponto phylakes, em ambos em 420. Os atenienses tinham um propósito em rotas comerciais para além da região do Helesponto.

AS MOEDAS E A VOCAÇÃO COMERCIAL DE LESBOS

Consideramos as moedas como artefatos cujos símbolos trazem à memória dos habitantes de Mitilene a tradição, o passado em momentos de crise ou embates políticos. No caso, aqui analisado por nós, primeiro, a comunidade de Mitilene em confronto com Atenas em dois períodos: o primeiro em 428 a. C. em meio a Guerra do Peloponeso e, segundo, em 333 a. C., quando Alexandre invade a Ásia Menor durante a incursão do Império Persa. Priorizamos estes dois momentos históricos diferentes em virtude da subvelação aristocrática dos habitantes de Mitilene contra a autoridade bélica ateniense nas Ligas de Delos e Corinto⁹⁵.

Observamos que ambas as ligas impuseram decretos em estelas cerceando a autonomia dos Mitilenos a fim de que estes se mantivessem fiéis às determinações do imperialismo ateniense, com o propósito de privilegiar a unilateralidade dos pactos (por exemplo, temos as Inscriptiones Graecae IG I3 67 (I2 53) da liga de Delos e a I G

⁹⁵ A Liga de Delos e de Corinto pode ser entendida como a associação das cidades-estados gregas contra um inimigo externo para assegurar a soberania e a autonomia política do território grego. As políticas das Ligas tiveram sua idealização a partir das Guerras Médicas iniciada pelos gregos contra a tentativa persa, comandada pelo rei Xerxes, de dominar as cidades e colônias gregas na Ásia Menor e seu possível avanço em direção ao continente. Atenas assume o controle por ter uma grande frota naval e que durante o governo de Péricles havia se transformado num Império. Mesmo com a derrota persa, os aliados continuavam mandando recursos, tributos à deusa Athená, para assegurar a proteção em caso de uma outra possível ameaça. De acordo com Claude Mosse (1979: 57), '*... a democracia ateniense estava condicionada à manutenção do Império ...*'. Felipe e Alexandre seriam no período helenístico os *hegemon* (generais) dos gregos, após a Macedônia se tornar a cidade-estado mais poderosa do período impuseram aos gregos continentais e insulares (ilhas) o controle da Liga de Corinto. Os dois reis macedônicos garantiriam a proteção militar contra uma possível invasão persa por parte de Dario, que tal como Xerxes, anteriormente, tinha pretensões de invadir o território da Helade.

II2, 40 de 378/7 da liga de Corinto). Temos ciência de uma série de acordos econômicos dos Mitilenos com os Focaeus⁹⁶ na Ásia Menor. Esses acordos permitiram a participação dos aristocratas em outras ligas, podendo ser interpretadas como subterfúgios que permitiram a autonomia política e econômica de Mitilene desvincilhada dos centros de comando das respectivas ligas Delos/Atenas e Corinto/Macedônia, utilizando a efígie de Apolo nas moedas como símbolo identitário⁹⁷.

As moedas representam significados, mensagens, do emissor para seus receptores⁹⁸. As póleis gregas podem ser caracterizadas por sua autonomia ligada à forma de governo, aos deuses e heróis protetores e sua economia que as tornam distintas uma das outras (Lawton: s/d). Consideramos a moeda como uma testemunha eloqüente dessa autonomia, demonstrada por meio de figuras, símbolos e inscrições. As moedas gregas de Mitilene, nosso objeto de estudo usara uma combinação de figuras, símbolos, e inscrições para enfatizar a independência e individualidade das póleis e descrevem as deidades protetoras, produtos e heróis. De uma maneira geral, as moedas gregas continham uma imagem que expressava a deidade principal ou herói

⁹⁶ A inscrição em uma estela (BMC, Troas, p. IXV; Hicks e Hill, Grk. Hist. Inscr., No. 94) registra um acordo que entrou em circulação entre Mitilene e Phocaea por volta de 400 aC, nos termos constam que as duas cidades cunharam de Electrum para naquele ano exercerem práticas comuns (το χρυσιον), e que magistrados foram nomeados para julgar delitos praticados com a cunhagem fraudulentas que não continham 98% de ouro.

⁹⁷ O que tem despertado a nossa atenção está no fato de encontrarmos neste período moedas cunhadas com símbolos que fogem ao padrão Athená/Coruja que demonstra que os mitilenos, após a revolta, e mesmo tendo capitulado, assumem a promoção e a preservação dos vínculos culturais locais através da construção de identidade que integra a memória da comunidade. A situação específica de parte da aristocracia de Mitilene colabora para a formação de figurações e configurações múltiplas de identidade resultado pela busca do sentido de pertencimento e pela tentativa de recuperar o que Marc Augé denomina “lugar antropológico” ou lugar compartilhado. O sentido de “pertencimento” vai além de um limite puramente físico, portanto, o “*lugar antropológico*” é a construção concreta e simbólica do espaço que o indivíduo reivindica como seu; que sintetiza todo o seu percurso cultural; que é ao mesmo tempo identitário, relacional e histórico (AUGE, 1994, 31).

⁹⁸ Carlan, 2005.

‘cívico’ das *poléis*⁹⁹. No caso de Lesbos, a cunhagem esta ligada à aristocracia com a finalidade de manter as suas relações comerciais ou como uma função dos templos que cunhavam moedas com um caráter votivo aos deuses (KRAAY, C. M.: 1976).

As moedas de Apolo podem ser configuradas como um *lugar de memória* dos aristocratas entre o V e IV a. C. Sabemos que moedas com a *éfige* de Apolo foram encontradas no templo de Demeter, e no porto de Metilene, cujo templo será dedicado a Apolo Maleois, tais locais representam como um lugar a uma cultura localizada no tempo e no espaço. Desta forma, as *acrópoles* e o templo de Demeter se constituem em lugares antropológicos’ (AUGÉ: 1994) por retratar um *espaço identitário, histórico e relacional*. Dotar estes locais como lugar de identidade passa por remexer o seu passado enquanto lugar de memória. Neste contexto, as moedas determinam um ‘lugar antropológico’ da aristocracia compartilhado não só por quem os usufrui nas trocas comerciais em nível local, mas para quem de fora, procura entendê-las. O diálogo da História com a Antropologia nos permite estabelecer uma explicação sobre a produção de sentido e o princípio de inteligibilidade para o entendimento do comportamento dos usuários.

⁹⁹ Jenkins, G. K., *Ancient Greek Coins*, 2nd ed. London, 1990; Grierson, P. and Westermarck, U., eds. Cambridge, 1991. Carradice, I. and Price, M., *Coinage in the Greek World*. London, 1988. Kraay, C., *Archaic and Classical Greek Coins*. Berkeley and Los Angeles, 1976.

Prancha 01

Denominação: El Hekte - Metal: Prata

Peso: 2.53g - Diâmetro: Não especificado

Série: Rara

Autoria: Não especificada

Local: Mitilene (Lesbos)

Datação: 454-427

Anverso: Safo

Descrição/Decodificação:

Rosto de Safo, cabelos soltos e um diadema à esquerda.

Inscrição Reverso: M encrustado

Descrição/Decodificação: Cabeça de boi com chifres

Localização atual Classical Numismatic Group -

www.cngcoins.com

Referências Bibliográficas:

Asia Minor Coins

<http://www.asiaminorcoins.com/gallery/displayimage.php?pos=-1214> Bodenstedt Em. 44 (dies a/b); BMC Troas p. 160, 50 ; SNG Cop. -; SNG von Aulock – Boston MFA -; BMC 50 . Bodenstedt recorda ter visto mais 6 exemplares, mais somente 1 localizado em coleção de museu.



Prancha 02

Denominação: El Hekte - Metal: Prata
 Peso: 2.55g - Diâmetro: Não especificado
 Série: Rara
 Autoria: Não especificada
 Local: Mitilene (Lesbos)
 Datação: 454-427
 Anverso: Safo
 Descrição/Decodificação:
 Rosto de Safo, cabelos soltos e um diadema à esquerda.
 Inscrição Reverso: M encrustado
 Descrição/Decodificação: Cabeça de boi com chifres
 Localização atual Classical Numismatic Group -
www.cngcoins.com
 Referências Bibliográficas:
 Asia Minor Coins
<http://www.asiaminorcoins.com/gallery/displayimage.php?pos=-1214> Bodenstedt Em. 56 (dies d/d); Boston MFA 1702 (same dies).



As representações numismáticas com a figuração de Apolo descrevem a produção de duas figurações. A primeira vinculada a uma divindade feminina, quase sempre associada Artemis ou Demeter. O templo de Demeter onde as moedas foram encontradas é considerado, na sua preservação, como espaço onde um grupo social ritualiza sua memória e se identifica, no caso, o grupo social seria o dos *aristhoí* de

Mitilene. Estas divindades que apresentavam cultos populares em localidades dóricas de acordo com Estrabão quando descreve a geografia de Lesbos. As figuras femininas teriam como epíteto a função de *karpophoros* que simbolizam o culto a terra, a fertilidade e a subsistência. A figuração de Apolo com lira nos remete ao seu caráter oracular e conhecido como Maloeis, cujo templo se localiza no castelo de Metilene, no lado norte ao lado do porto (Griffith, s/d, 65). A localização vincula o santuário a atividades comerciais e o símbolo da lira as manifestações votivas comparadas e associadas com o oráculo de Orfeu (Massa-Pairault & Torelli, 1988).

As moedas de Mitilene em Lesbos nos remetem ao conflito do Peloponeso, narrado por Tucídides, no Livro III da obra Guerra do Peloponeso. A Liga ou *Simaquia* enquanto uma confederação de cidade-estado livre era regida por leis que versavam no cumprimento de determinadas regras, tais como: o pagamento em moedas votivas para o tesouro da liga em Delos, a contribuição com barcos tripulados e soldados. A tributação excessiva por parte de Atenas faz Mitilene sublevar-se contestando essa determinação imposta por Atenas, infundada na visão dos mitilenos pela inexistência de um avanço persa que colocasse em perigo a autonomia política dos gregos integrantes da Liga. A formação da Liga de Delos, de certa forma, deixa transparecer que os gregos sempre formaram um bloco coeso e resistente a favor da democracia e sob a hegemonia ateniense e lutavam contra a realeza, a forma de governo dos espartanos e dos persas.

De algum modo essa vertente historiográfica tem sido reproduzida sem esboçar grandes questionamentos e indagações, como nos indica as abordagens de Rice (2002) e Claude Mosse (2004) que estendem suas análises da posse da Ásia Menor ao período de Alexandre, o Grande. De certa maneira se tornou convenção colocar que não houve nenhum tipo de resistência, por parte dos habitantes da região grega tanto em relação ao processo hegemônico ateniense no V a. C. quanto a formação da Liga de Corinto IV a. C. pelos macedônios.

Essa posição nos parece bastante equivocada não somente para o V século, mas também para o IV século. Lesbos e Quios, a partir de 333 a. C. tiveram vários momentos de sublevação para se desligar da Liga de Corinto, situação muito parecida com aquela que acontecerá em 428 a. C., narrado por Tucídides no Livro III da Guerra do Peloponeso. Lesbos foi reintegrada a Liga de Corinto e Alexandre ordenará que cada localidade reconquistada tenha uma guarnição militar comandada pelos *hetairoi* (companheiros do rei, no caso Alexandre, o Grande). Em relação a Mitilene, dois *hetairoi* ficaram responsáveis pela guarnição militar (Laomedon) e outro pela administração do espaço urbano (Eurysilaus¹⁰⁰). Um esquema de dominação muito semelhante ao que fora imposto em Atenas: guarnição militar nos portos comandada por Eubolos e outra no espaço urbano administrada por Demetrius de Faleros.

As ilhas do norte do Egeu, sob o domínio política das famílias aristocrática¹⁰¹ eram consideradas tiranias para os atenienses pelo fato das decisões políticas estarem situadas sob a vontade e caprichos do tirano/despotes. Equivale ressaltar que os gregos da Ásia Menor, como a pólis de Mitilene, desenvolveram uma intensa relação de solidariedade e reciprocidade (*xenia*¹⁰²) com os impérios orientais,

¹⁰⁰ Supomos que estes acordos com os habitantes da Ásia Menor fazem parte das relações de solidariedade e reciprocidade fixadas pelo domínio aristocrático, cuja herança advém do grupo de Safo e Alceu. Essa inconstância do poder entre aristocracia ora favorável aos grupos democráticos até 343 a. C. quando a monarquia macedônica se tornou dominante. Um dos últimos grupos aristocráticos a ter exercido o poder foi composto pelos três irmãos, Apollodorus, Hermon e Heraeus. Ambos exilados por Filipe da Macedônia quando este se tornou hegemom da Liga de Corinto. Felipe colocou dois *hetairoi* como administradores da ilha, Agonippus e Eurysilausos. Nesta época, em Eressos, foram erguidos altares em homenagem a Zeus Phillipios, provavelmente a mando dos dois generais.

¹⁰¹ Alexandre soube usar a Liga de Corinto consolidada nos tempos de Filipe. Em 333 a. C. depois da Guerra contra Mnenon, comandante greco-persa, pela posse da Ásia Menor, as ilhas do Egeu se tornaram novamente aliadas de Alexandre. A administração da Liga de Corinto, nos tempos de Felipe sobre as ilhas do Mar Egeu era desigual porque o império e a realeza macedônica não dependiam da existência das aristocracias. Nos tempos de Alexandre e da conquista da Ásia Menor essa situação parece se inverter, para exercer o comando absoluto da região e deter o avanço persa, era preciso combater o domínio das oligarquias que se aliavam constantemente ao reino Persa que colocava o continente grego em perigo. De acordo com o historiador Bosworth (2000, 192-3) em Eressos, por exemplo, foi encontrado um dôssie no qual se diz que a tirania da polis foi exilada em 343 a. C.

¹⁰² *Xenia* significa a hospitalidade entre os gregos e os estrangeiros. Nesta prática existiam práticas e obrigações, as 'leis de hospitalidade' que perpassavam tanto os *kakoí* (pobres) quanto os *aristhoi* (aristocratas). Para com relação aos estrangeiros a *xenia* tem diversas etapas: oferecimento de abrigo ao

principalmente, com a região da Lídia e, fato que levou os atenienses a desenvolverem esse tipo de visão aproximada entre aristocracia e realeza.

CONCLUSÃO

Desde o período arcaico, a região de Lesbos parece ter sido um destacado fabricante e fornecedor de vinho, azeite e importador de cereais para várias regiões da Grécia e inclusive para comunidades da Ásia Menor (SCHAUS: 1996, 27-74). Esta atividade mercantil está presente na ilha sob a liderança dos *aristhoí* desde o VII a. C., já no V séc. a. C., a atividade mercantil mantém a sua produtividade o que levou os magistrados atenienses, sob a liderança de Péricles efetuar uma empreitada militar visando bloquear a concorrência mercantil. A intervenção objetivava também a desarticular a hegemonia dos *aristhoí*, substituindo o grupo político pela *hetaireía* pró-democrática. O constante retorno aristocrático ao poder pode indicar que os governos macedônicos, tal e qual o imperialismo ateniense de 428 a. C., não era muito aceito por uma parte da população de Lesbos. Podemos supor que o constante retorno se deve a economia mercantil praticado por esses grupos é responsável pela sobrevivência da sociedade políade local.

A atividade ligada ao comércio de vinho tornará Lesbos um ponto estratégico¹⁰³, mesmo após a conquista de Alexandre, como fornecedora de bebida e alimento para o exército. Seguindo os dados arqueológicos estudados por Labarre (1996) em um trabalho sobre a ocupação da ilha de Lesbos, o autor considera que a

estrangeiro; sacrifícios e banquetes; troca de presentes, firmando assim laços entre as duas partes - estrangeiro/ anfitrião e suas famílias (LIMA, A.C.C. *Cultura Popular em Atenas no V Século a. C.* Hélade: Suplemento I. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2000, 44).

¹⁰³ Mitilene estabelece uma relação muito mais antiga e próxima da Ásia, como nos lembra Estrabão (17.1.33), historiador grego do I séc. d. C., ao falar de Charaxos, irmão de Safo, que comercializava vinho. Destacando Lesbos como um lugar de comércio de vinho no Mediterrâneo, um espaço privilegiado que a *hetaireía* de Safo conquistara e que lutavam para não ceder às pretensões dos atenienses.

localidade era um destacado importador de grãos, mas um produtor e exportador de azeite e de vinho até os tempos da dominação dos romanos.

BIBLIOGRAFIA

Augé, M. *Pour une anthropologie des mondes contemporains*. Paris, Aubier, 1994a.

_____. *Le sens des autres. Actualité de l'anthropologie*. Paris, Fayard, 1994b.

Bosworth, A. B. *Alexander and the East: The Tragedy of Triumph*. Oxford: Clarendon Press, 2000.

Carlan, C. U. *Numismática \ Documento \ Arqueologia: A Cultura Material e o Ensino da História*. Revista Cadernos de História. V. 12. N. 1. Universidade Federal de Uberlândia, 2005.

Labarre, Guy. *Les cités de Lesbos aux époques hellénistique et impériale*. Collection de l'Institut d'Archéologie et d'Histoire de l'Antiquité. Université Lumière de Lyon 2; 1, 1996.

Kraay, C. M. *Archaic and Classical Greek Coins*. London: Methuen & Co. Ltd., 1976.

Kolwalzig, B. *Transcultural chorality*. 2013.

Malkin, I. *Networks and the Emergence of Greek Identity*. Malkin (ed.). *Mediterranean Paradigms and Classical Antiquity*. Cambridge: HUP, 2005, 56-74.

Mossé, Cl. *Alexandre, o Grande*. São Paulo. Estação Liberdade. 2004.

Mylonas, G. E. *Excavations at Thermi in Lesbos by Winifred Lamb*. *The Classical Journal*, vol. 33, n. 4, jan. 1938, 234-236.

Mosse, Claude. *Atenas: a história de uma Democracia*. Brasília: Universidade de Brasília, 1979.

Papamarinopoulos, Stavros, Gregory N. Tsokas and Hector Williams. 1985. "Magnetic and Electric Measurements on the Island of Lesbos and the Detection of Buried Ancient Relics." *Geoexplorations* 23: 483-490.

ISSN 1982-8713

Pollitt, J. J. *Art in the Hellenist Age*. 1986, 131.

Rice, E. E., *Alexander the Great*, London, Sutton Publishing, 1997.

Schaus, G. P. “*An Archaeological Field Survey at Eresos, Lesbos*”, *EchCl* 40 (N. S. 15), 1996, 27-74.

Torelli, M. 1988, “*Etruria principes disciplinam doceto*” *il mito normativo dello specchio di Tuscania*’, in *Studia Tarquiniensia* (Archaeologia Perusina 9), eds M. Torelli and F.H. Massa-Pairault, 109–18.

Williams, Caroline and H. Williams. 1991. “Excavations at Mytilene, 1990.” *Échos du monde classique = Classical Views* 10, 34.2: 175-191.

Williams, Caroline and H. Williams. 1990. “Excavations at Mytilene, 1989.” *Échos du monde classique = Classical Views* 9, 34.2: 181-194.

Williams, Caroline and H. Williams. 1989. “Excavations at Mytilene, 1988.” *Échos du monde classique = Classical Views* 8, 33.2: 167-182.

Williams, Hector. 1989. “Notes on Roman Mytilene.” Pgs. 163-168. *The Greek Renaissance in the Roman Empire: Papers from the Tenth British Museum Classical Colloquium*. S. Walker and A. Cameron eds. London: University of London, Institute of Classical Studies.

Williams, Caroline and H. Williams. 1988. “Excavations at Mytilene, 1987.” *Échos du monde classique = Classical Views* 7, 32.2: 135-150.

Williams, Hector. 1990. “Hellenistic Mytilene.” Pgs. 504-505. In *Akten des XIII. Internationalen Kongresses für Klassische Archäologie Berlin 1988*. Mainz am Rhein: Verlag Philipp von Zabern.

Williams, Caroline and H. Williams. 1987. “Excavations at Mytilene (Lesbos), 1986.” *Échos du monde classique = Classical Views* 6, 31.2: 247-262.

Williams, Caroline and H. Williams. 1986. “Investigations at Mytilene, 1985.” *Échos du monde classique = Classical Views* 5, 30.2: 141-154.

Williams, Caroline and H. Williams. 1986. “*Ανασκαφές στην Μυτιλήνη κατά το 1986*.” *Lesbiaka* 9: 223-232.

Williams, Caroline and H. Williams. 1985. “Investigations at Mytilene, 1984.” *Échos du monde classique = Classical Views* 5, 29.2: 225-233.

Williams, Caroline. 1984. "Hellenistic and Roman Buildings in the Medieval Walls of Mytilene." *Phoenix* 38: 31-76.

Williams, Caroline and H. Williams. 1984. "Investigations at Stymphalos and Mytilene, 1983." *Échos du monde classique = Classical Views* 5, 28.2: 169-173.

“A POLÍTICA” DE ARISTÓTELES E O PLANO URBANÍSTICO DE HERODES: UMA ANÁLISE DESCRITIVA E COMPARATIVA DA URBANIZAÇÃO DE CESAREIA MARÍTIMA

*THE ARISTOTLES'S POLITICS AND THE HEROD'S URBANISTIC PLAN: A DESCRIPTIVE
AND COMPARATIVE ANALYSIS OF THE CESAREA URBANIZATION*

Junio Cesar Rodrigues Lima¹

¹ *Doutorando pelo programa de pós-graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH/UERJ). Professor do curso de especialização em História Antiga e Medieval da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CEHAM/UERJ)*

Correspondência para: Junio Cesar Rodrigues Lima (revjuniocesar@gmail.com)

Recebido em: julho de 2019; Aceito em: novembro de 2019

RESUMO

As incursões ou sucessivas dominações estrangeiras acentuaram a interação cultural na Judeia e, apesar de contribuírem para rivalidades políticas, lutas sociais, estranhamentos culturais e disputas religiosas na região, também colaboraram para o estabelecimento de relações socioculturais recíprocas entre os judeus e as comunidades que ali circulavam, transformando a região em um local no qual predominava a diversidade étnica, política e sociocultural. Essa conjuntura multicultural promoveu a reorganização do espaço e a delimitação de novas regiões culturais. Este artigo parte do pressuposto de que há uma relação, ainda que indireta, entre “A Política” de Aristóteles, a helenização da Judeia, a urbanização de Cesareia as concepções aristotélicas sobre os elementos que compõem uma cidade.

Palavras-chave: Urbanização; Relações Políticas; Relações Socioculturais.

ABSTRACT

The incursions or successive foreign domination accentuated the cultural interaction in Judea and although contributing to the political rivalries, social struggles, cultural strangeness and religious disputes in the region, also contributed to the establishment of reciprocal socio-cultural relations between the Jews and the communities that circulated there, transforming the region into a place where ethnic, political and socio-cultural diversity predominated. This multicultural conjuncture promoted the reorganization of space and the delimitation of new cultural regions. This essay

assumes that there is a relationship, even if indirect, between Aristotle's "Politics", the Hellenization of Judea, the Caesarea urbanization, and the Aristotelian conceptions of the elements that make up a city.

Key-words: Urbanization; Political Relations; Socio-cultural Relations.

Fundada e urbanizada por Herodes Magno no século I a.C., a cidade de Cesareia Marítima tornou-se uma das maiores cidades do Oriente romano. Cesareia assumiu o lugar de Jerusalém como capital da *Syria et Palaestina* e sede do governo romano na região, ampliou as suas relações comerciais e historicamente tornou-se um centro oriental importante para as principais religiões monoteístas do mundo: o cristianismo, judaísmo e o islamismo¹⁰⁴.

Segundo o relato do historiador judeu Flávio Josefo (século I d.C.), a cidade foi construída no mesmo local em que havia a pequena torre de Estratão que, por sua vez, foi erguida durante o período de dominação persa na região, quando a costa da Palestina era governada pelos reis fenícios de Tiro e Sidom.

Segundo Josefo,

Quando fazia a visita às cidades marítimas, viu que a torre de Estratão estava em ruínas, tão antiga ela era; mas sua posição a tornava capaz de receber todo o embelezamento que sua magnificência lhe quisera dar; por isso, não somente a mandou restaurar com pedras muitas brancas, mas ali construiu um soberbo palácio, mostrando naquela obra mais que em qualquer outra, o quanto sua alma era grande e elevada¹⁰⁵.

A torre supracitada fazia parte do território que Herodes recebeu de Otaviano após a Batalha do Áccio em 31 a. C., quando ele foi confirmado como rei dos *judeanos*

¹⁰⁴ Diferentemente dos fatos veiculados na mídia supermoderna sobre os constantes enfrentamentos socioculturais e políticos entre israelenses, palestinos e muçulmanos na *Syria et Palaestina*, os indivíduos domiciliados na cidade de Cesareia, apesar da diversidade sociocultural, religiosa e política que caracterizava a cidade desde sua fundação, respeitaram a demarcação das *áreas culturais* feitas por Herodes em seu *plano urbanístico*, sem prejuízo para a preservação de sua identidade ou importação/exportação de novos elementos socioculturais.

¹⁰⁵ JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XVI/85.

e ampliou a extensão do seu reino. Assim, com a urbanização da cidade, Herodes Magno consolidou as *relações de clientelismo e patronato* estabelecidas entre ele o *princeps* romano, bem como, entre a Judeia e Roma.



Mapa 1 – Localização geográfica da cidade de Cesareia Marítima

O Livro I da obra “Guerra dos Judeus” e os Livros XIV – XIX de “Antiguidades Judaicas” apresentam relatos retrospectivos sobre a fundação, inauguração e desenvolvimentos sociocultural, econômico e urbanístico da cidade de Cesareia Marítima. Esses relatos fazem parte da narrativa que Flávio Josefo construiu sobre a vida e trajetória política do rei Herodes¹⁰⁶. Neles, Josefo descreveu os contatos culturais e enfrentamentos ocorridos em Cesareia, enumerou os monumentos e edifícios erigidos por Herodes Magno e criticou as relações políticas estabelecidas entre o rei dos *judeanos* e o *princeps* romano *Gaius Iulius Caesar Octavianus Augustus*. Segundo o historiador judeu,

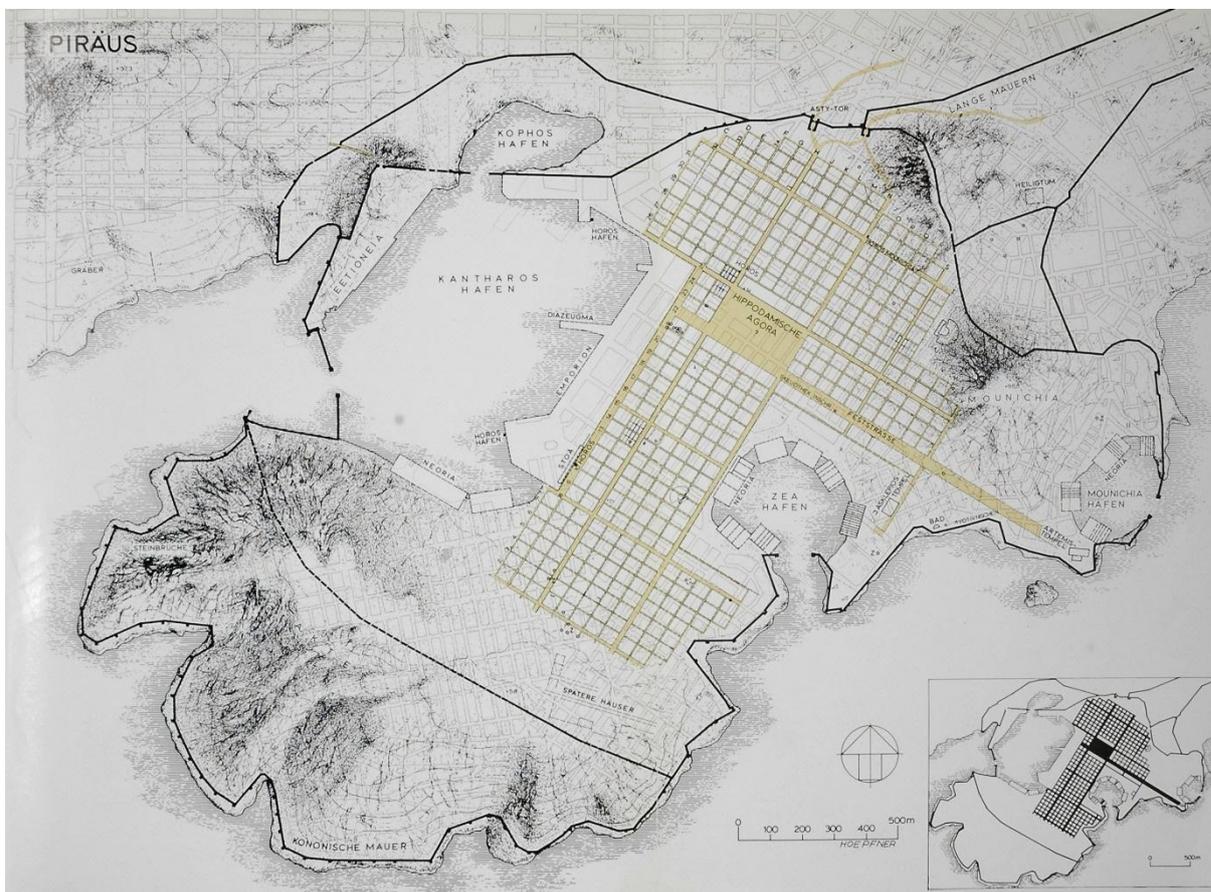
Herodes mandou construir o porto de Cesareia em forma de crescente, capaz de conter um grande número de navios. E, como o mar mede ali vinte braças de profundidade, mandou lançar pedras de tamanho enorme, a maior das quais tinha cinquenta pés de comprimento, dezoito de largura e nove de altura. E havia ainda maiores. Do lado direito, estavam duas colunas de pedra, tão grandes que superavam a altura da torre. Via-se ao redor do porto uma fileira de casas cujas pedras eram muito bem talhadas, e construiu-se sobre uma colina que está meio o Templo consagrado a Augusto. Os que navegam podem vê-lo de bem longe, e há duas estátuas, uma de Roma e outra desse príncipe, em honra do qual Herodes deu o nome de Cesareia a essa cidade, não menos admirável pela riqueza de suas construções que pela magnificência de seus ornamentos¹⁰⁷.

Há indícios de que o modelo urbanístico utilizado por Herodes dialogou com o plano de Hipódamo de Mileto¹⁰⁸ (século V a. C.) e Marcos Vitruvius Polião¹⁰⁹ (século I a. C.). Herodes Magno mesclou os dois modelos e inovou em seu *plano urbanístico*.

¹⁰⁶ Considerando o fato de Flávio Josefo (nosso *sujeito locutor*) ser descendente direto da dinastia asmoneia, Herodes também se tratava do principal representante da dinastia que sucedeu a família dele no governo central da Judeia, a partir de alianças políticas estabelecidas com os romanos após a ocupação da região. Assim, questionamo-nos até que ponto a imagem de Herodes Magno que emerge do discurso polêmico de Flávio Josefo está atrelada as rivalidades políticas, relações de poder e discrepâncias socioculturais entre a família de Josefo e a casa de Herodes. No entanto, essa problemática será respondida noutra oportunidade.

¹⁰⁷ JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XV/XIII/669.

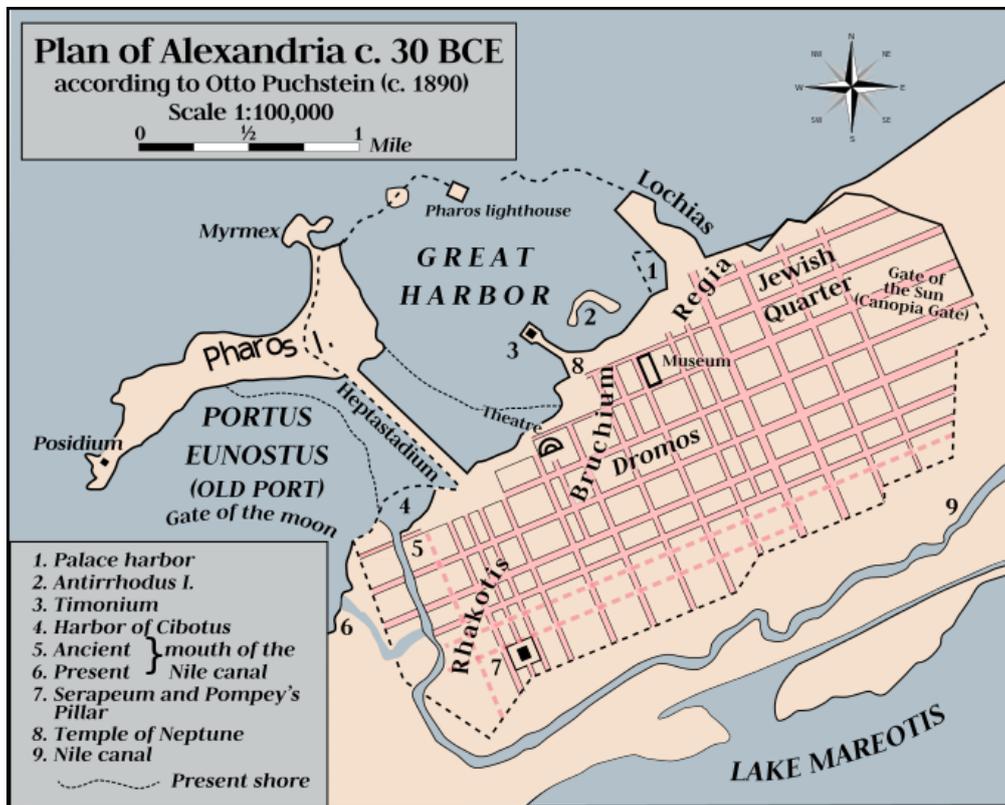
¹⁰⁸ Arquiteto grego do período clássico responsável pelo plano de construção do Porto do Pireu, Atenas.



Mapa 2 – Plano urbanístico (hipodamiano) do porto de Pireu

Se tomássemos como referência Alexandria - a cidade que foi fundada por Alexandre Magno no Egito e se tornou o modelo de *poleis* helenística para todas as sociedades mediterrâneas, veríamos que um terço da área da cidade estava ocupado com construções reais: o palácio, a biblioteca, o museu, o jardim zoológico e tumba de Alexandre Magno; além da existência de grandes avenidas, praças, fontes para abastecimento da cidade e templos, configurando um traçado urbanístico similar ao que Herodes utilizou em Cesareia (KOESTER, 2012, P. 75-80).

¹⁰⁹ Arquiteto romano contemporâneo a Otaviano e Herodes que deixou como legado a obra "*De Architectura*" que, por sua vez, é o único tratado europeu do período greco-romano que chegou aos nossos dias e serviu como referência para diversos textos sobre arquitetura e urbanismo, hidráulica, engenharia, desde o Renascimento.



Mapa 3 – Plano urbanístico (hipodamiano) do porto de Alexandria, 30 a. C.

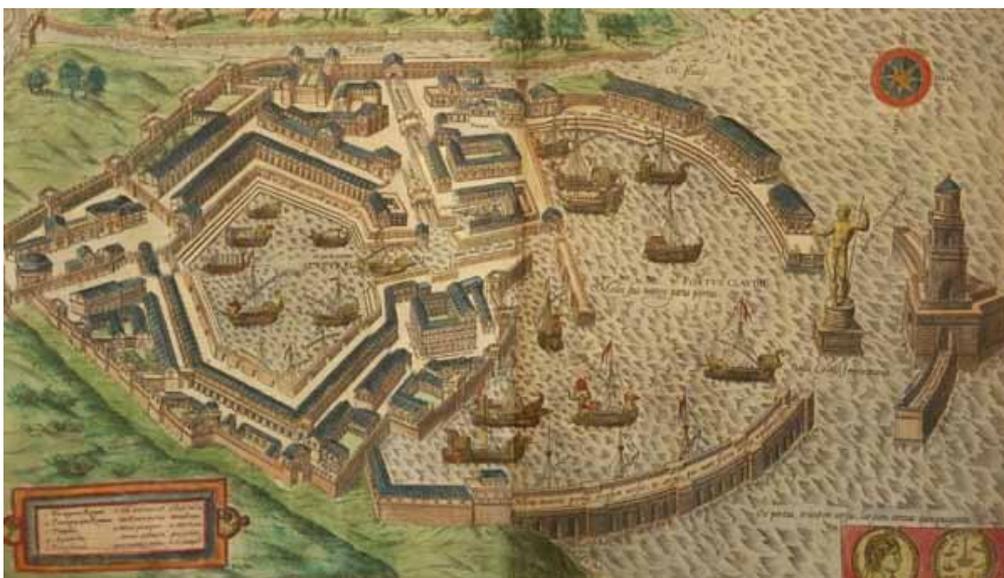
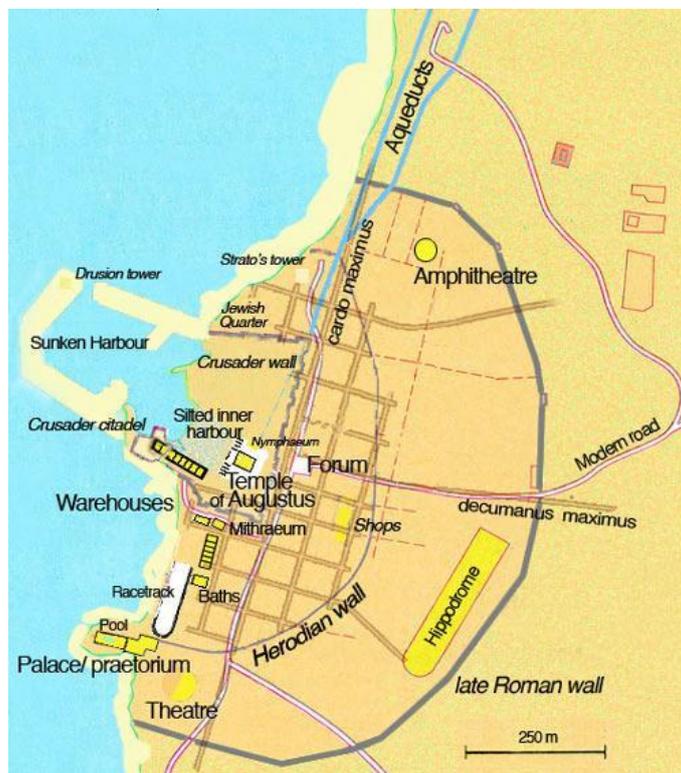


Figura 1 – Representação do plano urbanístico (vitruviano) do porto de Óstia



Mapa 4 – Plano urbanístico do porto de Cesareia Marítima.

A hipótese de que Herodes fez uso do *plano hipodamiano* nos remete diretamente ao discurso de Aristóteles¹¹⁰ em sua obra “A Política” sobre a estrutura organizacional da República de Hipódamo de Mileto. O filósofo grego afirma que ele foi o criador da divisão dos Estados por classes de cidadãos e quem traçou o *plano urbanístico* do Pireu. Além disso, Aristóteles aponta que Hipódamo foi o primeiro entre as pessoas de condição privada que, sem nunca ter ocupado cargos públicos, tenha tentado conceber uma Constituição (*politeía*).

¹¹⁰ Devemos considerar que, apesar de descrever vários modelos de cidade e politeía, Aristóteles usa a cidade-Estado antiga como modelo para uma abordagem em sua obra “A Política”. No entanto, a cidade de Cesareia Marítima não se enquadrava neste modelo de cidade. Cesareia não era uma cidade-Estado. Não havia independência política. A cidade era parte de uma região maior: a Judeia romana. Entretanto, “A Política” de Aristóteles nos permite cotejar indícios da utilização do plano hipodamiano no processo de urbanização de Cesareia Marítima.

Hipodamos De Mileto, filho de Eurifron, foi o primeiro que, sem ter tomado parte alguma na administração dos negócios públicos, empreendeu a tarefa de escrever sobre a melhor forma de governo. Foi ele quem inventou a arte de traçar diferentes quarteirões numa cidade para lhe marcar as divisões, e quem cortou o Pireu em diversas seções. Este homem muito vaidoso, e tão cioso da sua pessoa, a ponto de parecer viver unicamente para mostrar, com demasiada complacência, a sua cabeleira, que era bastante e disposta com muita arte. As suas vestes, simples na aparência, eram quentes (ele usava as mesmas, tanto no inverno como no verão). Tinha também a pretensão de ser um homem erudito nas ciências naturais¹¹¹.

Dois pontos dessa estrutura organizacional são interessantes para nossa reflexão neste artigo. Em primeiro lugar, a informação de que para Hipódamo uma cidade deveria ter dez mil homens, dividindo-se em três classes: uma de artesãos, outra de lavradores e a terceira de guerreiros e funcionários do exército. O que nos remete diretamente para uma problemática sobre a quantidade máxima de habitantes que Cesareia Marítima comportaria sem comprometer a organização da cidade. E, em segundo lugar, a divisão da terra. Aristóteles afirma que o *plano hipodamiano* previa a divisão dela em três partes: uma consagrada à religião para despesas do culto e dos sacrifícios, outra ao uso público – ou seja, à alimentação e ao soldo do exército e a terceira dada como propriedade aos particulares, aos lavradores.

[Hipódamo]¹¹² Formava a sua República de dez mil cidadãos, e a dividia em três classes: uma dos artesãos, outra dos lavradores, a terceira dos guerreiros, sendo que só estes possuíam armas. Repartia igualmente o território em três partes: as terras sagradas, as terras públicas e as terras particulares. As primeiras deviam ocorrer às despesas do culto; as segundas à alimentação dos guerreiros; as últimas pertenciam aos lavradores¹¹³.

¹¹¹ ARISTÓTELES, A POLÍTICA, Livro II, Capítulo V, Verso I.

¹¹² Grifo meu.

¹¹³ ARISTÓTELES, A POLÍTICA, Livro II, Capítulo V, Verso 2.

Segundo Helmut Koester (2012, P. 78), o plano e as construções da cidade helenística¹¹⁴ – *plano hipodamiano* - incluíam: a edificação de muralhas reforçadas, de acordo com as características geográficas de cada região; a disposição de pórticos, tribunais e prédios governamentais em torno da ágora; templos nas proximidades da ágora, teatro; anfiteatro; vários ginásios e termas. As ruas dividiam a cidade em quarteirões retangulares iguais que eram subdivididos em lotes do mesmo tamanho para cada cidadão. Somente os prédios públicos podiam ocupar vários lotes.

A análise descritiva e comparativa entre a descrição que Flávio Josefo fez de Cesareia Marítima e a concepção aristotélica sobre os elementos que compõem uma cidade evidencia ainda mais as similaridades entre o *plano urbanístico* de Herodes e o *plano hipodamiano*.

Tabela 1 – Análise descritiva e comparativa dos elementos que compõem a cidade: comparação entre as obras “Guerra dos Judeus”, “Antiguidades Judaicas” de Flávio Josefo e “A Política” de Aristóteles.

Tema: O planejamento territorial ou a adoção de um plano urbanístico como um dos fundamentos para o sucesso da cidade		
Sujeito Locutor	Conteúdo	Referência
Flávio Josefo	<p>Quando fazia a visita às cidades marítimas, viu que a torre de Estratão estava em ruínas, tão antiga ela era; mas sua posição a tornava capaz de receber todo o embelezamento que sua magnificência lhe quisera dar; por isso, não somente a mandou restaurar com pedras muito brancas, mas ali construiu um soberbo palácio, mostrando naquela obra mais que em qualquer outra, o quanto sua alma era grande e elevada.</p> <p>Essa cidade está situada entre Dora e Jope, numa costa assaz desprovida de portos; os que querem ir da Fenícia ao Egito são obrigados a passar pelo alto mar, tanto temem o vento, chamado África, o qual, ainda que sopra levemente, levanta e impele vagas tão grandes contra os rochedos que as aumentam ainda mais,</p>	GJ Livro I/XVI/85

¹¹⁴ A relação de Aristóteles com a Judeia se dá de maneira indireta. O filósofo grego foi convidado por Filipe da Macedônia para ser o preceptor do seu filho Alexandre (13 anos), posteriormente conhecido como Alexandre Magno. Depois de três anos nessa função, Aristóteles retornou para Atenas para fundar sua escola (Liceu), próxima ao templo de Apolo Lício. Alexandre Magno, mesmo durante suas conquistas, preservava sua ligação com Aristóteles e enviava ao Liceu toda sorte de vegetais e animais coletados em suas viagens pelo Oriente. No entanto, os dois tinham posições diferentes quanto à possibilidade de ampliação da forma de governo grega para outros povos. Alexandre acreditava no processo de helenização. Mas, mesmo assim, pode-se dizer que a helenização da Judeia, que resultou no surgimento de várias cidades, inclusive a Idumeia que era a terra natal de Herodes, estava diretamente ligada às conquistas de Alexandre Magno e permanecia indiretamente relacionada à Aristóteles e suas concepções sobre a formação da cidade e a *politeia*.

	<p>revolvendo a agitação do mar, durante certo tempo. Mas este rei tão magnífico tornou-se, por seus cuidados, por suas liberalidades e por seu amor à glória, vencedor da mesma natureza; ele construiu, contra todos os obstáculos, um porto mais espaçoso do que o de Pireu, no qual os maiores navios podiam estar em segurança, contra todos os perigos das tempestades e cuja construção era tão perfeita, que se poderia pensar nenhuma dificuldade se encontrou na realização daquela obra.</p>	
<p>Aristóteles "A Política"</p>	<p>(1) O mesmo acontece em relação ao terreno. É evidente que o mais favorável, na aprovação de todos, é aquele que melhor satisfaça a todas as necessidades, e que, por conseguinte, seja o mais fértil em qualquer gênero de produção. Possuir tudo e nada precisar é a verdadeira independência. A extensão e a grandeza do terreno devem ser tais aqueles que o habitam possam nele viver livre e sobriamente, sem serem obrigados a privações [...].</p> <p>(2) Quanto à disposição do terreno, não é difícil indicá-la. Segundo conselho daqueles que têm a experiência da guerra, o terreno deve ser de acesso difícil aos inimigos, e apresentar uma porta fácil para os seus habitantes. Além disso, assim como a massa da população, conforme dissemos, ele deve ser fácil de vigiar. A facilidade da vigilância do território faz a facilidade da defesa. Quanto à posição da cidade, se se quer que ela ofereça todas as vantagens que se podem desejar, convém que seja favorável do lado do mar e do lado da terra. Já demos conhecer qual deve ser a posição da cidade, dizendo que é precioso que ela tenha comunicações fáceis com todos os pontos do território, para a remessa de socorros. Em seguida, devem-se facilitar os meios de transporte das colheitas, sortimentos de madeira e todos os produtos do país.</p>	<p>(Livro/Capítulo/Verso): IV/V/1-2</p>
<p>Tema: A proximidade ao mar como ponto fulcral para o desenvolvimento da cidade</p>		
Autor	Conteúdo	Localização
<p>Flávio Josefo</p>	<p>Depois que ele mandou tomar as medidas da extensão do porto, como o mar tinha naquele lugar vinte braças de profundidade, mandou enchê-lo com pedras de tamanho descomunal, das quais a maior parte tinha cinquenta pés de comprimento, dez de largura e nove de altura. Havia mesmo ainda outras maiores, e assim ele o fez até a flor d'água. A metade dessa mole, que tinha duzentos pés de largura, servia para quebrar a violência das vagas; construiu-se sobre a outra metade um muro fortificado com torres, à maior e à mais bela das quais Herodes deu o nome de Druso, filho da imperatriz Lívia, mulher de Augusto.</p>	<p>GJ Livro I/XVI/85</p>
<p>Aristóteles "A Política"</p>	<p>(3) Muito se discute por saber se as comunicações por mar são uma vantagem ou um inconveniente para os Estados regidos por boas leis. Pretende-se que a estada dos estrangeiros, educados sob a influência de outras leis, não é destituída de perigo para a manutenção da boa ordem e da medida a observar relativamente à cifra de população; que a familiaridade com o mar, dando ensejos aos cidadãos de saírem de seu meio e receberem estrangeiros, trás uma porção de comerciantes, e que, afinal, tal influencia é contrária à boa administração do Estado.</p> <p>(4) Por outro lado, é incontestável que, exceto esses inconvenientes, as comunicações por mar oferecem as maiores vantagens à cidade e ao país, pela segurança e pela facilidade de obter as coisas necessárias. Para resistir mais facilmente à invasão é preciso estar habilitado a receber socorros e poder defender-se dos dois lados – por terra e por mar; e para prejudicar ao inimigo, se não se conta com os dois lados à sua disposição. Eles podem receber, por meio da</p>	<p>(Livro/Capítulo/Verso): IV/V/3-4</p>

ISSN 1982-8713

	importação, os produtos indispensáveis que lhes faltam, e exportar os que têm em grande abundância. É para sua própria utilidade que a cidade deve fazer o comércio e não a dos outros Estados.	
Tema: A parte essencial de uma cidade: os meios de subsistência, as artes, as armas, as finanças, o culto e a magistratura		
Sujeito Locutor	Conteúdo	Referência
Flávio Josefo	<p>Havia dentro do porto grandes armazéns vazios para receber qualquer mercadoria e diversos outros pórticos em arcadas, para alojar os marinheiros. Uma descida muito suave, e que podia servir de belo passeio, rodeava todo o porto, cuja entrada estava em frente dos ventos do inverno, que, naquele lugar, é o mais favorável de todos os ventos. Dos dois lados dessa entrada, estavam três colossos, apoiados em pilastras; os que estavam à esquerda, eram sustentados por uma torre muita forte e os da direita por duas colunas de pedra, tão grandes que sobrepujavam a altura da torre.</p> <p>Construiu-se também sobre uma colina que está em frente à entrada desse porto um Templo a Augusto, de tamanho e de beleza extraordinários. Lá se via uma estátua desse ilustre imperador do tamanho da de Júpiter Olímpico, sobre cujo modelo tinha sido feita, e uma outra de Roma, semelhante à de Juno de Argos.</p> <p>Herodes, construindo esta cidade, queria a utilidade da Província; edificando esse soberbo porto, a comodidade e a segurança do comércio; num e noutro, bem como nesse Templo tão magnífico, a glória de Augusto, em honra do qual ele deu o nome de Cesareia a essa nova e admirável cidade. E, para que absolutamente nada faltasse, do que a poderia tornar digna de nome tão célebre, ele acrescentou a tantas e tão grandes obras, um mercado, o mais belo do mundo, um teatro e um anfiteatro, que não era inferior a tudo o mais.</p>	GJ Livro I/XVI/85
Aristóteles “A Política”	<p>(4) [...] Primeiramente os meios de subsistência, em seguida as artes, porque muitos instrumentos e materiais são precisos para prover as necessidades da vida; em terceiro lugar as armas, porque aqueles que fazem parte da sociedade devem ter armas perto de si contra os cidadãos que desobedecem à autoridade e os inimigos de fora que tentem uma invasão injusta; as finanças que possam permitir-lhes prover às suas próprias necessidades e às exigências da guerra; em quinto lugar, ou melhor, em primeiro lugar, o serviço das coisas divinas, denominado culto; em sexto lugar – e esse é o mais essencial – o julgamento a tomar sobre os interesses gerais da república e sobre os direitos recíprocos entre os cidadãos.</p> <p>(5) Tais são, pois, as coisas sem as quais nenhuma cidade, por assim dizer, poderia passar; porque a cidade não é uma multidão de homens tomada por acaso, mas bastando-se a si mesma, como dissemos, para as necessidades da vida. Se um desses elementos vem a faltar, é absolutamente impossível que tal associação se baste em si mesma. É, pois necessário que uma cidade se componha de diversos elementos postos em atividade. Por conseguinte, é preciso lavradores para fornecer os víveres, artesãos, soldados, ricos, pobres e juizes encarregados de julgar o direito dos cidadãos e sobre o interesse geral do Estado.</p>	(Livro/Capítulo/Verso): IV/VII/3-5
Tema: A salubridade e o abastecimento de água		
Autor	Conteúdo	Localização

Flávio Josefo	Acessível apenas através da materialidade do discurso	
Aristóteles "A Política"	<p>(1) [...] Para que a sua situação [da cidade] seja, em relação a si mesma, tão vantajosa quanto se possa desejar, é preciso levar em consideração quatro coisas: em primeiro lugar, a salubridade, como condição indispensável. As cidades situadas para o lado do oriente e expostas aos ventos do levante são mais saudáveis; em seguida, as que são situadas ao norte, porque o inverno aí é mais ameno.</p> <p>(2) Sob outros aspectos, a cidade deve ter uma situação favorável às ocupações dos cidadãos e dos guerreiros. Assim, é preciso que os guerreiros possam facilmente sair, e que, ao contrário, seja difícil ao inimigo nela penetrar e fazer-lhe o bloqueio. É preciso também que tenha água e recursos naturais em abundância. E se ficar privada dessa vantagem, pode-se obtê-la cavando grandes reservatórios para águas pluviais, a fim de que não falte água, se as comunicações com resto do país forem interrompidas pela guerra.</p> <p>(3) Pois que se deve garantir a saúde aos habitantes – e aquilo que para ela mais contribui é a situação da cidade em lugar determinado, e a uma exposição prevista – pois que é preciso, em segundo lugar, servir-se apenas de águas salubres, lutar-se-á por esses dois pontos sem o menor desfalecimento; por que o que mais frequente e comumente serve à necessidade do corpo é justamente o que mais contribui para a saúde. Tal é a influência natural da água e do ar. Também, nos Estados sabiamente administrados, observar-se-á se as águas naturais não são todas iguais, e se não são abundantes – separar-se-á as que servem para alimentação e as que se usam para outros fins.</p>	(Livro/Capítulo/Verso): IV/X/1
Tema: O alinhamento das casas populares		
Autor	Conteúdo	Localização
Flávio Josefo	Viam-se nas cercanias do porto uma fileira de casas construídas de uma pedra muito branca e ruas igualmente distantes umas das outras, que iam da cidade ao porto.	GJ Livro I/XVI/85
Aristóteles "A Política"	<p>(4) Os lugares fortificados não convêm todos igualmente às diversas espécies de governos. Uma cidadela, por exemplo, convêm mais à oligarquia e à monarquia; um país plano, à democracia; nem um nem outro convêm para a aristocracia; ela prefere várias posições fortificadas. A disposição das habitações particulares parece mais agradável e geralmente mais cômoda se elas forem bem alinhadas, e edificadas de acordo com o estilo moderno e o sistema de Hipodamos. Mas, em caso de guerra, a segurança pública estará melhor garantida pelo método contrário, tal como se fazia nos tempos antigos. Então os estrangeiros tinham dificuldade em sair da cidade e os agressores em descobri-los.</p> <p>(5) É por essa razão que há motivo para empregar os dois sistemas, e isso é possível fazendo-se como os vinhateiros, que plantam a vinha em forma especial. Alinhar-se-á a cidade, não em toda a sua extensão, mas apenas em algumas partes, e por quarteirões. Reunir-se-ão assim vantagens de segurança e de elegância [...].</p>	(Livro/Capítulo/Verso): IV/X/4-5
Tema: A construção de muralhas, torres e fortificações sem comprometer a ornamentação da cidade		
Autor	Conteúdo	Localização
Flávio Josefo	Herodes mandou matá-los, com suas famílias, mas vendo que o povo se obstinava cada vez mais em defender os seus costumes e as suas	AJ Livro XV/XI/662

	<p>leis e que aquilo os levaria a uma revolta se ele não empregasse os meios mais violentos para reprimi-los, decidiu fazê-lo. Assim, além das duas fortalezas que havia em Jerusalém, uma no palácio real, onde ele morava, e outra de nome Antônia, que estava perto do Templo, ele mandou fortificar Samaria porque, estando longe de Jerusalém apenas um dia, podia impedir as rebeliões tanto na cidade quanto no campo. Fortificou também de tal modo a torre de Estratão, a que chamou de Cesareia, que ela parecia dominar todo o país.</p>	
<p>Aristóteles “A Política”</p>	<p>(5) [...] Aqueles que dizem que as cidades que têm pretensões ao valor militar não precisam de muralhas, sustentam um velho preconceito, e isso eles verificam quando os fatos expõem à luz do dia o erro das cidades que se impuseram esse falso ponto de honra.</p> <p>(6) Sem dúvida não é honroso, quando se tem a lidar com inimigos de igual força ou pouco superiores em número, só procurar salvação atrás de muralhas inexpugnáveis; mas como é possível, e como acontece que aqueles que atacam possuam uma superioridade à qual o valor humano e a coragem de um punhado de bravos são capazes de resistir, não se pode duvidar, quando se tratar de garantir a defesa, evitar a derrota e repelir a ofensa, de que as muralhas mais fortes sejam a melhor defesa, sobretudo agora que se aperfeiçoaram com tanta arte as flechas e as máquinas que servem para os cercos.</p> <p>(7) Ter a pretensão de não circundar a cidade de muralhas é criar um país fácil de ser invadido; e nivelar todas as eminências que se encontram é o mesmo que proibir que se cerquem por meio de muros as casas particulares, com receio de dar um motivo de covardia àquele que as habitam. Nem se deve esquecer que uma cidade cercada de muralhas pode ou não servir-se delas, ao passo que, se absolutamente não as possui, a escolha não é possível.</p> <p>(8) Se assim é, pois, deve-se não só construir muralhas à volta da cidade, mas ainda delas cuidar, a fim de sirvam ao ornamento e á suntuosidade do lugar, e que nelas se encontrem todos os meios que lhes proporcionem vantagem. E a primeira de todas as vantagens é que nem sequer se sonhe mesmo em atacar aqueles que estão prontos a resistir. Mas, convindo que a multidão dos cidadãos seja dividida em várias seções para os banquetes públicos, e que as muralhas sejam guarnecidas de fortaleza e torres, é evidente que a própria natureza das coisas convida a realizar alguns desses banquetes nos próprios fortes. Tal é, pois, a ordem que se devem estabelecer todos esses pontos.</p>	<p>(Livro/Capítulo/Verso): IV/X/5-8</p>
<p>Tema: Local específico para a prática religiosa, bem como, lugar reservado para os banquetes públicos dos magistrados e sacerdotes</p>		
Autor	Conteúdo	Localização
<p>Flávio Josefo</p>	<p>Herodes mandou construir o porto de Cesareia em forma de crescente, capaz de conter um grande número de navios. E, como o mar mede ali vinte braças de profundidade, mandou lançar pedras de tamanho enorme, a maior das quais tinha cinquenta pés de comprimento, dezoito de largura e nove de altura. E havia ainda maiores. Do lado direito, estavam duas colunas de pedra, tão grandes que superavam a altura da torre. Via-se ao redor do porto uma fileira de casas cujas pedras eram muito bem talhadas, e construiu-se sobre uma colina que está meio o Templo consagrado a Augusto. Os que navegam podem vê-lo de bem longe, e há duas estátuas, uma de Roma e outra desse príncipe, em honra do qual Herodes deu o nome de Cesareia a essa cidade, não menos</p>	<p>AJ Livro XV/XIII/669</p>

	admirável pela riqueza de suas construções que pela magnificência de seus ornamentos.	
Aristóteles "A Política"	(1) Convém que os edifícios consagrados ao culto dos deuses e os que são reservados para os banquetes públicos dos primeiros magistrados sejam reunidos num local adequado ao seu fim, a menos que a lei dos sacrifícios ou o oráculo de Pítia não prescrevam um local especial e determinado. Esse local deve ser bastante visível para que a majestade dos deuses possa nele manifestar-se, e bem fortificado para que ele nada tenha a temer e parte das cidades que se lhe avizinham.	(Livro/Capítulo/Verso): IV/XI/1
Tema: A comodidade, embelezamento e utilidade dos espaços de circulação pública		
Autor	Conteúdo	Localização
Flávio Josefo	<p>Herodes, construindo esta cidade, queria a utilidade da Província; edificando esse soberbo porto, a comodidade e a segurança do comércio; num e noutro, bem como nesse Templo tão magnífico, a glória de Augusto, em honra do qual ele deu o nome de Cesareia a essa nova e admirável cidade. E, para que absolutamente nada faltasse, do que a poderia tornar digna de nome tão célebre, ele acrescentou a tantas e tão grandes obras, um mercado, o mais belo do mundo, um teatro e um anfiteatro, que não era inferior a tudo o mais.</p> <p>Nesse mesmo tempo, a cidade de Cesareia, cujos alicerces tinham sido lançados havia dez anos, foi terminada, no ano vinte e oito do reinado de Herodes e na centésima nonagésima segunda Olimpíada. Ele quis celebrar a dedicação com toda a suntuosidade possível e imaginável. Mandou vir de todas as partes todos os que tinham fama de excelentes músicos, lutadores ou atletas de corridas e das outras espécies de exercícios. Reuniu um grande número de gladiadores, animais ferozes, cavalos rapidíssimos e tudo o que se usa nesses espetáculos tão apreciados pelos romanos e por outras nações. Consagrou todos esses jogos em honra de Augusto e ordenou que fossem repetidos cada cinco anos.</p>	GJ Livro I/XVI/85 AJ Livro XVI/IX/695
Aristóteles "A Política"	<p>(2) É também conveniente que abaixo desse local [templo] se encontre a praça pública, construída como aquela que em Tessália se chama a Praça da Liberdade. Esta praça será desembaraçada de tudo aquilo que se vende e que se compra: os artesãos, os lavradores e aqueles que exercem profissões desse gênero não deverão dela se aproximar, a não ser que os chamem os magistrados. Ela não deixará de oferecer um espetáculo agradável, se as salas de exercícios dos homens de idade nela forem construídas. Convém, com efeito, que os próprios exercícios sejam separados segundo a idade, que certos magistrados vigiem sem cessar as salas dos jovens, e que os anciãos sejam admitidos na dos magistrados.</p> <p>A presença e as vistas dos magistrados inspiram a verdadeira modéstia e a reserva que convém aos homens livres. A praça destinada a servir de mercado para as mercadorias de toda a espécie deve ser separada da Praça da Liberdade, e de tal modo situada que seja fácil a ela transportar tudo que vem por mar e os produtos do país.</p>	(Livro/Capítulo/Verso): IV/XI/2
Tema: Local específico para a prática religiosa, bem como, um lugar reservado para os banquetes públicos dos magistrados e sacerdotes		
Autor	Conteúdo	Localização

<p>Flávio Josefo</p>	<p>Pilatos, governador da Judéia, enviou dos quartéis de inverno de Cesareia a Jerusalém tropas que traziam em seus estandartes a imagem do imperador, o que é tão contrário às nossas leis que nenhum outro governador antes dele o fizera. As tropas entraram de noite, e por isso apenas no dia seguinte é que se percebeu. Imediatamente os judeus foram em grande número procurar Pilatos em Cesareia e durante vários dias rogaram-lhe que removesse aqueles estandartes. Ele negou o pedido, dizendo que não o poderia fazer sem ofender o imperador. Mas como eles continuavam a insistir, ordenou aos seus soldados, no sétimo dia, que secretamente se conservassem em armas e subiu em seguida ao tribunal que mandara erguer de propósito no local dos exercícios públicos, porque era o lugar mais apropriado para escondê-los. Os judeus, porém, insistiam no pedido. Ele então deu o sinal aos soldados, que os envolveram imediatamente por todos os lados, e ameaçou mandar matá-los se continuassem a insistir e não voltassem logo cada qual para a sua casa. A essas palavras, eles lançaram-se todos por terra e apresentaram-lhe a garganta descoberta, para mostrar que a observância de suas leis lhes era muito mais cara que a própria vida. Aquela constância e zelo tão ardentes pela religião causou tanto assombro a Pilatos que ele ordenou que se levassem o estandarte de Jerusalém para Cesareia.</p>	<p>AJ Livro XVIII/IV/770</p>
<p>Aristóteles “A Política”</p>	<p>(2) Dividindo-se a multidão dos cidadãos em duas classes – os sacerdotes e os magistrados é conveniente que os banquetes públicos dos sacerdotes se realizem na vizinhança dos edifícios sagrados. Mas, para os magistrados encarregados de se pronunciar sobre os contratos, ações criminais, citações de justiça, e outros negócios desse gênero, e para todos os magistrados que atendem ao policiamento dos mercados e da cidade, as salas de refeições devem ser estabelecidas perto da praça pública e do quarteirão mais frequentado. Tal será a vizinhança do mercado: queremos que a praça situada na cidade alta seja consagrada ao repouso, e que o mercado sirva a todas as transações entre particulares.</p> <p>(4) É preciso ainda observar no campo uma análoga àquela que acabamos de descrever. Os magistrados que se chamam Híloros ou Agrônomos precisam de salas para as refeições públicas, fortes para defender e templos consagrados aos deuses e aos heróis. Aliás, é inútil insistir sobre os detalhes mais preciosos. Não é difícil conceber estas ideias, e sim pô-las em execução. Para curso da sorte. Assim, deixemos de lado, por ora, maiores detalhes sobre este assunto.</p>	<p>(Livro/Capítulo/Verso): IV/XI/3-4</p>

Além de elementos característicos do *plano hipodamiano*, o *plano urbanístico* de Cesareia Marítima incluía outras construções que tinham como base a arquitetura romana, como por exemplo, o aqueduto que levava água potável do Monte Carmelo para abastecer a cidade¹¹⁵. Essa é a posição de Jodi Magness (2012) em sua obra “*The*

¹¹⁵ A cidade de Cesareia Marítima possui inúmeros achados arqueológicos que atestam a utilização da arquitetura romana no processo de fundação e urbanização da cidade como, por exemplo: as ruínas de um teatro, hipódromo, anfiteatro, templos, esculturas, bustos, termas, dentre outros documentos/monumentos. Entretanto, por se tratar de um artigo que possui delimitações gráficas, a análise descritiva e comparativa dos elementos que compõem a cidade, comparando as obras “*Guerra*

archaeology of the holy land”. A autora defende que Cesareia Marítima se tratava de uma cidade que mesclava traçados da antiga cidade helenística e elementos arquitetônicos tipicamente romanos.



Figura 2 – Aqueduto da cidade de Cesareia Marítima

Joseph Patrich (2011) em sua obra *“Studies in the archaeology and history of Caesarea Maritima: caput Judaeae, Metropolis Palaestinae”* também analisou o desenvolvimento histórico e urbanístico da cidade de Cesareia a partir do diálogo com a Cultura Material. Segundo ele, a fundação e prosperidade da cidade foram resultados diretos da decisão de Herodes de construir um grande porto artificial, a partir da tecnologia romana, e fundar uma nova cidade que se tornou a capital administrativa do seu reino em expansão, cuja prosperidade continuou enquanto ela serviu como capital provincial e funcionou como entreposto oriental para o comércio mediterrâneo. Patrich também evidenciou a existência de uma rede de cinco rotas que conectavam a cidade marítima as cidades mais distantes.

dos Judeus”, *“Antiguidades Judaicas”* de Flávio Josefo e *“Tratado de Arquitetura”* de Vitruvius será desenvolvida noutra oportunidade.

Além de mesclar elementos arquitetônicos hipodâmiano e vitruviano em seu plano urbanístico, Herodes Magno tinha como referência governamental os monarcas helenísticos. Geralmente esses monarcas incluíam em sua política a fundação de novas cidades. A Judeia, por exemplo, tinha várias cidades helenísticas, inclusive a Idumeia que era o local de origem do rei dos *judeanos*. Helmut Koester (2012, P. 75-80) afirma que, apesar da fundação dessas cidades ter um papel significativo no processo de helenização, os principais objetivos desses monarcas ao fundar uma cidade eram proteger as rotas comerciais mais importantes, as linhas de abastecimento militar e preservar os limites do seu reino. Talvez aqui tenhamos parte das motivações de Herodes Magno para adotar um *plano urbanístico* em Cesareia.

Muitas cidades helenísticas do tempo de Herodes foram fundadas como colônias militares (*klerouchiai*). Esse modelo organizacional oferecia muitas vantagens para os governantes, pois, desoneravam um pouco o erário tendo em vista que assentados os soldados podiam cultivar e usufruir das terras reais, gerando uma renda independente e estabelecendo um novo vínculo com a cidade que teriam de defender em caso de guerra. Essa política também oferecia oportunidades para imigrantes gregos, pois, o serviço militar lhes daria posteriormente uma casa e uma área rural de sua propriedade. O resultado era a ampliação das áreas cultiváveis e a equiparação funcional das colônias militares com a *poleis* (KOESTER, 2012, P. 75-80). Entretanto, existiam algumas diferenças entre a relação com terra¹¹⁶ em uma nova *poleis* e nas colônias militares.

Hans G. Kippenberg (1988) analisa as relações socioculturais, políticas e econômicas estabelecidas entre a casa de Herodes e o Império Romano na Judeia, em sua obra “Religião e formação de classes na antiga Judeia”. Kippenberg evidencia a

¹¹⁶ Irving M. Levey (1975) em sua obra “Caesarea and the jews” analisa as relações socioculturais estabelecidas entre os judeus e os judeanos e apresenta uma descrição das comunidades judaicas domiciliadas na cidade durante o período herodiano. Levey comparou as informações que emergem das obras de Flávio Josefo com a documentação rabínica e afirmou que o desequilíbrio na distribuição das terras e a rivalidade entre judeus e sírios contribuíram significativamente para a eclosão da guerra dos judeus contra os romanos em 66 d. C.

organização social e descreve os enfrentamentos políticos entre os seguidores de Herodes que, segundo ele, eram uma aristocracia etnicamente indiferente, mas economicamente bem situada, e os judeus. Assim, ele ressalta a existência de grupos sociais de resistência que discutiam a posse e usufruto da terra. Essa disputa foi relata pelo historiador judeu Flávio Josefo em sua obra “Antiguidades Judaicas”.

Aconteceu, nesse mesmo tempo, uma grande perturbação em Cesareia, entre os judeus e seus habitantes, com relação à precedência. Os judeus pretendiam-na, porque Herodes, um de seus reis, tinha construído a cidade: os sírios afirmavam que deviam ser preferidos, porque ela subsistia desde muito tempo sob o nome de Torre de Estratão, quando ali não havia um só judeu. Os governadores das províncias tomaram conhecimento dessa divergência e mandaram vergastar com várias os que nela haviam tomado parte, de ambos os lados. Mas os judeus, que confiavam nas suas riquezas, recomeçaram a desprezar e a maltratar com palavras, os sírios. Entre estes, havia vários de Cesareia e de Sebaste, que serviam nas tropas romanas, as quais lhes respondiam insolentemente. Das palavras, passaram às pedradas e vários foram mesmo mortos, muitos feridos, de parte a parte: os judeus levaram a melhor¹¹⁷.

Flávio Josefo ainda mencionou os enfrentamentos entre gregos e judeus na cidade.

A quatro de julho, Vespasiano voltou a Ptolemaida e, marchando ao longo da costa marítima, dirigiu-se a Cesareia, que é a maior das cidades da Judeia. Como a maior parte dos habitantes eram gregos, receberam-no muito bem, com seu exército, quer pelo afeto para com os romanos, quer pelo ódio para com os judeus. Era este tão grande, que lhe pediram, com grandes exclamações, que mandassem matar Josefo. Mas aquele sábio general, considerando tais clamores como efeito da paixão de uma multidão confusa, não lhes deu importância alguma. Colocou somente duas legiões em quartéis de inverno, naquela cidade, onde podiam ficar comodamente, porque o ar é temperado durante o inverno, e o calor é excessivo durante o verão, porque ela está situada numa planície à beira-mar; e para não sobrecarregá-la com o alojamento de tantos soldados, ele mandou a Citópolis a quinta e a décima segunda legiões.

¹¹⁷ JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XX/VI/850-851.

A presença dos organismos oficiais na cidade de Cesareia Marítima pode ser detectada através dos múltiplos âmbitos políticos e sociais, pois, a luta política era fluida e adotava modalidades mais variadas que as estabelecidas pelos organismos oficiais (BARROS, 1995, P. 201-202). Entretanto, estudar o *político* através de canais não oficiais, bem como, abordar os revisionismos sobre as relações políticas entre judeus e romanos no século I a. C., também significa esbarrar em algumas dificuldades metodológicas na análise de uma documentação textual que geralmente foi produzida pela *cultura dominante* e nem sempre nos proporciona a informação desejada sobre as *culturas subalternas*.

Os centros de poder em Cesareia Marítima eram plurais e as relações entre eles, inclusive as conflitivas, eram múltiplas, cotidianas, muito complexas, e dificilmente davam voz e ouvido as camadas populares ou as *culturas subalternas* (BARROS, 1995, P. 202-203). Além disso, a construção de áreas de convivência comum (como o anfiteatro, o hipódromo e alguns templos), a organização dos jogos romanos e sua inserção no calendário permanente da nova cidade, já seriam suficientes para que levantássemos uma problemática em torno do *paradigma cultural* que emerge da historiografia contemporânea no qual se afirma que o enfrentamento e a resistência sociocultural entre judeus, judeanos e romanos na cidade de Cesareia Marítima foram permanentes.

A abordagem da nova História Política nos impulsiona ao diálogo com áreas de conhecimento que nos permitam ampliar o nosso olhar sobre as comunidades culturais de Cesareia. A cidade de Cesareia Marítima se tratava de um espaço histórico (um lugar dominado por grupos humanos) e também de um espaço simbolizado que foi reorganizado a partir da execução do *plano urbanístico* de Herodes Magno. A urbanização da cidade tornou legível aos indivíduos que nela circulavam uma série de esquemas organizadores, referências ideológicas e intelectuais que ordenavam o social: “Essa simbolização do espaço [...] era ao mesmo tempo uma matriz intelectual, uma constituição social, uma herança e a condição primordial de toda história,

individual ou coletiva, de tal forma que identidade, relação e história permaneciam imbricadas” (AUGÉ, 1997, P. 14). Todas as relações constitutivas de identidade pessoal e coletiva têm uma expressão espacial. As regras de residência, divisão da cidade em lotes, delimitação entre *espaço sagrado* e *espaço profano*, *espaço público* e *espaço privado* são evidências de que Herodes Magno utilizou plano hipodamiano como base de seu *plano urbanístico*, sem prejuízo para incorporação de edificações vitruvianas, elementos socioculturais e monumentos romanos que também contribuíram para construção materializada e simbólica do espaço (AUGÉ, 2007, P. 51-52).

BIBLIOGRAFIA

Documentação textual

ARISTÓTELES. A política. São Paulo: Editora Escala, 2008.

JOSEPHUS, Flavius. Jewish Antiquities. Cambridge: Harvard University Press, 1954 (Loeb Classical Library, book 14).

_____. The Jewish War. Cambridge: Harvard University Press, 1997 (Loeb Classical Library, book 1).

VITRUVIUS POLLIO. Tratado de arquitetura/ Vitruvius; tradução, introdução e notas M. Justino Maciel. São paulo: Martins, 2007.

Bibliografia geral

ALFÖDY, Géza. A história social de Roma. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

ANDERSON, James D. The impact of Rome on the periphery: the case of Palestina – roman period (63 BCE - 324 CE) in: LEVY, Thomas Evan. The Archaeology of Society in the Holy Land: new approaches in anthropological archaeology. London: Continuum, 2003.

AUGÉ, Marc. Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus. 2007.

_____ O sentido dos outros: atualidade da antropologia. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____ Por uma antropologia dos mundos contemporâneos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COHEN, Shaye J. D. Josephus in Galilee and Rome: his vita and development as a historian. Boston: Brill Academic Publishers, 2002.

COLLINS, John J. Between Athens and Jerusalem: jewish identity in the hellenistic diaspora. Cambridge: Wni. B. Eerdmans Publishing Co., 2000.

_____ e GREGORY, E. Sterling (ed.). Hellenism in the Land of Israel. Indiana: University of Notre Dame Press, 2000.

COULANGES, Fustel de. A cidade antiga. São Paulo: Martim Claret, 2009.

DEGAN, Alex. A identidade incômoda: um estudo das identidades étnicas no Bellum Judaicum de Flávio Josefo. São Paulo/Limeira: USP, 2006.

DIRVEN, Lucinda. The imperial cult in the cities of the Decapolis, Caesarea Maritima and Palmyra: a note on the develop´ment of imperial cults in the Roman Near East. ARAM, n. 23, p. 141-156, 2011.

EINSENSTADT, Shauel Noah. The Political Systems of Empires. Nova Jersey: Transaction Publishers, 1969.

EDWARDS, Douglas R.; MCCOLLOUGH, C. Thomas. Archaeology and the Galilee: Texts and Contexts in the Graeco-Roman and Byzantine Periods. Atlanta, Ga:, 1997.

FREY, Jörg; SCHWARTZ, Daniel R.; GRIPENTROG, Stephanie. Jewish identity in the greco-roman world. Boston: Brill, 2007.

FRITSCH, Charles T. The joint expedition to Caesarea Maritima. Bulletin of the Americam Schools of Oriental Research: Supplemental studies, v. 1, n. 19, 1975.

FUNARI, Pedro Paulo A. SILVA, Maria Aparecida de Oliveira (org.). Política e identidades no mundo antigo. São Paulo: Annablume: Fapesp 2009.

_____; FOGOLARI, Everson Paulo. Estudos de arqueologia histórica. Rio Grande do Sul: Erechim, 2005.

GOODMAN, Martin. Jews in a graeco-roman world. Oxford: Oxford University Press, 2004.

_____. Rome and Jerusalem: the clash of ancient civilizations. New York: Vintage Books, 2008.

GRIMAL, Pierre. A civilização romana. Lisboa: Edições 70, 1988.

HADAS-LEBEL, Meirelle. Weapons of the Weak. Everyday Forms of Peasant Resistance. Haven/ London: Yale University Press, 1990.

_____. Flávio Josefo: o judeu de Roma. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

HADRILL, Andrew Wallace (ed.). Patronage in Ancient Society. London: Routledge, 1988.

HENGEL, Martin. Judaism and Hellenism: studies in their encounter in Palestine during the early Hellenistic period. London: SCM Press, 1981.

HOLUM, K. G.; RABAN, A.; PATRICH, J. Caesarea papers 2: Herod's temple, the provincial governor's praetorium, and granaries, the later harbor, a gold coin hoard, and other studies. Portsmouth, Rhode Island: Journal of Roman Archaeology, 1999.

HORSLEY, Richard. Arqueologia, história e sociedade na Galileia: o contexto social de Jesus e dos rabis. São Paulo: Paulus, 2000.

_____; HANSON, John S. Bandidos, profetas e messias: movimentos populares no tempo de Jesus. São Paulo: Paulus, 1995.

KESSLER, Reiner. História social do antigo Israel. São Paulo: Edições Paulinas, 2009.

KIPPENBERG, Hans. Religião e formação de classes na antiga Judéia. São Paulo: Edições Paulinas, 1988.

KOVELMAN, Arkady. Between Alexandria e Jerusalem: the dynamic of jewish and hellenistic culture. London: Brill, 2005.

LAQUEUR, Richard. The jewish historian Flavius Josephus: a biographical investigation based on new critical sources. Toronto: York University, 2005.

LEVY, Thomas Evan. The Archaeology of Society in the Holy Land: New approaches in anthropological archaeology. London: Continuum, 2003.

MASON, Steve. Josephus and New Testament. Massachussets: Hendrickson Publishers, 1993.

MAGNESS, Jodi. The Archaeology of the Holy Land: from the destruction of Solomon's Temple to the muslim conquest. New York: Cambridge University Press, 2012.

MEYERS, Eric M. Galilee Through the Centuries: Confluence of Cultures. Winona Lake, IN: Eisenbrauns, 1999.

MORDECHAI, Aviam. Jews, Pagans and Christians in the Galilee: 25 Years of Archaeological Excavations and Surveys: Hellenistic to Byzantine Periods. Rochester: N.Y., 2004.

ORLANDI, Eni. Análise do discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Fontes, 2003.

OTZEN, Benedikt. O judaísmo na antiguidade. São Paulo: Edições Paulinas, 2003.

PATRICH, Joseph. Studies in the archeology and history of Caesarea Maritima: caput judaeae, metropolis palaestinae. Boston: Brill, 2011.

_____ Archaeological excavations at Caesarea Maritima areas CC, KK and NN: final reports, volume 1 – the objects. Oxford: Israel Exploration Society, 2008.

RABAN, Avner; HOLUM, Kenneth G. Caesarea Maritima: a retrospective after two millennia. Boston: Brill, 1996.

RAJAK, Tessa. The Jewish dialogue with Greece and Rome: studies in cultural and The evidence of social interaction. Koln: Brill, 2000.

RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ROCHA, Ivan Esperança. A vida cotidiana na Palestina do século I na visão de Flávio Josefo. São Paulo: Annalube, 2014.

RODGERS, Zuleika. Making history: Josephus and historical method. Boston: Brill, 2007.

ROLLER, Duanne W. The Building Program of Herod the Great. London: University of California Press, 1998.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história do político. São Paulo: Alameda, 2010.

ISSN 1982-8713

ROSENDAHL, Zeny. Espaço e Religião: uma abordagem geográfica. Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 1996.

_____ Hierópolis: o sagrado e o urbano. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

_____; CORRÊA, Roberto Lobato. Economia, cultura e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

_____; CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço e cultura: pluralidade temática. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

_____; CORRÊA, Roberto Lobato. Introdução à geografia cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

ROULAND, Norbert. Roma democracia impossível? Os agentes de poder na urbe romana. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

SAID, Edward W. Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAND, SHLOMO. The invention of the jewish people. New York: Maple Vail, 2009.

STEGEMANN, Ekkehard W.; STEGEMANN, Wolfgang. História social do protocristianismo. São Leopoldo: Sinodal, 2004.

VERMES, Geza. The true Herod. New York: Bloomsbury T&T Clark, 2014

A EXCEPCIONALIDADE DA CAPITAL DO IMPÉRIO CENTRO DO MUNDO DURANTE O ALTO IMPÉRIO

THE EXCEPTIONALITY OF THE CAPITAL OF THE CENTRAL EMPIRE OF THE WORLD DURING THE HIGH EMPIRE

Marcelo de Mello Ribeiro¹

¹ Pesquisador do Centro de Ensino e Pesquisa do Exército (CEPHIMEx) e Membro Titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB). Doutorando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Correspondência para: Marcelo de Mello Ribeiro (melloright@gmail.com)

Recebido em: setembro de 2019; Aceito em: novembro de 2019

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo ressaltar a excepcionalidade da cidade de Roma durante o Alto Império. A capital dos romanos diferentemente de outras cidades era o polo de convergência de todo o mundo naquele momento, centro econômico, político e dos espetáculos, A expansão territorial foi um dos principais motivos para este crescimento de Roma, no qual podemos destacar o grande número de escravos utilizados como mão de obra em todos os setores desde o comércio, passando pelo artesanato e até mesmo nos combates de gladiadores.

Palavras chaves: *Cidade, Roma, Espetáculos; Portos.*

ABSTRACT

The aim of this article is to highlight the exceptional city of Rome during the High Empire. The capital of the Romans, unlike other cities, was the center of convergence of the world at that time, economic, political and in the area of spectacles. The territorial expansion was one of the main reasons for this growth of Rome, because the large number of slaves used as labor in all sectors from trade, artcraft and even gladiatorial combat.

Key words: *City, Rome, Spectacles; Ports.*

O objetivo deste artigo é sublinhar a importância de Roma durante o Alto império, destacando sua característica de cidade “centrípeta” e influenciadora do

*ethos*¹¹⁸ romano. O Império Romano originou-se, ao longo dos séculos, onde desenvolveu uma unidade político-cultural de grande heterogeneidade. O Império atingiu a sua maior extensão territorial sob o comando de Trajano¹¹⁹. Este Imperador, exímio estrategista, buscou romper com a política estabelecida por Otavio Augusto de controle do limite das fronteiras com o Império Romano. “Trajano decide terminar, na parte inferior do Danúbio, a consolidação de uma fronteira sólida. A pouco e pouco, viu-se obrigado a conquistar o reino até então independente dos Dácios, transformando-o numa província do Império.” (GRIMAL, 1984, p. 56).

Seu território foi conseguido por meio de conquistas militares e centralização política e uma população estimada entre 50 e 60 milhões de habitantes. (NICOLET, 1992, p.24). Contudo, vamos voltar nossos olhos para Roma, capital do império, pois esta cidade foi uma exceção frente às outras localidades romanas, tendo em vista as demais se constituírem em lugares, de maneira geral que possuíam pequenos centros administrativos, religiosos, um artesanato modesto e mercados locais. Servindo de ponto de apoio para mercadores que se dirigiam à capital do Império.

As negociações comerciais entre as regiões eram de pequena monta, devido à inabilidade das técnicas de transportes e à falta de diversificação de produtos, uma vez que, em grande parte do Mediterrâneo se executava o mesmo tipo de agricultura. Dentro desta perspectiva, sem grandes mercados consumidores os produtos que eram comercializados pelas caravanas e seus mercadores se restringiam a artigos de luxo.

Os maiores consumidores destes produtos luxuosos eram os grandes proprietários de terras, que utilizavam para consumo próprio ou a fim de serem

¹¹⁸ Caracteriza-se pelo conjunto de traços e modos de comportamento que moldam a identidade e ou o caráter da sociedade romana, que possuía como uma das principais características ser um povo guerreiro, que cultuava o corpo, a coragem, a violência e a guerra.

¹¹⁹ Marco Úlpio Nerva Trajano foi Imperador durante o Alto Império entre os anos de 98 a 117. Momento de maior expansão do território sob a tutela de Roma; caracterizou-se como um período de apogeu da cultura e do latim (língua oficial). O comércio alcançou níveis incomparáveis com qualquer outra época do Império Romano. O latinista italiano, Ettore Paratore, observou em sua obra “A História da Literatura Latina”, que este momento da história romana nos oferece, “uma antecipação fiel do ideal da cultura clássica e da latinidade, como formou o Humanismo” (PARATORE, 1983, p. 681).

empregados em benfeitorias públicas ou ações voltadas para o evergetismo¹²⁰ (CARDOSO, 2011, p. 20).

Esta classe dominante, a fim de perpetuar-se no poder e garantir seus privilégios, vindos desde a República, reforçou o sistema legal vigente. Tal estrutura privilegiava os mais afortunados e mantinha os escravos e outros tipos de mão de obra dependentes dos mesmos. Dentro deste sistema legal existiam as ordens (*ordines*) que se constituíam nas distinções sociais regularizadas pelo governo imperial, que estratificavam e estabeleciam direitos e deveres aos integrantes desta sociedade. (CARDOSO & ARAUJO, 2006, p 87)

As *ordines* eram divididas em senatorial, equestre e uma elite local composta pelos *decuriões*, mas que possuíam um status inferior às duas citadas anteriormente. Abaixo destas ordens encontravam-se os nascidos livres, não privilegiados, os libertos e os escravos. Estas mãos, respectivamente, é que efetivamente geravam a riqueza do Império Romano.

Nesta sociedade do Alto Império já se conhecia a mobilidade social. Sendo assim, aos herdeiros libertos ricos existia a chance de vir a ser um *decurião* e, progressivamente, ganhar status social até tornar-se membro da ordem senatorial ou até mesmo por meio do comércio.

No entanto, apesar de ser possível a mobilidade social, esta era difícil de ocorrer, pois existia um grande abismo entre a classe dominante e o restante da

¹²⁰ A palavra Evergetismo é um neologismo – ou melhor, um conceito – que devemos a André Boulanger e Henri – I. Marrou; ela foi forjada nos moldes da minuta dos decretos honoríficos helenísticos, através dos quais as cidades enalteciam aqueles que, por sua fortuna ou atividade pública “ajudavam a cidade”; em geral, uma beneficência era uma evergesia. Nenhuma palavra da Antiguidade corresponde perfeitamente ao evergetismo.[...](VEYNE, 2015,p. 14). Em alguns períodos as evergesias eram ofertadas por indivíduos notáveis, que não possuíam tal obrigação (o que é denominado evergetismo livre), em outros momentos estas eram oferecidas na antecedência de uma eleição, uma magistratura ou até mesmo uma “honra” pública. [...] em Roma havia uma herança republicana que incomodava a exclusividade imperial e que foi preciso suprimir ou limitar. Foi obra de Augusto; ele pôs fim às evergesias republicanas, dividiu com os magistrados o direito de oferecer espetáculos, resolveu para si o quase monopólio das construções públicas e embelezou Roma para que ela fosse digna de ser a capital de sua monarquia [...] (VEYNE, 2015, p. 708).

população. Todavia, com o passar dos anos, a cidadania romana¹²¹ foi sendo ampliada devido ao próprio crescimento territorial do Império. Vejamos o que Andrea Giardina nos fala sobre a identidade romana e como esta peraneceu inacabada, tornando-se diretamente relacionada à concessão de cidadania:

Emerge, na sociedade romana, uma série de contrastes harmônicos, contradições compostas em equilíbrio. A dupla abertura - afastamento, que rememorei para definir a identidade romana, também pode aparecer na forma de uma polaridade entre a dominação e dualidade, entre o sentido rígido e inflexível do *imperium* e a elasticidade. Este também é encontrado na família, onde a *potestas do pater familias*, era tão enorme e potencialmente assustadora, mas representou ao mesmo tempo um fator de osmose social e política, expressa no direito de libertar os escravos e, em seguida, criar o cidadão (Tradução livre)¹²².

Desta forma, novos grupos étnicos foram sendo incorporados ao Império Romano e paulatinamente foram absorvendo algumas características romanas, até mesmo o gosto pelos jogos de gladiadores. Este fenômeno ficou conhecido como transculturação¹²³.

¹²¹ A cidadania romana, mesmo que inconclusa, era o que aproximava os romanos e tornava possível criar o amálgama do Império. De acordo com Claude Nicolet, os Romanos, tanto durante a República como no Império, são cidadãos romanos. Humildes ou poderosos, governados por assembleias, por magistrados eleitos anualmente por senado, ou por um príncipe vitalício (ao lado do qual, aliás, continuam a existir as antigas instituições), nenhuma hesitação possível: cada romano é um cidadão, e todo aquele que possua ou adquira o “direito de cidadania”, a “cidadania” romana, é automaticamente romano. (NICOLET, 1992, p. 22).

¹²² Emerge, nella società romana, una serie di contrasti armonici, di contraddizioni composte in equilibrio. La coppia apertura/straniamento, che ho evocato per definire l'identità romana, può anche apparirci nella forma di una polarità tra dominio e duttilità, tra senso rigido e inflessibile dell'imperium ed elasticità. La ritroviamo anche nella famiglia, dove la potestas del pater familias, era sì smisurata e potenzialmente terrificata, ma rappresentava al tempo stesso fattore di osmosi sociale e politica, espresso dalla facoltà di liberar lo schiavo e di creare quindi il cittadino (GIARDINA, 1994, p. 87).

¹²³ O conceito transculturação foi apresentado pelo antropólogo cubano Fernando Ortiz Fernández e está relacionado à transformação de padrões culturais locais, a partir da adoção de novas referências absorvidas por meio das fronteiras culturais estabelecida em encontros interculturais. Este processo de transferência cultural acontece, paulatinamente, por meio da troca de experiências e influências a partir do elemento externo. É natural que a transmissão pelo contato não abarque toda a cultura do outro grupo. Somente alguns traços são transmitidos e se incorporam à cultura receptora. Contudo, a troca

Esta divisão social supracitada teve um cunho didático, isto é, buscou clarificar a estrutura social romana do Alto Império e definir o papel social de cada uma dentro da sociedade, explicitando as classes que, efetivamente, eram mão de obra geradoras de riqueza e movimentavam a economia em Roma.

Contudo, nossa análise está voltada para a capital do Império Romano, berço da magnitude e da suntuosidade romana, para onde convergiam grande parte dos produtos. Esta afirmação ganha força quando Carcopino em sua obra “ *A vida quotidiana em Roma no apogeu do Império*” nos apresenta um poema de Petrônio que demonstra toda a grandeza do Império romano:

[...] “O mundo inteiro estava nas mãos dos Romanos vitoriosos. Possuíam o mar e as terras e o duplo campo das estrelas e não estavam saciados. As suas quilhas, que as cargas faziam pesadas, sulcavam as ondas. Se havia ao longe algum golfo escondido, algum continente ignorado que pretendesse exportar o oiro fulvo, era um inimigo, e os destinos preparavam-se para guerras mortíferas à conquista de novos tesouros. As alegrias vulgares já não tinham encanto nem os prazeres gastos nos regozijos da plebe. O simples soldado apalpava os bronzes de Corinto... Aqui os Númidas, lá os Seras teciam para o Romano panos novos, e para eles as tribos árabes tinham despojado as suas estepes.” [...] (PETRÔNIO, 116 apud CARCOPINO, 1959, p.216).

No entanto, ao citarmos as pequenas cidades que davam suporte à capital do Império temos que destacar a figura do mercador. Este homem voltado para os grandes deslocamentos terrestres ou marítimos era atraído à Roma, pois havia um grande mercado consumidor para seus produtos. A capital do Império além de acolher um grande contingente humano, fosse de homens livres ou escravos, possuía outros atrativos como grandes festas públicas, ritos religiosos e os próprios jogos gladiatoriais.

cultural é recíproca, isto é, a cultura receptora também interage com a doadora, introduzindo padrões, hábitos e costumes que até então lhe eram desconhecidos. (ORTIZ, 1991, p. 90)

O mapa a seguir indica as principais rotas utilizadas pelas caravanas, que interligavam as longínquas regiões fronteiriças do Império Romano e a sua capital. Além disso, o documento nos convida a observarmos os principais materiais coletados em cada localidade. Pode-se verificar que grande parte desta matéria prima era utilizada na preparação dos espetáculos ou até mesmo utilizados nos mesmos como o caso dos animais exóticos, trazidos do continente africano.



Mapa 1- Rotas dos mercadores e os principais produtos levados à Roma durante o período imperial. http://iris.cnice.mec.es/kairos/mediateca/cartoteca/eso_antigua_t04.html acessado em 21/09/2016

Porém, não podemos deixar de evidenciar que existia uma interdependência entre os pequenos povoadamentos, até mesmo as cidades fronteiriças, e Roma, pois estas eram pontos de apoio para as caravanas ou regiões produtoras de materiais específicos¹²⁴ utilizados na fabricação de armamentos, cerâmicas e, até mesmo, condimentos utilizados na culinária durante a antiguidade.

Outro ponto a ser observado quando falamos da capital do Império foi a importância dos portos, há pouca dúvida de que o porto fluvial de Roma teria tido

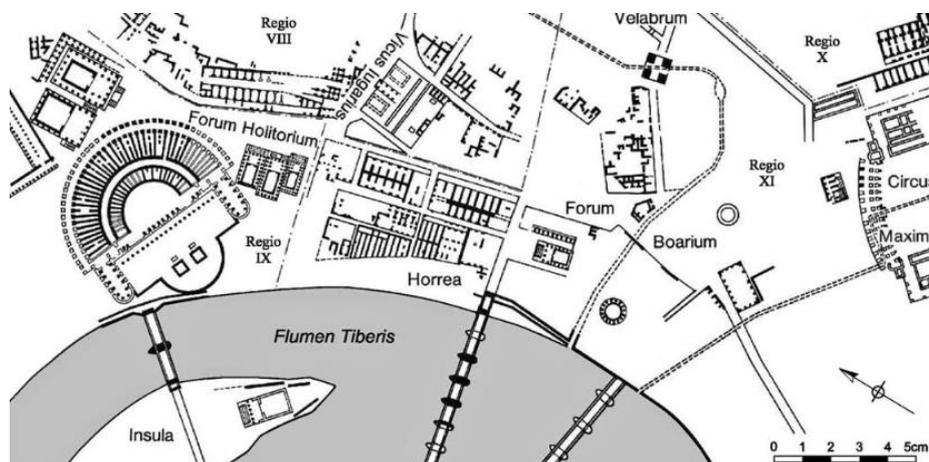
¹²⁴ A arqueologia nos fornece vestígios dessa interligação entre as cidades exemplo disto era o metal da Hispânia, o guarum lusitano, as cerâmicas gaulesas não permaneceram restritas às suas regiões de produção e acabavam chegando à Roma.

importância fundamental para o comércio da principal cidade do Império Romano. No entanto, a topografia da capital não se prestava facilmente a instalação do porto. Este teria se estendido ao longo das duas margens do rio Tibre, de norte a sul.

As quatro áreas-chaves que ganharam destaque nos primórdios do Império - o *Campus Martius*, o *Portus Tiberinus*, o *Emporium* e o *Transtiberim* - deviam sua proeminência a seus papéis como pontos nodais, oferecendo acesso às principais vias de comunicação da cidade, notadamente o *Pons Aemilius*, a *Via Aurelia*, o *Velabrum*, a *Via Ostiensis* e a *Via Portuensis*.

O porto se desenvolveu como consequência das crescentes necessidades da cidade, sendo o eixo de comércio e redistribuição no coração de Roma desde o século VI a.C. (COARELLI, 1992: 113-27). Era uma região baixa, ou seja, 8.000 m² que abrangiam a área entre o corte do rio a oeste, o Teatro de *Marcellus* ao norte, o *Forum Holitorium* a leste e o *Forum Boarium* ao sul.

Materiais de construção e utensílios utilizados nos jogos gladiatórios provavelmente foram descarregados e armazenados nesta região. Tal afirmação, se ampara nas escavações arqueológicas, onde a descobertas de mármore foi bastante comum na área entre o Ripetta e os principais monumentos do Campo de Marte (MAISCHBERGER, 1997, p.178-9). Observemos o mapa abaixo, onde pode-se ver a localização do Porto Tiberius.



Mapa 2- Plano do Portus Tiberinus. (Coarelli 1998: fig. 412.)

Com o crescimento comercial da cidade de Roma a articulação do sistema portuário foi fundamental, pois o porto fluvial no Tibres foi apoiado pelos portos de Ostia e Portus. Ambos os portos se situavam numa paisagem marginal estuarina, perto da foz do Tibre.

*Ostia*¹²⁵ ficava situado na margem do rio, a uma curta distância do mar, sendo conectado a Roma por meio da *Via Ostiensis*. Esta via fazia deste porto elo de ligação de Roma com o mundo.

Já *Portus* ficava a 2 km ao norte de *Ostia*, era ligado a Roma pela **Via Campana / Portuensis**. Ambos os portos, portanto, desempenharam papéis complementares e fundamentais no fornecimento de material, condimentos e, até mesmo, animais exóticos a Roma e, indiretamente, aos jogos gladiatoriais.

Contudo, o desenvolvimento mais importante, foi o estabelecimento de um novo porto marítimo no *Portus* em 46.¹²⁶ Este complexo era constituído por uma enorme bacia artificial para salvaguarda, bem como uma bacia menor (*Darsena*)¹²⁷ e

¹²⁵ Cidade portuária do Império Romano localizada a 25 km a sudoeste de Roma.

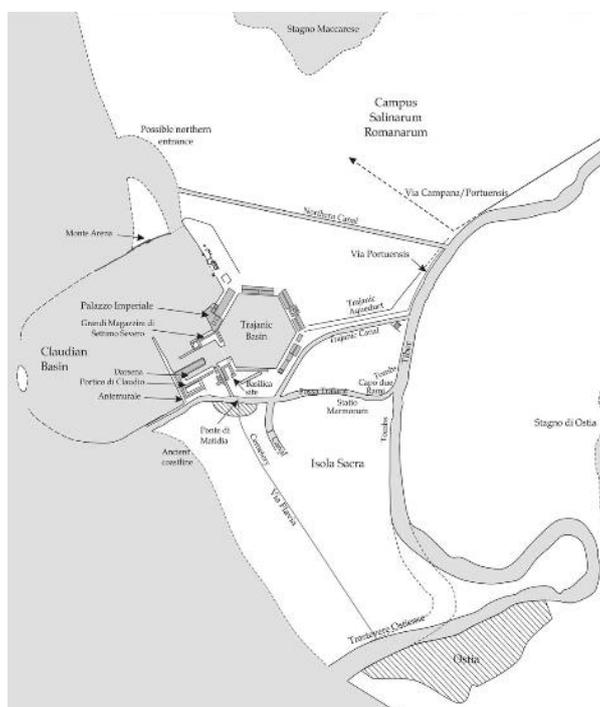
¹²⁶ O *molo repubblicano* perto do limite mais ao norte do meandro do curso antigo do Tibre (*fiume morto*) provavelmente marca a extensão mais ao norte disso: (Arnoldus-Huyzenveld e Paroli, 1995)

¹²⁷ A data da ampliação de Portus em Trajano não é clara. Meiggs (1973, p. 162) sugeriu uma data de 112 d.C. com base nas moedas comemorativas que representam a bacia hexagonal. No entanto, uma data entre 112 e 114 d.C foi confirmada pela reanálise recente dessas moedas (Woytek, 2010), o que sugere que elas foram emitidas durante o sexto consulado de Trajano, e não o quinto. Por outro lado, os

ISSN 1982-8713

armazéns. Dois canais ligavam o complexo ao Tibre e ao mar, permitindo uma transferência muito mais leve de cargas para Roma e, ao mesmo tempo, proporcionando alívio de enchentes ao vale do Tibre ao sul de Roma.

Este complexo foi ampliado substancialmente por Trajano com a adição de uma segunda base menor de forma hexagonal e mais armazéns. Isso teria permitido o acesso de navios maiores¹²⁸, aumentando o espaço de armazenamento e ancoragem, o que possibilitou um transbordo ainda mais eficiente de cargas.



Mapa 3- Plano de Ostia e Portus (Projeto Portus)

carimbos de tijolo da reconstrução do Darsena são datados do período neroniano com base em um breve resumo de L. Iulius Rufus (Verduchi, 2005, p. 257). Bianchi (2007, p. 123) reiterou isso para o período 117-18d.C, sugerindo que o Darsena, e presumivelmente as estruturas adjacentes, eram de data anterior e as escavações do Projeto *Portus* do *Palazzo Imperiale* datado de 117 / 18 d.C. Assumindo que o trabalho de construção tenha começado após a conclusão das guerras Dácias em 106 d.C., isso sugere que enquanto o porto recém-ampliado teria funcionado de alguma forma por 114 d.C, ele teria ficado operacional apenas depois de 117 d.C.

¹²⁸ Desenvolvimento que teria exigido a escavação de um canal de acesso profundo através da bacia de Claudian e até o início da bacia de Trajano.

Como vimos os portos e a navegação pelo Mar Mediterrâneo e a navegação fluvial foram pontos fundamentais para o desenvolvimento das cidades e principalmente a capital do Império, pois por meio deles Roma recebia produtos e materiais que seriam utilizados nos espetáculos, bem como estimulava o comércio da cidade e principalmente dos mercados próximos do *Amphitheatrum Flavium*. Vejamos uma quantidade de materiais elencados por Jérôme Carcopino em sua obra “ A vida quotidiana em Roma no apogeu do império”, que materializam a dinâmica do comércio no Alto Império:

“[...] as telhas e os tijolos, os legumes, os frutos, e os vinhos da Itália; os trigos do Egito e da África; o azeite da Espanha, a caça, as madeiras e as lãs das Gálias; os salgados da Bética; as tâmaras dos oásis; os mármore da toscana, da Grécia e da Núbia; os pórfiros do deserto arábico; o chumbo, a prata e o cobre da Península Ibérica; o marfim dos Sirtas e dos Mauritianos; o ouro da Dalmácia e da Dácia; o estanho das Cassitérides e o âmbar do Báltico; os papiros do vale do Nilo; os vidros da Fenícia e da Síria; os tecidos do Oriente; o incenso da Arábia; as especiarias, os corais e as gemas da Índia; as sedas do Oriente.[...]”(DESSAU, *Gerchichte des rom. Kaiserzeit*, Berlim, 1930, II, p. 411 apud CARCOPINO,1959, p.219).

O coração da Roma antiga foi considerado o ponto de encontro mais conhecido do mundo, em toda a história. (GRANT, p.11,1970). Esta afirmativa do estudioso classista Michel Grant aponta todo o poder e força da capital do Império frente as demais cidades romanas.

O centro nevrálgico de toda a vida da capital era o Fórum Romano. Ali se desenvolviam diversos tipos de atividades desde assuntos de estado até atividades comerciais. No entanto, com o crescimento do Império as antigas tendas que ocupavam o fórum foram cedendo lugar a templos e edifícios públicos. Desta forma, aquele ambiente foi ganhando monumentalidade, o que pode ser visto ainda hoje nas imponentes ruínas do Fórum Romano.

Nos primeiros anos do século II d.C., as praças centrais do mercado de Trajano, a Roma dos Antoninos, foram o principal centro comercial da Roma imperial

(CARCOPINO, p.220, 1959). No entanto, grande parte dos estabelecimentos localizados no mercado Trajano não eram lojas e sim escritórios onde se estabeleceram os grandes negociantes da época. Mesmo assim, o mercado ainda mantinha lojas ligadas aos *horrea*¹²⁹ onde se armazenavam produtos que iam desde azeite, peixe, vinho, trigo. Até produtos como dentes de elefantes trazidos dos caçadores africanos, que eram trabalhados pelos eborários¹³⁰ (*eborarii*), mercadores de anéis (*anularii*) e de pérolas (*margaritarii*) e ouriveres (*aurifices*). Todo este material era vendido nas lojas, feiras ou até mesmo por ambulantes que iam de *vicus*¹³¹ em *vicus*.

De acordo com Carcopino (1959), este comércio se desenvolvia no entorno do *Amphitheatrum Flavium* e tinha o objetivo de alimentar e, ao mesmo tempo, distrair a plebe, pois mensalmente acontecia no Pórtico de Minúcio a distribuição de trigo. Esta medida acontecia até mesmo nos anos de dificuldade do Tesouro, porém, os Césares esforçavam-se para oferecer mais festas à plebe, chegando a ocupar mais da metade do calendário anual. Observemos uma colocação de Carcopino sobre a quantidade de festas que aconteceram durante o Alto Império.

“[...] as festas extraprograma ordenadas pelos Césares, cujo interesse era aumentado pelo imprevisto e que cresceram de importância com a prosperidade dos reinados: os triunfos que os imperadores se faziam atribuir ao Senado; o concurso que ele anunciava de improviso; principalmente os *munera* ou combates de gladiadores decretados com um pretexto de ocasião, cuja frequência acabou por igualar a dos *ludi*, e que no século II da nossa era se desenrolavam ao longo de meses inteiros[...]” (CARCOPINO, 1959, p.250).

Toda esta evolução econômica desde os tempos quando Roma era apenas uma cidade com vocação agropastoril veio, paulatinamente, se transmutando e

¹²⁹ Tipo de armazém público usado para estocar grãos, mas também azeite, vinho, outros gêneros alimentícios, roupas e mesmo mármore. (RICHARDSON, p.193, 1992)

¹³⁰ Artífices especializados em dar forma aos dentes dos elefantes. (CARCOPINO, p.222, 1959)

¹³¹ Unidade territorial que possuía dimensões menores que um *pagus* (cantão, distrito ou província). (FORTES, p.361, 2009)

tornando a cidade “centro do mundo”. Este caminho foi permeado de intenções políticas por parte de seus governantes e, ao mesmo tempo, um local onde o espetáculo fez parte do inconsciente coletivo. Desta forma, esta estrutura foi utilizada para entreter, mas, acima de tudo, teve grande parcela de contribuição no desenvolvimento da capital do Império e na construção do *ethos* romano.

Esta cidade centro do mundo, durante o alto Império, foi sendo construída por migrantes de cidades vizinhas ou até mesmo por imigrantes, que vinham à Roma fosse para realizar transações comerciais ou até mesmo por homens e mulheres que chegavam como prisioneiro de guerra e tornavam-se escravos nesta cidade complexa e impar para aquela sociedade. Vamos nos ater, a fim de entender que eram esses prisioneiros de guerra.

Com a expansão territorial devido a anexação de terras conquistadas por meio das guerras, o Império torna-se cada vez mais poderoso e os pequenos camponeses, que utilizavam estas terras para sua subsistência, veem Roma como uma forma de sobrevivência. Este processo de empobrecimento dos pequenos camponeses e a expansão do número de escravos leva Roma a uma situação de superpopulação, contribuindo para uma onda de fome, epidemia e violência urbana.

Dentro deste quadro urbano caótico ganha força na capital do Império os espetáculos. O marco dessa política foi a construção do *Amphitheatrum Flavium*, entregue a população de Roma em 80 d.C. Ao abordamos o maior local de espetáculos de gladiadores de todo o Império romano, devemos levar em consideração que inicialmente não deveríamos nos apropriar do termo gladiadores, pois no início os mesmos teriam sido somente prisioneiros de guerra, que eram escalados para lutar nas arenas utilizando-se apenas das armas e das proteções com as quais foram feitos cativos durante os combates (profundamente distintos uns dos outros tendo, em vista os locais de origem destes combatentes). Contudo, buscando dar equilíbrio entre as parselhas de lutadores, procurou-se ajustar, a fim de tornar o espetáculo mais agradável para o público.

A princípio, o quantitativo de prisioneiros samnitas foi muito expressivo devido ao período das três guerras no *Samnium* (343-290 a.C.). Fruto deste conflito o primeiro tipo de gladiador foi o samnita (*samnis*).

Da mesma forma, as campanhas na Gália (século II a.C.) e na Trácia (80 a.C.) transferiram para Roma um efetivo considerável de tropas gaulesas e trácias, que desempenharam um papel importante como gladiadores nas arenas romanas. Dessas tropas capturadas como prisioneiras de guerra surgiram gladiadores denominados *gallus* e *thraex*. Cabe ressaltar, que a distinção entre esses gladiadores não estava circunscrita apenas ao seu armamento ou local de nascimento. A principal característica era a forma de combater, tal particularidade está muito atrelada aos diferentes tipos de armamento utilizados por estes guerreiros. Esta diferenciação entre as formas de combater tornaram os espetáculos mais atraentes à assistência.

Devido aos embates iniciais na *Britannia* (55-54 a.C.), conjecturou-se que a estratégia seria replicada, trazendo para as arenas prisioneiros britânicos com suas carruagens de combate. O guerreiro recém incorporado às arenas recebia a alcunha do armamento com o qual o mesmo combatia, o *essedum* (carruagem da guerra). Este tipo de gladiador passou a ser denominado *essedarius*. Apesar do nosso recorte temporal se limitar ao primeiro e segundo séculos do Alto Império, uma contextualização rápida dos primeiros gladiadores se faz necessária, a fim de entendermos o quão complexo era a sociedade romana.

A expansão territorial romana, ainda no final da república, como foi supracitado, foi fundamental para promover transformações sociais em Roma. Logo, numa rápida observação, podemos notar que a economia que tinha uma vocação agropastoril voltada para produtos mediterrâneos como cereais, azeitonas, frutos, vinho, além da criação de gado, passou a disputar espaço com um sistema comercial articulado.

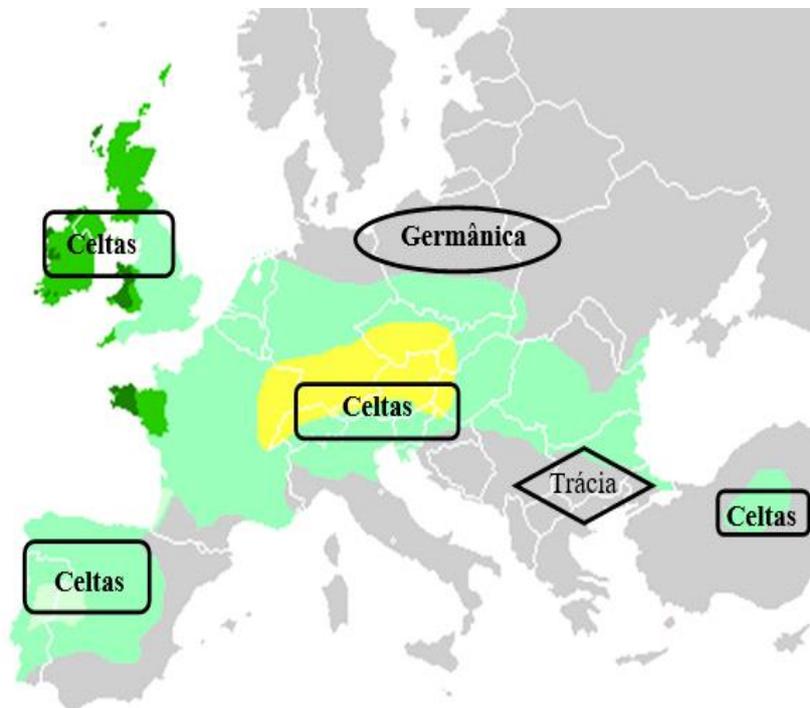
Resultado dessa expansão comercial foi o aumento do número de escravos, prisioneiros de guerra, como nos apresenta o historiador Yvon Thébert na obra “O homem romano”.

[...] dois processos complementares de exploração, amplamente baseados no trabalho dos escravos, modificam radicalmente a situação dos campos de cerca de dois terços da península, marginalizando ou fazendo desaparecer os pequenos proprietários e substituindo uma economia ainda muito orientada para a autossuficiência por uma intensa comercialização de produtos. Esta revolução produtiva recai também sobre o artesanato, onde ainda subsistem pequenas oficinas tradicionais [...] Por conseguinte, o escravo encontra-se no centro de uma profunda mudança econômica. Nas manufaturas, a nova organização do trabalho converte-o numa simples engrenagem de um processo produtivo que lhe escapa completamente. [...] (THÉBERT,1992, p.126).

Sendo assim, essa massa humana de homens livres e escravos vindos dos mais diferentes lugares passa a ter um papel fundamental na economia romana e ao mesmo tempo, fazer parte dos espetáculos de gladiadores, como já foi supracitado e nos descreve Thomas Wiedemann em sua obra *Emperors and Gladiators*.

[...] Os companheiros de Espartaco incluíam homens de origem celta, germânica e trácia; como em qualquer família com um grande número de escravos (na antiguidade ou mais tarde), havia uma mistura étnica intencional entre os formandos no Ludus de Batiatus, a fim de minimizar o perigo de que pudessem desenvolver qualquer sentimento de coesão social entre si que pudesse libertá-los do relacionamento social formal do escravo, sua absoluta dependência de seu mestre. [...] (WIEDEMANN,1995, p.113)

Wiedemann (1995), quando fala dos companheiros de Espartaco, chama a atenção para a mistura étnica. Esta distribuição espacial do efetivo de homens espalhados por toda a Europa e que foram trazidos para atuarem nos espetáculos nas arenas fica bem evidenciada no mapa a seguir.



Mapa 4 - Localização geográfica das principais origens de gladiadores do Império Romano
<http://learnlearn.net/Europa2/Histb.htm> acessado 21/09/2016

Quando Wiedemann nos apresenta a revolta, de 71 a.C., liderada por Espartaco vemos que a população de escravos que habitava o *Ludus* de Batiatus era composta pelas mais diversas etnias e procedências, como observamos no Mapa 4. Da mesma forma, a plebe que habitava a capital do Império também possuía múltiplas procedências. Esta diversidade humana, que formou a matiz romana foi responsável pela formação da cidade centro do mundo, durante o Alto Império.

Em síntese, podemos concluir que a Roma foi grande influenciadora daquela sociedade durante o Alto Império, caracterizando-se como uma cidade, que atraiu homens e mulheres do mundo inteiro, seja por meio do comércio, das caravanas, dos espetáculos ou até mesmo como escravos ou prisioneiros de guerra. Contudo isto só foi possível devido à importância e a peculiaridade de uma cidade à frente do seu tempo, que modificou a geografia do leito de seus rios e incentivou a construção de estradas, a fim de facilitar o comércio e as ligações entre as demais cidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNOLDUS-HUYZENVELD, A. and PAROLI, L. Alcune considera-zioni sullo sviluppo storico dell'ansa del Tevere presso Ostiae sul porto-canale. *Archeologia Laziale* 12, 1995.

BIANCHI, E. I bolli laterizi del porto fluviale romano di Lungotevere Testaccio. *Bullettino della Commissione Archeo-logica Comunale di Roma* 108, 2007.

CARCOPINO, Jérôme. *A vida cotidiana em Roma no apogeu do Império*. Lisboa: Editora Livros do Brasil, 1938.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Existiu uma “Economia Romana”? *PHOÏNIX*, Rio de Janeiro, 17 – 1: 15 – 36, 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion; ARAÚJO, Sônia Regina Rebel de. A sociedade Romana no Alto Império. In: MENDES, N. M.; SILVA, G. V. (org.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad X; Vitória: Edufes, 2006.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano – artes de fazer*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Editora Vozes, 2ª edição, 1996.

CHAPOT, V. *El mundo romano*. Tradução de Luis Pericot e Rafael Ballester. México: Uteha, 1957.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

COARELLI, F. “L’armamento e le classi dei gladiatori” in A. La REGINA (Ed.), *Sangue e Arena*, Roma, 2001.

FINLEY, M.I. *História Antiga- Testemunhos e Modelos*. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

FORTES, Mário L. S. *A xestión da auga na paisaxe romana do occidente peninsular*, Universidade de Compostela, 2009.

FUNARI, P.P. _____. *A cidadania entre os romanos*, in: *História da Cidadania* (Pinsky, J. e Pinsky, C. – orgs.), Editora Contexto, S.P., 2003.

_____. *A vida cotidiana na Roma antiga*. São Paulo, Editora Annablume, 2003.

FUNARI, P.P.A.; GARRAFFONI, R. S. *Economia romana no início do Principado*. In: MENDES, N. M.; SILVA, G. V. (org.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad X; Vitória: Edufes, 2006.

GARRAFFONI, R. S. *Grécia e Roma*. São Paulo Editora: Contexto, 2011.

_____. *Bandidos e Salteadores na Roma Antiga*. São Paulo, Editora Annablume /FAPESP, 2002.

GIARDINA, Andrea (org.). *O homem romano*. Lisboa: Presença, 1992.

GRANT, Michael. *O mundo de Roma*. São Paulo: Editora Arcádia, 1967.

GRIMAL, Pierre. *A Civilização Romana*. Lisboa: Edições 70, 1984.

MAISCHBERGER, M. Marmor in Rom. Anlieferung, Lager- undWerkplatz in der Kaiserzeit (Palilia1). Wiesbaden, LudwigReichart Verlag, 1997.

MEIGGS, R. *Roman Ostia*. Oxford, Clarendon Press, 1973.

NICOLET, Claude. O cidadão e o político. In: GIARDINA, Andrea (org.). *O homem romano*. Lisboa: Presença, 1992.

ORTIZ, Fernando. *Contrapunteo cubano del azúcar y del tabaco*. Cuba. Editorial de Ciências Sociais, 1991.

PARATORE, Ettore. *A História da Literatura Latina*. Firenze: Sansoni Editore, 1983.

RICHARDSON JR., L. *A new topographical dictionary of Ancient Rome*, Baltimore, London, John Hopkins University Press, 1992.

THÉBERT, Y. O Escravo. In GIARDINA, A. *O Homem Romano*. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Estampa, 1992. Cap 5, p. 117-145.

VERDUCCHI, P. Some thoughts on the infrastructure of the portof Imperial Rome, 2005.

VEYNE , Paul. *Le pain et le cirque*. France: Éditions du Seuil, 2005.

_____. *Como se escreve a História Foucault Revoluciona a História*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

_____. *Pão e Circo*. Trad. Lineimar Pereira Martins. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

WIEDEMANN, T. *Emperors and Gladiators*. London: Routledge, 1995.

WOYTEK, B. Die Reichsprägung des Kaisers Traianus (98–117) (Moneta Imperii Romani14). Vienna, Österreichische Akademie der Wissenschaften, 2010.

APONTAMENTOS INICIAIS SOBRE A COLONIZAÇÃO GREGA DA ANTIGA CIRENE

INITIAL NOTES ON THE GREEK COLONIZATION OF THE OLD CYRENE

Monica Selvatici¹

¹ Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (2006). Atualmente é Professora Associada de História Antiga e Medieval e orientadora do Programa de Mestrado em História Social da Universidade Estadual de Londrina.

Correspondência para: Monica Selvatici (mselvatici@ig.com.br)
Recebido em: setembro de 2019; Aceito em: novembro de 2019

RESUMO

Este texto apresenta apontamentos iniciais acerca da colonização grega no período Arcaico da antiga região da Cirenaica, na costa do mar Mediterrâneo, onde atualmente se situa o nordeste da Líbia. O foco é colocado sobre a colônia de Cirene, estabelecida nesta região na segunda metade do século VII a.C. Analisamos, a partir das características apresentadas pelo assentamento urbano de Cirene, a sua designação como uma *apoikia*, buscando trazer ao primeiro plano sua especificidade geográfica, cultural e simbólica.

Palavras chave: Cirene; *Apoikia*; Período arcaico.

ABSTRACT

This text presents initials appointments about the greek colonization in archaic period of the ancient region of Cyrenaica, in the coast of Mediterranean sea, where presently is located at the northeast of Lybia. The focus is placed on the Cirene colony, established in this region at the late middle century VII a.C. We analyzed, from the characteristics presented by the urban settlement of Cyrene, its designation as an *apoikia*, seeking to bring to the fore its geographical, cultural and symbolic specificity.

Key-words: Cyrene; *Apoikia*; Archaic Period.

UM PANORAMA HISTÓRICO DA CIDADE DE CIRENE

Segundo o relato de Heródoto no livro IV das *Histórias*,¹³² a cidade de Cirene foi fundada, por volta de 631 a.C., em um vale fértil nas terras altas do nordeste do território líbio por um grupo de emigrantes da populosa ilha de Thera, ao sul do mar Egeu. Cirene foi construída num platô, a 550 metros acima do mar, 16 quilômetros afastada da costa do Mediterrâneo, em excelente localização geográfica. Segundo Heródoto, a colonização ocorreu após a consulta ao oráculo de Delfos, que ordenou aos habitantes de Thera buscar nova morada no norte da África, de modo a escapar da fome. O líder dos colonos, Aristóteles de Thera, se tornou o primeiro rei da cidade (nomeado Bato pela população indígena) e iniciou a dinastia dos Batíadas, cujos integrantes governaram Cirene até aproximadamente 440 a.C. Sob esta dinastia a cidade prosperou economicamente e se expandiu, por meio do estabelecimento na costa de outras três cidades gregas – Barca, Teucheira e Euhesperides – sobre as quais ela mantinha influência. Já no período Helenístico, foi fundada uma quinta cidade de colonização grega, que recebeu o nome de Apolônia. Formava-se, assim, a Pentápolis. As animosidades entre as cidades eram muitas e uma cooperação entre elas se mostrou difícil, mesmo quando havia ameaça de inimigos em comum. Derivado de Cirene está o nome Cirenaica, conferido a toda a região.

Seguindo em direção ao interior, a região da Cirenaica permaneceu habitada por uma numerosa população nativa berbere. Martin Goodman (1997, p. 276) destaca que esta população se concentrava especialmente nas áreas semidesérticas e do deserto a sul e a oeste das cidades gregas. Tal população é referida na historiografia moderna pelo termo “líbios”, de modo a se fazer uma distinção em termos de povo e de língua entre ela e os povos e a língua púnicos – próprios da região de Cartago – que também se encontravam no norte africano. Goodman afirma que o povo atualmente

¹³² O relato, que compõe um *logos* sobre a Líbia e Cirene, ocupa desde o capítulo 145 até o fim do livro IV, no capítulo 205.

designado por “líbio” não possuía um nome coletivo que o identificasse na antiguidade (1997, p. 276).

Após uma segunda chegada de colonos gregos à região, em torno da década de 570 a.C., as relações entre gregos e líbios se deterioraram. A ordem constituída sob o governo de Bato III não foi capaz de conter as hostilidades entre os grupos rivais e, por isso, em torno de 525 a.C., Cirene acabou refém de uma invasão persa, sob as ordens do rei Cambises II. Porém, após 480 a.C., a cidade recuperou sua independência.

Em 331 a.C., Cirene foi submetida por Alexandre o grande e, mais tarde, praticamente anexada pelo reino ptolomaico do Egito. No entanto, nominalmente, a cidade manteve sua independência até por volta de 221 a.C., quando da ocasião do casamento da filha do rei, Berenice, com o governante ptolomaico Ptolomeu III Evergeta. Nesse período, encorajou-se a imigração de judeus para a região. Sob os Ptolomeus, Cirene se tornou um grande centro intelectual do mundo helenístico, no qual se destacaram: o filósofo Aristipo, fundador da escola filosófica cirenaica; e, mais tarde, os bibliotecários da biblioteca de Alexandria, Calímaco de Cirene e Eratóstenes de Cirene, responsáveis pela criação do chamado “cânone alexandrino”, “a primeira grande seleção de autores e textos que mereceram, segundo seus critérios, passar a formar parte da coletânea”, conforme assinala Fidel Pascua Vílchez (2012, p. 29). Além disso, várias cidades cirenaicas foram ampliadas e receberam novos nomes: Barca foi renomeada Ptolemaida, Teucheira ganhou o nome Arsinoé e Euhesperides se tornou Berenice. Cirene permaneceu parte do reino ptolomaico até 96 a.C.

O poder romano sobre a região se fez sentir mais claramente a partir de 44 a.C., quando a Cirenaica passou ao controle de Antônio, após a batalha de Filipos e, posteriormente, em 41 a.C., nas suas doações de Alexandria a Cleópatra VII. Esta rainha, a última governante da linhagem dos Ptolomeus, soube explorar suas boas relações com os políticos romanos de maneira a estender novamente o poder egípcio sobre a ilha de Chipre e a Cirenaica. Posteriormente, por ocasião do Actium, a região da Cirenaica finalmente passou ao controle de Otávio. Não houve resistência ao

domínio romano por parte da população nativa que, no entanto, teve de arcar com as novas exigências de extenso pagamento de impostos por parte de Roma.

A região já constituía uma província romana em 27 a.C., quando foi colocada sob comando direto de um pró-cônsul que, a princípio, não manteria tropas na área. Esta situação teve de ser revertida com o rápido remanejamento de soldados para a província entre 5 a.C. e 3 d.C., em razão do início de ataques-surpresa promovidos pela tribo líbia dos Marmarides. O imperador Tibério solucionou tal problema ao construir toda uma linha de pontos fortificados e bem guardados ao longo dos limites com o deserto líbio.

Sob o domínio romano, Cirene manteve certa tranquilidade e prosperidade por dois séculos, com exceção do período da revolta dos judeus cireneus, em 115 d.C. Posterior a isto, o declínio econômico da cidade foi progressivo. Ele está relacionado à extinção do sílfio, uma planta usada na antiguidade como tempero e também como medicamento, com propriedades contraceptivas. O sílfio era um recurso natural da região cirenaica e sua resina o principal item nas trocas comerciais de Cirene. A economia local era, em grande parte, baseada na exportação de tal resina. Shimon Applebaum (1979, p. 20) explica que, desde os primeiros anos da colônia de Cirene, “uma supervisão rigorosa do movimento sazonal dos rebanhos era necessária, de modo a salvaguardar o sílfio como uma fonte de renda”, uma vez que os animais tentavam comer as folhas da planta.

A extinção do sílfio, associada a uma competição comercial com Cartago e Alexandria, resultou no declínio das exportações de Cirene. Mais tarde, em 262 d.C., um terremoto atingiu a cidade danificando severamente o templo de Deméter e Perséfone. No século IV,¹³³ outro terremoto atingiu fortemente Cirene, transformando suas construções em ruínas. Por fim, ela sucumbiu à conquista muçulmana em 643.

¹³³ Neste artigo quando não é indicada a anterioridade “Antes de Cristo/Depois de Cristo” (a.C./d.C.), trata-se da cronologia “Depois de Cristo” (d.C.).

O panorama histórico acima apresentado nos revela uma breve descrição acerca da cidade de Cirene, desde a sua fundação por colonos gregos da ilha de Thera até a organização da cidade e da região da Cirenaica em tempos romanos. Para o objetivo deste texto, centramos a análise sobre informações textuais e arqueológicas referentes ao tempo da colonização e estabelecimento da cidade no período Arcaico e sua organização como uma *apoikia*.

CIRENE: UMA APOIKIA?

Um estudo do processo de colonização helênica do Mediterrâneo no período Arcaico ganhou novo fôlego e novos olhares a partir da década de 1990, com os trabalhos que adotam a teoria pós-colonial. Esta procura enxergar a diversidade de colonizações gregas em suas interações com as sociedades indígenas dos locais de assentamento, e não mais parte da noção de uma “helenização da barbárie”, como estudos anteriores haviam proposto.¹³⁴ De acordo com Adriene B. Tacla (2011, p. 66):

É preciso, pois, entender que esses assentamentos coloniais têm no início [...] uma identidade formal distinta como uma comunidade com laços culturais / rituais, econômicos, militares ou políticos com sua terra natal’ (Stein, 2002, p. 30). Esses laços comunitários com a cidade-mãe e suas demais colônias evidenciam a formação de redes no mundo helênico arcaico (...). Essa noção de rede abarcaria não só os laços de parentesco e amizade entre cidade-mãe e colônia, mas também de filiação étnica e religiosa.

¹³⁴ Estudos a partir da teoria pós-colonial têm procurado desconstruir uma visão helenocêntrica dos processos de colonização não apenas do período Arcaico, mas também do período Helenístico. Sobre essa época, o trabalho de Susan Alcock, *Breaking up the Hellenistic World: survey and society*, é pioneiro. A autora atenta para o fato de que as abordagens mais antigas sobre o período Helenístico foram coloridas pelas crenças e comportamento imperialistas, típicos do século XIX: “Iluminismo para as massas do passado, o dom do governo superior, adoção de uma língua comum (o grego *koiné*), estímulo econômico: ‘o fardo dos homens brancos’ europeus foi transferido para (...) os gregos e macedônios” (1994, p. 171).

De forma a analisarmos o caso específico de Cirene a ponto de classificá-la como uma *apoikia*, devemos atentar não apenas para o relato de Heródoto, mas também para os vestígios arqueológicos da cidade. Entre as edificações antigas encontradas em Cirene estão o templo de Apolo (datado do século VII a.C.), a ágora, o capitólio, a acrópole e o teatro. Quatro grandes áreas da cidade foram escavadas: a fonte e o santuário de Apolo, onde foram encontrados a Vênus de Cirene e uma enorme estátua de Apolo; a cidade alta, onde estão situados o fórum e uma basílica inspirada no *Kaisareion* de Alexandria, além de uma ampla casa decorada com variados mosaicos, datada do século II d.C.; o centro da cidade romana, no qual se eleva uma coluna dórica marcando o local do templo de Zeus, e onde se escavou uma gigantesca construção dórica que remonta a fins do século VI a.C. Por fim, na área externa aos muros, ao sul da cidade, foi amplamente escavado o templo de Deméter e Perséfone (fig. 1).

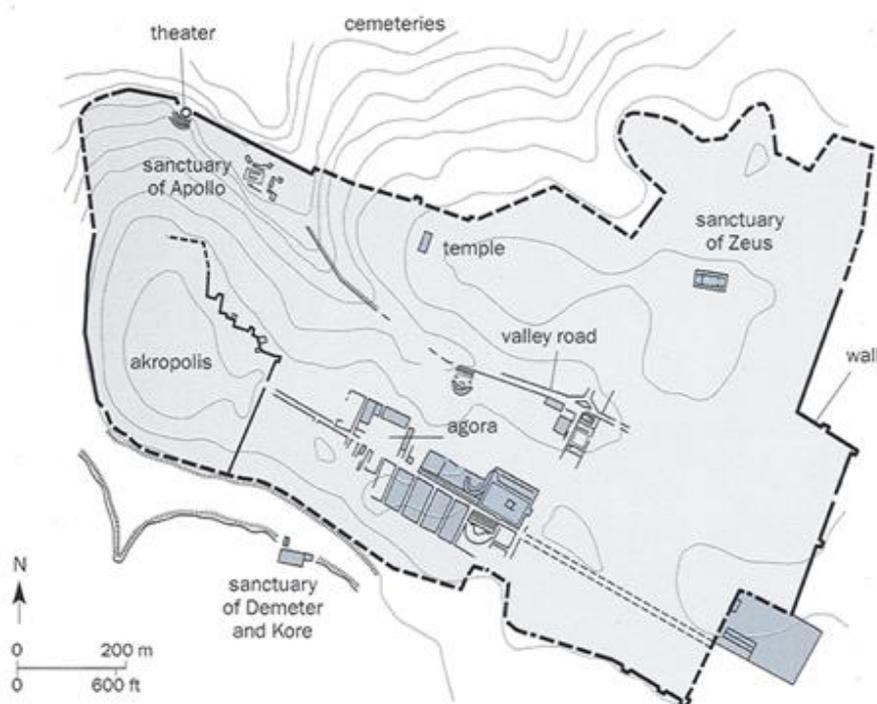


Fig. 1: Mapa de Cirene no período grego

Fonte:

<http://www2.warwick.ac.uk/fac/arts/classics/students/modules/greekreligion/database/clunav>

Adotamos para a reflexão teórica acerca da apropriação pelos colonos gregos do espaço que se tornaria a cidade de Cirene o conceito de espaço, tal como definido por Adam T. Smith. Segundo o autor “o espaço, definido com as relações entre corpos, formas e elementos, é o produto de negociações entre um conjunto de atores que competem com variadas capacidades de transformar estas relações” (2003, p. 72).

A partir da observação dos vestígios arqueológicos das edificações e instituições próprias das cidades gregas, presentes em Cirene, torna-se evidente que os primeiros colonos, desde o princípio, organizaram o espaço urbano dela como uma *polis* e não apenas como um entreposto comercial, o *emporion*. Com efeito, o elemento religioso é o mais destacado entre as construções iniciais da cidade. Além do proeminente templo de Apolo, datado ainda do século VII a.C., as evidências revelam um templo dedicado a Zeus, possivelmente erigido no século seguinte, e um templo “extramuros” construído concomitantemente ao processo de colonização e dedicado a Deméter, deusa da agricultura, e sua filha Perséfone.

Donald White, arqueólogo responsável pelas escavações conduzidas no templo de Deméter e Perséfone, afirma que: “O estabelecimento muito recuado no tempo do culto a Deméter na região de Cirene deriva da base agrária da economia da cidade” (1984, p. 27), cidade essa que, mais tarde, ganharia reconhecimento pela fertilidade de seu solo e abundância de gado. A apropriação do espaço do vale fértil no platô cirenaico pelos primeiros colonos gregos teve contornos específicos, mantendo durante os primeiros sessenta anos – antes da chegada da segunda leva de imigrantes –, uma delicada relação simbiótica com as exigências agrícolas dos nativos líbios e aquelas ligadas à transumância de seus rebanhos. White sumariza da seguinte forma:

Com efeito, até que a comunidade grega crescesse em tamanho a ponto de deslocar efetivamente os líbios nativos das áreas de pastagem nos arredores do platô, seus membros precisavam regular sua produção de grãos inicial de forma próxima com a pastagem sazonal e as exigências de cultivo dos líbios (1984, p. 29).

Elaine F. Veloso Hirata, em sua exposição sobre a colonização grega da Sicília, destaca a importância do culto a Deméter e Perséfone/Kore ali estabelecido.¹³⁵ A autora aponta que “o processo de ocupação e domínio dos espaços instrumentalizado pelo sagrado opera na Sicília como um todo: às paisagens sagradas correspondem paisagens de poder, espelham um processo de dominação (...) helenização dos territórios ocupados” (2011, p. 63). Podemos, de modo comparativo, enxergar a presença do templo a Deméter e Perséfone na área rural ao sul da cidade de Cirene como uma forma de helenização e apropriação grega do espaço rural líbio.

No entanto, podemos também enxergar a localização em Cirene do templo às duas deusas – se considerarmos esta primeira convivência pacífica entre imigrantes gregos e nativos líbios – a partir do viés da teoria pós-colonial, destacando a interação entre gregos e indígenas como tendo certo impacto na difusão do culto por toda a Pentápolis e, possivelmente, também entre os nativos que, por sua vez, podem tê-lo reelaborado conforme seus próprios usos. Afinal, Donald White destaca que havia “um caráter especificamente regional [cirenaico] nos seus ritos” (1984, p. 27).

Por fim, de forma a verificarmos o tipo de assentamento grego constituído por Cirene, devemos recorrer à definição erudita do termo *apoikia*. Segundo o *Oxford Dictionary of the Classical World*, uma *apoikia* designa:

Um assentamento em terra estrangeira, uma ‘colônia’, e por esta razão uma comunidade grega vista como distinta do tipo de entreposto comercial convencionalmente conhecido como *emporion*. Com efeito, uma *apoikia* pode ser definida como uma *polis* estabelecida em terra estrangeira por uma *polis* (ou *metropolis*: ‘cidade mãe’) na terra natal: Os processos oficiais requeriam a escolha de um líder/fundador.

Há evidências, a partir da análise dos vestígios arqueológicos dos ritos religiosos presentes na cidade, de que entre os primeiros habitantes gregos havia colonos não

¹³⁵ Esse culto também era identificado simplesmente como o culto às “duas deusas”.

apenas de Thera, mas também de outras ilhas ao sul do mar Egeu. Donald White afirma que

É muito possível que o antigo culto de Deméter tenha sido introduzido a partir de mais de um único centro. Embora não haja razão forte para se duvidar da centralidade do papel de Thera no estabelecimento dos ritos, Lacônia, Rodas e Creta foram todas igualmente capazes de desempenhar um papel auxiliar (1984, p. 27).

Ainda assim, a primazia de Thera sobre as outras localidades de origem pode ser verificada por meio da presença de um culto ao fundador, Bato, desenvolvido muito cedo em Cirene (provavelmente desde sua morte, em torno de 600 a.C.), e cujo túmulo foi amplamente escavado na ágora. De acordo com Irad Malkin, a ênfase em uma origem única, ligada a Thera, foi crescente entre as duas primeiras gerações de habitantes de Cirene. O autor acredita que

Com a passagem do tempo, a independência das outras cidades gregas na Cirenaica e pressões externas (Egito, Pérsia), as origens não “theranas” de muitos descendentes receberiam menos importância em razão da coesão crescente da identidade coletiva de Cirene. Provavelmente se tornou importante para muitos cireneus reafirmar o aspecto puramente “therano” do empreendimento colonial original: como se muitos mais pertencessem à ‘aristocracia’ comunal dos primeiros colonizadores (2003, p. 162).

Como se pode observar, a análise do processo de colonização de Cirene, acima realizada, identificou três importantes aspectos: (1) a apropriação do espaço do platô cirenaico pelos colonos gregos por meio do elemento religioso e as edificações próprias de uma *polis*; (2) os fortes laços existentes, ou recriados, com a cidade de origem, Thera; e (3) a presença de um fundador da cidade, ou, ao menos, de um culto a este suposto fundador, Bato.

Tendo em vista este conjunto de aspectos reunidos, chegamos à conclusão de que Cirene constitui um importante exemplo de *apoikia* estabelecido no século VII a.C. em território norte africano, no contexto da colonização grega do Mediterrâneo arcaico.

REFERÊNCIAS

Documentação textual

HERODOTUS. **History, books III / IV**. Londres William Heinemann, vol. 2, 1995.

Bibliografia

ALCOCK, Susan E. Breaking up the Hellenistic World: Survey and Society. In: MORRIS, Ian (ed.) **Classical Greece**. Ancient Histories and Modern Archaeologies. New York: Cambridge University Press, 1994, p. 171-190.

APPLEBAUM, Shimon. **Jews and Greeks in Ancient Cyrene**. Leiden: Brill, 1979.

GOODMAN, Martin. **The Roman World**. London: Routledge, 1997.

HIRATA, Elaine F. V. Paisagem sagrada e paisagem política na Sicília Antiga. In: Claudia B. da Rosa; Juliana B. Marques; Adriene B. Tacla; Norma M. Mendes. (Org.). **A busca do antigo**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2011, v. 1, p. 55-65.

MALKIN, Irad. 'Tradition' in Herodotus: The foundation of Cyrene. In: DEROW, Peter; PARKER, Robert. (Eds.) **Herodotus and his world**. Essays from a conference in memory of George Forrest. Oxford: Oxford University Press, 2003, p. 153-70.

PASCUA VÍLCHEZ, Fidel. A tradição e a sobrevivência das fontes gregas e latinas. In: MAGALHÃES DE OLIVEIRA, J. C.; SELVATICI, M. (Orgs.) **Textos e Representações da Antiguidade: transmissão e interpretações**. Maringá: EDUEM, 2012, p. 27-40.

ROBERTS, John. (Ed.) **Oxford Dictionary of the Classical World**. Oxford: Oxford University Press, 2007. eISBN: 9780191727061.

SMITH, Adam T. **The Political Landscape**. Constellations of Authority in Early Complex Polities. Berkeley: University of California Press, 2003.

TACLA, Adriene B. Identidade e Alteridade em Massália e Empóron: primeiras observações, in: TACLA, A. B.; MENDES, N. M.; CARDOSO, C. F.; LIMA, A. C. C. (Orgs.). **Uma trajetória na Grécia Antiga, Homenagem à Neyde Theml**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011, p. 65-83.

WHITE, Donald. (Ed.) **The Extramural Sanctuary of Demeter and Persephone at Cyrene, Lybia Final Reports**, 1: Background and introduction to the excavations. Philadelphia: The University of Pennsylvania Museum, 1984.

A XXVI DINASTIA E AS SUAS RELAÇÕES COM O EGEO: O EGITO SAÍTA COMO UMA POTÊNCIA MEDITERRÂNEA NOS SÉCULOS VII – VI A.C.

THE XXVI DYNASTY AND ITS RELATIONS WITH THE AEGEAN: THE SAITE EGYPT AS A MEDITERRANEAN POWER IN THE VII – VI B.C. CENTURIES

Ronaldo Gurgel Pereira¹

¹ Professor de Graduação e de Pós-graduação da Universidade de Lisboa (UNL).

Correspondência para: Ronaldo Gurgel Pereira (ronaldo.gurgel@yahoo.de)

Recebido em: julho de 2019; Aceito em: agosto de 2019

RESUMO

Entre os séculos VII – VI a.C. o Egito passou por um processo de libertação do jugo assírio e reunificação territorial sob a XXVI dinastia, sediada em Sais. Ciosos pela restauração de sua importância política na região, os reis saítas promoveram longas campanhas militares no Levante e Núbia a fim de reafirmarem a sua autoridade sobre as antigas áreas de influência. Para confrontarem adversários como os assírios, babilônios e persas, a XXVI dinastia investiu numa política ostensiva de contratação e fixação de mercenários estrangeiros que incluíam fenícios, cários e, principalmente gregos do Egeu oriental. Enquanto os séculos VII-VI a.C. iam se caracterizando como um período de guerras, nesse período também se formou uma sólida relação comercial, diplomática, religiosa e cultural entre gregos e egípcios. A evolução dessa relação é discutida neste artigo.

Palavras-chave: Aegyptiaca; Egeu Arcaico; XXVI Dinastia Saíta, Gregos no Egito, Mercenários

ABSTRACT

During the 7th – 6th centuries BC, the 26th Saite dynasty was able to abolish Assyrian control and to reunify Egypt under a single and strong family. In order to impose itself again as an international power, Egypt had to face opposition from different and powerful adversaries, namely the Assyrian, Babylonian, and Persian empires. New military campaigns in Asia Minor and Nubia aimed to reassert Egyptian political importance in its former areas of influence. To achieve their agenda, Saite pharaohs relied deeply on foreign mercenaries, such as Phoenicians, Carians, and especially, Aegeans. Thus, during that period, the eastern Mediterranean basin witnessed not only growing conflicts, but also the development of a new commercial and diplomatic

network. This paper approaches the evolution of Greek-Egyptian relations and the growing of political relevance of the Aegean during the Orientalizing-archaic age.

Key words: Aegyptiaca; Archaic Aegean; Saite Egypt; Greeks in Egypt; Mercenaries

PREÂMBULO: O MUNDO EGEU PRÉ-HELÊNICO E O EGITO

Apesar da pré-existência de uma rede comercial conectando o Mundo Egeu ao Egito¹³⁶, as relações entre as duas regiões intensificaram-se durante o Reino Novo, particularmente, a partir do período raméssida - XIX e XX dinastias: ca. 1295 – 1069 a.C. Esta cronologia equivale às idades do Bronze IIB - Ferro IA no Levante e na Anatólia; Minoano Tardio IIB-C em Creta; e Heládico Tardio III B1-C1 na Grécia continental.¹³⁷

Existem evidências de contatos indiretos entre egeus e egípcios através da rede comercial existente, que contaria principalmente com intermediários sírios (Vercoutter, 1956). O grande volume de cerâmica micênica e minoica encontrada em mais de trinta sítios pelo território egípcio em contextos do Reino Novo (Kemp, Merrillees, 1980), bem como o trânsito constante de material egípcio encontrado em Micenas, Argólida, Creta e Cíclades¹³⁸ implicam numa realidade de interações comerciais, diplomáticas e culturais estáveis.

¹³⁶ A rede comercial da Idade do Bronze admitia uma série de mecanismos alternativos para a realização do comércio, como o comercio freelance, troca de presentes, controle local, etc. Uma obra importante no processo de ruptura com paradigmas tradicionais que defendiam iniciativas unilaterais e dominações étnicas do Mediterrâneo Oriental por minoicos, fenícios e egípcios: KNAPP, 1993.

¹³⁷ Segundo a equivalência cronológica proposta por: MUMFORD, 2002, II, 336, table 1.

¹³⁸ Para mencionar apenas algumas obras substanciais sobre o tema, ver: PENDLEBURY, 1930; KEMP, MERRILLEES, 1980; SNAPE, 2003.

Nesse contexto de relações estreitas, as evidências de contato direto entre o Egito e o Mundo Egeu podem ser atestadas pela presença de influências artísticas nos túmulos tebanos da XVIII dinastia (Pinch Brock, 2000).¹³⁹

A arqueologia do comércio com o Egito durante a transição da idade do Bronze para o Ferro produz uma documentação abundante em Creta e no território grego continental, (Micenas e Argólida), embora os dados se tornem mais escassos em relação às ilhas do Dodecaneso. Essa disparidade poderia estar ligada à centralização política do Mundo Micênico em torno das suas próprias cidades, relegando às ilhas um papel mais passivo como meros portos de abastecimento (Macdonald, 1986).

De fato, o reduzido número de importações egípcia em Rodes durante o período Raméssida coincide com a ausência de um nome egípcio para a ilha nas fontes contemporâneas (Kousoulis, 2011, p. 290). A lista topográfica da base da estátua de Amenhotep III, (XVIII dinastia) situada em Kom el-Hettan, Tebas, inclui 14 nomes que podem ser identificados a regiões do Egeu, incluindo Keftiu (Creta) e Tanayu (sul da Grécia continental).¹⁴⁰

Até o colapso das civilizações da Idade do Bronze, nos séculos XII-XI a.C., as ilhas do Egeu permaneceram como um território periférico das civilizações Minoica e Micênica. Logo, não havia ali qualquer relevância administrativa e/ou religiosa. Os séculos XII-XI a.C. caracterizam-se pelas graves turbulências políticas que assolaram o Mediterrâneo Oriental. As causas exatas para o colapso da ordem social das civilizações do bronze ainda são objeto de debate acadêmico. Entretanto, o Egito e os grandes estados mesopotâmicos resistiram ao impacto dessas forças desestabilizadoras, ao passo que o litoral levantino, o império hitita e as sociedades palacianas do Mundo Micênico entraram em declínio.

¹³⁹ Para um estudo mais abrangente sobre a representação de povos do Egeu na arte funerária egípcia do Reino Novo, ver: REHAK, 1998 e PANAGIOTOPOULOS, 2001. Para um debate específico sobre o hibridismo e estratégias artísticas para a retratação de estrangeiros, ver: WACHSMANN, 1987.

¹⁴⁰ Esses dois nomes formavam a base para a composição dos demais 12 nomes agrupados, conseqüentemente em dois grupos geográficos. KITCHEN, 1965; EDEL, 1966; e FAURE, 1968.

Com o processo de reorganização territorial da Ática e regiões circunvizinhas durante o chamado “Renascimento do século VIII a.C.”¹⁴¹, as ilhas do Egeu assumiriam um papel estratégico no restabelecimento dos laços comerciais e diplomáticos com o Levante e Egito (Kousoulis, 2011, p. 291-292).

A colonização jônica na ilha de Samos e dórica em Rodas transformou aqueles espaços em importantes encruzilhadas comerciais, conectando as rotas da Grécia continental e ilhas do Egeu com o Chipre, o Levante e o Egito. Assim, a partir do século VII a.C. santuários como os de Hera (a Hathor egípcia, “mãe” simbólica dos faraós), em Samos, e os de Atena (para os egípcios, Neith, a deusa guardiã da dinastia Saíta) em Ialysos, Kameiros e Lindos, em Rodas, passaram a receber um intenso fluxo de bens de prestígio orientalizantes e egípcios.

Durante o período orientalizante-arcaico, os santuários do Egeu desempenhavam um importante papel enquanto centros administrativos e catalisadores de atividades comerciais, mas também norteavam a formação de uma identidade étnica para as comunidades locais. Do material egípcio presente nos santuários, a sua grande maioria consistia de oferendas votivas gregas, bem como doações de governantes saítas.

A FUNDAÇÃO DA XXVI DINASTIA, DE SAIS (664 – 525 a.C.)

No Egito, quando a XX dinastia, raméssida, chegou ao fim, o reino estava enfraquecido e fragmentado. O crescimento político e econômico dos sacerdotes de Amon-Rá, em Tebas, minou a autoridade faraônica. O estabelecimento de principados líbios no Delta nos séculos XI – VIII a.C. (XXI-XXIV dinastias) dividiu o reino ao meio: o

¹⁴¹ Expressão que ganhou notoriedade no final do século XX. Trata-se de um período caracterizado pela rápida reestruturação social, cultural e econômica ocorrida na Grécia continental. Ver: HÄGG, 1981.

Alto Egito ficou sob a autoridade do sumo-sacerdote de Amon-Rá, em Tebas, e o Baixo Egito sob o controle das dinastias líbias, em Tanis.¹⁴²

Esse quadro agravou-se com a invasão núbica em 725 a.C. e a subsequente conquista de Tebas, anexando o Alto Egito a Napata e estabelecendo a XXV dinastia (725 – 656 a.C.), que eventualmente anexou o Baixo Egito, unificando o reino e transferindo a sua capital de Napata para Mênfis. Príncipes rebeldes à autoridade núbica recorreram ao apoio assírio numa rebelião que culminou na ocupação do Baixo Egito pelo império Neo-Assírio em 674-661 a.C.¹⁴³

As fontes assírias informam sobre a fragmentação do Egito sob a forma de pequenas unidades políticas sob a chefia do rei de Mênfis e Sais, Nekau I (Prisma C, 85; Prisma A 90).¹⁴⁴ Em 667 a.C. o exército assírio retornou o Egito para conter uma contra-ofensiva núbica pela retomada do Delta. Nekau I, o rei-cliente de Sais-Mênfis foi morto pelo rei núbio, Tanutamani, em 664 a.C. em batalha, sendo então substituído pelo filho Psamtek I na chefia das frações políticas do Delta¹⁴⁵.

Reforçando as fontes assírias, Heródoto descreve Psamtek I como o governante de uma fragmentária dodecarquia de príncipes do Delta cujo governo caracterizava-se pelo constante esforço diplomático para se estabelecer apoio e suporte dos pares para evitar o fortalecimento de usurpadores (II, 147).

Heródoto narra uma ficção em que Psamtek I teria buscado refúgio na corte assíria após a morte do pai. Quando este foi restaurado no trono pelos assírios, Psamtek foi traído e vítima de uma tentativa de usurpação pelos demais dodecarcas. Ao visitar o oráculo de Buto, durante o seu exílio, a divindade profetizou que “homens de bronze” recuperariam o seu trono e vingariam a traição dos príncipes do Delta.

¹⁴² Para um estudo mais completo e abrangente o “Terceiro Período Intermediário”, ver: KITCHEN, 1996.

¹⁴³ Para uma perspectiva assíria do período turbulento de ocupação egípcia ver: SPALINGER, 1974.

¹⁴⁴ Os prismas A e C complementam-se listando em C seis reis para sete cidades e em A uma versão mais completa com 14 cidades. Segundo SPALINGER, 1974, p. 322, n. 43, a ordenação dessa lista se dava por importância, tendo nos dois casos o rei Nekau I de Mênfis e Sais figurando no seu topo.

¹⁴⁵ A respeito da fundação da dinastia saíta e do início da Época Baixa ver: KITCHEN, 1996; LLOYD, 2001.

Embora estivesse incrédulo quando à profecia, pouco tempo depois Psamtek I vagava pelas margens do Nilo quando avistou guerreiros jônios e cários equipados com armas e armaduras de bronze (II, 152). Segundo essa narrativa de Heródoto, Psamtek I tornou-se amigo dos guerreiros e contratou-os contra os seus inimigos em troca das recompensas do saque. O resultado dessa campanha militar foi a unificação do Delta sob a autoridade de Psamtek I, tendo início formal a XXVI dinastia, com sede em Sais, daí o epíteto “Saíta”.

A historiografia jamais questionou o relato de Heródoto a respeito, atribuindo ao sucesso de Psamtek I ao fato de contar com mercenários estrangeiros, embora tanto Psamtek como os demais dodecarcas tivessem, *a priori*, pleno acesso aos experientes mercenários gregos e cários.¹⁴⁶

Diodoro (I, 66, 8-12) apresenta um relato diferente para o relacionamento de Psamtek e os mercenários estrangeiros. Segundo a sua narrativa, Psamtek I promovia contatos comerciais intensos com gregos e fenícios, o que atraiu a ira dos demais dodecarcas. As boas relações com o Egeu e com o Levante teriam sido o motivo verdadeiro para a guerra entre os príncipes e também a explicação para o talento de Psamtek em arregimentar um exército estrangeiro contra os demais príncipes.

Entretanto, é possível construir um diálogo entre os relatos de Heródoto e Diodoro. Heródoto menciona a aliança de Psamtek I com o rei Gyges da Lídia (I, 8 – 15). Essa aliança pressupõe a existência prévia de relações comerciais e diplomáticas, como indica o relato de Diodoro. O fornecimento de “homens de bronze” poderia ter sido parte dessa aliança, uma vez que a Lídia dispunha de farta disponibilidade de mercenários jônios e cários sob a sua zona de influência, nas franjas do reino. Novamente, a documentação assíria valida essa aliança ao denunciar a “traição” de Gyges:

“Gugu (Gyges), rei da Lídia, (...) enviava mensageiros para me saudar. (...) A sua embaixada, que vinha

¹⁴⁶ Para uma revisão completa e crítica do estado da arte sobre o papel do mercenário no projeto de poder saíta, ver: YOO, 2019.

continuamente me saudar, ele cessou. (...) Ele enviou forças para o socorro de Tushamilki, rei do Egito, que se libertou do jugo de minha soberania.” (The Rassam Cylinder, Col II, linhas 49 -125).¹⁴⁷

A fundação da XXVI dinastia teve como base o emprego de mercenários estrangeiros na extinção da dodecarquia pela força (Yoo, 2019). A política de uso sistemático da contratação de serviço militar estrangeiro caracterizou a história da dinastia. Psamtek I, fixou os seus mercenários no território egípcio com políticas de concessões de terra (as “stratopeda”) de modo a guarnecer o campo contra futuras agressões estrangeiras e manter um exército permanentemente disponível para mobilizações. Esse sistema permaneceu em uso até a sua abolição durante o reinado de Amasis (570 – 526 a.C.).

Evidências arqueológicas comprovam que os mercenários estrangeiros não estavam confinados a campos militares. A presença grega em Tell Defena (Daphnae), no Delta oriental, remonta ao reinado de Psamtek I. Vestígios de fortificações e docas, bem como uma vasta quantidade de equipamento militar grego apontam para uma base naval fortificada operada por mercenários permanentemente, confirmando o relato de Heródoto (II, 30).¹⁴⁸

O reino estava, finalmente, unificado em 656 a.C. Contudo, os mercenários estrangeiros também foram empregados ostensivamente pela dinastia saíta no esforço de recuperação de suas zonas de influência. Heródoto menciona uma campanha de Psamtek I pela Síria que, após 29 anos de expedições, culminara na destruição de Ashdod (II, 157). O evento também é referido pelo Livro de Jeremias (25:20), que ainda menciona a queda das cidades da Filistina (Ascalão, Gaza e Ecom).

¹⁴⁷ Ver as entradas 785 e 785 de: LUCKENBILL, Daniel. *Ancient Records of Assyria and Babylonia*, vol. II: *Historical accounts of Assyria*. Chicago: University of Chicago Press, 1927, pp. 297 – 298.

¹⁴⁸ Cf.: PETRIE, 1888; LECLÈRE, SPENCER, 2014.

A POLÍTICA DAS TROPAS ESTRANGEIRAS

A abertura política egípcia à participação de estrangeiros no exército pode estar ligada ao grande número de alto-oficiais de ascendência líbia em seu conselho. Durante o século VII a.C. o exército saíta era essencialmente baseado em infantaria e arqueiros, seguindo o modelo líbio das XXI – XXIII dinastias.

Os seus principais generais, naturalmente, eram originários de famílias do Oeste. Para fortalecer as suas forças, a dinastia saíta recrutou cavalaria¹⁴⁹ e infantaria pesada na Ásia e no Egeu, formando grandes contingentes de estrangeiros.¹⁵⁰

A epigrafia egípcia privada fornece uma importante fonte sobre os oficiais egípcios que comandavam essas tropas estrangeiras. As autobiografias das estátuas-cubo dos generais a serviço de Psamtek I, identificam as suas origens líbias e as suas respectivas listas de títulos demonstram que essa elite militar era influente na corte.

Estátuas-cubo são a forma mais comum de estatuário privado egípcio. Elas estiveram em uso por todo o território egípcio desde a XII dinastia (ca. 1976 – 1794 a.C.) até a conquista romana, em 30 a.C.

Durante o Terceiro Período Intermediário (1069 – 664 a.C.) essas estátuas sofreram transformações estilísticas, libertando mais o indivíduo do bloco esculpido, dando um aspecto mais natural à peça. Durante a XXVII dinastia essas estátuas, já num estilo mais realista, foram bastante populares, permanecendo ainda largamente adotadas no início da Primeira Dominação Persa (XXVI dinastia). Após um abandono

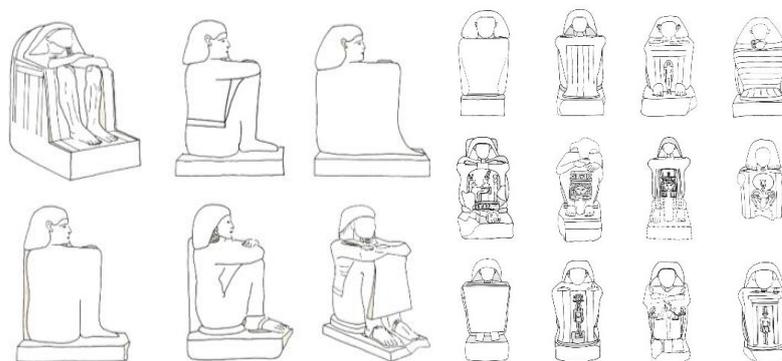
¹⁴⁹ Não se sabe ainda com certeza a composição dessa cavalaria. A estátua-cubo de Iaa (Museo Gregoriano Egizio, 195, Vaticano) epigrafia saíta demonstra o retorno do antigo título “comandante dos cavalos” (*jmj-r3 ssm*) sob a forma de “comandante dos times” (*jmj-r3 htr*), ou seja, carros de combate. Ver: YOO, 2019; BOTTI, ROMANELLI, 1951, pl. XXXVII. O “comandante dos cavalos” Sematawytefnakht” (Cairo 27/11/58/8, que serviu Amasis, também detinha o título de “comandante dos estrangeiros asiáticos” (*jmj-r3 ʿ3 ḥswt Thnw*). Ver: BRESCIANI, 1967, pp. 273 -274 e pls. I- V.

¹⁵⁰ Apesar deste artigo estar restrito às relações greco-egípcias, os egípcios receberam um grande influxo de mercenários de outras regiões. Para um estado mais abrangente, ver: VITTMANN, 2003, pp. 48- 83.

temporário, elas retornam com a restauração egípcia da XXX dinastia (380 – 343 a.C.) e permanecem em uso ao longo do período Helenístico (332 – 30 a.C.).

As dimensões das estátuas-cubo variam quase sempre entre os 20-60 cm de altura e eram igualmente esculpidas em rocha macia ou dura. As suas representações jamais incluíram a realeza. Normalmente elas representam indivíduos masculinos ou grupos de homens e mulheres unidos pela mesma base. Raramente ocorre uma representação individual de uma mulher. As estatuas sempre recebem inscrições identificando o proprietário, os seus títulos e um cabeçalho que quase sempre inclui um formulário para oferendas (fig.1). Elas eram sempre dedicadas a templos como oferendas votivas.

Fig.1 (a-b): Padrão das Estátuas-Cubo na Época Baixa¹⁵¹



Os comandantes de origem líbia a serviço da dinastia saíta também lideravam as forças estrangeiras. Exemplos de titulaturas presentes nas estátuas-cubo de Qeref, filho de Osorkon (Bruxelas, E 7526) e Pakyr, filho de Horwedja¹⁵² listam o título: *jmj-r3-mš'* (general). Na estátua-cubo de Padihor, filho de Padishahededet (Atenas, Inv. 3 –

¹⁵¹ De acordo com Scultz, 2011, p. 3.

¹⁵² Leiloado pela Bohnans em 2004. Anteriormente a peça integrava a “Omar Pacha Sultan collection”. Entretanto a peça já foi publicada. Ver: *Collection de feu Omar Pacha Sultan. Le Caire, 1929*, no. 403, APUD: YOO, 2019.

ex 902) surge o título *jmj-r3-mš' ḥ3tjt* (general da vanguarda). Psamtekseneb (Londres, EA 16014) acumula as funções de *wrjbḥ* (médico chefe) e *hrp qqwt* (almirante).¹⁵³

Djedptahefankh, filho de Hor (Cairo, JE 36949), constitui num caso notável. Dentre os seus títulos, destacam-se: *ḥ3t mš'* (comandante do exército); *sšm ḥ3styw* (comandante dos contingentes estrangeiros); *jmj-r3-mnf3t* (líder das tropas); *smr-3* (grande amigo); *hrp tm3t* (comandante dos arqueiros)¹⁵⁴; *jmj-r3-tst* (chefe dos estrangeiros); *jmj-r3-mš'* (general); *jrj-p't ḥ3ty-'* (príncipe e nomarca); *tt 'mw* (Porta-voz real para o contingente asiático).

A sua biografia ainda menciona o apreço do rei devido a sua sabedoria no “grande conselho” (*sh-3*) e de prestar grandes contribuições ao conselho dos nobres (*sh n srw*). Djedptahefankh foi tão influente na corte, que foi o único general do Baixo Egito atestado pela epigrafia a liderar campanhas na tebaida e a defender o Egito contra incursões da Núbia.¹⁵⁵

A “HELENOFILIA” DE PSAMTEK I (PSAMÉTICO)

Psamtek I fortaleceu os laços com o mundo grego através de uma política de aproximação sistemática. Segundo Heródoto, o faraó ordenou que crianças egípcias recebessem uma educação bilingue para atuarem como uma geração de intérpretes para as relações entre os dois povos (II, 154). Diodoro conta uma versão levemente diferente, em que foram os seus próprios filhos que aprenderam grego (I, 67, 9). Os

¹⁵³ Um outro almirante que acumulava funções de médico chefe Udjahorresnet (Museo Gregoriano Egípcio, Vaticano), esteve a serviço de Amasis e Psamtek III. Ele ainda acumulava o cargo de “general dos estrangeiros gregos” (*jmj-r3 ḥ3swt ḥ-w nbw*) e almirante da frota real (*jmj-r3 kbnwt nswt*). Ver: LLOYD, 1982; AGUT-LABORDÈRE, 2013, p. 972.

¹⁵⁴ Possivelmente o mesmo contingente de arqueiros egípcios que derrotou Josias no livro das Crônicas II 35:23).

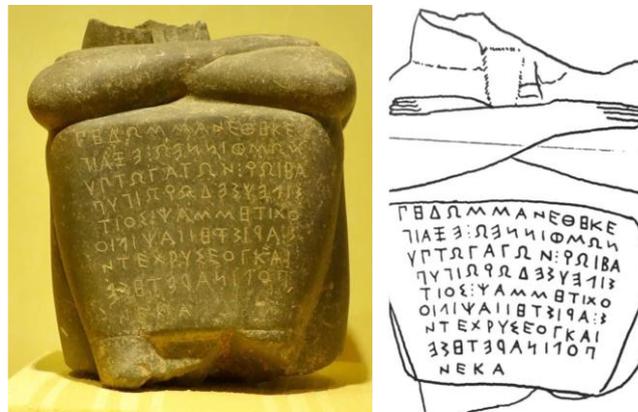
¹⁵⁵ Cf.: DE MEULENAERE, 1965, p. 30.

governantes saítas passaram então a contar com uma guarda pessoal grega (e/ou cária).

A receptividade e amabilidade de Psamtek I para com o mundo grego fez com que Diodoro cunhasse a expressão “φιλέλλην” (I, 67, 9). A continuidade dessa política “helenófila” pelos governantes da XXVI dinastia mantiveram a constância do fluxo de mercenários do Mundo Grego para servir os faraós saítas.

É justamente outra estátua-cubo que demonstra a presença de tropas do Egeu a serviço de Psamtek I. Trata-se da estátua-cubo dedicada pelo mercenário Pedon, filho de Anphineos. A estátua (fig. 2) possui uma história nebulosa e esteve integrada a coleções privadas por muitos anos. Diz-se que ela foi encontrada numa caverna nas imediações de Priene, na Jônia.

Fig. 2: Estátua-Cubo de Pedon, filho de Anphineos (Hierapolis Archaeology Museum, Inv. 3162):¹⁵⁶



- (1) Πηδῶμ μ' ἀνέθηκε- (→)
- (2) ν ὠμφίννεω: ἔξ Αἰγ- (←)
- (3) πτώγαγών: ρῶι βα- (→)
- (4) σιλεὺς ἔδωφ' ὠιγύπ- (←)
- (5) τιος: Ψαμμήτιχο- (→)
- (6) ς: ἀριστήϊα ψιλιό- (←)
- (7) ν τε χρύσεογ καὶ (→)
- (8) πόλιν ἀρετῆς ἔ- (←)
- (9) νεκα. (→)

¹⁵⁶ © Foto de Justin Yoo, 2015 (YOO, 2019). Fac-simile de VITTMAN, 2003, p. 205.

ISSN 1982-8713

Tradução: “Pedon dedicou-me, o filho de Amphineos, trouxe-me do Egito. A ele o rei dos egípcios, Psamético concedeu como recompensa por valor (ἀριστήϊα) um bracelete de ouro e uma cidade, como testemunho da minha excelência (ἀρετή)”.

A sua epigrafia, gravada em dialeto jônico, identifica Pedon, filho de Amphineos, que serviu Psamtek I, tendo sido premiado pela sua bravura com um bracelete de ouro e uma cidade.¹⁵⁷ A estátua possivelmente foi dedicada a um santuário rural na área de Priene. No grego pós-homérico, “aristeia” é um termo empregado no sentido de recompensas decorrentes de proezas realizadas em batalha, mediante o testemunho dos seus pares. Assim, a “areté” de Pedon está, certamente, ligada ao seu desempenho militar.¹⁵⁸

A datação da estátua é possível graças a presença de três elementos na composição do texto. Primeiramente, o uso de bustrofédon na orientação da sua escrita de textos não-religiosos caiu em desuso no século VI a.C. A presença do qoppa (ϙ) na inscrição é outro elemento importante, uma vez que ele deixou de integrar o alfabeto jônico em meados do século VI a.C. (Woodhead, 1981, p. 21). O uso da *krasis* em ὠμφίνεω, Αἴγπτῶγαγῶν e ὠιγύπτιος, permite que se considere o rei do Egito mencionado como Psamtek I e o texto datável entre 600 – 575 a.C. (Johnston, 2012).

Há elementos greco-egípcios interessantes nessa dedicação. Primeiramente, a estátua é feita de basalto, um material comum na confecção de estátuas-cubo do período Saíta. Entretanto, o basalto não é tão comum nas dedicações gregas quanto o mármore e o bronze.

Em segundo lugar, a dedicação de Pedon é tipicamente grega. Segundo Keesling (2003, pp. 19-20) a frase “NN dedicou-me” caracteriza os chamados “oggetti parlanti” (lit.: “objetos falantes”), que consistem de cerca de 20% de todas as

¹⁵⁷ Cf. : SAHIN, Mustafa. Zwei Inschriften aus dem südlichen Kleinasien. *Epigraphica Anatolica* 10 (1987), pp. 1-2; MASSON, Olivier ; YOYOTTE, Jean. Une Inscription ionienne mentionnant Psammétique Ier. *Epigraphica Anatolica* 11 (1988), pp. 171 – 180.

¹⁵⁸ Heródoto (VIII, 11) descreve um caso típico de proezas militares recompensadas com terras.

oferendas votivas encontradas em santuários gregos no Egeu arcaico. Por outro lado, no mundo grego, a imagem dedicada normalmente retrata a pessoa que a dedica.

Além disso, o texto de uma dedicação que fale de si próprio é extremamente irregular no mundo grego. Keesling (2003, p. 18) lista apenas três casos conhecidos de todo o mundo arcaico. Não por coincidência, os três casos situam-se em santuários da Jônia, tal como o caso de Pedon, seguramente.¹⁵⁹

Evidências arqueológicas de artefactos egípcios em santuários e em contexto funerário no Egeu¹⁶⁰ e no Chipre¹⁶¹, bem como a própria documentação egípcia¹⁶² confirmam isso. Os santuários gregos do Dodecaneso, especialmente os de Rodes, Kós e Samos cumulavam funções religiosas, econômicas e sociais.

Trata-se de um paradigma similar aos dos santuários da Jônia, que por sua vez, tinham uma inspiração oriental, logo, mais familiares a um modelo político familiar aos governantes orientais (Kousoulis, Morenz, 2007, p. 192).

A presença de objetos de contexto religioso, egípcios e/ou egíptizantes (ou “aegyptiaca”) não apenas no Egeu, mas em todo o Mediterrâneo Oriental reflete uma rica e complexa rede de contatos interculturais entre o Egito, o Egeu e a Ásia Menor. Esses objetos tornaram-se presentes em todo Mediterrâneo, primeiramente em decorrência da expansão fenícia (entre os séculos XII – VI a.C.) e, posteriormente, da colonização grega durante o período orientalizador-arcaico (séculos VIII – VI a.C.)¹⁶³.

De fato, a maior concentração de objetos votivos egípcios e/ou egíptizantes do Mediterrâneo encontra-se em Rodes. Quando o Mundo Egeu começa a fabricar

¹⁵⁹ São os casos da estatueta de Genelos, do santuário de Hera, em Samos; e uma estátua de Didyma, agora perdida.

¹⁶⁰ Para a principal referência no estudo de material egípcio no Egeu e na Grécia continental, ver: SKONJEDELE, 1994.

¹⁶¹ Para um estudo completo sobre o caso cipriota, ver: JACOBSON, 1994.

¹⁶² Ver a “Estela da Vitória”, comentada neste artigo.

¹⁶³ A presença de pequenas comunidades de comerciantes e artesãos fenícios no Egeu, sobretudo entre os séculos XI – VII a.C. pode também ter servido de mediação para a transferência de técnicas e estilos artísticos egíptizantes num momento anterior aos contatos diretos entre gregos e egípcios, no século VII a.C. Ver: LIPINSKI, 2004.

réplicas locais de material egípcio (fig. 3), essas aegyptiaca também passam a integrar o espólio de contexto funerário e das doações a santuários locais.¹⁶⁴

Fig. 3: Réplicas Gregas de Amuletos Egípcios (KB' Ephorate of Prehistoric and Classical Antiquities, Rhodes):¹⁶⁵



A partir da esquerda: Ptah Pataikos (Kameiros), Isis (Kameiros), Nefertun (lalysos), escaravelho de Psamético I (Kameiros)¹⁶⁶.

Comprova-se com isso que ocorria no Egeu uma integração econômica, religiosa e cultural com o Egito. Nesse contexto, o esforço de artesãos ródios em reproduzirem hieróglifos egípcios indicam um grau de egiptização artística que só encontraria igual nas oficinas de Náucratis, no século seguinte (Kousoulis, Morenz, 2007, p. 190).

AS OFERENDAS DE NEKAU II

A dinastia saíta seguiu impondo-se no cenário internacional com o apoio maciço de forças contratadas no Egeu. Com a queda do império assírio, em 612 a.C., o

¹⁶⁴ Para o caso específico de Rodes, ver: GATES, 1983, pp. 19-22 e pp. 41-43. Para um panorama das aegyptiaca (egípcias ou egiptizantes) ver: WEBB, 1978; SKON-JEDELE, 1994; e HÖLBL, 2000.

¹⁶⁵ © Foto: The Aegyptiaca Project, 2018. Exceção feita para o escaravelho de Psamético I, que está no British Museum (BM 61.11-11.13).

¹⁶⁶ HÖLBL, 2000, pl. V.1.

principal rival às pretensões regionais egípcias passou a ser o reino da Babilônia. Nekau II (610 – 595 a.C.), o segundo governante da dinastia, investiu no controle sobre as rotas do incenso do Mar Vermelho, que tentou contactar ao Mediterrâneo através da construção de um canal (Heródoto, II, 158-159).

Nekau II manteve a política dinástica de expedições militares contínuas contra o Levante com maciço apoio de tropas estrangeiras.¹⁶⁷

As vitórias de Nekau II na Síria, em Cáditis (Gaza) e Magdolos (Migdol), (Jeremias 46: 5), foram celebradas, segundo Heródoto (II, 159), com o envio dos seus trajes e armadura para os milésios, numa dedicação ao templo de Apolo, divindade equivalente a Hórus, o deus tutelar da autoridade faraônica.

Há algo de intrigante no relato de Heródoto acerca dessa oferenda. Primeiramente, o santuário pan-jônico e pan-eólico de Brachidae¹⁶⁸ possuía um apelo estratégico para ações propagandísticas como a de Nekau. Em segundo lugar, Hórus é um deus evocado especificamente quando o faraó triunfa sobre os seus inimigos, ao passo que Apolo, um deus ligado a guerra pelo uso do arco também poderia estar ligada a uma parte substancial do seu exército mercenário.

Por fim, a consagração do equipamento militar de Nekau II reflete uma forma grega de oferenda votiva, uma vez que as oferendas tradicionalmente egípcias consistem de alimentos e concessões de terra. Portanto, Nekau II estava ao mesmo tempo honrando os seus soldados estrangeiros e, deliberadamente, retratando-se como um herói vitorioso para o mundo grego.

Evidências arqueológicas comprovam o relato de Heródoto sobre a política de Nekau II para com os gregos. O faraó doou uma capela para o santuário de Atena Ialysa, em Rodes (fig. 4). A deusa é identificada à deusa-guerreira Neith, protetora da XXVI dinastia e soberana de Sais, a capital dinástica.

¹⁶⁷ Um fragmento epigráfico encontrado em Sídon sugere que a influência de Nekau II estendia-se sobre toda a costa fenícia. KUHRT, Amélie. *Ancient Near East*, vol II. London, New York: Routledge, 1997, p. 643.

¹⁶⁸ Segundo o testemunho de Heródoto (VI, 19) o santuário foi completamente destruído pelos persas em 494 a.C.

Fig. 4: Elementos Hieroglíficos da Decoração em Faiança da Capela de Nekau II (dir.), Ialysos (KB´ Ephorate of Prehistoric and Classical Antiquities, Rhodes)¹⁶⁹



Todavia, o que aparenta ser uma relação cordial e desinteressada, na realidade insere-se numa complexa dinâmica política. As doações a santuários helênicos estava, certamente, conectada a políticas de recrutamento, ou estar integrada a interesses comerciais (Kousoulis, Morenz, 2007, p. 188).

Ainda durante o reinado de Nekau II uma importante derrota ocorreu em Carshemish (605 a.C.) frente o exército babilônio. A partir de então encerrou-se o período de hegemonia egípcia na região. Em 601 a.C. o Egito passava à defensiva, ao derrotar uma tentativa de invasão pelo exército babilônio.

Nesse sentido, é interessante comentar um outro tipo de oferenda votiva encontrada em Rodas. No final do século VII a.C. O mercenário Smyrthes ofereceu duas estátuas egípcias ao santuário de Atena em Kameiros (fig. 5)¹⁷⁰. Essa oferenda está desconectada de qualquer política econômica ou de estado. Não há menções sobre recompensas ou faraós, tratando-se de uma iniciativa individual.

¹⁶⁹ ©Foto do autor, dezembro de 2016.

¹⁷⁰ As estátuas, danificadas, possivelmente representavam uma divindade feminina, daí serem oferecidas a Atena. A maior e mais completa está guardada na reserva técnica do museu e não é permitido fotografá-la. A sua inscrição, organizada em três linhas horizontais, informa: “Smyrthes dedicou-me, o filho de Syndros”.

Fig. 5: Dedicção de Smyrthes, filho de Syndros (KB´ Ephorate of Prehistoric and Classical Antiquities, Rhodes)¹⁷¹



Trata-se de mais um caso típico de “objeto falante”, uma vez que se atesta na sua epigrafia: “///ρθεσ με ἀνέθ(εκε)”, traduzindo: “[Smy]rthes dedicou-me”.

Kousoulis e Morenz (2007, p. 188) defendem que a estátua consistiria de um pagamento no mínimo “insólito” para os serviços de um mercenário. O mais plausível é que Smyrthes estivesse a serviço dos inimigos do Egito e que a estátua fosse parte do seu butim.

De fato, os mercenários gregos estiveram a serviço de todos os reinos orientais e em muitas ocasiões enfrentaram-se em campo de batalha. Não se sabe mais sobre Smyrthes, mas os grafites gregos de Abu Simbel identificam ainda dois habitantes de Rhodes a serviço de Psamtek II.¹⁷²

A CAMPANHA NÚBIA DE PSAMTEK II

Os faraós da XXVI dinastia não se limitaram em restabelecer a sua autoridade sobre o Levante. Psamtek II (595 – 589 a.C.), terceiro governante da dinastia, lançou

¹⁷¹ © Foto: “Ancient World Manchester Project” (University of Manchester): <https://ancientworldsmanchester.wordpress.com/tag/rhodes-old-town/>

¹⁷² BERNAND, MASSON, 1957: inscrições 2 (Telephos de lalysos) e 4 (Anaxanor de lalysos; texto em duas linhas inscrito com o recurso de boustrophédon).

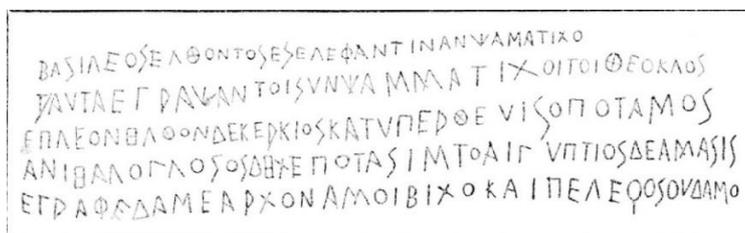
uma campanha militar contra a Núbia entre os anos de 593-589 a.C., a fim de banir os últimos reminiscentes da XXV dinastia do território egípcio e reafirmar a autoridade faraônica sobre a fronteira meridional.

A presença de mercenários jônios e cários no exército de Psamtek II pode ser bem atestada pelos grafites deixados por eles nos dois templos funerários de Ramsés II, em Abu Simbel. Trata-se da maior evidência da presença grega nos exércitos mercenários¹⁷³ destacados por Psamtek II contra a Núbia, em 593 a.C.

Os templos, situados a cerca de 280 km a sul da Primeira Catarata, nas imediações da Segunda Catarata, originalmente demarcavam a fronteira com a Núbia, na XIX dinastia (ca. 1279 – 1213 a.C.). O complexo foi escavado nas encostas rochosas do Nilo e totalmente transferido para uma nova posição, 180 metros acima por ocasião das obras da criação da grande represa de Assuã, pelo governo de Abdel Nasser, no século XX d.C.

As sete inscrições gregas do sítio foram gravadas no dialeto ródio, que recebe influências do dialeto dórico e utiliza-se do alfabeto jônico. Elas encontram-se gravadas na perna esquerda do colosso de Ramsés posicionado imediatamente ao sul da entrada do templo maior. Destaca-se desse grupo um registro particularmente relevante (fig. 6), por complementar a narrativa de Heródoto (II, 161) sobre a campanha de Psamtek II na Núbia:

Fig. 6: Inscrição D9, JG, VIII, (Mason, Bernand, 1957, p. 5):



- (1) βασιλέος ἑλθόντος ἐς Ἐλεφαντίναν Ψαματίχο,
(2) ταῦτα ἔγραψαν τοῖ σὺν Ψαμματίχοι τοῖ Θεοκλόζω

¹⁷³ Para um estudo sobre outros mercenários, ver: Chipre, ver: CASSIMATIS, 1984; mercenários hebreus: KAHN, 2007; Mercenários fenícios: SCHMITZ, 2010.

ISSN 1982-8713

(3) ἔπλεον, ἦλθον δὲ Κέρκιος κατύπερθε, υἷς ὁ ποταμὸς
(4) ἀνίη· ἀλογλῶσος δ' ἦχε Ποτασιμτο, Αἰγυπτίος δὲ Ἄμασις·
(5) ἔγραφε δὲ ἀμὲ Ἄρχον Ἀμοιβίχου καὶ Πέλεϋος Οὐδάμο.

Tradução: “Quando o rei Psamético (II) veio para Elefantina, aqueles que navegaram com Psamético, filho de Theokles, escreveram isto e eles vieram para Kerkis, até onde o rio permitiu. Potasimto comandava os de fala estrangeira, Amasis os egípcios. Archon, filho de Amoibichos, escreveu-nos junto com Peleqos, filho de Eudamos.”

O texto revela um trierarca grego, Psamético, filho de Theokles, no comando de um destacamento helênico. Possivelmente trata-se de um caso de uma segunda geração grega assentada no Egito pela política de fixação de mercenários da dinastia.

Potasimto, é uma helenização do nome egípcio “Padysematawy”, cuja estátua está conservada no Louvre (E 13109).¹⁷⁴ Amasis possivelmente liderava a expedição com o seu destacamento egípcio, uma vez que o fragmento de sua estátua (Cairo, CG 895)¹⁷⁵ inclui o título *jmj-r3-mnf3t* (chefe das tropas). Peleqos é, possivelmente, a helenização de um nome de origem cária *Plqo*, o que implicaria na presença de cários¹⁷⁶ bilíngues na expedição.¹⁷⁷

A GUERRA CIVIL DE APRIES E AMASIS

Após um breve reinado, Psamtek II foi sucedido pelo filho, Apries I (589 – 570 a.C.), que deu continuidade à política saíta de restauração da influência egípcia junto às antigas possessões coloniais. Apesar dos exércitos babilônios terem expulsado os egípcios do Levante, Apries manteve uma campanha marítima na região. Segundo

¹⁷⁴ YOYOTE, 1953.

¹⁷⁵ LEFEBVRE, 1925.

¹⁷⁶ De fato, há cerca de 150 inscrições em língua cária pelo território egípcio, desde o Delta até Abu Simbel e Buhen. Para uma síntese com a bibliografia de todas as inscrições cárias conhecidas, ver: ADIEGO, 2007; para a epigrafia cária do território egípcio, ver: pp. 30 – 127.

¹⁷⁷ Heródoto (II, 154) informa que os cários viveram na região de Bubástis até serem deslocados para a área de Mênfis por Amasis. Há um debate interessante sobre a aculturação da comunidade cária em Borsippa, que assimilou costumes egípcios e cários. Ver: WAERZEGGERS, 2006.

Heródoto (II, 161) e Diodoro (I, 68, 1), os navios de Apries combateram a armada de Tiro.

Agut-Labordère estima que o elevado percentual de forças estrangeiras presente no exército egípcio pode ter causado uma grave desestabilização social no reino (2013, p. 994). Motins de mercenários tornaram-se uma preocupação constante na administração saíta. Heródoto (II, 30) menciona uma deserção em massa da guarnição egípcia em Elefantina. A inscrição autobiográfica de Nesuhor (Louvre A 90)¹⁷⁸ descreve como o egípcio impediu uma tentativa semelhante instigada por mercenários egeus e asiáticos.

Porém, as tensões internas decorrentes de uma política de privilégios para a fixação dos militares estrangeiros culminariam numa guerra civil que derrubou Apries. Tudo ocorreu como consequência de uma campanha pela anexação das colônias gregas da Líbia, em 588 a.C.

Segundo Heródoto (II, 161), o exército despachado contra Cirene e Barca era composto apenas de tropas egípcias. Com a derrota frente aos gregos da Líbia, esse exército, derrotado, retornou ao Egito e revoltou-se contra Apries, apontando o general Amasis como novo faraó. A chamada “Estela de Elefantina” ou “Estela da Vitória de Amasis”¹⁷⁹ oferece uma versão egípcia para as narrativas de Heródoto (II, 161 – 169) e Diodoro (I, 68, 4) sobre a guerra civil.¹⁸⁰

Após a coroação de Amasis como o novo faraó, as relações com os gregos foram mantidas como prioritárias, embora sofressem algumas transformações estruturais dentro do território egípcio. Nesse período, as *stratopeda* foram esvaziadas e todos os assentamentos habitados por gregos, cários e demais estrangeiros foram transferidos para a área de Mênfis.

¹⁷⁸ SCHÄFER, 1904, pp. 152 – 164, 4 pls.

¹⁷⁹ LABDYNIN, 2006; JANSEN-WINKELN, 2014.

¹⁸⁰ Ainda há muitos momentos obscuros a serem desvendados acerca desse período de guerra civil, inclusive uma invasão babilônia para oferecer apoio a Apries, em 567 a.C., durante a fase final da guerra civil. Ver: MANLEY, 1998, p. 123. Aparentemente o apoio a Apries não se resumia aos mercenários estrangeiros, havendo facções simpáticas ao faraó legítimo na Tebaida. Ver: LEAHY, 1988.

ISSN 1982-8713

A suposta generosidade de Amasis para com os seus aliados gregos culminaria na doação de Naucratis. Trata-se do mais antigo testemunho grego para a existência da cidade. Todavia, Náucratis é referida ainda no reinado de Apries como a base de operações da armada grega que apoiou o faraó contra o usurpador Amasis. Segundo a “Estela de Elefantina/ da Vitória de Amasis” (Colunas 2-3):

(2) ḏd n ḥm=f ḥ“-jb-r’

(3) ḥnt.n=f ‘nw kbnwt mḥtj m ḥꜣw-nbw n(j) rḥ=tw ḏr=sn

Tradução: “(...) [e ele] Disse para a sua majestade: “(Aquele) Apries, ele zarpou (do) Anw () com trirremes cheias de gregos. Ninguém sabe a sua força (...).”

A identificação entre Anw e Náucratis é possível graças ao “Decreto de Sais”¹⁸¹, datando de 380 a.C., sob o governo do faraó Nectanebo I (XXX dinastia), conhecido como “Estela de Náucratis” (Col. 13):

(...) ḏd jn ḥm=f jm(j) smn.tw nn ḥr ‘ḥw pn rdj.tw m njw.t-
kꜣrtj ḥr spt ‘nw

Tradução: “(...) Sua majestade concluiu: ‘Este decreto deve ser gravado na presente estela e erguido em

Náucratis, às margens do Anw () ””.

Assim, não só o canal do Nilo onde Náucratis foi fundada (Anw) já era habitado por gregos antes da ascensão de Amasis, como a Estela de Elefantina produz a evidência escrita mais antiga para a existência do sítio que será denominado “Náucratis” pelos gregos.

¹⁸¹ VON BONHARD, 2012.

Entretanto, Heródoto (II, 178) descreve a fundação de Náucratis como um presente de Amasis aos helenos. Nessa passagem, Heródoto define Amasis como “φιλέλλην” devido a sua política de alianças e envio de oferendas aos santuários gregos de Cirene, Lindos e, especialmente, Samos (II, 182).

A aliança de Amasis com o tirano Polícrates de Samos está bem documentada por Heródoto, numa relação hospitaleira que ele define, em jônico, como ‘ξεινίη’. Kaplan (2016) observa que o termo tende a ser empregado por Heródoto como um sinônimo para alianças de Estado. De fato, Amasis foi capaz de lançar expedições navais contra o Chipre e de submetê-lo a condição de tributário.

PSAMTEK III: RELAÇÕES GRECO-EGÍPCIAS APÓS A CONQUISTA PERSA

Amasis teve um longo e próspero reinado de 44 anos, sendo sucedido pelo filho Psamtek III em 526 a.C. Durante o reinado do seu pai o império Persa havia surgido como a nova força hegemônica no oriente. Em 547 a.C. Ciro conquistou o reino da Lídia, antigo aliado egípcio. Em 539 a.C. foi a vez da dinastia neo-babilônia cair, conquistada por Cambises.

Cerca de seis meses após a coroação de Psamtek III, o Egito foi invadido pelo exército persa, após derrotar os egípcios em Pelúcio, em 525 a.C. Heródoto menciona brevemente a batalha (III, 10) e afirma que Psamtek III tomou parte da batalha. Heródoto também alega ter visitado o campo de batalha (II, 246-250) e descreve o cativo e execução de Psamtek III por ordem de Cambises, após ter acusado de incitar uma rebelião anti-persa (III, 14-15).

Com o estabelecimento da XXVII dinastia, o Grande Rei persa foi reconhecido como faraó. Apesar de tentativas de “*damnatio memoriae*” produzidas pelos próprios egípcios após a breve restauração de sua independência (XXVIII – XXX dinastias), a dominação persa foi um período de continuação relativa ordem social. Náucratis aparentemente continuou a mediar o comércio entre o Egito e o Mundo Grego.

Os laços comerciais e diplomáticos entre gregos e egípcios ainda eram fortes o suficiente para permitir uma intervenção da Liga de Delos no Delta para o suporte de uma nova malfadada rebelião anti-persa em 460-454 a.C., descrita por Tucídides (I, 104).

As rebeliões egípcias continuaram a eclodir ao longo dos séculos V – IV a.C., lideradas por facções locais de príncipes com pretensões ao trono. Eventualmente, o esforço originou a uma série de pequenas e frágeis dinastias egípcias (XXVIII – XXX dinastias) que, enquanto lidavam com facções rivais na disputa pelo poder, defendiam-se das tentativas de reconquista persa.

Bresciani comenta que poucas nas décadas de reconquista de sua independência, o Egito tornou-se “aliado e ponto de referência de todos os inimigos do Grande Rei (...). O Vale do Nilo conheceu e acolheu toda a espécie de aliados e exilados.” (1994, p. 213). Em 343 a.C. os persas reconquistam o Egito, mas essa segunda ocupação mal completaria uma década. Em 332 a.C. Alexandre conquistava o Egito aos persas, estabelecendo um marco na reformulação completa da natureza das relações greco-egípcias.

BIBLIOGRAFIA

ADIEGO, Ignacio. *The Carian Language*. Leiden: Brill, 2007.

AGUT-LABORDÈRE, Damien. *The Saite period: The emergence of a Mediterranean power*. In: MORENO, Juan Carlos (ed). *Ancient Egyptian Administration*. Leiden: Brill, 2013, pp. 965-1027.

BERNAND, André; MASSON, Olivier. *Les inscriptions d’Abou-Simbel*. REG, Paris, 70, 329-330, janvier-juin, 1957.

BOTTI, Giuseppe; ROMANELLI, Pietro. *Le esculture del Museu Gregoriano Egizio*, 1951, pp. 44-45.

BRESCIANI, Edda. *Una statua della XXVI dinastia com il cosiddetto ‘abito persiano’*. SCO, Pisa, 16, 1967, pp. 273-280.

BRESCIANI, Edda. O Estrangeiro. In: DONADONI, Sergio (ed). O Homem Egípcio. Lisboa: Presença, 1994, pp. 189 – 214.

CASSIMATIS, Hélène. Des Chypriotes chez les pharaons. Les Cahiers du Centre d'Études Chypriotes Lyon, 1, 1984, pp 31 – 38.

DE MEULENAERE, Herman. La statue du général Djed-ptah-iouf-ankh, Caire JE 36949 [avec 4 planches]. BIFAO, Le Caire, 63, 1965, pp. 19 -32.

EDEL, Elmar. Die Orstnamenlisten aus dem Totentempel Amenophis III. Bonner Biblische Beiträge, Bonn, 25, 1966.

FAURE, Paul. Toponymes créto-mycéniens dans une liste d'Aménophis III. Kadmos, Berlin, 7, band II, 138, 1968.

GATES, Charles. From Cremation to Inhumation: Burial Practices at Ialysos and Kameiros during the Mid-Archaic Period, ca. 625-525 B.C., Occasional Paper 11, Los Angeles: University of California, 1983.

HÄGG, Robin (ed). The Greek Renaissance of the eighth century B.C.: tradition and innovation: proceedings of the second international symposium at the Swedish Institute in Athens, 1-5 June, 1981.

HÖLBL, Günther. 'Aegyptiaca im östlichen Mittelmeerraum', in: GÖRG, Manfred, HÖLBL, Günther (eds.), Ägypten und der östliche Mittelmeerraum, ÄAT, Wiesbaden, 44, 2000, pp. 119-162.

HOPE-SIMPSON, Robert, LAZENBY, John. Notes from the Dodecanese III. In: Annual of the British School at Athens, Athens, 68, 1973, pp. 127 –179.

JACOBSON, Inga. Aegyptiaca from Late Bronze Cyprus. Studies in Mediterranean Archaeology, Goterborg, 112, 1994.

JANSEN-WINKELN, Karl. Die Siegstelle des Amasis. ZÄS, Leipzig, 141/2, 2014, pp. 132 – 153.

KAHN, Dan'el. Judaeen Auxiliaries in Egypt's War against Kush. JAOS, Ann Arbor (MI), 127/4, 2007, pp. 507 – 516.

KAPLAN, Phillip. The Ring of Polycrates: friendship and alliance in the east Mediterranean. Journal of Ancient History, Newark, vol 4, n. 2. 2016, pp. 132 – 157.

ISSN 1982-8713

KEESLING, Catherine. *The Votive Statues of the Athenian Acropolis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

KEMP, Barry; MERRILLEES, Robert. *Minoan Pottery in Second Millennium Egypt*. Mainz: Philipp von Zabern, 1980, pp. 226– 245.

KITCHEN, Kenneth. *Theban Topographical Lists, Old and New*. *Orientalia*, Roma, 34, 1965.

KITCHEN, Kenneth. *The Third Intermediate Period in Egypt, 1100-650 B.C.* Liverpool, Aris & Phillips 1996.

KNAPP, Arthur. *Thalassocracies in Bronze Age eastern Mediterranean trade: making and breaking a myth*. *World Archaeology*, London, 24, 3, 1993, pp. 336–337.

KOUSOULIS, Panagiotis; MORENZ, Ludwig. *Ecumene and Economy in the Horizon of Religion: Egyptian donations to Rhodian sanctuaries*. In: FITZENREITER, Martin (ed). *Das Heilige und die Ware: Zum Spannungsfeld von Religion und Ökonomie*. IBAES VII, London: Golden House, 2007, pp. 179 – 192.

KOUSOULIS, Panagiotis. *Rhodes before the Saite Kings: Egyptian Relations with Rhodes and the Dodecanese during the Ramesside Period*. In: COLIER, Mark; SNAPE, Steven (eds). *Ramesside Studies in Honour of K. A. Kitchen*. Bolton: Rutherford Press, 2011, pp. 283 – 292.

KUHRT, Amélie. *Ancient Near East*, vol II. London, New York: Routledge, 1997.

LABDYNIN, Ivan. *The Elephantine Stele of Amasis: Some Problems and Prospects of Study*. *Göttinger Miszellen*, Göttingen, 211, 2006, pp. 31-56.

LEAHY, Anthony. *The Earliest dated Monuments of Amasis and the end of the Reign of Apries*. *JEA*, London, 74, 1988, pp. 183 – 199.

LECLÈRE, François; SPENCER, Jeffrey. *Tell Dafana Reconsidered: The Archaeology of an Egyptian Frontier Town*. *British Museum Research Publications*, London, 199, 2014.

LEFEBVRE, Gustave. *Potasimto*. *BSAA*, Alexandria, 21/6, 1925, pp. 55-56.

LIPINSKI, Edward. *Itineraria Phoenicia*. *OLA*, Leuven, 127, 2004.

LLOYD, Allan. *The Inscription of Udjhorresnet: a collaborator's testament*. In: *JEA*, London, 68, 1982, pp. 166 – 190.

LLOYD, Alan. The Late Period. In: SHAW, Ian. *The Oxford History of Ancient Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 2001, pp. 364 – 387.

LUCKENBILL, Daniel. *Ancient Records of Assyria and Babylonia*, vol. II: Historical accounts of Assyria. Chicago: University of Chicago Press, 1927, pp. 297 – 298.

MACDONALD, Colin. *Problems of the Twelfth Century BC in the Dodecanese*. BSA, Athens, 81, 1986, pp. 125 - 151.

MANLEY, Bill. *Atlas Historique de l'Égypte Ancienne*. Paris: Autrement, 1998.

MASSON, Olivier; YOYOTTE, Jean. Une Inscription ionienne mentionnant Psammétique Ier. *Epigraphica Anatolica*, Bonn, 11, 1988, pp. 171 – 180.

MUMFORD, Gregory. 'Mediterranean Area', in: REDFORD, Donald (ed). *The Oxford Encyclopedia of Ancient Egypt*, vol 2. Oxford: Oxford University Press, 2002, pp. 335 – 343.

PANAGIOTOPOULOS, Diamantis. Keftiu in Context: Theban Tomb paintings as a Historical source. *Oxford Journal of Archaeology*, Oxford, 20, 2001, pp. 263 – 283.

PENDLEBURY, John. *Aegyptiaca. A Catalogue of Egyptian Objects in the Aegean Area*. Cambridge: Cambridge University Press, 1930.

PETRIE, William. *Tanis (Band 2): Part II / Nebesheh (Am) and Defenneh (Tahpanhes): 1886*. London: The Egypt Exploration Found, 1888.

REHAK, Paul. Aegean natives in the Theban tomb paintings: the Keftiu revised. In: CLINE, Eric; HARRIS-CLINE, Diane (eds). *Aegaeum*, Liège, 8, 1998, pp. 39–51.

PINCH BROCK, Lyla. Art, industry and the Aegeans in the tomb of Amenmose. *Ägypten und Levante*, Wien, 10, 2000, pp. 129–137.

SAHIN, Mustafa. Zwei Inschriften aus dem südlichen Kleinasien. *Epigraphica Anatolica*, Bonn, 10, 1987, pp. 1-2.

SCHÄFER, Heinrich. Die Auswanderung der Krieger unter Psammetich I und der Söldneraufstand in Elephantine unter Apries. *Klio*, Mannheim, IV, 1904, pp. 152 – 164.

SCHMITZ, Philip. The Phoenician Contingent in the Campaign of Psametichus II against Kush. *JEGH*, Swansea, 3/2, 2010, pp. 321 -337.

ISSN 1982-8713

SKON-JEDELE, Nancy. "Aigyptiaka": A catalogue of Egyptian and Egyptianizing objects excavated from Greek archaeological sites, ca. 1100-525 B.C., with historical commentary. PhD. Dissertation in Ancient History. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1994.

SNAPE, Steven. Zawiyet Umm el-Rakham and Egyptian foreign trade in the 13th century BC'. In: STAMPOLIDIS, Nikolaos Stampolidis; KARAGEORGHIS, Vassos (eds). PLOÉS... Sea Routes... Interconnections in the Mediterranean 16th–6th c. BC. Proceedings of the International Symposium held at Rethymnon, Crete, September 29th–October 2nd, 2002 (Athens, 2003), pp. 63–70.

SPALINGER, Anthony. Esarhaddon and Egypt. In: Analysis of the First Invasion of Egypt. *Orientalia*, Roma, 43, 1974, pp. 295 – 326.

VERCOUTTER, Jean. L'Égypte et le monde égéen préhellénique. Le Caire: IFAO, 1956.

VITTMANN, Günter. Ägypten und Fremde im ersten vorchristlichen Jahrtausend. Mainz: Philipp von Zabern, 2003, pp. 48- 83.

VON BONHARD, Anne-Sophie. The Decree of Sais. Oxford: OCMA, 2012.

WACHSMANN, Shelley. Aegeans in the Theban Tombs. *OLA*, Leuven, 20, 1987.

WAERZEGGERS, Caroline. The Carians of Borsippa. *IRAQ*, London, 68, 2006, pp. 1-22.

WEBB, Virginia. Archaic Greek Faience. Miniature Scent Bottles and Related Objects from East Greece, 650-500 B.C. Warminster: Arris & Phillips, 1978.

WOODHEAD, Arthur. The Study of Greek Inscriptions. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

YOO, Justin. From Men in Bronze to Pedon: foreign soldiers and their leaders in Egypt during the Saite Period (664 – 525 a.C.), PhD Thesis in Classics/ Ancient History: Kings College, 2019 (no prelo).

YOYOTE, Jean. Potasimtos de Pharbaitos et le titre de 'Grand Combattant-maître du triomphe'. *CdE*, Bruxelles, 28, 1953, pp. 101 – 108.

INTERNET

“Ancient World Manchester Project” (University of Manchester) – visitado em 2 de julho de 2019. <https://ancientworldsmanchester.wordpress.com/tag/rhodes-old-town/>

JOHNSTON, Alan. The life and death of Greek local scripts; not so long durée ? In: *Varia*. Mélanges de l’École française de Rome – Antiquité [En ligne] 2012, 124-2 – visitado em 4 de julho de 2019. <https://journals.openedition.org/mefra/735>

SCHULTZ, Regine, Block Statue. UCLA, Los Angeles, Encyclopedia of Egyptology 2011-09-20 – visitado em 2 de julho de 2019. <https://escholarship.org/uc/item/3f23c0q9>

CAMINHOS HISTÓRICOS PARA O DOMÍNIO HELENÍSTICO SOBRE JERUSALÉM

HISTORICAL PATHS TO THE HELENISTIC DOMAIN ABOUT JERUSALEM

Vitor Luiz Silva de Almeida¹ e Juliana Batista Miranda Cavalcanti Tavares²

¹ Doutor pelo Programa de História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC/UFRJ)

² Doutoranda pelo Programa de História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC/UFRJ)

Correspondência para: Vitor Luiz Silva de Almeida (vitoralmeida83@gmail.com); Juliana B. M. Cavalcanti (julianajubcmt@yahoo.com.br)

Recebido em: agosto de 2019; Aceito em: outubro de 2019

RESUMO

O domínio helenístico provocou mudanças significativas em todo o território palestino antigo. Estas transformações, que abrangiam uma grande gama de dimensões interligadas – social, política, geográfica, religiosa e étnica – destacavam a variedade de ações, discursos e movimentações no seio das comunidades que ali se encontravam. Este artigo tem por objetivo analisar este processo histórico no que diz respeito a Cidade-Templo de Jerusalém e os eventos subsequentes ao mesmo, considerando o tema de suma importância para a compreensão deste espaço geográfico.

Palavras-Chave: Hellenização – Jerusalém – Palestina Antiga

ABSTRACT

Hellenistic rule brought about significant changes throughout the ancient Palestinian territory. These transformations, which encompassed a wide range of interconnected dimensions - social, political, geographical, religious and ethnic - highlighted the variety of actions, discourses and movements within the communities within. This article aims to analyze this historical process with regard to the Temple City of Jerusalem and its subsequent events, considering the issue of paramount importance for the understanding of this geographical space.

Keywords: Hellenization - Jerusalem - Ancient Palestine

Como primeiro passo para se compreender a região da Palestina no período em que os helênicos conquistaram a território, e sobretudo a Cidade-Templo de Jerusalém, ainda muito influente nas religiões monoteístas, é necessário lembrar que a experiência de dominação estrangeira não constituía uma novidade para os povos da terra, que experimentaram, ao longo de séculos, diversos modelos de opressão imperialista e colonização, como a egípcia, a medo-babilônica e a persa, e cada uma destas trouxe consigo reestruturações consideráveis do modo de vida e da relação entre os diversos grupos que habitavam o local.

Após a morte de Alexandre da Macedônia, algumas transformações produziram efeitos sócio-históricos de grande efeito como a revolta dos Macabeus e a ascensão da linhagem hasmoneana ao poder, a primeira de origem judeana sem intervenção direta de um dominador estrangeiro desde o período pré-exílico, o que a torna historicamente viável.

No período pós-alexandrino, estando a porção de terra em posse dos Selêucidas¹⁸², são impostas novas formas de proceder no funcionamento interno destes povos, a partir do que os historiadores compreenderam como “helenização”. Este conceito, formatado por Droysen ainda no decorrer do século XIX, advém da compreensão histórica da existência de transformações intensas causadas pelo contato entre os helênicos e outros povos. Estas modificações geraram um quadro de hibridizações, flexibilizações e invenções ao qual foi dado o nome de *helenismo*, abarcando desde a língua, religião e instituições políticas até as ações mais cotidianas, como a culinária e a indumentária.

Mas foi Droysen que, no decorrer do século XIX, deu a ‘helenismo’ um conceito histórico de contornos precisos e estendeu seu campo ao período que vai da derrota do império persa dos Aquemênidas, por Alexandre Magno (331 a.C.), até o fim do reino dos Ptolomeus, marcado pela batalha de Ácio (31 a.C.). Este período particular da

¹⁸² Império pós-alexandrino que dominou uma grande porção do Oriente Próximo, mais precisamente a Ásia Menor.

história da antiguidade se caracterizava também aos seus olhos pelo encontro e até pela mistura de elementos culturais gregos e orientais [...] (Paul, 1983: 17-18)

Este conceito, por sua antiguidade e inflação de significados¹⁸³, algumas vezes é compreendido como um processo de aculturação, o que de acordo com estudos teóricos das ciências humanas atuais é considerado uma problemática ultrapassada e etnocêntrica. Toda interação cultural gera intercâmbios, nos mais variados cenários (Sahlins, 1990: 16-17). Desta maneira, o conceito não é necessariamente descartável, tendo em vista a necessidade de se criar um signo de inteligibilidade que explique as modificações subsequentes ao advento da Macedônia e, posteriormente, seu legado, na Palestina como uma força opressora e não-autóctone em relação ao *ethos*¹⁸⁴ (Geertz, 1989:93) da população vivente na região de acordo com as fontes e cultura material.

Neste sentido, o *helenismo* é entendido neste artigo como a interação cultural advinda das ações de macedônios e dos povos subsequentemente conquistados, o que gera modificações em ambos os ambientes, possuindo forças de infusão de signos e significados, modos de vida, conhecimento tradicional, entre outras coisas que não necessariamente colocam a balança de influência mútua em pé de igualdade. Ainda que exista a crença de que ao menos a Judeia tenha permanecido incólume à investida de costumes estrangeiros, isto não ocorreu. A Judeia foi atingida pela ação imperial helenística que outros locais do domínio alexandrino o foram. Podemos tomar

¹⁸³ Entre as variáveis que levaram a contestação do emprego do conceito de Droysen estão: (a) convicções políticas: Droysen era um amplo defensor da unificação alemã; (b) a dimensão de História de Hegel: a história como uma sequência de fatos conectados, bem como a dimensão de que o estágio preparatório para a ideia cristã estava no período romano; (c) o progresso (fruto de um longo processo de formação de tradições); (d) providência: progressiva da razão capaz de levar a consciência de liberdade e ao cumprimento dos desígnios divinos. Para um maior aprofundamento quanto a problemática do conceito de Droysen e os impactos dentro de uma Europa colonialista e imperialista do XIX ver: BIZIOTTO, 2015: 183; MOMIGLIANO, 1970: 141-142; CAVALCANTI, 2017: 61-63.

¹⁸⁴ De acordo com a definição de Clifford Geertz, o *ethos* de um povo pode ser considerado “o tom, o caráter, e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético, e sua disposição é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete”.

como exemplo o caso dos habitantes da Samaria, porção territorial vizinha da Judeia e por conseguinte da cidade-templo de Jerusalém. Estes se rebelaram contra as forças macedônicas em 331 aEC, assassinando o prefeito da Síria, responsável pela província, Andrômaco, enquanto Alexandre se dirigia ao Egito (Quintus Curtius Rufus, *Hist. Alex.* 4.8, 9-10). Isto teria levado a represálias comandadas pelas forças alexandrinas contra os responsáveis fazendo com que parte da comunidade (em sua maioria membros da elite samaritana) fugisse para o Sul, muito provavelmente, em direção a Jerusalém (Martinez 1995: 16; Lapp, 1974: 1; Knoppers, 2013: 169). O resultado deste evento foi a destruição da cidade da Samaria e assentamento de macedônios em sua administração (Knoppers, 2013: 169-170), que tornou-se um entreposto militar estratégico para os Selêucidas.

ANTÍOCO IV EPÍFANES E JERUSALÉM: UMA DISCUSSÃO ENCERRADA?

Em relação à Judá, o projeto helenístico também trouxe mudanças bruscas, com a deportação de parte de sua população para o Egito por Ptolomeu I e as ações posteriores de Antíoco IV Epífanos. É possível dizer que ambos os territórios sofreram os males da disputa entre as dinastias Ptolomaidas e Selêucidas, após a morte de Alexandre. Não se trata de uma disputa entre quem foi mais *helenizado*, mas antes, de que o contexto cultural helênico permeou os fazeres destas comunidades durante séculos, e suas permanências podem ser atestadas mesmo após a chegada definitiva dos romanos¹⁸⁵.

Dito isto, podemos tentar delinear um quadro amplificado de como o tempo dos Selêucidas, sobretudo a partir das Reformas de Antíoco, inaugurou um período que transformaria de muitas maneiras a cidade de Jerusalém. A documentação judaica

¹⁸⁵ Tradicionalmente alocada temporalmente em 63 AEC para mais informações ver HORSLEY, R. & HANSON, J. S. *Bandidos, profetas e messias. Movimentos populares no tempo de Jesus*. São Paulo: Paulus, 1995. p. 43.

(e posteriormente a cristã)¹⁸⁶ apresenta Antíoco IV Epífanes, de uma maneira geral, como um de seus maiores *nemesis*, um tirano maligno e pérfido, sem precedentes, que, basicamente, atenta contra a religião javista de modo como nenhum dominador havia feito antes. O ódio a Antíoco é pavimentado em diversas camadas das fontes, como demonstraram Chevitarese & Cornelli (2007: 29-39) em um artigo acerca do livro de *Daniel*¹⁸⁷. Em Dn, o monarca selêucida é tido como a representação maximal do anti-judaísmo, do mal, propriamente dito, recebendo as alcunhas de “injusto” (Dn 3:32), “o mais malvado” (Dn 3:32), “Aquele que profere insultos contra o altíssimo” (Dn 7:25, 8:25, 11:36), “Tramador de coisas inauditas” (Dn 8:24) “Arruinador dos poderosos e do povo santo” (Dn 8:24), “Aquele que age com perfídia” (Dn 8:25, 11:23), “Miserável” (Dn 11:21), “Sorrateiro” (Dn 11:21, 11:24), “Tem o coração voltado pro mal” (Dn 11:27), “Mentiroso (Dn 11:31), “Profanador” (Dn 11:31), Coloca-se acima dos deuses (Dn 11:36-37), “Não tem consideração” (Dn 11:37) (cf. Chevitarese & Cornelli, 2007: 34).

Todas estas adjetivações devem-se a uma reação da parcela judeana, incluindo-se os autores do livro de *Daniel*, não conivente com as reformas implementadas por Antíoco, no entanto, havia outra parcela que se mostrava receptiva e agia de forma indulgente em relação à helenização proposta pelo líder Selêucida. É preciso desmontar neste caso o antigo esquema da imposição cultural e religiosa, o velho binômio da aculturação entre dominador-dominado. Isto não absolve a violência dos investimentos militares sobre a área, a desapropriação de terras, a pauperização decorrente da exploração do trabalho agrícola e a criação de novos impostos, mas garante uma complexificação necessária acerca das forças culturais atuantes, no que

¹⁸⁶ Apesar de sem tom estritamente judeano, portanto ligado ao culto de lahweh na Judeia, algumas partes do texto de Macabeus foram inclusas no compendio bíblico.

¹⁸⁷ No que se refere à datação Chevitarese & Cornelli sugerem que o livro de Daniel, apesar de possuir um contexto histórico de produção “bastante instável” teria pelo menos um intervalo de duas gerações, entre 250 aEC e 167-64 aEC. Deste modo os capítulos 1-6 estariam localizados no período de 250-230, enquanto os capítulos 7-12 poderiam ser datados entre 167 e 164. Para mais informações ver: CHEVITARESE, A. L. & CORNELLI, G. *Judaísmo, Cristianismo, Helenismo. Ensaio Acerca das Interações Culturais no Mediterrâneo Antigo*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007, pp. 29-39.

podemos considerar um panorama em contínuo movimento de transformação, como entendido por autores como Sahlins (1990:171) e, que desdobram-se em intercâmbios de símbolos, signos e significados, redirecionamentos no *modus vivendus* da população local e interações culturais de vários tipos.

Implica dizer, no tempo de Antíoco IV Epífanês, a população local havia perdido sua capital e seus maiores centros populacionais para dominadores estrangeiros e costumes helenísticos foram introduzidos, mesclando-se a cultura local, diga-se de passagem, bastante multifacetada.¹⁸⁸ Neste sentido as atitudes tomadas pelo rei selêucida em Jerusalém, não constituíam uma novidade, ou algo fora do comum.

A rebelião de Jasão (2Mc 5:5-7), constituiu um bom. Nesta a cidade foi arrasada, o templo pilhado e profanado, e um governo direto foi estabelecido, a partir dos superintendentes Filipe, o frígio e Andrônico, colocado segundo a narrativa “ao pé do Garizim [Gerizim]” (2Mc 5:22-23). A despeito da historicidade destes personagens, medidas violentas foram instauradas na região, por motivações que claramente aludem há algum tipo de resistência/rebelião, ou a possibilidade dessas ocorrerem. Deste modo, para o governo imperialista dos Selêucidas, não haveria distinções em sua maneira de proceder no que concerne a qualquer localidade sobre sua tutela imperial.

Isto é confirmado, sobretudo, nas mudanças impostas sobre o fazer religioso palestino, com a reconfiguração cultural, em que o Templo de Jerusalém é dedicado a uma divindade grega (2Mc 6:2; AJ 12:253-256; Dn 11:31), mais precisamente Zeus Olímpico [*Olympios*]¹⁸⁹. Não há referência direta a Zeus Olímpico em Josefo¹⁹⁰,

¹⁸⁸ Bons exemplos desses processos de helenização anteriores a Antíoco IV Epífanês advêm dos remanescentes materiais identificados em escavações nessa região, como podemos ilustrar (Aviam e Amitai 2002; Syon, 2002): (a) um conjunto cerâmico encontrado na Alta e Baixa Galileia datado entre os períodos da Pérsia Tardia e Helenística; e (b) uma Afrodite e um Hórus com inscrição trilingue datada do período Helenístico.

¹⁸⁹ Entre outros elementos apontados pelo programa de helenização na Judéia pelos críticos de Antíoco estavam: a proibição a prática da circuncisão e a observância formal do sábado.

¹⁹⁰ “os compeliu a deixar de lado a adoração a seu próprio Deus, e reverenciar os deuses aos quais ele acreditava;” [And he compelled them to give up their own god, and to do reverence to the gods he believed]. O fato de ter utilizado o verbo compelir e não proibir, denota que inexistia vontade de obliterar *lahweh*, e sim de articulá-lo ou dividir seu espaço com outra divindade.

ISSN 1982-8713

entretanto, ao passo que os autores de 2Mc nomeiam a divindade colocada no santuário como Zeus Olímpico, os autores de Daniel recorrem ao título “A abominação da desolação”. Considerando a dedicação no Templo de Gerizim ao Zeus *Xenios*¹⁹¹, atestados tanto em 2Mc quanto em AJ 12:258-261, parece realmente tratar-se do Zeus Olímpico, no caso judeano. Some-se a isso o fato de que Antíoco IV Epífanês costumava cunhar moedas, que celebravam esta divindade em seu averso, ao que tudo indica muito cara ao monarca, como pode ser visto abaixo (Figs. 1 e 2):



Fig. 1. Descrição: Anverso: Antíoco IV Epífanês portando o diadema; Reverso: Zeus Olímpico, sentado em seu trono, segurando Nike cunhada durante seu reinado (175 -164 aEC) (Carradice, 1995: 83).



Fig. 2. Descrição: Anverso: Antíoco IV Epífanês com cabeça radiada. Reverso: ΒΑΣΙΛΕΩΣ ΑΝΤΙΟΧΟΥ ΘΕΟΥ (ΕΠΙΦΑΝΟΥΣ), Zeus em pé à esquerda, segurando o raio e o cetro. Às vezes com a águia no pé esquerdo (175 -164 aEC) (Hoover, 2008: 207).

¹⁹¹ Localizado na Samaria. Para mais informações ver DUSEK, J. *Aramaic and Hebrew Inscriptions from Mt Gerizim and Samaria between Antiochus III and Antiochus IV Epiphanes. Culture and History of Ancient Near East*. Leiden, the Netherlands: Brill, 2012.

Ao que tudo indica o programa de Antíoco Epífanês, de fato, propunha mudanças mais radicais que as instauradas anteriormente por seus antecessores, todavia, estas seriam atribuições de uma parcela significativa da população local, através da negociação e não da imposição direta, no decorrer do processo iniciado ainda em fins do século III aEC. O processo de helenização, no qual a Palestina via-se mergulhada, parece ser levada a cabo pela aristocracia sacerdotal, judeus helenizados e possivelmente por indivíduos advindos das áreas periféricas a cidade de Jerusalém. A documentação não deixa margem para dúvidas quanto a isto, tanto 1-2 Mc, quanto AJ e Dn, afirmam insistentemente que uma boa parte da comunidade judaica absorveu padrões culturais helênicos.

Concordando com Scurlock (2000: 127) e Chevitarese & Cornelli (2007: 36-38), não necessariamente podemos fazer emergir dos escritos uma conotação puramente opressiva do ponto de vista cultural e religioso, no que tange a toda a população. Em primeiro lugar, isto seria desconexo com as ações dos líderes helenísticos em outras áreas conquistadas como a Mesopotâmia e o Egito, onde o culto a divindades locais permaneceram em funcionamento e até mesmo geraram hibridismos como o caso de Serápis¹⁹². Parece estranho imaginar uma comunidade politeísta impondo o fim de um culto a qualquer divindade que seja. O segundo argumento, sustentando por esses autores de forma bastante persuasiva, é de que as reformas seriam produzidas de dentro para fora, ou seja, pela própria comunidade jerusalimita. No episódio específico de Antíoco IV Epífanês em Jerusalém, é pelas mãos de Jasão que as principais transformações ocorrem: o ginásio (1Mc 1:13; 2Mc 4:12-15), um dos principais símbolos citadinos de uma *polis* grega, o *ephebeïon*, destinado a educação de jovens nos princípios filosóficos helênicos, o cessamento da circuncisão e a transmutação de jerusalimitas em cidadãos, de acordo com o modelo helenístico.

¹⁹² Divindade nascida da interação cultural entre Egípcios e Gregos por volta de IV aEC em Alexandria. Seu culto foi bastante difundido em todo o território mediterrâneo e este deus tinha como principal característica a posse de poderes curativos e da prosperidade. Para mais informações ver CROSSAN, J. D. & REED J. L. *Em busca de Paulo: como o apóstolo de Jesus opôs o Reino de Deus ao Império Romano*. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 65-71.

Além disso, quando nos voltamos para o processo de circulação e cunhagem de moedas na Judeia fica ainda mais claro esse forte processo de trocas culturais que levaram a um padrão helenístico. Segundo Hübner (2014: 165) moedas são encontradas na Judeia, principalmente em Jerusalém, a partir da segunda metade do quarto século antes da era comum. Porém, elas têm um caráter provincial e seguem padrões provenientes da Grécia, Sicília e protótipos ptolomaicos.

Entre as moedas Yehud do período persa, também encontramos o famoso BMC Palestine S. 181, Nr. 29 de origem desconhecida (Fig. 3).



Fig. 3: Moeda de prata. Descrição: Anverso: Cabeça masculina barbada à direita, usando capacete 'Coríntio' com crista; borda pontilhada. Reverso: Deidade masculina barbada e sentada à direita na roda alada; a mão direita está envolvida em vestuário e a mão esquerda, segurando um falcão; no campo direito, máscara careca e barbada à esquerda; tudo em quadrado de padrão de cabo em quadrado de incusa.

Como pode-se observar acima no anverso o dracma exibe um rosto barbudo com um capacete coríntio. A influência grega presente nesse elemento é uma das indicações do artesanato grego, mas não fornece evidências diretamente sobre o significado da representação. A perspectiva militar, no entanto, combinada com o fato do governo persa permitir - ao lado da representação de divindades locais - a representação de governantes locais, a cabeça pode ser identificada como uma imagem de um governante local (possivelmente de Yehud).

No reverso vemos um quadrado composto por pontos, relacionados por curvas. Dentro do quadrado, duas figuras podem ser distinguidas. No canto inferior direito, há

um rosto barbudo (ou possivelmente uma máscara), do qual se pode distinguir uma orelha e o nariz e marcas nos locais da boca e dos olhos. A outra figura parece ser um homem sentado. É possível ver barba, cabelos, olhos, nariz e boca. Ele porta uma espécie de capa, provavelmente uma 'himação' grega, quase chegando aos tornozelos. A mão esquerda está na perna, enquanto a sua direita está um pássaro que pode ser identificado como uma ave de rapina. O pássaro está voltado para a direita, assim como a figura humana sentada.¹⁹³ A figura está sentada em uma roda (quatro de seus seis raios são visíveis) com uma asa. Entre o pássaro e a figura sentada, duas letras podem ser discernidas; e à esquerda da figura sentada outra letra é visível. A inscrição acima da cabeça de Bes são as letras *yhw*.

As interpretações dadas por Hübner (2014) e Hulster (2009) para esta moeda vão divergir em alguns pontos. Para Hübner (2014: 197) a figura barbuda sentada é uma a interpretação hebraica de Zeus ou outro deus grego como Javé. Enquanto Hulster (2009: 6-7) a identifica como a representação de uma divindade do sol. O pássaro é peça central nessa interpretação. Ele se encaixa no simbolismo usado nas moedas judaicas e é um substituto para a coruja ateniense.

De qualquer forma, o interessante dessa moeda é pensarmos nas diferentes interpretações que ela traria ao portador dependendo de seu horizonte étnico-cultural. Assim sendo, a figura representada pode ser vista pelos gregos como Zeus, pelos semitas não-judeus como Baal e pelos judeus helenizados como Javé. Em outras palavras,

A moeda é sincrética, representando não um deus específico, mas uma concepção geral de uma divindade facilmente compreensível para muitas pessoas na parte ocidental do Império Persa (...) a inscrição poderia lançar luz sobre as pessoas que usavam a moeda e como elas teriam interpretado a imagem (Hulster, 2009: 8).

¹⁹³Essa é uma característica única, pois todas as outras moedas conhecidas da antiguidade com um pássaro na ou na mão de uma figura humana têm as duas figuras uma de frente para a outra, ou seja, olhando em direções opostas.

Exposto isso, uma questão deve ser observada. Os não-persas foram autorizados a servir suas próprias divindades e até retratá-las em suas moedas, desde que respeitassem a supremacia da divindade persa (e dos persas), que muitas vezes era representada com características solares. Assim, as divindades locais, embora divindades menores da perspectiva persa, pudessem ser representadas como chefes de panteões locais ou como - simplesmente - 'a divindade' de uma região determinada. Assim, as autoridades cunhadas locais poderiam representar seu deus como o deus do sol e sugerir que ele seja o deus mais alto (ou mesmo único). Além disso, a posição única do pássaro pode aumentar a impressão de que a divindade representada é poderosa, pois a posição dessa ave de rapina pode indicar sua prontidão para voar.

Deve-se deixar claro que quem cunhou a moeda pode ou não ter sido um judeu e dependendo da interpretação que se tome a moeda pode ser vista como um culto a Javé ou um insulto aos judeus. O fato é que quem a encomendou fazia parte dos mais elevados estratos sociais e de um ambiente altamente helenizado de Judá.

Nesse sentido, é bem mais plausível que a tentativa de Antíoco IV Epífanes não estivesse ligada a extirpação de Iahweh do Templo ou o fim de seu culto – ou da população javista – e sim a uma conformação entre a divindade do conquistador – Zeus Olímpico – e a divindade local, dando continuidade, assim, a uma prática amplamente disseminada. Suas ações, obviamente, foram recebidas de forma distinta pelos estratos sociais e indivíduos, o que não modificou, ao menos no primeiro momento, a elevação de Jerusalém aos *status* de *polis* – Antioquia de Jerusalém –, contando, inclusive, com a aceitação popular tanto de cidadãos jerusalimitas, como Menelau – Onias –, Jasão e outros judeus helenizados, como de habitantes das áreas rurais, com o retorno dos costumes pré-reformistas perpetrados pelo Rei Josias,¹⁹⁴ como o culto dos “lugares altos”.

¹⁹⁴ Monarca Judaíta que, de acordo com o livro de 2Rs 23: 4-20, realizou uma série de reformas religiosas tanto na região da Judeia quanto nas regiões vizinhas, sendo conhecido por extinguir o culto a Baal/Baal- Zebub e outras divindades e a proibição do culto nos “lugares altos”.

A ideia de que Antíoco estava em uma campanha para erradicar os Judeus enquanto povo (opondo-se ao Javismo) não é amparada nem pelos próprios textos de decretos estatais nem pelo relato Macabaico da perseguição. (...) A imposição da religião em qualquer senso de exclusividade (você tem de adorar meu deus e *não* o seu deus ou deuses) não seria esperada de um politeísta, muito menos de um que se imaginava um filósofo (Scurlock, 2000: 128-129).

Em suma, todo o território palestino via-se banhado pela onda helenística, antes de Antíoco iniciar suas atividades como governante, a partir de intensas trocas culturais, modificações em âmbito pragmático da vida cotidiana, cambiamento e hibridizações de símbolos culturais. A elevação macabaica (entre 167 e 37 aEC) seria o *turning point* das transformações que afetariam de modo indelével as ações Selêucidas.

Inicialmente, as obras de Matatias e seus descendentes, tiveram como objetivo fazer retroceder as “novas” políticas adotadas pelas lideranças jerusalimitas e responder aos atos violentos das tropas de Antíoco IV Epífanos contra a cidade e o Templo, através de ações militarizadas esporádicas. Sua primeira ação foi deixar Jerusalém e esconder-se, levando consigo seus filhos, João, cognominado Gadi, Simão Tasi, Judas Macabeu, Eleazar e Jônatas (1Mc 2:1-6;¹⁹⁵ AJ 12:265-267). Após sua morte, a liderança é tomada por Judas Macabeu que inicia o recrutamento do grupo da resistência e confronta as forças de Antíoco IV Epífanos em Judá. Com a morte deste monarca (1Mc 5:16-17; 2Mc 9:28), seu filho Antíoco V Eupator, ainda uma criança, sob a regência de Lísias, buscou continuar as obras do pai, mas tendo Judas sido vitorioso em suas batalhas e recebido prestígio local, além de causar muitos problemas a administração Selêucida, as tratativas de paz são iniciadas em seu reinado, com o reestabelecimento da propriedade do culto pelos judeanos em Jerusalém (1Mc 6:58-60, 13:23).

¹⁹⁵ A narrativa de 2Mc 5:27 não apresenta Matatias, e sim Judas Macabeu como o líder e responsável pela retirada de Jerusalém após o ataque de Apolônio, o Misarca. Este livro concentra seus esforços nas ações de Judas, sendo este seu principal personagem.

Curiosamente, as ações de paz de Lísias e Eupator, em ambos os documentos, assim como em Josefo (AJ 12:379-381), apesar de toda a apologia a resistência de Judas, aparentam estar mais conectadas com a disfunção da política interna do reino Selêucida após a morte de Antíoco Epífanes. Novamente, é preciso sopesar que os acontecimentos estão inseridos em uma espiral de escalas, e a paz com os judeus é, evidentemente, sem desconsiderar as ações de resistência dos Macabeus, uma solução diplomática, possibilitando que o legítimo sucessor ao trono e seus seguidores pudessem desviar seu olhar para outra parte do seu domínio, maior em nível de importância.

Neste sentido, eventos consubstanciados moldam o contexto geral, e a ascensão de Judas Macabeu e sua família torna-se concreta, ainda que não houvesse nenhuma menção de um governo autóctone e os Selêucidas continuassem na mesma posição hierárquica. Com a morte de Judas Macabeu (1Mc 9:23), seu irmão Jônatas é escolhido como o novo líder do movimento e após algumas insurreições locais, este prevalece. No nível macro, Lísias e Antíoco V Eupator são capturados e mortos por Demétrio I, que havia escapado de Roma (Josefo, AJ 12:388-392), e uma disputa de poder pela sucessão ao trono selêucida coloca-se entre Demétrio I Soter, filho de Selêuco IV Filpáter e Alexandre Balas, filho de Antíoco IV Epífanes.¹⁹⁶

Com a morte de Alexandre Balas, Demétrio II Nicator assume a coroa Selêucida, e novamente reforça o acordo anteriormente arranjado como é apresentado em 1Mc 11:30-35:

O rei Demétrio a Jônatas, seu irmão, e à nação dos judeus, saudações! A cópia da carta que a vosso respeito escrevemos a Lástenes, nosso parente, enviamos-la a vós também, para que dela tomeis conhecimento. O rei Demétrio a Lástenes, seu pai, saudações! À nação dos judeus, que são nossos amigos e observam o que é justo em relação a nós, decidimos fazer-lhes bem, em vista dos bons

¹⁹⁶ De acordo com a nota [f] presente em JOSEPHUS, *Jewish Antiquities*. Trad: Ralph Marcus. London: Harvard University Press, 1987, Books XII – XIX, 10 vols. Alexandre seria um impostor, como atestariam historiadores gregos antigos, que persuadiu o Senado Romano a reconhecer seu pleito ao trono. No entanto, tais fontes não são citadas pelos tradutores.

sentimentos que nutrem conosco. Nós lhe confirmamos a posse do território da Judéia, bem como dos três distritos de Aferema, Lida e Ramataim¹⁹⁷. Estes distritos com todas as suas dependências, foram anexados da Samaria a Jerusalém, em compensação pelos impostos que o rei recolhia outrora, cada ano, dos produtos da terra e dos frutos das árvores. Quanto aos outros direitos sobre os dízimos e os tributos que nos pertencem, quer sobre as salinas, quer relativos às coroas, a partir deste instante nós lhe faremos cessão total.

De fato, como apontam Mor (1989: 13) e Dusek (2011: 76), estes três distritos – Efraim, Lod e Ramataim – haviam sido frutos de disputas entre as províncias em tempos anteriores e foram anexados de forma irrestrita ao território judeano, por volta 145 aEC. É interessante observar que estes territórios teriam precedência do rei e passariam então a ser posse dos responsáveis pelo Templo de Jerusalém. Afora todas as hiperbolizações das ações da casa macabaica presentes em 1-2Mc e em Josefo, é notável que a partir de meados século II aEC, Judá passa a deter prestígio regional frente a outras localidades provinciais como a Samaria, Idumeia, Galiléia, Perea, Moab e etc. A alteração do *status* de Jerusalém e Judá em termos macrocósmicos, passa então matizar as suas atividades em âmbito local, dessa vez outorgada pelo poder hierárquico vigente.

Com isso, as transformações principiadas pela rebelião dos Macabeus elevaram Judá a um lugar de destaque no que concerne às monarquias Selêucidas seguintes, e isto seria utilizado para a continuidade de suas pretensões centralistas e de “povo escolhido” como representantes do verdadeiro *Israel*. Isto não significa que relacionamentos inter-comunitários tenham cessado ou querelas comunitárias deixassem de ocorrer. Deve ser levado em conta que em nenhum momento o Templo no Monte Gerizim sofreu qualquer tipo de dano até as investidas de João Hircano, e a continuidade do culto a lahweh na montanha persistiu até a última década do século II aEC (Knoppers 2013: 172). Desta maneira os dois Templos continuavam funcionando e

¹⁹⁷ Referentes a Efraim, Lod e Ramataim.

ambas as regiões ainda respondiam as políticas externas de seus governantes “oficiais”. Resumindo a continuidade dos eventos como narrados na documentação:

1) Uma nova insurgência intra-imperial é iniciada: Desta vez, Antíoco VI Theos Epifânio, filho de Alexandre Balas, aconselhado por seu general Diodóro Trífon, iniciam o planejamento para retomar o reino a partir de Antioquia. Novamente as autoridades judeanas são invocadas a tomar partido, sob a liderança de Jônatas, que a partir da promessa de Antíoco VI (1Mc 11:54-62; AJ 13:145-146) de não apenas manter os tratos anteriores, ratificando sua posição de sumo sacerdote e posse dos quatro distritos¹⁹⁸, e nomeando seu irmão Simão *estratego* do território que se estendia de Tiro a Fronteira com o Egito, passam para o lado inimigo. Nos embates que se seguem pela sucessão, Antíoco VI sai vitorioso e a Judeia mantém seu arranjo.

2) Trífon (1Mc 12:39-53), desejoso de tornar-se ele mesmo senhor do domínio selêucida, preparou uma escaramuça para assassinar tanto Jônatas quanto o rei de direito Antíoco VI, enquanto Demétrio II havia sido feito prisioneiro na Partia¹⁹⁹. Sua pretensões são bem sucedidas em ambos os casos (1Mc: 12:50; AJ 13:208-209,218-219), no entanto Simão, irmão de Jônatas, assume o posto de líder e sumo sacerdote, primeiramente deliberando que Judá não mais responderia a governos estrangeiros e eximindo a população do pagamento de tributos a monarquia selêucida, e posteriormente aliando-se a Antíoco VII Sideta parte para tomar o poder e frustram os planos de Trífon, levando-o a morte.

3) Com a ascensão de Antíoco VII novas querelas entre jerusolimitas e selêucidas são deflagradas, gerando nova reação dos líderes judaítas. Os embates que se seguem levam a rebelião aberta contra o governo de Antíoco VII Sídetas, capitaneadas por Simão. As consequências deste encadeamento são o desmanche da aliança e o início do governo livre de Judá.

4) Simão, filho de Matatias, define-se, finalmente, como o primeiro governante hasmoneu, constituindo sob sua competência um regime

¹⁹⁸ Há um debate sobre o quarto distrito mencionado nestas passagens, alguns estudiosos pensar tratar-se do distrito de Akkaron, enquanto outros apontam que o quarto distrito trata-se da Judeia. Para mais informações ver a nota [d] presente em JOSEPHUS, *Jewish Antiquities*. Trad: Ralph Marcus. London: Harvard University Press, 1987, Books XII – XIX, 10 vols. p. 297.

¹⁹⁹ Área geográfica localizada na Ásia central, próxima ao atual Irã.

teocrático centrado em Jerusalém, a partir de alianças externas com a então força emergente de Roma, ainda em seu formato republicano (aproximadamente 140 aEC), sendo reconhecido como um estado “autônomo” pelo senado romano.

5) Após a morte de Simão e uma intriga entre os sucessores, com a acusação de envenenamento do pai adotivo e de seus dois filhos mais velhos por Ptolomeu, assume João Hircano, filho de Simão. Depois de se livrar de Ptolomeu, Hircano, com o apoio dos agora aliados romanos, torna-se o primeiro líder judeu a governar a Judeia sem a influência direta de dominadores estrangeiros desde o tempo dos reis. Josefo (AJ 13:227-230) descreve sua coroação como sumo sacerdote e líder dos judeus.

6) Antíoco VII Sideta, vendo-se aviltado por este levante de Simão e seu descendente, parte para confrontar Hircano e cerca Jerusalém, porém após encontrar resistência, e um evento um tanto miraculoso descrito pelo autor, que transmuta o monarca selêucida em Antíoco o “pio”, inclusive, comparando sua honradez a malignidade de Antíoco IV Epífanes (Josefo. AJ 13:243-244), estes chegam a um acordo e Antíoco VII reconhece Hircano como governante.

7) Com a morte de Antíoco VII Sideta, em campanha na Partia, contando, inclusive, com as tropas de Hircano, Demétrio II, antes, cativo na mesma região, é libertado e retorna, enfraquecido, a Antioquia para pleitear o trono na Síria, voltando sua atenção para o Egito Ptolomaico e as disputas subseqüentes em outras áreas.

8) Roma ascendia, enquanto potência, e afirmava suas boas relações com a Judeia, enquanto o reino selêucida definhava em rixas internas e em ameaças de seus antagonistas Ptolomaicas. Alexandre Zebinas, escolhido por Ptolomeu VIII Evérgeta II (Físcion) para tomar o trono da Síria, combate e assume a coroa do enfraquecido Demétrio II, que após fugir para sua ex-consorte – e também ex-esposa de seu irmão Antíoco VII Sideta, Cléopatra Thea – é repellido por ela e foge para Tiro, onde encontra a morte de forma miserável (Josefo. AJ 13:267-269). Neste ínterim, Alexandre Zebinas é morto em combate por Antíoco VIII Filometor que toma o poder real na Síria. Todavia, este é desafiado por seu meio-irmão Antíoco IX Cízico, e ambos permanecem em guerra (Josefo. AJ 13:271-272).²⁰⁰

²⁰⁰ Para mais informações acerca da Linhagem dinástica Selêucida ver AUSTIN, M.M. *The Hellenistic World From Alexander to the Roman Conquest*. Cambridge University Press: New York, 2006. p. 509.

Frente a esta torrente de acontecimentos, João Hircano, vendo-se momentaneamente livre de autoridades externas, que lutavam entre si pela coroa da Síria, e amparado pela então ascendente força romana, sedimenta os planos de seu pai Simão, concretizando o governo autônomo, e inicia então sua campanha expansionista/centralista.

Não devemos perder de vista que estamos diante de resoluções em termos aristocrático-elitistas, que contaram com a participação da população, sem dúvida, mas não constituem um processo essencialmente popular, nascido das demandas de indivíduos pertencentes às periferias empobrecidas, como os ocorridos posteriormente durante o domínio romano. Os encargos tributários cobrados pelo Templo, as decisões judiciais e a manutenção da elite sacerdotal que dirige a região não nos oferecem nenhum indício de que a estratificação social tenha sofrido grandes mudanças. Existe certa tendência historiográfica (Horsley & Hanson, 1995: 28-33), a enxergar na rebelião macabaica/hasmonaica uma dualidade de culturas em choque, de um lado “judeus”, um todo monolítico, resistentes e resilientes, que pretendem manter a tradição de seus antepassados e a observação da Lei, e de outro a tentativa de aculturação por meio da força por parte dos opressores helenísticos, apoiados por judeus helenizados corrompidos. Em suma, um duelo entre Judaísmo vs. Paganismo que se estende a uma luta de contornos “nacionais”.

Como vimos anteriormente, isto não é necessariamente verdadeiro (Scurlock 2000:128-129; Chevitarese & Cornelli, 2007:36-39), em termos históricos. A helenização da Judeia, assim como da Samaria e outros espaços geográficos, já era uma realidade desde a conquista macedônica. Até o endurecimento autoritário de Antíoco IV Epífanes sobre a região, nenhum outro movimento de resistência destas proporções teve lugar na Judeia, conforme observaram Chevitarese e Cornelli (2007:37):

(...) as iniciativas que culminaram nas reformas helenizantes foram propostas pela própria comunidade judaica. Não há nenhuma referência nos textos antigos, alguns deles extremamente duros em suas críticas a Jasão, que venha a sugerir ou indicar uma oposição as ações do sumo-sacerdote. Nenhum dos autores acusa Jasão de violar ou alterar o culto praticado no Templo de Jerusalém, ou de ter proibido as práticas normais do judaísmo. Por fim, não se observa nenhuma ação contrária a Jasão ou ao soberano selêucida quando este último visitou Jerusalém. Ao contrário, o rei foi magnificamente acolhido pela cidade, nela foi introduzido à luz de tochas e ao som de aclamações.

Entre Alexandre Magno e Antíoco IV existe um lastro de quase duzentos anos. Pode-se argumentar que as imposições de Antíoco tenham sido a “gota d’água”, porém, como explicar as negociações, acertos diplomáticos, participações militares em campanhas colonialistas em outras áreas da Coele-Síria e alianças posteriores com os descendentes do inimigo da “nação”? Curiosamente, os próprios livros de 1-2Rs foram produzidos em língua grega. Não parece haver aqui um caráter “popular” em seu sentido pleno, como defendem Horsley & Hanson (1995: 28-33). Ainda que seja incontestável que a população tenha participado ativamente da revolta, este é principiado e levado a cabo como reação aos atos agressivos que violavam as mediações interacionais entre contextos culturais distintos em níveis aristocráticos. Matatias e Judas Macabeu eram componentes da elite sacerdotal, e, possivelmente, bastante influentes, assim como seus sucessores, e não camponeses rebeldes que reúnem um exército para combater um rei estrangeiro em nome da “nação judaica”.

No que se refere a João Hircano, efetivamente, este vai além apenas da manutenção do controle da Judeia, expandindo fronteiras e centralizando o poder em Jerusalém. Esta façanha ocorria pela primeira vez desde a tradicional e praticamente mítica²⁰¹, monarquia davídico-salomônica.

²⁰¹ Existem pouquíssimos dados que comprovam a existência de tais personagens em sua época, de acordo com a temporalidade judaica que os aloca nos séculos X-IX aEC. A complexidade de lidar com este assunto refere-se ao problema que Liverani trabalha em seu livro LIVERANI, M. *Para além da Bíblia: História antiga de Israel*. São Paulo: [Loyola/Paulus](#), 2008. Ou seja, a dificuldade de se trabalhar textos pré-exílicos sem se deparar com hipóteses tradicionais e não historiográficas. Deste modo, não temos

Mesmo Josias, o rei-reformista (2Rs 23: 15-19), não reuniu o norte e o sul sob seu controle. É válido lembrar que no segundo *livro de Crônicas* o “norte” não é nem mesmo citado no que concerne às purificações de Josias (2Cr 34:3-7), reduzindo-as a Judá/Jerusalém. Desse modo, é infactível traçar uma linha divisória entre este líder e seus antecessores (Horsley & Hanson, 1995: 37-38) e as consequências dessa nova composição geopolítica para os vizinhos de Jerusalém são catastróficas como pode-se perceber pelas ações de João Hircano na região até fins do século II aEC, com judaizações impositivas na Idumeia e destruições de todo o tipo, como no caso do Templo de Gerizim na Samaria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreviaturas:

AJ. – *Antiguidades Judaicas*

GJ. – *Guerras Judaicas*

Textos Antigos:

Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.

JOSEPHUS. *Jewish Antiquities*. Trad: H. St. J. Thackeray, Ralph Marcus & L.H. Feldman. London: Harvard University Press, 1981,1986,1987, 10 vols.

JOSEPHUS. *The Jewish War*. Trad: H. St. J. Thackeray. London: Harvard University Press, 1989, 9 vols.

QUINTUS CURTIUS RUFUS, *Historiae Alexandri Magni*. 4.8:34; 9-10 in: STERN, M. *Greek and Latin Authors on Jews and Judaism: From Herodotus to Plutarch*. Jerusalem: The Israel Academy of Sciences and Humanities, 1980, Vol. II. p. 447-449.

dados históricos ou arqueológicos apurados sobre Salomão e Davi, supostamente reis muito poderosos em suas épocas, de acordo com a literatura judaico-cristã. Ainda assim, sua presença no imaginário judeano/judaico tinha uma condição de influência que incidia diretamente sobre os dominantes autóctones posteriores como João Hircano (sécs. II-I aec). Portanto, a presença da memória dos grandes reis subjetivamente adere ao sistema de pensamento do período Hasmoneu.

Bibliografia:

BLAZOTTO, Thiago. O Helenismo de Johann Gustav Droysen: conceito, contexto e crítica. *Revista Mundo Antigo*, v. 4, p. 181-190, 2015.

CAVALCANTI, Juliana. Modelos de Cidade Antiga. Entre silêncios e esvaziamentos nos discursos historiográficos: O caso de Dura Europos. *Revista de Estudos sobre o Jesus Histórico e sua Recepção*, v. 21, p. 58-78, 2018.

CARRADICE, I. *Greek Coins*. Univ of Texas, University of Texas Press ed edition (November 1, 1995).

CHEVITARESE, A. L. & CORNELLI, G. *Judaísmo, Cristianismo, Helenismo. Ensaio Acerca das Interações Culturais no Mediterrâneo Antigo*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007.

DUSEK, J. *Aramaic and Hebrew Inscriptions from Mt Gerizim and Samaria between Antiochus III and Antiochus IV Epiphanes. Culture and History of Ancient Near East*. Leiden, the Netherlands: Brill, 2012.

HORSLEY, R. & HANSON, J.S. *Bandidos, profetas e messias. Movimentos populares no tempo de Jesus*. São Paulo: Paulus, 1995.

HÜBNERHÜBNER, Ulrich. "The development of monetary systems in Palestine during the Achaemenid and Hellenistic Eras." In: HAGEN, Jürgen and WELKER, Michael. *Money as God?: The Monetisation of the Market and its Impact on Religion, Politics, Law and Ethics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

HULSTER, Izaak. *A Yehud coin with the Representation of a Sun Deity and Iconic Practice in Persian Period Palestine*. Sofja-Kovalevskaja Research Project, Unity and Diversity in Early Jewish Monotheisms, Georg-August-Universität Göttingen, 2009.

KNOPPERS, G. *Jews and Samaritans: the origin and history of their early relations*. Oxford University Press, New York, 2013.

LAPP, Paul. *An Account of The Discovery*, in: LAPP, Paul / LAPP, Nancy (eds.), *Discoveries in the Wadi ed-Daliyeh*. Cambridge, MA: American Schools of Oriental Research, 1974, Vol. XLI. p. 1-16.

MARTÍNEZ, F. G. *Textos de Qumran: Edição Fiel e Completa dos Documentos do Mar Morto*. Petrópolis: Vozes, 1995.

MOMIGLIANO, Arnaldo. “Droysen between Greeks and Jews”, *History and Theory*, vol. 9, n. 2, 1970.

SCURLOCK, J. *Hellenism or Reform?* In: *Journal for The Study of Judaism in The Persian, Hellenistic and Roman Period*, 31, 2. p. 125-161.

FILIFE DE ANFAXITIDE, AS CIDADES DA MACEDÔNIA ANTIGA E AS INCERTEZAS SOBRE O MODELO POLIADE

FILIFE OF ANFAXITIDE, THE CITIES OF ANCIENT MACEDONIA AND THE UNCERTAINTIES ABOUT THE POLYADE MODEL

Vojislav Sarakinski¹

¹ Professor associado da história antiga, Faculdade de filosofia, Universidade de São Cirilo e Metódio, Skopje, Macedônia.

Correspondência para: Vojislav Sarakinski (sarakinski@gmail.com)
Recebido em: agosto de 2019; Aceito em: novembro de 2019

RESUMO

Este artigo toca a discussão interminável sobre a definição e a natureza da pólis, mas tenta examiná-las do ponto de vista de um evento real atestado na historiografia – o desacordo entre o rei macedônio Pérdicas II e seu irmão Filife de Anfaxitide. Uma análise do significado político, logístico e econômico de Anfaxitide para o reino macedônico é seguida de uma visão geral das descobertas arqueológicas; isso serve para provar a discrepância entre o que conhecemos na área e a maneira como ou pela qual as cidades ao longo do rio Áxio são apresentados nas obras da historiografia moderna. Isso coloca uma sombra de dúvida sobre a própria definição da pólis e sugere uma abordagem mais ampla e mais afrouxada do problema.

Palavras-chave: Pérdicas, Filife, Anfaxitide, Idomene, Gortynia, pólis.

ABSTRACT

The article touches on the endless discussion on the definition and the nature of the polis, but attempts to examine these parameters in context of a real event attested in historiography: the disagreement between the Macedonian king Perdiccas II and his brother Philip of Amphaxitis. An analysis of the political, logistical and economic significance of Amphaxitis for the kingdom of Macedon is followed by an overview of the archaeological finds, which serves to prove the discrepancy between what we know from the field and how the cities of Amphaxitis are presented in modern historiography. This casts a shadow of doubt over the very definition of polis and suggests a broader and looser approach to the problem.

Keywords: Perdiccas, Philip, Amphaxitis, Idomene, Gortynia, polis.

Após o fim dos conflitos entre os persas e helenos, Alexandre o Fileleno decidiu compartilhar algumas das suas responsabilidades reais com alguns de seus filhos. O filho mais velho, o futuro rei Pérdicas II, provavelmente ficou em Egeas durante todo o tempo; Tucídides atesta que seu irmão Filipe recebeu o poder em Anfaxitide, ao longo da costa do rio Áxio; nos tempos posteriores, Platão menciona que o terceiro irmão, Alcetas, recebeu poderes semelhantes, mas não nos diz a localização exata. A documentação textual que os outros irmãos não participaram na administração do império: Jorge Sincelo (500, Dindorf) escreve que Amintas passou toda a vida como cidadão comum, e o último irmão, Menelau, conhecemos apenas por nome, de uma inscrição.²⁰²

Os pesquisadores rotineiramente afirmam que Filipe de Anfaxitide contestou o trono macedônio. Na verdade, a disputa entre ele e Pérdicas é um episódio muito bem documentado da história da antiga Macedônia. No entanto, mesmo depois de anos de extensa crítica das fontes e inúmeras suposições feitas, o assunto de sua desavença ainda não parece inteiramente convincente. Ou seja, Filipe poderia entrar em uma disputa sobre o trono macedônio apenas se ele tivesse uma base jurídica sólida para fundamentar suas reivindicações – o que significaria que Pérdicas não era recomendado por seu pai na frente da assembleia macedônica, que Pérdicas não era o filho mais velho de Alexandre, ou que ele agiu contrariamente à vontade dos macedônios. Mas as fontes não nos dizem qual irmão era o mais velho, nem explicaram a maneira como a transferência do poder foi efetuada. o que nos leva a recorrer a pressupostos indiretos.

Se o direito ao governo pertencesse a algum outro, e não a Pérdicas, essa situação não ficaria despercebida nas fontes atenienses dessa época. No mínimo,

²⁰² Sobre Filipe, v. Thuc. 2.100; sobre Alcetas, Plat. *Gorg.* 471b; cf. Thuc. 2.100.3; Plat. *Rep.* 336a; Borza, E. N. *In the shadow of Olympus: the emergence of Macedon*. Princeton University Press, 1992, 133 sqq. Sobre Amintas, v. Sync. 500 (Dindorf); sobre Menelau, v. *IG* I³ 89. Hammond, N. G., & Griffith, G. T. *A History of Macedonia II*. Oxford, 1979, 115, permitem a possibilidade de Eliano (7.2.41) mencionar ambos os irmãos; Droysen (1.1².67) e Abel (167) até especulam sobre sua idade, bem como sobre os territórios que eles receberam.

esperaríamos que Hérmino acusasse Pérdicas por ser um *nothos*²⁰³ (fr. 63.8), como já o acusa de enviar *pseude nausin pany pollais*; no entanto, mesmo que os atenienses regularmente acusem Pérdicas de que ele fosse um mentiroso e um enganador, nunca o viram como usurpador. Além disso, embora o processo de herança do trono macedônio ainda não seja suficientemente esclarecido, uma coisa é muito clara: o rei macedônio não tinha o direito imediato de designar o seu sucessor.²⁰⁴ Ele só podia indicar sua preferência, mas o herdeiro foi finalmente decidido pela assembleia macedônica.²⁰⁵ Então, se Pérdicas foi coroado em Egeas em 454 a.C.,²⁰⁶ isso só poderia acontecer com o consentimento geral dos macedônios, o que não seria dado se o direito ao poder pertencesse a um dos outros irmãos.²⁰⁷

As fontes não mencionam qualquer acometimento militar de Filipe até as ações de Atenas em 432. Pelo que sabemos até agora, nenhum dos irmãos de Pérdicas emitiu moedas – nem mesmo Filipe, que teve acesso mais fácil do que Pérdicas em Egeas aos depósitos do Monte Pangeu em Anfaxitide. Não há nenhuma menção da administração do governo dúplice, nem existe uma tentativa de organizar qualquer coisa que se assemelhe a uma formação oficial do Estado em Anfaxitide. Esse

²⁰³ *Nothos* (νόθοι); filhos considerados ilegítimos, ou seja, bastardos,

²⁰⁴ Para mais detalhes sobre isso, v. Проєва, Н. *Студии за античките Македонци*. Скопје, Macedonia Prima, 1997, 49-79. Cf. o panorama geral informativo de Borza, E. N. *Before Alexander: Constructing Early Macedonia*. Publications of the Association of Ancient Historians 6, 1999, 44 sqq.. *Contra* Anson, E. M. "Macedonia's Alleged Constitutionalism." *The Classical Journal* 80 (4), 1985, 303-316., 305; mas seus exemplos são, sem exclusão posteriores, e se referem ao reino macedônio depois de Alexandre – uma organização estatal que não pode servir de modelo para a situação no período de Pérdicas II. A história dos estudos da governança estatal macedônica é oferecida por Borza, *In the shadow of Olympus*, cap. 10, e também por Hammond, N. G. L. *The Macedonian State: origins, institutions, and history*. Oxford University Press, 1989, cap. 2, 4, 7 & 8.

²⁰⁵ Hatzopoulos, M. *Macedonian Institutions under the Kings: A Historical and Epigraphic Study*. Diffusion de Boccard, 1996, 276 sqq. *Contra* Anson, "Macedonia's alleged...", 308.

²⁰⁶ Devido ao fato do período trabalho no artigo ser o século V a.C., todas as datas citadas serão consideradas como a.C., dispensando sua indicação em todo momento. Exemplo: 480 a.C. se torna somente 480.

²⁰⁷ A regra da primogenitura pode ter sido válida apenas para crianças nascidas depois que o pai foi coroado como rei; os filhos nascidos antes disso não podiam participar do poder. Para isso, bem como para algumas outras nuances, v. Hatzopoulos, M. B. "Succession and regency in classical Macedonia". *Ancient Macedonia* 4. Thessaloniki, Institute for Balkan Studies, 1986, 279-292.

comportamento não é típico para alguém que reivindica o trono. De fato, se observarmos os acontecimentos até a interferência de Atenas em cerca de vinte anos depois, a falta de ação contra o rei legítimo em Egas argumenta que Filipe não reivindicou o trono, nem que ele mesmo conseguiu fazer isso. Tudo considerado, o principal culpado pelo fato de que Filipe poderia resistir a Pérdicas era precisamente Alexandre I, que criou todas as condições prévias para esta situação, através de sua divisão de responsabilidades e poderes no reino.²⁰⁸

No tempo que nos interessa – depois que a tempestade persa passou, e Atenas se voltou brevemente para as regiões do Peloponeso, Egito e Pérsia – a única coisa que não funcionou bem para o rei macedônio foi a imposição do aparelho administrativo nos territórios recém-conquistados além do rio Áxio. Foi muito lógico intensificar a visão da região central da Macedônia nos eventos locais, o que resolveria os problemas causados pela administração ineficaz e as comunicações difíceis com Egas. As áreas deveriam ser gerenciadas diretamente, e a sua infraestrutura teria de ser direcionada às necessidades do Estado. Isso deveria ser feito de forma relativamente rápida e eficiente, porque Atenas, embora ocupada momentaneamente em outro lugar, aumentava sua presença na vizinhança imediata. Tudo sugere que Alexandre teve que estabelecer uma administração direta nos novos territórios o mais rápido possível, de preferência sobre a orientação de uma pessoa em quem tivesse confiança absoluta. É realmente difícil apontar quem o rei escolheria para essa tarefa, a não ser um de seus filhos.

O curso mais provável da história seria que os filhos de Alexandre tenham recebido poderes de supervisão direta e gestão das áreas a leste do Áxio. Sua função era civil e administrativa, e não militar ou defensiva.²⁰⁹ Eles foram encarregados de

²⁰⁸ Pace Cole, J. W. "Perdiccas and Athens." *Phoenix* 28 (1), 1984, 55-72, que, no entanto, chega a esta conclusão seguindo um caminho diferente: ele acha que a importância estratégica do vale do rio Áxio é uma prova suficiente de que Filipe recebeu a autoridade local por Alexandre I. O autor afirma que Pérdicas nunca permitiria, nem daria a Filipe a oportunidade de gerenciar uma área tão importante.

²⁰⁹ Isso também pode ser indicado pela terminologia em nossas fontes escritas, que falam apenas de *arkhe*, nunca de *strategia*.

garantir que as necessidades e os interesses do reino fossem salvaguardados sem demora e pressão, para fortalecer os laços internos com Egeus, afetando ao mesmo tempo, com sua presença imediata, os eventos nas proximidades. Bem que a administração direta tenha sido realizada no nível local, o rei teve a última palavra sobre como seriam gastas as receitas da terra, bem como sobre questões de guerra e de paz. Devemos salientar que seria neste aspecto a divisão de Alexandre. Se esta divisão realmente foi concebida dessa maneira, seu sucesso foi diretamente condicionado pelo poder do governo central.²¹⁰ Tal sistema de gestão só pode funcionar em condições de comunicação bidirecional sem obstáculos entre a região central e as pessoas na zona rural. Se o governo central não tivesse uma visão permanente sobre o trabalho dos administradores que ele designou, surgiriam problemas: os administradores designados poderiam se recusar a seguir os requisitos do rei. Seus poderes não incluem o controle militar, mas são civis, vinculados ao império e suas receitas: assumir o controle total significa que o poder central está diretamente danificado, porque está privada dos benefícios econômicos que agora são de propriedade do administrador. Por sua vez, ele acumula um poder econômico e uma influência civil intoleravelmente grandes, e seu povoado ganha peso como centro regional, reduzindo assim a necessidade de relações com a capital.

É muito provável que as coisas estivessem se movendo nessa direção. Seria ingênuo pensar que a autoridade de Pérdicas tinha o mesmo peso que a autoridade de Alexandre I. Irrelevante se isso foi solicitado a ele ou não,²¹¹ Filipe não só decidiu manter os seus poderes,²¹² mas simplesmente cortou conexões com a capital e

²¹⁰ Observado corretamente por Borza, *In the shadow...*, 135. Roisman, J. "Classical Macedonia to Perdikkas III", 146 é mais severo e avalia o movimento como uma "receita para problemas". Mas o pesquisador moderno não pode ser separado da consciência de como tudo acabou; o famoso provérbio diz que a retrospectiva é um general perfeito (Burdette, "Hawk-Eyes." W. Mieder et al. (eds.), *Dictionary of American Proverbs*. Oxford University Press, Oxford and New York, 1992).

²¹¹ Cole, "Perdikkas and Athens..." 55-57.

²¹² Em contraste, por exemplo, da Alcetas, que provavelmente desistiu de sua autoridade a favor de Pérdicas de forma pacífica. Na verdade, não podemos dizer com certeza se isso aconteceu depois de uma combinação de pressão militar e um pouco de convicção política, ou voluntariamente. Seja como

começou a gerenciar a Anfaxitide por sua própria conta. Seu movimento causou um impasse firme. De um lado, Filipe não contestou o direito de Pérdicas de ser soberano, nem tentou levantar um exército contra ele, mas simplesmente escolheu cortar os laços com a capital em favor de uma regra independente. Por outro lado, Pérdicas, o rei da Macedônia, sem dúvida queria atacar e remover seu irmão, mas não podia contar com o apoio da população local: a situação indicava que sua tentativa seria condenada ao fracasso.²¹³ Situado no meio do reino, Filipe interferiu nas comunicações da capital com as regiões orientais – fazendo com que Pérdicas perdesse não só a visão dos acontecimentos do Leste, mas também o acesso aos depósitos de prata; de outra parte, o poder real de seu oponente não era suficiente para estender seu controle para o leste. Filipe pretendia continuar a administrar a Anfaxitide, e Pérdicas, se bem que quisesse, por algum tempo não podia fazer nada para detê-lo.

Não se pode culpar Filipe por tentar gerir a Anfaxitide por sua própria conta: a região que ele recebeu do seu pai era uma verdadeira *gaia eu naietoōsa* homérica, *agathe men aroun, agathe de phyteuein*. Na verdade, o vale inferior do Áxio era densamente povoado desde os tempos anteriores à chamada “invasão dórica”. A cultura local de Ulantsi – uma pequena aldeia perto a antiga cidade de Stobi, ao sul da junção dos rios Erigón e Áxio – desenvolveu-se pacificamente sem sinais de perigo externo durante os séculos XIII e XII a.C. A localidade floresceu até o final do século XII ou o início do século XI, quando começaram tempos turbulentos; quando comunidades dos Balcãs localizadas ao Norte e Centro avançam em direção ao sul, ao longo do vale Morava-Áxio.²¹⁴

for, a autoridade foi transferida sem um choque real; isto é confirmado pelo *IG I³ 89*, onde o nome de Alcetas segue logo após o nome de Pérdicas. A discussão sobre a data da inscrição é apresentada por Errington, 267; cf. Hammond & Griffith, *A history of Macedonia*, 132 sqq.

²¹³ Cf. Thuc. 2.100, durante a incursão de Sitalces em 429 a.C.

²¹⁴ Essas incursões foram de longa duração e seguidas por destruição permanente, que é melhor documentada em várias camadas sequencialmente queimadas das regiões de Kastanas, Vardarovtsa e Vardino no vale inferior do Áxio. Cf. B. Hansel, “Ergebnisse der grabungen bei Kastanas in Zentralmakedonien 1975-1978”, *Jahrbuch RGZM* 26, Mainz 1982. A melhor ilustração disso é o sítio de Manastir-Čaška perto de Veles – de acordo com as descobertas, um dos locais mais novos, mas

A característica mais importante desta região na Idade do Bronze Tardia foi o surgimento e propagação de influências e elementos culturais micênicos. Esses elementos culturais foram mais pronunciados nas partes abertas à comunicação, voltadas para o sul. Em geral, toda a cultura de Ulantsi manifesta um tipo de abertura, bem como uma capacidade de abraçar os benefícios de regiões mais ricas, neste caso – o sul. Neste caso, não existem túmulos com bens militares, nem presença significativa de armas, nem processos destrutivos. Tudo isso atesta que as comunidades locais do final da Idade do Bronze ao longo do vale de Áxio não foram envolvidas nas primeiras ondas das chamadas “Migrações do Egeu” no final do século XIII e no início do século XII, e que não tiveram parte nos eventos que levaram ao colapso dos centros micênicos. É por isso que, após a queda da cultura micênica no Sul, os benefícios que anteriormente foram aceitos no norte continuaram a existir: ainda mais, foram mais adequadamente mantidos e cultivados ao norte do mundo micênico, ao longo do rio Áxio. Alguns deles se tornaram elementos importantes na gênese da nova cultura da Idade do Ferro na Macedônia.

No final do XII e no início do século XI, o desenvolvimento da cultura de Ulantsi foi interrompido. As razões principais para isso foram, sem dúvida, as subsequentes ondas sucessivas de migração de norte a sul, seguidas por uma verdadeira destruição e a introdução de uma nova cultura material.²¹⁵ Talvez seja precisamente por isso que a Idade do Ferro se tornou o momento da formação final dos primeiros povos reais nos

economicamente mais ricos do grupo Ulantsi. É evidente que Manastir-Čaška sofreu de repente, em um fogo severo, por não ser mais recuperado. As descobertas que foram escavadas ilustram o próprio momento do colapso do Vale. V. T. Јовчевска, *Манастир - некропола од предниот период од доцното бронзено во железно време*, Народен музеј – Велес, 2008.

²¹⁵ Muitos dos novos elementos, especialmente na cerâmica, representam uma novidade não só no vale do rio Áxio, mas também ao norte, ao longo do vale do rio Morava. Assim, podemos concluir que esses eventos faziam parte de uma cadeia de movimentos mais amplos, mostrando uma penetração etnocultural do norte da península dos Balcãs, através do território do chamado grupo cultural de Donja Brnjica, ao longo do vale do rio Áxio à Ática e ao Peloponeso no sul. Esses elementos cobrem a camada superior das ruínas de muitos assentamentos micênicos e são encontrados em muitas necrópoles protogeométricas. V. Stefanović, M. “Some Balkan Elements in the Aegean Migrations.” *Actes du VIII congrès UISPP/Actes III*, Beograd 1973; French, E.B. “Possible Northern Intrusion at Mycenae.” *Thracians and the Mycenaeans, Proceedings of the Fourth International Congress of Thracology*, Rotterdam, 24-26 September 1984. Leiden–Sofia 1989, 39-43.

Balcãs. Algumas comunidades da Macedônia, embora indiretamente, já são mencionadas por nome em alguns dos autores antigos. Portanto, a cultura da Idade do Ferro na Macedônia é uma manifestação de desenvolvimentos proto-históricos sólidos e bem atestados²¹⁶. Os valores locais da Idade do Bronze foram, em primeiro lugar, atualizados com elementos da Idade do Bronze do Egeu (séculos XIV-XIII a.C.), e posteriormente com elementos que atravessaram o corredor Morava-Áxio, no âmbito das migrações para o Egeu (séculos XII-XI a.C.). Esses elementos, como um todo, desempenharam um papel na gênese da cultura da Idade do Ferro na Macedônia, cada uma de uma maneira diferente.²¹⁷ Por exemplo, a tradição doméstica da Idade do Bronze é evidente no uso contínuo dos povoados antigos, mas também na continuação da antiga cerâmica de Idade do Bronze. Devido à sua sofisticação e alto nível tecnológico, pensou-se há muito tempo que esta cerâmica na Macedônia constitui importações arcaicas, mais precisamente do leste do Egeu²¹⁸. No entanto, hoje é indiscutível que elas vieram de um centro de produção local nas proximidades de Valandovo (o antigo Doberos?) e de Vardarski Rid (a antiga Gortynia²¹⁹). Uma das características mais fortes dos povoados ao longo do Áxio são as várias formas dos chamados "bronzes macedônios". Isso confirma uma atividade minera e metalúrgica desenvolvida e foi praticada nos povoados. Desse modo, até os dias de hoje temos vestígios de tais oficinas de metalurgia no povoado de Vardarski Rid.²²⁰

²¹⁶ Митревски, Д. *Протоисториски заедници во Македонија*, 187-230.

²¹⁷ Митревски, Д. "Genesis of the Iron Age Culture in Macedonia", *Folia Archaeologica Balkanica I*, Скопје 2006.

²¹⁸ Parović-Pešikan, M. "Neki novi aspekti prodora grčke kulture na Centralni Balkan", *Starinar XXXVI*, Beograd 1985; Babić, S. "Graeco-barbarian contacts in the Early Iron Age in the Central Balkans", *Balkanica XXI*, Beograd 1990.

²¹⁹ Isto foi definitivamente confirmado pela descoberta de fornos para este tipo de cerâmica em Marvintsi (a antiga cidade de Idomene). Os achados permanecem inéditos; a informação é baseada nos relatórios informais fornecidos pelo o chefe das escavações, prof. A. Jakimovski.

²²⁰ Папазовска, А. "Слоеви од железното време на Вардарски Рид." *Вардарски Рид Том 1*, Скопје 2005, 123-129.

Tudo isso afirma positivamente a existência de uma divisão do trabalho, bem como uma expansão das atividades não agrícolas como base da economia local, que são sinais de uma comunidade urbana. Além disso, isso mostra que, no início do século VI a.C., já existia um novo tipo de vida urbana nos povoados de Doberos, Idomene, Gortynia e mais ao sul na direção de Termas. Com base nas antigas fundações do “grupo Áxio” da Idade do Ferro, esses povoados cresceram em verdadeiros centros urbanos da Alta Macedônia. O desenvolvimento intensivo, que floresceu sob as condições estáveis da Idade do Ferro, provocou mudanças no caráter e na estrutura das comunidades locais. Este foi um momento de maior potencial econômico, o que reiterou a necessidade de uma melhor organização dentro de comunidades maiores; um tempo de diferenciação social e econômica claramente distinta, mas igualmente da emergência de uma aristocracia recém-estabelecida. Muitas das peculiaridades da Idade do Ferro ainda existiam, mas o século VI a.C. foi, com certeza, um passo decisivo para os novos tempos,²²¹ especialmente para a fase das unidades urbanas clássicas da alta antiguidade. O exemplo mais ilustrativo disso é a cidade de Gortynia na região de Vardarski Rid de hoje. No topo das camadas da Idade do Ferro, há restos de um assentamento urbano, historicamente atestado em nossas fontes escritas como um dos centros urbanos da Alta Macedônia. Tal localidade desfrutou de uma nova urbanização, com novos edifícios públicos, preconcebidos em conformidade com os critérios urbanísticos clássicos.

Mais importante ainda, Gortynia não é um caso único, nem isolado para isso. As escavações arqueológicas no interior dos Balcãs mostraram que inúmeros sítios fortificados, descritos por Vranic como “helenizados” e construídos “de acordo com modelos gregos”, surgiram precisamente nesse período. Na Bulgária moderna, esses locais são caracterizados como assentamentos *da Idade do Ferro Tardia*; na Macedônia, como *do Período Arcaico* ou *da Alta Antiguidade*; na Albânia, como locais *da fase ilíria urbana*. Sítios semelhantes, mas não completamente investigados, foram

²²¹ Cf. Митревски, Д. *Протоисториски заедници во Македонија*, 135-188.

documentados no Kosovo e no sudeste da Sérvia Central.²²² Em geral, todos eles correspondem a uma mudança específica nos padrões de habitação, bem como a um ambiente social, político e econômico alterado das sociedades paleo-balcânicas. A sua semelhança mais notável com a cultura material dos centros clássicos é observável na arquitetura,²²³ mas muitas outras semelhanças podem ser observadas em outras formas de cultura material.²²⁴ Sendo assim, podemos apontar a possibilidade de uma abordagem histórico-cultural prevaiente que explica sua emergência como resultado de intensificação dos contatos entre essas comunidades e a Grécia clássica. Neste caso, pesquisadores como Vranic pensam o contrário, e uma resolução plena ainda está longe do nosso horizonte²²⁵; em qualquer caso, independentemente das

²²² V. I. Vranić, “The Classical and Hellenistic Economy and the ‘Paleo-Balkan’ Hinterland. A Case Study of the Iron Age ‘Hellenized Settlements’” *Balkanica* 43, 2012, pp. 29–50, para uma análise detalhada dessas primeiras cidades como um fenômeno; também, v. a bibliografia muito detalhada oferecida *ibidem*.

²²³ Por exemplo, vários pesquisadores assumiram que os construtores gregos foram instrumentais na aparência da alvenaria “silhar” (o *opus isodomum* de Vitruvius), geralmente observável em muralhas maciças construídas com blocos de pedra, tijolos de barro e telhas de tipo grego – um fenômeno intrigante, considerando a grande distância dessas cidades do Mediterrâneo; v., por exemplo, Tsetschladze, G. R., “Who built the Scythian and Thracian royal and elite tombs”. *Oxford Journal of Archaeology* 17(1), 1998, 55–92; Idem, “The city in the Greek colonial world”. In *A History of the Greek City* (BAR International Series 2050), ed. Alexandros Ph. Lagopoulos, 2009, 161–163; cf. Bitrakova-Grozdanova, V. “Moenia Aeacia et la Macedonine”. In *Homage to Milutin Garašanin*, eds. Nikola Tasić & Cvetan Grozdanov. Belgrade: Serbian Academy of Sciences and Art & Macedonian Academy of Sciences and Art, 2006, 587–591; Archibald, Z. H. “Thracians and Scythians”. In D. M. Lewis et al. (eds.), *The Cambridge Ancient History*, 2nd ed., Vol. VI. *The Fourth Century B. C.* Cambridge: Cambridge University Press, 1994, 444–475.

²²⁴ Um exemplo bem conhecido são os *kantharoi*, *skyphoi*, *oinochoai* e *hydriai* cuja forma e estilo correspondem aos vasos de cerâmica do período Clássico tardio (v. Соколовска, В. „Раноантичка сива керамика во Македонија”. *Macedoniae Acta Archaeologica* 13 (1992), 141–148; Vranić, I. “Teorijsko-fmetodološki problemi tumačenja keramičkog materijala sa lokaliteta Kale u Krševici”. *Zbornik Narodnog muzeja u Beogradu* XIX (1), 2009, 163–204). Na literatura arqueológica macedônica, essas formas são conhecidas como “cerâmica helenizada clássica”, enquanto a arqueologia búlgara usa o termo “cerâmica tráciana cinzenta”. Além das numerosas ânforas, que atestam a distribuição de azeite e vinhos principalmente de Thasos e Calcídica, existem importações de centros remotos, como as ilhas de Chios ou Rodes. Comumente encontradas dentro dos municípios também são cerâmicas pintadas do período clássico tardio. V., por exemplo, Popović, P. “Krševica et les contacts entre l’Egée et les centres des Balkans”. *Histria Antiqua* 15 (2007), 125–136; Микулчиќ, Г. „Кантароси и скифоси во гробницата во Бразда”. *Macedoniae Acta Archaeologica* 11 (1990), 93–102, para citar apenas alguns exemplos.

²²⁵ V. esp. Vranić, *The Classical and Hellenistic Economy...*, quem faz o melhor caso para aqueles que falam de progresso orgânico e desenvolvimentos locais, escondidos da vista por achados helênicos ou helenizantes.

modalidades precisas dessas mudanças, penso que até agora nos tornamos muito conscientes das características principais, do poder político e econômico, bem como do significado regional das cidades que foram dadas a Filipe de Anfaxitide.

Porém, o tratamento dessas cidades no *An Inventory of Archaic and Classical Poleis* – todavia um imenso esforço de pesquisa historiográfica – parece ser ao mesmo tempo surpreendente e desconcertante.²²⁶ O critério principal, segundo o qual os povoados desta seção são divididos e enumerados não são nem a idade, nem o tamanho, nem a sua localização geográfica – mas o fato de serem ou não atestados como póleis, sem a consideração do fato de que a Macedônia pode ser qualificada como um território cuja parte maior não pode ser pesquisada sob tais padrões. Na seção dedicada aos povoados não atestados como póleis, encontramos a esperada Gortynia, mas também a cidade bem povoada de Stibera em Deriopo, bem como uma cidade chamada Scudra, cuja existência ainda não está confirmada²²⁷. Por outro lado, a cidade de Egas – a primeira capital do reino macedônio – encontrou-se de alguma forma entre as póleis, ainda que seja muito difícil de entender quando e de que forma ela poderia ter obtido o status de pólis. Mas este não é um lugar para discutir as escolhas metodológicas dos autores desta parte do *Inventário*; preferimos tentar entender em quais circunstâncias as cidades livres, economicamente poderosas e estrategicamente colocadas em Anfaxitide teriam o status de pólis negadas a elas.

A explicação mais óbvia seria que elas careciam de uma ou mais características principais da pólis – seja a política, a autonomia, o sistema de governo ou algo nesse sentido. Mas isso não vai fazer muito sentido para um historiador acostumado a ler sobre póleis nos tempos helenísticos e romanos, quando a pólis não tem exatamente as características mencionadas acima. Por que a Atenas helenística ou a Corinto romana contam como póleis, mas as cidades em Anfaxitide não seriam mais do que

²²⁶ Hatzopoulos, M. B. “Macedonia” in Hansen M. H. & Nielsen, Th. H. *An Inventory of Archaic and Classical Poleis. An Investigation Conducted by The Copenhagen Polis Centre for the Danish National Research Foundation*. New York, 2004, 794-809.

²²⁷ Idem, 786-797.

aldeias? Desse modo, antes de tudo, pode ser aconselhável explorar mais uma vez o que chamamos de pólis e o que chamamos de *cidade*, a fim de então esclarecer a relação entre elas.

A historiografia oferece uma variedade de definições de pólis, às vezes significativamente diferentes entre si²²⁸. a definição de pólis como cidade-Estado tornou-se enraizada com tanta firmeza, que muitas vezes esquecemos que essa abordagem tem sido repetidamente criticada por muitos pesquisadores, independentemente da escola de historiografia a que pertencem. Deste modo, Košelenko observa que esta definição enfatiza demais uma característica deste organismo social que está longe de ser a mais importante: o tamanho relativamente pequeno do território e sua unificação com um único centro cívico servindo como base²²⁹. O autor não está de todo errado –pois, por exemplo, o tamanho territorial da Atenas pericleana, pelos padrões dessa época, era enorme. Além disso, várias póleis poderiam ser formados em torno de mais de um centro cívico, ou poderiam não ter um centro, como no caso da Lacedemônia. Como representante da escola cética moderna, Starr considera incorreto usar o substantivo “*cidade*” e o substantivo “*Estado*” em relação à pólis: a palavra “*cidade*” porque até 600, em relação a Grécia continental (precisamente como em Anfaxitide), não havia cidades reais com um setor econômico especializado. A palavra “*Estado*” por causa da diferença fundamental entre as *póleis* e o que se entende pelo termo “*Estado*” nos tempos modernos²³⁰. Em suas obras anteriores, mesmo Hansen sugere a separação dos termos “pólis” e “cidade-Estado” um do outro. Para ele, “cidade-Estado” deve ser usado apenas na

²²⁸ Uma ampla análise historiográfica sobre este tema é realizada por K. Vlassopoulos, *Unthinking the Greek Polis. Ancient Greek History beyond Eurocentrism*. New York, 2007. Cf. Э.Д. Фролов, *Рождение греческого полиса*, Ленинград, 1988, 5–18.

²²⁹ Кошеленко Г. А. et al. (eds.), *Античная Греция. Том 1. Становление и развитие полиса*. Москва, 1983, 10–11.

²³⁰ Starr, C. G. *Individual and community: the rise of the polis, 800-500 B.C.* New York: Oxford University Press USA, 1986, 36–37. É por isso que J. Davies sugere usar o termo *microstate* para cobrir toda a gama de formações estatais que se originaram na Grécia na Idade das Trevas; v. Davies, J. K. “The Origins of the Greek Polis: Where should we be looking?” In Mitchell, L. G. et al. (eds.), *The Development of the Polis in Archaic Greece*. London: Routledge, 1997, 14.

análise moderna da sociedade grega antiga; a esfera do uso da palavra pólis é proposta para se limitar ao quadro de percepção da pólis pelos próprios gregos²³¹.

Deveríamos usar, então, o termo pólis em tudo? Provavelmente deveríamos, e concordamos com a visão de que nossa abordagem ao problema de entender a pólis deve necessariamente ser baseada nas opiniões dos próprios gregos. Tal abordagem significaria uma orientação para o historicismo e uma recusa em modernizar as realidades da Antiguidade. Mas várias fontes pertencentes a diferentes épocas nos proporcionam definições muito desiguais da pólis. Para os autores gregos, a pólis é principalmente um coletivo, uma comunidade organizada de pessoas – uma definição que seria aplicável a qualquer estabelecimento urbano no Mediterrâneo, para não mencionar os territórios de Anfaxitide.²³² Existem também definições detalhadas (por exemplo, nas obras de Aristóteles) que levam em conta vários fatores adicionais: a forma desta comunidade e sua diferença em relação a outras formas tipológicas, seu propósito comparado a outras formas de comunidades humanas, bem como a “qualidade” do material humano – os cidadãos individuais dos quais essa comunidade humana é criada.²³³

²³¹ Hansen, M. H. “The Copenhagen Inventory of Póleis and the Lex Hafniensis De Civitate”. In: L.G. Mitchell & P. J. Rhodes (eds.), *The development of the polis in archaic Greece*. London, 1997, 9-23; Hansen M. H. & Nielsen, Th. H. *An Inventory of Archaic and Classical Póleis. An Investigation Conducted by The Copenhagen Polis Centre for the Danish National Research Foundation*. New York, 2004, 23. Cf. Унжаков, А. В. “К проблеме понимания термина ‘полис’.” *Научные ведомости БелГУ. Сер. История. Политология. Экономика. Информатика*. №7 (102), вып. 18, 2011, стр. 16–21.

²³² V., por exemplo, Hdt. 8.61; Thuc. 7.77. Cf. Ehrenberg, V. *The Greek State*. Oxford: Blackwell, 1960, 88; Mossé, C. *La fin de la démocratie athenienne: aspects sociaux et politiques du declin de la cité grecque au IVe siècle avant J.-C.* Paris: Presses Universitaires de France, 1962, 23. Em teoria, os gregos até permitiram a existência de polis em forma pura, simplesmente como um coletivo de cidadãos sem um território que o pertence – no entanto, apenas em casos excepcionais.

²³³ De acordo com Aristóteles, outras formas de comunidades humanas são a família (οικία), a aldeia (κώμη) e a tribo (έθνος), que historicamente e tipologicamente precedem às póleis e representam estágios anteriores no processo, cujo resultado final foi a criação da pólis. Contudo, v. Morris, I. “The early polis as city and state.” In John Rich and Andrew Wallace-Hadrill (eds.). *City and Country in the Ancient World*, London, 1991, 40 sqq.; M. H. Hansen, Polis. An Introduction..., 99; Morris sugere que o desenvolvimento do significado da palavra pólis foi assim: cidadela > Estado > cidade, não cidadela > cidade > Estado. Podemos ajuntar que a probabilidade de uma mudança semântica implícita seria muito pequena, porque *fortaleza* e *Estado* não são conceitos relacionados, ao contrário dos pares metonímicos *cidadela–cidade* ou *cidade–Estado*.

O que ainda falta, é um critério que provaria que os assentamentos em Anfaxitide não são pólis - um critério que pode ser bastante difícil de encontrar, pois existem visões e critérios contraditórios mesmo dentro de uma única fonte antiga. Os pesquisadores frequentemente apresentaram a história de Heródoto sobre a disputa entre Temístocles e Adimanto no conselho militar grego na véspera da batalha de Salamina:²³⁴ em resposta à demanda de Adimanto para privar Temístocles de um voto, porque ele não representava qualquer pólis (naquele momento, Atenas estava sob ocupação persa), este último disse que seus concidadãos não só têm uma pólis, mas também um território maior do que os coríntios e uma frota com 200 navios bem equipados, e que não existe uma comunidade helênica que possa repelir seu ataque. Aqui, em particular, não parece inteiramente legítimo ignorar a opinião de seu oponente, que aparentemente expressa a noção de pólis para os gregos desta época (480 a. C.) – em contraste com Temístocles, que impõe sua visão usando a posição de força²³⁵. Mas, independentemente disso, a história mais uma vez coloca ao primeiro plano a ideia de que a pólis é, acima de tudo, um coletivo de cidadãos – uma visão provavelmente muito ampla, mas precisamente por isso mais correta do que muitas definições modernas. No contexto de fontes autênticas, a pólis atua simultaneamente como uma cidade, como um Estado e como uma comunidade civil, o que é indubitavelmente o que a pólis era originalmente.

E mais uma vez existem autores que oferecem diferentes interpretações e mudam a ênfase para um aspecto ou outro. Por exemplo, se compararmos as descrições correspondentes em Pausânias e Aristóteles. Descrevendo Panopeu na Fócida, Pausânias expressa dúvidas de que ela pudesse ser chamada de pólis, porque, como o autor entende, o principal atributo de uma pólis é a existência de edifícios governamentais, de ginásios, de um teatro, de uma praça da cidade, de um

²³⁴ Hdt. 8.61.

²³⁵ Cf. A. B. Унжаков, К проблеме понимания..., 19.

aqueduto.²³⁶ Aristóteles provavelmente nos oferece a melhor interseção dos padrões de Heródoto e Pausânias. Ele define a pólis como uma comunidade de pessoas livres²³⁷, mas especifica que esta característica não é suficiente para uma sociedade ser definida como uma pólis – um cidadão deve poder servir como juiz ou magistrado, e os cidadãos são aqueles que participam no tribunal e na assembleia do povo²³⁸.

Todavia, nem todos os pesquisadores acreditam que devemos definir uma pólis simultaneamente em termos de urbanismo e de política. Para ilustrar isso, uma discussão acalorada foi desencadeada pelo conceito da natureza não-estatal da pólis clássica, formulada pela primeira vez por M. Berent em meados da década de 1990. O autor formula a ideia principal da seguinte forma: a pólis não era um Estado, mas sim uma sociedade igualitária unificada, caracterizada pela falta de um aparato coercivo. Berent argumenta que, ao contrário do Estado, o direito de usar a violência na pólis não é monopolizado pelo governo ou pela classe dominante²³⁹. Este ponto de vista foi severamente criticado, em particular por Medvedev, que tentou vocalmente provar o contrário, demonstrando a presença real das forças armadas, um sistema básico de segurança, um sistema monetário bem definido e outros atributos de um estado.²⁴⁰ Hansen também chega a conclusões semelhantes em um artigo inteiramente dedicado a criticar o conceito de pólis sem Estado. Baseando-se em fontes narrativas e

²³⁶ Paus. 10.4.1. M. Van Creveld oferece uma definição semelhante em relação à cidade: “A cidade é um assentamento permanente com casas feitas de material durável [...] A cidade tem um templo, uma ágora ou um fórum, bem como edifícios governamentais...” O pesquisador distingue três classes de cidades: cidades guiadas por pequenos chefes; cidades pertencentes a entidades maiores; e cidades com autogoverno. Para mais detalhes, v. Van Creveld, M. *The Rise and Decline of the State*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, 21–22.

²³⁷ Arist. *Pol.* 3.4.4.1279a.

²³⁸ Arist. *Pol.* 3.1.5.1275a. Uma boa visão geral da natureza desta comunidade cívica é dada por Строецкий, В. М. “Гражданский коллектив полиса (проблемы становления и особенности развития в архаический и раннеклассический периоды)”. In Э. Д. Фролов (ed.). *Античный полис*. Межвузовский сборник. Санкт Петербург, 1995, 5–12.

²³⁹ Berent, M. “Sovereignty: ancient and modern”. *Polis* 17 (1-2), 2000, 2–34.

²⁴⁰ А. П. Медведев, Был ли греческий полис..., 21 sqq.

epigráficas, o pesquisador consegue listar 36 tipos de poderes que formaram as competências legais da antiga pólis.²⁴¹

Porém, esta posição não é sem suas dificuldades de natureza material e lógica. As definições de Medvedev e Hansen ilustram uma pólis que novamente está muito perto de um Estado moderno e possivelmente muito distante das alegadas “aldeias” de Anfaxitide; do outro lado, não é preciso procurar mais que Homero, que não parece diferenciar entre aldeia e cidade, usando repetidamente as palavras *asty* ou mesmo pólis em vez de *chorion*. As aldeias homéricas, possuem a maior parte dessas 36 variedades de competência jurídica que mencionamos acima? Pelo contrário. Unžakov tem razão ao observar que, com toda a probabilidade, muitos dos 23 pólis capturados por Aquiles durante os nove anos do cerco de Troia não seriam cidades reais e, portanto, não conseguiriam qualificar para um status de pólis de acordo com os padrões estabelecidos por Hansen.²⁴² Ademais, é muito provável que na Grécia antiga ainda não existisse uma oposição real entre a cidade e a aldeia, e que a pólis homérica era tanto uma cidade, como uma aldeia ao mesmo tempo; isto é explicado por Košelenko, que salienta que a economia da pólis é, em princípio, baseada na agricultura, que por sua vez representa a principal esfera de emprego de um cidadão – e é por isso que não existia uma oposição entre cidade e aldeia.²⁴³

Nos tempos clássicos, a palavra pólis tinha dois ramos principais de significados conectados – um com a noção de povoado, e o outro com a noção de comunidade. A noção de *povoado* representaria a *pólis tangível* de Aristóteles, que consiste em casas e edifícios; a noção de *comunidade* seria a *pólis da teoria política* de Aristóteles, que

²⁴¹ Hansen, M. H. “Was the polis a state or a stateless society?” In Thomas Heine Nielsen (ed.), *Even More Studies in the Ancient Greek Polis. Papers from the Copenhagen Polis Centre*, 6. *Historia Einzelschriften*, 162. Stuttgart: Franz Steiner, 2002, 17–47.

²⁴² V. A. B. Унжаков, К проблеме понимания..., 21.

²⁴³ Андреев, Ю. В. “Греция в XI–IX вв. до н.э. по данным гомеровского эпоса.” In И.М. Дьяконов (ed.), *История древнего мира. Кн. 1. Ранняя древность*. Москва, 1983, 303–304; Кошеленко, Г. А. “Полис и город: к постановке проблемы.” *Вестник Древней Истории* 1980 № 1, стр. 11. De acordo com as estimativas de vários pesquisadores, mesmo nos tempos imediatamente após a Guerra do Peloponeso, de 30.000 cidadãos atenienses, apenas 5.000 não possuíam uma parcela de terra arável. De muitos livros sobre este tema, v., por exemplo, Mossé, C. *La fin de la démocratie athenienne...*, 22 *sqq.*

consiste em homens livres e politicamente conscientes. Depois de ter feito uma imensa quantidade de trabalho em conjunto com o Centro de Copenhague e estudado cerca de 11.000 menções de pólis em fontes arcaicas e clássicas, Hansen chega à mesma conclusão: no sentido de *povoado*, o termo pólis pode funcionar como sinônimo dos termos *acrópole*, *asty* ou mesmo *gē* ou *chora*; no sentido de *comunidade*, como sinônimo dos termos *politai*, *ekklesia*, ou mesmo *demos* e *koinonia*.²⁴⁴ O termo pólis parece revelar-se como um termo muito amplo; com base nas noções de seus vários significados mencionados acima, Hansen consegue identificar 37 variedades de cidades-estados no Oriente Médio, Europa, Ásia, África e até mesmo a América Central em um período do IV milênio a.C. até o início do século XX d.C.; se for esse o caso, então as divisões territoriais de Anfaxitide certamente também são póleis.²⁴⁵

Assim resulta que a pólis não é apenas uma ocorrência natural e não-alienígena para uma fase correspondente do desenvolvimento social e econômico na Grécia, mas também uma ocorrência natural na sociedade humana em geral. O que começamos a explorar como um fenômeno claramente grego acaba por ter um alcance mais amplo. Chegamos também à conclusão surpreendente de que esta questão é tão mal definida, a ponto de que (1) seria metodologicamente errado reivindicar com certeza se uma aldeia ou uma cidade deveria ou não deveria ser referida como uma pólis; e mais importante ainda (2), de uma forma ou de outra, o status formal de um povoado em uma parte da historiografia moderna não faz diferença no vasto alcance das realidades políticas e, em especial, econômicas dos antigos Balcãs. Além disso, pode-se apontar que elementos isolados não são suficientes para classificar um território enquanto pólis, como por exemplo os aspectos urbanísticos e arquitetônicos de uma cidade – se não se tem um teatro, ainda se é pólis?

²⁴⁴ Hansen, M. H. *Polis: An Introduction to the Ancient Greek City-State*. Oxford University Press, 2010, 56-61.

²⁴⁵ *Ibidem*, 17-23.

O próprio surgimento da pólis como organismo social pressupõe um certo nível de desenvolvimento das forças de produção. Até certo ponto, as tendências do desenvolvimento social atuavam de tal maneira que simultaneamente deram origem a uma cidade e a uma pólis. No entanto, os caminhos do desenvolvimento histórico divergem, de modo que o desenvolvimento da cidade – como um organismo social e um centro de produção e intercâmbio ao mesmo tempo – começa a deformar a estrutura política. Neste ponto, a pólis e a cidade começam a representar duas tendências em grande parte opostas. A cidade é o centro da produção, a pólis é o coletivo dos agricultores e dos proprietários de terra; a cidade é um resultado final da disputa pela propriedade privada; a pólis combina propriedade privada e estatal em unidade dialética; a cidade é uma tendência para a dinâmica, a pólis é o desejo de reproduzir as relações e condições existentes, e inevitavelmente se torna uma tendência conservadora no desenvolvimento da sociedade.²⁴⁶ A estrutura primária (e legalmente formalizada) era a pólis, de modo que o desenvolvimento do organismo urbano ocorreu no âmbito do sistema da pólis. Por isso, em primeiro lugar, as relações de pólis impuseram uma marca extremamente forte sobre a natureza da estrutura urbana emergente; em segundo lugar, o desenvolvimento da cidade dentro da pólis em algum momento leva a inevitáveis deformações do próprio sistema pólis. E esta será, achamos, a explicação mais simples por que as duas noções – a pólis de um lado e do outro a cidade, que não é grega e não é necessariamente uma pólis – divergem e parecem ser uma parte de dois conceitos completamente diferentes, o que obviamente não é o caso.

Para resumir, talvez a conclusão mais importante seja que devemos sempre distinguir claramente uma abordagem prescritiva de uma abordagem descritiva e ter cuidado em não se deslizar para a primeira. Existem circunstâncias em que a prescrição é perfeitamente apropriada; mas, na maioria das vezes, a prescrição traz consigo um juízo de valor negativo, porque assume falsamente a existência de um padrão

²⁴⁶ Para uma visão detalhada, v. Кошеленко, Г. А., Полис и город: к постановке проблемы..., 24 sqq.

uniforme e imutável e, portanto, não reconhece a naturalidade da variação e mudança social.

BIBLIOGRAFIA SELECIONADA

Anson, E. M. "Macedonia's Alleged Constitutionalism." *The Classical Journal* 80 (4), 1985, 303-316.

Archibald, Z. H. "Space, hierarchy, and community in Archaic and Classical Macedonia, Thessaly, and Thrace". In *Alternative to Athens: Varieties of Political Organization and Community in Ancient Greece*, eds. Roger Brock & Stephen Hodkins. Oxford: Oxford University Press, 2000, 212–233.

Archibald, Z. H. "Inland Thrace". In Mogens N. Hansen & Thomas H. Nielsen (eds.), *An Inventory of Archaic and Classical Poleis: An Investigation Conducted by The Copenhagen Polis Centre for the Danish National Research Foundation*, Oxford University Press, 2004, 885–899.

Berent, M. "Sovereignty: ancient and modern". *Polis* 17 (1-2), 2000, 2–34.

Bitrakova-Grozdanova, V. "Moenia Aeacia et la Macedonine". In *Homage to Milutin Garašanin*, eds. Nikola Tasić & Cvetan Grozdanov. Belgrade: Serbian Academy of Sciences and Art & Macedonian Academy of Sciences and Art, 2006, 587–591.

Borza, E. N. *Before Alexander: Constructing Early Macedonia*. Publications of the Association of Ancient Historians 6, 1999.

Cole, J. W. "Perdiccas and Athens." *Phoenix* 28 (1), 1974, 55-72.

Davies, J. K. "The Origins of the Greek Polis: Where should we be looking?" In Mitchell, L. G. et al. (eds.), *The Development of the Polis in Archaic Greece*. London: Routledge, 1997.

Ehrenberg, V. *The Greek State*. Oxford: Blackwell, 1960.

Фролов, Э.Д. *Рождение греческого полиса*. Ленинград, 1988.

Гуторов, В. А. "О некоторых тенденциях интерпретации теории государства в современном гуманитарном знании." *Вестник СПбГУ. Серия 6. Политология. Международные отношения*. №4, 2013, стр. 60–70.

Hansen, M. H. “The Copenhagen inventory of poleis and the *lex Hafniensis de civitate*”, in: L. G. Mitchell & P. J. Rhodes (eds.), *The development of the polis in archaic Greece*, London: Routledge 1997, pp. 9–23.

Hansen, M. H. “Was the polis a state or a stateless society?” In Thomas Heine Nielsen (ed.), *Even More Studies in the Ancient Greek Polis*. Papers from the Copenhagen Polis Centre, 6. *Historia Einzelschriften*, 162. Stuttgart: Franz Steiner, 2002, 17–47.

Hansen M. H. & Nielsen, Th. H. *An Inventory of Archaic and Classical Poleis. An Investigation Conducted by The Copenhagen Polis Centre for the Danish National Research Foundation*. New York, 2004, 23.

Hansen, M. H. *Polis: An Introduction to the Ancient Greek City-State*. Oxford University Press, 2010.

Hammond, N. G. L. *The Macedonian State: origins, institutions, and history*. Oxford University Press, 1989.

Hatzopoulos, M. B. “Succession and regency in classical Macedonia”. *Ancient Macedonia* 4. Thessaloniki, Institute for Balkan Studies, 1986, 279-292.

Hatzopoulos, M. *Macedonian Institutions under the Kings: I - A Historical and Epigraphic Study; II - Epigraphic Appendix*. Diffusion de Boccard, 1996.

Hatzopoulos, M. B. “Macedonia” in Hansen M. H. & Nielsen, Th. H. *An Inventory of Archaic and Classical Póleis. An Investigation Conducted by The Copenhagen Polis Centre for the Danish National Research Foundation*. New York, 2004, 794-809.

Кошеленко, Г. А. “Полис и город: к постановке проблемы.” *Вестник Древней Истории* 1980 № 1, стр. 3–27.

Медведев, А. П. “Был ли греческий полис государством?” *Античный мир и археология*, вып. XII, Саратов 2006, стр. 17–32.

Медовичев, А. Е. “Город и государство в античной Греции. (Концепция М. Г. Хансена)”. *Социальные и гуманитарные науки. Отечественная и зарубежная литература. Серия 5: История. Реферативный журнал* 3, 2002, стр. 6–15.

Медовичев А. Е. “Воображаемый полис, симпозиум, январь 7-10, 2004.” *Социальные и гуманитарные науки. Отечественная и зарубежная литература. Серия 5: История. Реферативный журнал* 3, 2009, стр. 20–28.

- Митревски, Д. *Протоисториски заедници во Македонија*, РЗСР Скопје, 1997.
- Morris, I. "The early polis as city and state." In John Rich and Andrew Wallace-Hadrill (eds.). *City and Country in the Ancient World*, London, 1991.
- Микулчиќ, И. *Антички градови во Македонија*, МАНУ, Скопје, 1999.
- Millett, P. "The political economy of Macedonia". In Joseph Roisman & Ian Worthington (eds.), *A Companion to Ancient Macedonia*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010, 472–504.
- Papazoglu, F. "O 'helenizaciji' i 'romanizaciji'", *Glas SANU CCCXX(2)*, 1980, 21–36.
- Popović, P. "Krševica et les contacts entre l'Egée et les centres des Balkans". *Histria Antiqua* 15 (2007), 125–136.
- Roisman, J. "Classical Macedonia to Perdiccas III". In Roisman, J., & Worthington, I. (eds.). *A Companion to Ancient Macedonia*. Wiley-Blackwell, John Wiley & Sons, 2010, 145-165.
- Соколовска, В. „Археолошки истражувања во Демир Капија“. *Macedoniae Acta Archaeologica* 4 (1978), 93–112.
- Соколовска, В. *Исар-Марвинци и Повардарјето во античко време*. Музеј на Македонија, Скопје, 1986.
- Соколовска, В. "Раноантичка сива керамика во Македонија". *Macedoniae Acta Archaeologica* 13 (1992), 141–148.
- Строгецкий В. М., "Гражданский коллектив полиса (проблемы становления и особенности развития в архаический и раннеклассический периоды)". In Э. Д. Фролов (ed.). *Античный полис*. Межвузовский сборник. Санкт Петербург, 1995, 5–12.
- Суриков, И. Е. "Изучение феномена полиса в западной историографии на рубеже XX-XXI вв.: Копенгагенский центр М. Хансена". *Studia historica* V.IV. Москва, 2004.
- Starr, C. G. *Individual and community: the rise of the polis, 800-500 B.C.* New York: Oxford University Press USA, 1986.
- Tsetskhladze, G. R. "The city in the Greek colonial world". In Alexandros Ph. Lagopoulos (ed.), *A History of the Greek City* (BAR International Series 2050). Oxford: Archaeopress, 2009, 143–167.

ISSN 1982-8713

Унжаков, А. В. “К проблеме понимания термина ‘полис’.” *Научные ведомости БелГУ. Сер. История. Политология. Экономика. Информатика.* №7 (102), вып. 18, 2011, стр. 16–21.

Van Creveld, M. *The Rise and Decline of the State*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

Vlassopoulos, K. *Unthinking the Greek Polis. Ancient Greek History beyond Eurocentrism*. New York, 2007.

Vranić, I. “‘Ranoantička naselja’ i gvozdeno doba centralnog Balkana: pitanja etničkog identiteta”. *Etnoantropološki problemi* 6(3), 2011, 659–679.

Vranić, I. “The Classical and Hellenistic Economy and the ‘Paleo-Balkan’ Hinterland. A Case Study of the Iron Age ‘Hellenized Settlements’.” *Balkanica* 43, 2012, pp. 29–50.